

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
TESE DE DOUTORADO

O SILÊNCIO DOS AFOGADOS

O *ethos* jornalístico na complexidade ambiental e
a formação de sentidos do acontecimento Garabi

CARLOS ANDRÉ ECHENIQUE DOMINGUEZ

PORTO ALEGRE

2015

CARLOS ANDRÉ ECHENIQUE DOMINGUEZ

O SILÊNCIO DOS AFOGADOS

O *ethos* jornalístico na complexidade ambiental e a formação de sentidos do acontecimento Garabi

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Tais Martins Portanova Barros

PORTO ALEGRE

2015

CARLOS ANDRÉ ECHENIQUE DOMINGUEZ

O SILENCIO DOS AFOGADOS

O *ethos* jornalístico na complexidade ambiental e a formação de sentidos do acontecimento Garabi

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Tais Martins Portanova Barros

Aprovado em: BANCA

EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Tais Martins Portanova Barros – UFRGS

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Cremilda Celeste de Araújo Medina – USP

Examinadora

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Dalla Zen – UFRGS

Examinadora

Prof. Dr. Reges Toni Schwaab – UFSM

Examinador

Prof. Dr. Silnei Shwarten Soares – Unicentro-PR

Examinador

AGRADECIMENTOS

“Gracias a la vida que me ha dado tanto”. Agradeço a Violeta Parra, poeta e compositora chilena que escreveu esta poesia. A vida dá muito. Oferece para os seres vivos a possibilidade de existir e interagir. De criar e destruir. De viver e buscar conhecer. De amar a vida e viver amando o que se faz para se manter vivo.

Agradeço às muitas pessoas que participaram deste processo. A minha orientadora Ana Taís pelo acolhimento carinhoso e a decisão de me apontar um caminho para este texto que me fez olhar para a minha própria trajetória de vida. Obrigado por valorizar os saberes múltiplos e enxergar os problemas com calma e vontade firme. O meu aprendizado com tuas palavras vai me acompanhar por muitos caminhos ainda não trilhados. O ensinamento de ver além do que meus olhos contemplam, de sentir a epifania e me soltar em devaneios frutificará muitos ramos nesta árvore de sentidos e percursos dentro do Imaginário. Orientar é ser um guia que mostra as muitas portas, mas a travessia nunca é segura, pois o ato de atravessar é o ato de conhecer. Agradeço muito esta outra forma de olhar e formar imagens em que tu me guiou.

Também agradeço a acolhida da professora Ilza Girardi que, ao meu ingresso no PPGCOM-UFRGS, me forneceu os caminhos para transitar pelos saberes ambientais, detalhando seus múltiplos sentidos e mostrando claramente que, sim, um Jornalismo ambiental é possível. Sem as tuas contribuições, os saberes ambientais não teriam ganho o vulto que ganharam neste trabalho. A polifonia de vozes dos autores deste campo fértil do conhecimento irriga este texto, direta ou indiretamente. Ler o mundo levando em consideração a questão ambiental é um ensinamento para a vida que não se esgota nesta tese.

Agradeço aos demais professores do PPGCOM-UFRGS pelos ensinamentos sobre Jornalismo que fui coletando nas aulas e seminários das professoras Ana Gruszynski, Virgínia Pradelina, Nilda Jacks, Sônia Caregnato e Márcia Benetti. As discussões, leituras e produção de textos auxiliaram na compreensão teórica do objeto de pesquisa e forneceram subsídios decisivos para a sua análise. Em especial agradeço a professora do PPG de Letras, Freda Indurski, pelo acolhimento na disciplina de Fundamentos da Análise do Discurso, e por subsidiar com muito humor e rigor os ensinamentos de Michel Pêcheux. Na mesma medida, agradeço aos técnicos administrativos em educação que possibilitam ao PPGCOM oferecer condições de trabalho para alunos e professores. Em especial, um sincero agradecimento aos servidores da biblioteca da Fabico-UFRGS, sem a qual esta tese não teria sido possível. A

imersão nas estantes cheias de livros, possibilitando o manuseio dos exemplares, permitiram que muitas portas fossem atravessadas.

Aos colegas de pós-graduação do PPGCOM-UFRGS, agradeço pelas incontáveis conversas, debates e discussões sobre temas acadêmicos e não-acadêmicos que engrandecem o processo de construção desta tese ao subsidiar a formação do pensamento crítico e reflexivo sobre um tema múltiplo e complexo. Assim como a vida que nos aproximou também é múltipla e complexa. Sem esta vivência, o trabalho não seria tão frutífero e nem a curiosidade resultante das inevitáveis comparações das trajetórias e decisões de andamentos das pesquisas seria satisfeita. Agradeço as muitas questões e encaminhamentos, em especial ao incansável Roberto Villar Belmonte, para mim exemplo de jornalista ambiental, companheiro de cafés, conversas, pautas e projetos.

Agradeço aos colegas, técnicos e alunos do Departamento de Ciências da Comunicação e do Curso de Jornalismo do Cesnors-UFSM que propiciaram os distintos elementos e procedimentos que me permitiram fazer este curso de pós-graduação junto a UFRGS, instituição que passei a respeitar enquanto frequentei seus muitos espaços e onde realizei um sem fim de atividades enriquecedoras. Da mesma forma agradeço aos esforços do MEC, Capes e UFSM de promover a qualificação do corpo de servidores do projeto de expansão do ensino superior no Brasil por meio do projeto Pro-Doutoral que viabilizou esta pesquisa.

Agradeço a três colegas que me ofereceram partilhar de suas vidas nos anos que residi em Porto Alegre e nos períodos seguintes. Bruna Porciúncula, Dênis Cabrera e Gustavo Faresin, meus sinceros agradecimentos por oferecerem um lar para um peregrino, com toda a variedade de sentidos que esta pequena palavra possui.

Agradeço aos lugares que me acolheram para escrever esta tese. Porto Alegre, Pelotas, Pedro Osório, Frederico Westphalen, Derrubadas, Porto Soberbo, El Soberbo, Parque do Turvo, Porto Mauá, Alba Posse, Posadas. As rodoviárias e rodovias.

Agradeço as músicas que ocuparam a mente e embalaram o pensamento. Foram diversos músicos: Noel Guarani, Bebeto Alves, Jorge Drexler, Kevin Johansen, Vitor Ramil, Chico Cesar, Zaz, David Gilmour, B.B. King, John Lee Hooker, Amy e muitos outros.

Agradeço a minha família. Meu pai e mãe, Bernardino Dominguez e Ana Maria, que me ensinaram o essencial: valores e bondade, amizade e trabalho, lealdade e força. Meus irmãos, Luis Alberto e José Henrique, que ajudaram a tocar o barco enquanto a enchente chegava. Meus filhos Anay, Diego, Elena e Luiza pelo carinho e a possibilidade de sentir saudades e dar e receber muito amor. A Andrea por dar sentido a minha vida.

Agradeço aos moradores do entorno do Parque do Turvo, aos guarda-parques e aos ribeirinhos do rio Uruguai por me ensinarem que a vida é sempre surpreendente e bela, desde que se saiba olhar e viver. Este trabalho é dedicado a vocês, lutadores sábios e incansáveis.

A vida nos dá até a morte, complemento perfeito da própria vida. Agradeço ao Salto Yucumã, local que une este ciclo interminável.

RESUMO

Esta tese discute o silenciamento de vozes em uma dada contextualização do *ethos* jornalístico na produção de noticiário em jornais de Posadas e Porto Alegre, e investiga a cobertura realizada pelos veículos em relação ao projeto de construção de duas hidrelétricas na fronteira entre os dois países, Brasil e Argentina, no rio Uruguai, denominadas complexo de Garabi-Panambi. Três grandes eixos sustentam esse trabalho: o conhecimento sobre o meio-ambiente, o *ethos* jornalístico e a cena social do acontecimento Garabi. O saber ambiental foi tratado desde a sua origem na teoria marxista que descreve a separação do homem da natureza pelo trabalho, a falha metabólica presente até hoje no cerne da questão da crise ambiental do século XXI. O *ethos* jornalístico e seus valores e essência foram recuperados historicamente, perfazendo um trajeto que se inicia na modernidade, onde o Jornalismo ganhou a forma atual, e chegando aos dias de hoje, quando a atividade enfrenta o desafio de conseguir dar conta da complexidade e das falhas decorrentes do processo discursivo de uso da linguagem jornalística. Para compreender o contexto social em que transcorre o acontecimento Garabi-Panambi, foi feita uma investigação jornalística com o método de apuração para produção de reportagem. Esta reportagem-ensaio trouxe a voz dos ribeirinhos, suas histórias e culturas, estabelecendo a polifonia de vozes. Foram analisados os discursos do noticiário de quatro jornais: *Zero Hora*, *Correio do Povo*, *Primera Edición* e *El Territorio*. O resultado dessa análise aponta a ausência da voz dos ribeirinhos que seriam atingidos pelo projeto. Conclui-se que o Jornalismo dá uma grande contribuição para a discussão da complexidade ambiental se estiver centrado em um *ethos* que considere efetivamente a possibilidade de liberdade no acaso e na contingência dos discursos e dos saberes que estão contidos na expressão do pensamento, na formação de imagens, no devir dos sentidos, no sentir das emoções. A força das imagens naturais e dos saberes não científicos comporia este *ethos*. Um *ethos* que aceite e estimule a necessidade de interação com o ambiente e os seres vivos. Com a reflexão desta contextualização sobre o território e seus habitantes, e com as teorias do Jornalismo, Ambientalismo, Análise do Discurso e Imaginário, recortamos conceitos para fazer um retrato do universo simbólico que envolve jornalistas e ribeirinhos. Postula-se que a imersão no natural e em suas imagens é determinante para a formação de saberes jornalísticos que produzam sentidos múltiplos e complexos, acolhendo outros conhecimentos da sociedade em que o jornalista está inserido e onde ele exerce seu ofício.

Palavras-chave: Jornalismo, Ethos, Ambiente, Hidrelétrica, Imaginário.

ABSTRACT

The main objectives of this thesis is to discuss the issue of discursive silencing in a given context of the journalistic *ethos* in newspapers of Posadas and Porto Alegre, investigating the coverage carried by the vehicles in relation to the projects for the construction of the two hydro power plants on the border between the two countries, Brazil and Argentina, on the River Uruguay – the complex Garabi-Panambi. The absence of the voice of the riverside population that will be affected by the project is the main result of the analysis of the speeches of the four newspapers: *Zero Hora*, *Correio do Povo*, *Primera Edición* and *El Territorio*. To build the social context, we worked with three main theoretical fields of knowledge. Environmental knowledge was studied since its Marxist origin – the separation of man from nature through work; this metabolic failure is still today the heart of the matter of the environmental crisis of the 21st century. The journalistic *ethos* and its values and essence were recovered historically, making a path that begins in the modern years, when journalism gained its present form, and coming up to the present day, when the activity faces the challenge of succeeding in being able to account for the complexity and failures resulting from the discursive process of language use. To understand the environment in which takes place the Garabi-Panambi event, we employed a journalistic investigation and calculated the production of news. This story-essay brought the voice of the riparian, their histories and cultures, establishing the polyphony of voices. We pointed out that journalism would be a great contribution to the complexity of the environmental discussion were it centered on an *ethos* that effectively considered the possibility of freedom in what is left to chance and in the contingency of discourses and knowledges that are contained in the expression of thought, in imaging, in the becoming of senses, in feeling. The strengths of natural images and of the non-scientific knowledge compose this *ethos*. An *ethos* that supports and stimulates the need for interaction with the environment and living beings. With the reflection of this context on the territory and its inhabitants, and with the theories of Journalism, Environmentalism, Discourse Analysis and of the Imaginary, we gathered concepts to make a picture of the symbolic universe that surrounds journalists and the riverside population. We affirm that immersion in the natural and its images is crucial for the formation of a journalistic knowledge that forms multiple and complex senses, welcoming other knowledge societies where the journalist is inserted and where he exercises his craft.

Keywords: Journalism, Ethos, Environment, Hydroelectric power station, Imaginary.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa da localização das possíveis barragens e dos parques	41
Mapa 2 – Parque do Turvo dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.....	44
Mapa 3 – A região hidrográfica do Prata.....	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Ribeirinho contempla o Salto do Yucumã.....	48
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 11 – SDs com contra-identificação no jornal Correio do Povo.....	132
Tabela 16 – Tomadas de posição no noticiário.....	133
Tabela 17 – Títulos das notícias na página da Eletrobras.....	137

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	INTERLÚDIO	24
2.1	Contrastes e territórios	24
2.2	No começo, uma notícia	25
2.3	Terra de muitos	30
2.4	Um temporal de ideias e o Salto do Yucumã	36
2.5	Cada um tem o escritório que merece	43
3	FRONTEIRA, AMBIENTE E TERRITÓRIO	49
3.1	As hidrelétricas e o rio Uruguai	49
3.2	O grito dos ribeirinhos	58
3.3	A audiência pública e a paralisação do projeto na Justiça Federal do Brasil....	62
4	JORNALISMO	71
4.1	Jornalismo e o <i>ethos</i>	71
4.2	Jornalismo, essência e valores	78
4.3	Jornalismo como acontecimento discursivo	92
4.4	O instante decisivo – enquadramento e furo de reportagem	101
4.5	Jornalismo na teia da vida	106
5	A REGIÃO DO PRATA	115
5.1	Imagens na região do Prata.....	116
5.2	Um olhar sobre quatro jornais diários de Porto Alegre e Posadas	127
5.2.1	As categorias para a análise discursiva das notícias.....	128
5.2.2	Resultados parciais.....	130
5.2.3	Ampliação do contexto.....	138
5.2.4	A novidade era o furo.....	141
6	O AMBIENTE E O JORNALISMO	157
6.1	A falha metabólica	161
6.2	O ambiental e a complexidade no Jornalismo.....	168
6.3	Imaginário e a natureza.....	181
7	ENCAMINHAMENTOS FINAIS: <i>ETHOS</i>, UM IMAGINÁRIO COMPLEXO E NATURAL	194
	REFERÊNCIAS	207

ANEXO	220
-------------	-----

1 INTRODUÇÃO

Onde houver um rio. Onde houver um rio, temos um ribeirão. Algumas pessoas dizem escolher o rumo de suas vidas. Outras têm a sorte de serem escolhidas pela vida. Os ribeirinhos são um aspecto de um rio, entidade múltipla que semeia água, vida e morte por seu percurso interminável, das nascentes que brotam do fundo da terra e percorrem caminhos únicos até o mar. Toda a civilização humana já foi ribeirinha. Toda tribo isolada é ribeirinha. Precisamos dos rios. Hoje, porém, os rios precisam de nós para permanecer rios.

O ser humano aprendeu a retirar a energia dos rios. Fez imensos lagos e submete a força natural para produzir energia elétrica e mover indústrias que transformam minérios em matéria-prima para construir e manter cidades imensas.

Nestas cidades, a energia move tudo. Move também redações jornalísticas que produzem noticiários sobre diversos temas, inclusive sobre os lagos que produzem energia elétrica. Curiosamente, as redações quase não falam da condição de ribeirinhos que civilizações, cidades e seres humanos têm em geral. Nem dos problemas que os lagos trazem para os ribeirinhos que viviam anteriormente às margens dos rios, antes de estes serem transformados em lagos. Apesar de dependerem dos rios para sobreviver enquanto cidade, esta questão não é cotidianamente abordada pelos jornais. Não que seja esquecida. Ocasionalmente, nos momentos de falta ou excesso de água nos rios, eles são lembrados. Na inundação ou na seca.

Este cenário passou a me interessar quando, em uma ocasião no ano de 2003, um amigo engenheiro florestal, Paulo Dill, me falou de um abrigo com pinturas rupestres na localidade de Caemborá, no município de Nova Palma, no interior da região central do Rio Grande do Sul. O local estava em estado de abandono, mas era um portal para a memória e o passado. No percurso da apuração, fiquei impressionado com a localização de muitos outros abrigos, em sua maioria próximos de cursos de água. Após visitar Caemborá, ver as pinturas de milhares de anos, ficar intrigado com seu significado oculto, fui apresentado à minha primeira hidrelétrica. Nas imediações de Caemborá, barrando o Rio Jacuí, está localizada a Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, erguida e colocada em operação em 2001. Dona Francisca é o último dos cinco barramentos feitos no rio Jacuí. As relações entre estes temas ficaram em estado de hibernação por alguns anos, até que uma série de reportagens sobre a

situação do sistema de abastecimento de água em Santa Maria me colocou de novo na apuração do assunto. Ainda trabalhava como repórter e editor de política do Diário de Santa Maria, e a pauta era mostrar onde nascia a água do Rio Vacacaí-Mirim, que abastecia a cidade. Agora eram represas que facilitavam o abastecimento de água para as cidades. Ali aprendi como um rio fabrica água. E conheci o melhor e o pior que pode ser feito pelos seres humanos que habitam as margens de rios. Registramos desde a transformação do rio em um esgoto sujo e sem árvores, até o nascimento do curso de água na região das nascentes, em meio à beleza da floresta. Formava um sentido de repórter sobre o tema. Onde havia floresta, havia água boa. E a vida era melhor. A comida mais farta e os sorrisos mais acolhedores. Levei esta percepção para um novo desafio ao sair do centro do Rio Grande e me alojar no noroeste gaúcho, em Frederico Westphalen, para ensinar Jornalismo e tocar projetos de extensão e ensino. No Centro de Educação Superior Norte – RS (Cesnors-UFSM), me deparei com outro mundo, propício para o exercício da arte da reportagem. Imensas áreas rurais, com pequenas cidades e um mítico rio comandando a aventura humana na região, colonizadas pelos descendentes dos imigrantes italianos que haviam se localizado anteriormente na região da Quarta Colônia, no centro do Estado, justamente os municípios onde se localizavam os abrigos com arte rupestre. Logo, a região apresentou sua maior beleza e mistério.

Por conta de uma notícia policial, descobri a existência do Parque Estadual do Turvo, uma imensa floresta de 17 mil hectares às margens do rio Uruguai, onde sua maior beleza estava imersa: o Salto do Yucumã. Por ali moravam também os povos originários, Guaranis e Caingangues, com sua cultura própria e em convivência historicamente difícil e complicada com os colonos. Este era o território.

O efeito desta exuberância em minha cabeça sulina, acostumada com as vastidões do pampa do extremo Sul do Estado, codificou com amor a paisagem deslumbrante, repleta de vida, senhora de todos os tons de verde possíveis. Meu encantamento foi primeiro pela imagem. Estava profissionalmente como professor de fotoJornalismo e me pareceu um crime não levar os alunos das disciplinas de foto para conhecer aquele local único. E assim começou a nascer o Projeto Ribeirinhos, ainda sem nada bem definido, a não ser o desejo de descobrir mais sobre tudo aquilo. Começaram as viagens e começou o longo trajeto de tentativas de compreensão de uma realidade extremamente complexa. Havia um parque estadual. Busquei sua história. Havia a cidade de Derrubadas, com esta peculiar denominação e uma história ligada ao comércio de madeira, feito justamente ao derrubar a floresta e ao fazer a madeira descer pelo rio em inacreditáveis balsas que levavam meses de viagem até Porto Xavier, São Borja e também Buenos Aires. Um ofício bruto que foi interrompido por politicagens que

proibiram a operação, deixando uma enorme quantidade de madeira no chão, sem transportes. Nascia o município de Derrubadas, que tem na metade de sua área um parque estadual e uma atração turística mundial. Mas, contraditoriamente, além da menção em um ou dois comércios da cidade, não se percebe a presença do Salto do Yucumã. A sensação era de que havia um local semelhante às Cataratas do Iguaçu, porém não havia exploração turística, e os moradores do local não tinham praticamente nenhuma intimidade com o salto e o parque. Por que e como isto acontecia, era difícil de descobrir.

Como o jornalista é aquele que ouve e pergunta, ouve e pergunta, ouve e pergunta, percebi nas conversas intermináveis com os moradores da região que um espectro de medo ameaçava o local desde os anos de 1970: a construção de uma hidrelétrica. Este projeto simbolizava para os ribeirinhos que fui conhecendo o fim de um modo de vida centrado na pesca, na agricultura de subsistência, na alegria de viver com poucos bens materiais e muitos bens afetivos. Entre os guarda-parques, os temores maiores eram dois: a caça clandestina na área do parque e uma possível inundação do parque e do Salto por esta hipotética usina. Assim, quando me dei por conta, já estava apurando informações sobre o tema. Queria saber que projeto era este, onde aconteceria, quando ocorreria a obra e, principalmente, por que havia tão poucas informações sobre o tema. Assim, após o trabalho de professor de fotografia e de agência de notícias, canalizei as dúvidas para um projeto de extensão que buscou saber o que as pessoas da região pensavam sobre morar em um local lindeiro a uma floresta intocada, com uma cachoeira magnífica e única – o tão falado maior salto longitudinal do mundo –, e sobre ouvir dizer que tudo isso estava ameaçado de virar o fundo de um lago artificial criado pelo projeto de erguer uma hidrelétrica. Percorri as casas e moradas de quem vivia no entorno do Parque Estadual do Turvo, da Barra do Rio Turvo à Barra do Rio Guarita. Em meio a essa perambulação, as visitas ao próprio parque e ao Salto do Yucumã se sucediam, variando estação, tempo e duração. Aí foi decisiva a parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), que, por meio do então diretor do parque, Marcos Giral dini, facilitou o acesso e ofereceu as instalações de pesquisa para o grupo de quatro estudantes de Jornalismo e seu professor.

Além da apuração para o documentário que foi sendo lentamente produzido, sem recursos extras além de equipamento, o carro do Cesnors-UFSM e seu combustível, o que viabilizou o deslocamento, fui lendo e guardando tudo que se referia às hidrelétricas no país. Seguindo o método jornalístico de apuração, fui iniciar a pesquisa pelos jornais do Brasil e da Argentina, os da região central brasileira, Folha de São Paulo, O Globo e Estado de São Paulo, e da Argentina, Clarin e La Nación. E o resultado foi píffio. Meia dúzia de notícias

sobre a intenção dos governos de tocar a obra por conta da realidade de escassez elétrica, conhecida na época como “apagão”.

Durante este período, eu fazia de tempo em tempo uma busca nos jornais, e a situação se mantinha. Até que ocorreu a retomada do projeto pelos presidentes dos dois países, Brasil e Argentina. Rapidamente a situação começou a se concretizar com a elaboração do inventário do trecho compartilhado do rio Uruguai, que sinalizava para duas hidrelétricas, a de Panambi e a de Garabi. Surgia o complexo de Garabi, nomenclatura que passou a ser repetida nos jornais. Aumentaram as notícias, mas o que eu lia nelas não chegava aos rincões da costa oeste do rio. E acabaram surgindo mais dois documentários.

Um dia, em Porto Soberbo, de onde se cruza para o lado da Argentina de balsa, me comentam que no país vizinho a população estava organizada contra a obra do complexo de Garabi. Esticamos algumas viagens para o outro lado. De fato, lá havia mais informação. Mas também havia o mesmo temor causado pela falta de informação.

Este contexto incomodava. A ausência de noticiário para um fato tão importante incomodava mais ainda. A cesta de perguntas sem respostas ia se enchendo a cada dia. Havia informações que não poderiam ser encontradas na região. O projeto estava em discussão ainda nos gabinetes de Brasília e Buenos Aires. O noticiário nacional e regional pingava estas reuniões, encontros, agendas de autoridades que demonstravam um fluxo de andamento do projeto.

Quando, em 2010, surgiu no Cesnors-UFSM a oportunidade de afastamento para fazer a qualificação de doutorado, já não tinha dúvidas sobre o objeto a ser analisado: o noticiário do Brasil e da Argentina sobre a questão Garabi-Panambi.

Neste momento, já havia concluído, com outra equipe de alunos da Agência Da Hora, um segundo documentário que tratava da submersão de cidades inteiras pelo lago da usina de Panambi, no caso Porto Mauá (RS) e Alba Posse (Misiones, Argentina). Esta nova imersão na região ribeirinha me demonstrava que, entre os discursos dos moradores e o que era publicado pelos jornais sobre as decisões governamentais, havia um imenso vazio de sentido. Era necessário agora definir como fazer este trabalho de pesquisa. A princípio, pensei de imediato no uso dos conceitos da Análise do Discurso de que havia feito uso em minha dissertação de mestrado na UFRJ, onde analisei as campanhas de prevenção em Saúde. Mas queria, no entanto, buscar mais elementos além dos discursivos. No meu entendimento, estavam em jogo tanto os discursos jornalísticos como, também, os discursos dos ribeirinhos. E mais ainda. Todos os setores da sociedade organizada ligados à área ambiental também atuavam nesta verdadeira arena discursiva, que também colocava em disputa outros grupos sociais: políticos,

empresas de energia, movimentos sociais, pesquisadores, sindicatos, empreiteiras e outros.

Uma vez aprovado na seleção para ingressar no PPGCOM-UFRGS, foquei o estudo no Jornalismo. Suas teorias e sociologias já mostravam os potenciais e problemáticas do campo desde o seu apogeu na virada do século XVIII. Fiz este percurso teórico transitando por diversos enfoques e pontos de vista, em busca da essência e valores do Jornalismo.

Pensava na gênese do ofício, suas transformações, a intensa relação com as sociedades que davam guarida a esta atividade peculiar, que hoje me permitia um olhar crítico para a realidade de produzir um conteúdo diário de informações jornalísticas relevantes para a sociedade.

Ao mesmo tempo, me embrenhava nos aspectos da formação dos habitantes do território em que estavam projetadas as duas barragens, agora já com locais determinados. Em 2011, foi divulgado pela Eletrobras o inventário que trazia as primeiras luzes sobre o tamanho das barragens, sobre área a ser inundada, o número de moradores atingidos. Estas informações preocupavam os ambientalistas, estudiosos da questão e militantes contra o progresso desenfreado e sem limite que a exploração capitalista promove, destruindo os sistemas vivos e ameaçando a própria permanência do homem, enquanto espécie, no planeta. Utilizando a experiência de quem acompanha o tema há anos, conhecedores dos desmandos governamentais na implantação das barragens, os ambientalistas gaúchos detinham saberes outros que compunham o cenário em análise.

Veio do saber ambiental o olhar da complexidade. E a certeza de que a complexidade, nos moldes do proposto por Edgar Morin, deve ser um ingrediente básico no trabalho jornalístico. Assim, fui sendo um caçador-coletor que recolhia saberes do pensamento selvagem dos ribeirinhos, como evoca Lévi-Strauss, buscando suas culturas únicas, valores, interesses, conflitos, felicidades e tristezas, medos e alegrias deste tipo binacional que habita a fronteira mítica entre os dois países. Estive olhando os resquícios de saberes dos povos originais da região, sua civilização invisível que, por milhares de anos, viveu na região. Assim, o Yucumã se transformou em Mokonã, lugar sagrado que liga este mundo aos muitos outros universos. O que importava para mim já não era uma cachoeira turística pouco explorada economicamente. Era o afogamento irrecorrível de um marco cultural que transcendia a ocupação dos colonizadores europeus. Já pensava a floresta e o rio como entes queridos. Tinha e tenho saudades de simplesmente contemplá-los. De estar lá. De beber as aragens como os Tapejaras. De mergulhar em suas águas, a um passo do precipício de correntezas. Aquecer o corpo nas pedras e andar na mata. Tinha um imaginário repleto de imagens de outro mundo. E a análise discursiva do noticiário se revelou como insuficiente

para abranger a complexidade do acontecimento. As contribuições de Durand e os estudos do Imaginário passaram a reforçar a compreensão da questão do *ethos*.

Passei a juntar nos livros da biblioteca, artigos e encontros do PPGCOM os saberes científicos sobre Jornalismo, Ambientalismo, Análise do Discurso, Teorias da Comunicação, História, Antropologia, Imaginário, Sociologia e muitos outros saberes de exemplares avulsos de publicações que contribuíram para a construção deste texto. Neste mesmo período, fui me aproximando do noticiário regional de Porto Alegre e Posadas e deixando os diários do centro do país e da capital argentina. Meu tema ganhou um contorno regional, pois esta proximidade me era requerida pelo próprio objeto e seus aspectos de interação social. Os saberes do Jornalismo me falavam que esta produção está organicamente ligada à sociedade que a produz. E assim ficava sem sentido saber, para este propósito, o que poderiam dizer os jornais distantes da realidade local.

Duas questões se apresentaram por conta deste encontro de campos de saberes distintos: o silenciamento e o *ethos* jornalístico. Colocando as duas noções dentro do contexto de pensamento que foi sendo elaborado para a presente tese, e buscando um formato de pergunta de pesquisa, tenho a questão assim formulada: como o *ethos* jornalístico existente para os responsáveis pela produção jornalística referente à problemática do complexo hidrelétrico de Garabi-Panambi produz, em seu noticiário, um silenciamento discursivo em relação aos ribeirinhos do Rio Uruguai? Com esta pergunta como bússula, fiz a tentativa de me aproximar de algumas respostas possíveis. E poder formular novas perguntas.

No percurso para obter elementos teóricos e práticos para subsidiar o entendimento da questão, inicio fazendo um relato dos acontecimentos mais importantes que marcaram a minha aproximação com o tema. Estão descritos no interlúdio diversos episódios que considero de grande importância para a formação do meu entendimento da complexidade da questão. Escrevo como em uma reportagem. A produção dos textos do interlúdio segue um método de apuração jornalístico, onde uma pesquisa prévia e bibliográfica sobre o tema leva a questões que devem ser apuradas, ou seja, são formuladas perguntas para serem usadas nos momentos de interação com os personagens. Aqui já tínhamos uma definição de enfoque: saber o que os moradores da região pensavam sobre a questão das hidrelétricas. No decorrer de diversas viagens, constatamos que ocorria grande desinformação. Pouco os ribeirinhos sabiam. Adicionei as apurações em campo o acompanhamento e pesquisa do tema em sites noticiosos de jornais dos dois países, da mesma forma que ao contraponto dos sites ambientalistas brasileiros e argentinos que também participavam da arena simbólica fornecendo discursos e alertando para os perigos da iniciativa governamental.

Os textos desta reportagem reproduzem acontecimentos, descrições, diálogos, referências a outros autores, divagações e entendimentos que foram sendo construídos pela imersão neste caudaloso mundo ribeirinho. A maioria dos episódios narrados são anteriores a minha admissão no PPGCOM-UFRGS e fazem parte do meu aprendizado enquanto professor de Jornalismo e repórter, e servem para subsidiar o leitor deste texto, formar o contexto que envolve o acontecimento e indicar o meu lugar de fala. Busco aqui a narrativa nomeada reportagem-ensaio:

A vertente mais desafiadora, porém, se pauta pela atitude pragmática de ir ao encontro de vivências cotidianas e colhê-las não com a metodologia explicativa, mas sim com afetos e as simpatias da compreensão. As sabedorias humanas da sobrevivência, das múltiplas reinvenções do Estado moderno, das estratégias emergentes na cidade ou no campo, das respostas criativas de todas as faixas etárias frente à indignidade e infelicidade, todo o itinerário de buscas localizadas no microterritório da experiência humana desperta a comunhão poética com o momento histórico. A narrativa que aí se vem pesquisando pode ser nomeada *reportagem-ensaio ou ensaio-reportagem*, uma construção relacionadora, cujo texto vai muito além da técnica. (MEDINA, 2003, p. 57, grifo do original)

Este formato textual foi considerado o mais adequado por oferecer possibilidade de uma aproximação mais completa do tema dentro do olhar jornalístico que conduz toda esta pesquisa. Este olhar usa fontes múltiplas, tanto da oralidade dos ribeirinhos como dos autores chamados a participar da construção dos conceitos presentes na fundamentação teórica onde se insere a questão das hidrelétricas e seu impacto sobre a sociedade. Neste formato de texto foi usada a primeira pessoa do singular nas narrativas jornalísticas e, também, a terceira pessoa do plural quando a narrativa envolvia a voz presente de outros autores no texto.

No próximo capítulo, intitulado Fronteira, Ambiente e Território, busco fazer a aproximação mais direta com a questão das hidrelétricas, onde fiz o que se chama pesquisa de estado da arte, consultando as bases de dados da pesquisa científica do Brasil para ampliar o conhecimento deste objeto único e múltiplo: hidrelétrica. As inúmeras áreas do conhecimento científico acadêmico que abordam o tema referendam a complexidade intrínseca do objeto. Assim, transitando pela engenharia, a hidrologia, o desenvolvimento rural, a geografia e também a comunicação, esbocei um mapa que permitiu identificar algumas constantes existentes nesses estudos, as quais tinham ligação com o problema desta pesquisa. Assim, privilegiei aquelas teses e dissertações que poderiam evidenciar as questões que envolviam os moradores das áreas atingidas pelos empreendimentos. Da mesma forma, ao ler sobre a implantação do modelo de exploração do sistema elétrico brasileiro, em sua história e planificação, ficou evidente a proeminência do Estado como gestor do sistema, sujeitando as decisões administrativas a diferentes políticas governamentais que se sucediam nos períodos

históricos. Novamente, percebi que havia uma constante trágica: o descaso com as populações atingidas pelos empreendimentos e seus lagos gigantescos. E, também, na mesma medida, a pouca importância que a questão ambiental tinha para os tomadores de decisão. Foi se formando o entendimento de que aqueles múltiplos saberes e pontos de vista poderiam ser resumidos assim em duas principais Formações Discursivas que serão abordadas na análise: a favor e contra as usinas hidrelétricas.

O contexto da questão, apesar desta dualidade, porém, não era tão simples. Eram muitas as nuances de cores. Surge a questão da desterritorialização dos afetados pela usina hidrelétrica. Ou seja, há um conhecimento formal de que as hidrelétricas trazem muitos prejuízos ambientais e sociais que vão muito além das indenizações e dos ganhos com o desenvolvimento e progresso alegados pelos que propõem os projetos e obras. Mas não ocorrem decisões político-administrativas para impedir as arbitrariedades. Há um distanciamento discursivo. Nos estudos de comunicação, são revelados casos que corroboram a ideia de que os movimentos sociais e os próprios moradores são relegados ao silenciamento. E aqui retomo o relato jornalístico da reportagem para tratar do momento ímpar onde os ribeirinhos tiveram voz para expressar sua posição. É o momento raro em que o silenciamento é vencido. E não poderia deixar de ser reportado tal grito. Aqui retrato novamente por meio de reportagem dois episódios, um no Brasil e um na Argentina, uma consulta popular e uma audiência pública, onde os ribeirinhos puderam expressar seu saber.

No capítulo Jornalismo, entro na questão do *ethos* jornalístico. Busquei no filósofo grego Heráclito seu fragmento “*ethos antropo daimon*” um ponto para começar a desenrolar um fio e tecer um manto que abrigue a necessidade humana do Jornalismo, muito além do negócio empresarial do século XX, como teoriza Sodré. O fio desenrola-se e vai apontando muitos saberes que complementam esta busca por essências e valores. De uma forma cronológica, vou chamando autores para este diálogo sobre o Jornalismo pelos tempos, com paradas nas estações de Groth e Park na virada do século XIX, na estação de Pêcheux que uniu a psicanálise, o marxismo e a linguística nos turbulentos anos de 1970-1980, chegando à formulação do Jornalismo na teia da vida, uma intersecção comandada por Capra para relacionar este ofício com a biologia, evolução e as teorias de ponta em múltiplos campos do conhecimento científico do século 21. Minha obsessão é fazer estes conhecimentos dialogarem com o Jornalismo e suas práticas de produção. Permito-me estas interdisciplinariedades teóricas para buscar recheiar o meu esqueleto de *ethos* de proposições que deem conta da complexidade jornalística neste século. A justificativa para esta atitude está na questão ambiental.

Após essa fundamentação, nos detemos em caracterizar a Região do Prata, local onde está fixado o palco principal deste teatro de acontecimentos encadeados. Fiz uma rápida incursão no imaginário presente em obras-chave da literatura que retratam o momento de encontro das culturas ancestrais da região com os colonizadores europeus que se aventuravam na América. Esta aproximação vai estabelecer pontes sobre o rio e suas águas, na necessidade que vai se tornando evidente de irrigar, no imaginário de um repórter, a questão da natureza. Outra vez a complexidade se manifesta, agora na formação social em constante modificação. Este devaneio serve como preparação para olhar mais de perto os jornais regionais de Porto Alegre (*Zero Hora* e *Correio do Povo*) e Posadas (*El Territorio* e *Primera Edición*). Fiz a opção de analisar discursivamente o noticiário de Garabi das quatro publicações no Anexo e trazer o resultado para o texto principal. Além da análise discursiva montada a partir das categorias de acontecimento discursivo de Pêcheux, foi dado destaque para algumas reportagens dos jornais consideradas significativas para marcar momentos em que a cobertura produziu sentidos diferenciados. Os entendimentos desta seleção também vão ser complementares aos resultados da análise discursiva. Esta ordem de disposição dos capítulos obedece ao que me parece ser mais fiel ao entendimento do problema neste percurso metodológico que resulta nesta reportagem-ensaio. Por conta disso, após olhar os jornais e fazer a sua fragmentação discursiva, encaminhamos para a formação da complexidade ambiental e sua relação com o *ethos* jornalístico.

Todo o conhecimento acumulado pelo saber ambiental aponta que não é possível perceber o ambiente e a natureza de uma maneira isolada. É o que a Teoria da Vida demonstra. Há, sim, uma complementaridade entre as formas de vida. Pensar um Jornalismo que leve em consideração fenômenos estudados de outros campos de saber não é utópico. Entendo que este trajeto mostra que o Jornalismo sempre absorveu e rejeitou saberes de acordo com o momento histórico; e que esta dinâmica é um valor intrínseco ao próprio Jornalismo visto como uma ação cultural. E é na interação com a questão ambiental, que ganha os noticiários com sua alardeada crise global, que surge uma nova oportunidade. Neste borgiano jardim de caminhos que se bifurcam, refaço um trajeto que mostra aspectos do pensamento ambiental, os quais trazem para a atualidade noções e conceitos que são de alta operatividade. Em especial, me refiro à noção da falha metabólica, um conceito da biologia reaproveitado por Marx para mostrar onde reside o distanciamento do homem da natureza, por conta do trabalho e de sua exploração capitalista. A falha metabólica é um conceito esclarecedor para compreender o conflito entre o desenvolvimento dito sustentável e a produção de miséria pelo capitalismo em escala global. Muito daquilo que a epistemologia

ambiental de autores com Leff e Shiva formula está alicerçado no entendimento marxista da falha metabólica. E esta complexidade do saber ambiental nos aproxima das Teorias do Imaginário. Acredito que é nos limites do imaginário que há espaço para modificações no *ethos* jornalístico, pois a questão está além do discurso e além do ambiental. Está na imersão na natureza e na produção e em outra linguagem que venha a aceitar os saberes múltiplos da natureza. Os mitos marginais de hoje são aqueles que determinados saberes assim os denominam. Se o saber do ribeirinho não é aceito pelo jornalista, há um saber que marginaliza determinado conhecimento em prol de outra visão. E esta visão está presente em todo um aparato cognitivo que se configura a partir das formulações simbólicas aceitas pela linguagem dominante no Jornalismo. É neste rio que queremos mergulhar, não para desvendar todos os mistérios, ação inalcançável, mas sim para explorar o abismo. É um mergulho vital nas águas do Jornalismo que busca recuperar saberes e estimular linguagens outras presentes em imaginários não explorados. E contamos com o afeto e o amor para dotar esta linguagem de um *ethos* que seja um *daimon* a soprar sentidos antes restritos.

E como este relato tem de ser encerrado formalmente, faremos no último capítulo a tentativa de juntar ao tecido do *ethos* este sopro de sentidos e valores que estão à nossa volta, na natureza, nos ribeirinhos, nos rios. Do Yucumã até o Mokonã foi uma trajetória longa, na qual nos apoiamos nas curvas do rio Uruguai para fazer o caminho da nascente até a foz. Saímos da terra e, de alguma forma, chegaremos ao mar.

2 INTERLÚDIO

2.1 Contrastes e territórios

O rio serpenteia em meio a morros verdes. A mata domina o espaço. Sucessões de tons de verde em 15 quilômetros de estrada até o rio. A ilha de verde está cercada de terra marrom. Dois mundos enfronteados, o mato e a lavoura. Dois universos, dois imaginários. Dois fluxos de informações sobre o sentido da vida em oposição e complementariedade. Um território de contrastes entre complexos ambientes produtores de narrativas das vidas e mortes sucessivas.

No reflexo da água, nos estios, longe das correntezas das velozes corredeiras, o céu espelha o infinito azul e profundo. Ponto de extrema verticalidade. Água e céu estão na mesma cena, cercada de verdes matas, em aparente equilíbrio. Mas há uma falha. Uma fissura de 2 mil metros no leito do rio cria uma cicatriz de 100 metros de fundura, fazendo com que a água caia em uma cachoeira longitudinal barulhenta. É Yucumã, o grande roncador. É *Mokõ-nã*, o que a tudo engole.

Quem chega ao local, descendo a estrada em direção à barranca do rio, primeiro escuta seu som. Não há silêncio nas margens do rio Uruguai. Há energia bruta e milhões de anos de modificações geológicas. Água, pedra e floresta. Esta junção ímpar serve de habitat para inúmeras espécies, com alta biodiversidade. É um sistema propício à vida. Uma destas espécies, o ser humano, estabeleceu uma existência harmônica com seu ambiente – são os ribeirinhos do rio Uruguai, que vivem, há décadas, perambulando em um dos primeiros locais de fixação de habitantes na região. Um fluxo migratório que saiu da região da foz do rio da Prata há 20 mil anos e foi se espalhando até as corredeiras do Uruguai. Durante séculos, o Yucumã falou por eles. Hoje, os remanescentes desta ancestral ocupação estão à beira de serem calados para sempre. Os rios Uruguai e Paraná podem virar uma sucessão de lagos artificiais que buscam se apropriar da energia e força do curso de água. Se assim for, o grande roncador será silêncio. É sobre este possível destino que discorreremos aqui, relacionando saberes que saem do Jornalismo e passam pelo Ambientalismo, Marxismo, Discurso, Imaginário e Formação de Sentido, retornando ao Jornalismo, em especial à análise e

formulação de um *ethos* do Jornalismo para o século 21.

2.2 No começo, uma notícia

Policial é baleado no Rio Uruguai¹

Ele fazia o patrulhamento da área em um barco quando foi atingido na cabeça

por Silvana de Castro, Missões

Um sargento do 2º Grupo de Polícia Ambiental de Três Passos, no noroeste do Estado, foi baleado na cabeça enquanto patrulhava de barco o Rio Uruguai ontem, entre Tiradentes do Sul e Derrubadas, na fronteira com a Argentina. O sargento está internado no Hospital de Caridade de Ijuí e, segundo seus colegas, passa bem. A bala estaria alojada entre o couro cabeludo e o crânio. Vários tiros teriam sido disparados, do lado argentino, em meio à mata. Três policiais estavam no barco.

Hoje e aqui, o rio Uruguai é largo. Suas águas escuras salpicam o meu rosto enquanto a proa da lancha da Patrulha Ambiental da Brigada Militar vai saltitando. Está quente e o reflexo do sol na água ofusca os olhos. Saímos de Barra do rio Turvo há mais de duas horas e aos poucos vamos avançando pelas margens do Parque Estadual do Turvo. A vegetação fica cada vez mais fechada, apenas rareando nos atracadouros que a população usa para acessar o rio do lado da Argentina. Naquela margem, avisto casas de ribeirinhos, variadas, desde as mais modestas, de madeira, moradas de pescadores, até belas residências de fim de semana, inclusive algumas pousadas.

Quando o terreno da margem é mais íngreme, com morros mais altos que emparedam o rio, a vegetação costeira é mais densa. Os galhos mais altos se estendem em direção ao leito, nas curvas, suspendendo flores, folhas e frutos sobre as águas. Além de sombra, as árvores fornecem alimento para as espécies aquáticas que vivem nos remansos. As raízes seguram a terra dos barrancos nas enxurradas, evitando o assoreamento do rio. Verdes folhas miram-se no rio, envoltas nas brumas da manhã, quando tudo é paz.

O barco avança. Das margens é só um pequeno ponto. No meio do rio, o sol ilumina tudo. O barulho do motor dificulta conversas entre os três tripulantes, dois soldados da BM e

¹ CASTRO, 2010.

eu, o intruso autorizado pelo sargento Seibert, comandante da Patram de Três Passos (RS), um alemão grande, de rosto lustroso e maçãs rosadas. Ele ocupa toda a proa do barco com seu corpanzil. No comando do barco, o magro e alto soldado Costa diminui o motor. Aponta com a mão para uma pequena clareira na barranca e mostra um pequeno atracador, visível apenas devido à falta de árvores, onde se revela uma trilha barrenta da margem até a parte de cima do barranco.

- Foi daí que atiraram na gente – afirma Costa, apontando para o mato fechado logo acima do porto clandestino na margem argentina do Uruguai.

- Ali só podemos ir se for junto com a *gendarmeria* – completa Seibert, falando sobre a polícia de fronteira argentina.

- É difícil saber de onde vêm os tiros. Tivemos sorte. São sempre caçadores, mas estes tinham má pontaria. O Souza deu muita sorte. Nós nos abaixamos no fundo do barco depois do primeiro disparo. Quando parou, vimos ele caído e sangue na sua cabeça. Achei que tinha morrido. Daí corremos embora para poder ajudá-lo, mas é longe – recorda Costa – não sei como ele não morreu!

Foi a notícia de que um sargento da Brigada Militar fora baleado na cabeça e não morreria que me chamou a atenção pela primeira vez para o fato de que estava morando muito próximo ao rio Uruguai e que nas imediações do rio aconteciam coisas de cinema. A região noroeste gaúcha foi à última a ser ocupada no Rio Grande do Sul por imigrantes alemães, italianos e poloneses na década de 1940. Aqui, a vida leva à violência, e as violências pontuam as vidas. Tiros, facadas, onças, festas, florestas fazem parte da história oral fronteiriça, onde os valentes se bandeiam para o outro lado para fugir da polícia. Lá e cá. Lá e cá, no balanço dos caíques que ignoram limites. Madeiras que já foram árvores. Árvores que hoje são barcos. Tudo é rio. As palavras dos ribeirinhos são rios de sentido que definem a vida e seus desafios. Escoam por entre margens com histórias hilárias de peixes e onças. Assustam-se com chuvas, enxurradas e barragens, infernos discursivos recorrentes.

A criação de barragens no rio Uruguai é um tema conhecido na região desde a década de 1970. É o caso do projeto do Complexo de Garabi, anunciado em setembro de 2009, pelos presidentes Luís Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Cristina Kirchner, da Argentina, em Brasília, com previsão de gerar 2,2 MW². A ideia é antiga. Em 1972, os dois países fizeram o

² A potência de Garabi de 2,2 MW faria dela uma hidrelétrica de grande porte. No Brasil, Itaipu, por exemplo, tem de potência instalada de 14 MW. Já a usina de Belo Monte, no Pará, teve seu projeto iniciado em 1975 e, retomada na primeira década do século 21, terá, quando em operação a possibilidade de gerar 11,3 MW. Hoje, a maior hidrelétrica em potência instalada é a de Três Gargantas, na China, 20,3 MW (ELETROBRAS, [201-a]).

primeiro tratado. Os estudos iniciais foram até 1988. Na década de 1990, no entanto, a iniciativa parou por conta da crise econômica e da mobilização dos movimentos sociais. O símbolo das ações dos movimentos sociais contra o Complexo de Garabi era a submersão do Salto do Yucumã, o maior salto longitudinal do mundo, e das áreas de preservação ambientais nos dois lados do rio. O movimento social obteve êxito aparente. As propostas de usinas no trecho binacional do rio Uruguai foram engavetadas por 20 anos por diversos fatores, entre eles a crise econômica que se abateu nos dois países. Desde o anúncio presidencial em 2009, o fantasma das barragens retornou às conversas dos ribeirinhos, vagarosamente.

Ribeirinhos são seres múltiplos e únicos em sua fascinação pelo rio. Escolhidos pelo mundo duplo de fronteira, não suportam cidades. São fortes. Esnobam o progresso fácil dos de fora, apegando-se a cuscos e ranchos na beira do rio Uruguai. Vivem no limite. Em um ponto de confluência, próximos ao Yucumã, parceiro imortal de seus causos de noite e fogueira. Seu mundo pode mudar em breve e, eles, aos poucos, começam a saber disso. E querem gritar como o roncador grita e ser ouvidos a milhares de quilômetros, em Porto Alegre e Posadas, Buenos Aires e Brasília. Mas persiste agora o silêncio. O silêncio dos afogados.

No terreiro de chão batido, as cadeiras se mesclam a chinelos de borracha em constante arrastar e ajeitar. Os pés são tão inquietos quanto as mãos de seus donos. Mãos rudes e fortes que, quando gesticulam, enchem as frases de humor ferino e ênfase. O dançar dos dedos emoldura o trovejar da voz ou o gargalhar da boca. É uma conversa tensa. O cenário é verde e preto. Cachorros guaipecas coçam as pulgas enquanto os homens conversam. O assunto é caro aos cinco homens na casa dos 50 anos: a pesca no rio Uruguai. Bonés surrados, maços de cigarros e chinelos acompanham os pescadores da Barra do Turvo, pequena localidade que testemunha o encontro do rio Turvo com o rio Uruguai. O dia está quente e úmido. A palavra está com Buda, dono, atendente e cozinheiro do único bar da localidade:

- Se isso acontecer, a gente está acabado. Acabou os ribeirinhos. Já está cada vez mais difícil pescar. Com as barragens que estão aí, o nível do rio muda uma vez por semana. Com mais uma barragem, acabou – sentenciam.

- Não pode ser. Assim não vai dar mais para viver por aqui – interrompe Paquinha, companheiro de Buda e morador do mesmo local.

- Acho que não é isso. Já ouvi falar dessa barragem. Não vai mudar nada aqui. É longe daqui. Não vai afetar – aponta Chico, nome pelo qual é conhecido Aparício Roque de Andrade, 49 anos, também morador e pescador

- Mas já tem menos peixe. Cada vez menos. Antes tinha mais, bem mais. Pintado e

surubi, quase não tem mais – retruca Buda.

- Mas agora tá melhorando. Replantaram nas margens a vegetação e tem tido muito mais comida para os peixes – recorda Paquinha.

- Mas o problema é quando abrem as comportas da represa lá de cima e vem aquele monte de água que dispersa os peixes tudo. Aí não dá para pescar nada, por uns dois dias – explica Sílvio, o quarto morador que vem se chegando na roda de conversa.

Daí eu falo: eles não sabem ainda se vai ser uma barragem ou se vão ser duas. Só que é pra cima né, acima daqui, no rio. Aí tem um pessoal que tá reclamando que pode, que já tentaram fazer isso há uns trinta anos, mas que ia tapar tudo aqui, o Salto também. Aí reclamaram, trancaram. E agora pegaram a ideia de fazer de novo. Por isso que eu tô perguntando pras pessoas, né.

- Pra nós, tá loco, termina tudo – diz Buda.

- Porque o pequeno, que depende disso aí, tá perdido – completa Paquinha.

- Tá perdido – repete Buda.

- Por quê? Não tem o que fazer? – indago.

- Fazer o quê, né? - retruca Buda.

- Assim só vai piorar, como essa barragem lá em Itá, que já estragou – completa Paquinha.

- É sim, eu estava contando pra eles aqui. [...] por isso que dá isso aqui ó. Hoje, o Uruguai tá lá embaixo, amanhã tá dois metros pra crescido – explica Buda, falando sobre quando as barragens rio acima, como a de Itá, largam água por suas comportas elevando repentinamente o nível do rio.

- E varia muito? – pergunto.

- Vareia sim, de vereda – afirma Buda.

- Mas varia assim, dum dia pro outro?

- Sim, mas dentro de duas horas assim. Duas horas tá lá embaixo. Duas horas tu vai lá, o Uruguai tá lá em cima... - explica Buda.

- De segunda a quarta dá prá dizer que peguemos um peixinho... porque eles abrem as comportas... – começa a falar Paquinha, sendo interrompido por Buda.

- É, nós temos dia certo. Quarta, quinta e sexta a domingo, não vai na água porque não adianta.

- E se fizessem mais uma barragem pra frente? - retomo.

- Daí nós temos que ir embora – diz Paquinha.

- Daí nós podemos sumir daqui. Sumir do mapa – fala Buda.

- Pra onde?

- É, pra onde eu não sei, mas temos que sumir daí – encerra Buda.

O policial da Patram que levou o tiro na cabeça e não morreu mora em uma pequena casa em Três Passos. Por conta do ocorrido, deu baixa da Brigada Militar. Hoje, na rotina de aposentado, fica feliz em receber em sua casa para um chimarrão e conversar bastante. No meio da conversa, me indaga se eu quero ver a bala. Respondo que sim e ele vai buscar a relíquia. Traz um pequeno cilindro de metal achatado. Seguro com respeito na palma da mão e, depois de revirar o metal para ver os dois lados, devolvo ao seu dono. Depois de muito conversar sobre a vida, família e trabalho, indago ao forte e alto homem de boa sorte.

- E vais voltar ao rio?

Ele me olha como se eu tivesse falado um absurdo.

- Bom... estive lá na semana passada. Para jogar umas linhas, sabe como é. A gente é das barrancas. Não me aguento muito na cidade. Quando me dá uma folga vou pra lá.

2.3 Terra de muitos

Os campos dobrados do Oeste do Rio Grande do Sul, chamado de terra de muitos³ revelam hoje a agricultura que se estende ao infinito. Por estas terras, em pequenas e médias propriedades, vivem milhares de agricultores, descendentes das imigrações europeias do século XIX. Os campos se pintam de verde-amarelo, com o trigo pronto para colher e o milho em crescimento. Girassóis, canola e aveia alteram-se com a hoje toda poderosa soja. Encravado bem no extremo noroeste do Rio Grande do Sul, ou no centro-leste de Misiones, o Salto do Yucumã, ou El Salto de Moconá, limita o Brasil e a Argentina. Esta fronteira é apenas política e foi estabelecida no século XVII⁴.

Por milhares de anos, tribos não nomeadas (posteriormente, na época da conquista,

³ Expressão criada pelo Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, segundo governador do Rio Grande, que era homem de boas letras. À sua geração, que anuncia o iluminismo pombalino, pertencem grandes figuras de soldados, administradores e intelectuais, como sejam: José Fernandes Pinto Alpoim, Gomes Freire de Andrada, Alexandre Gusmão. Foi ele, no seu estilo característico de barroco retardatário, quem batizou o Rio Grande com o epíteto “terra dos muitos”. Escreveu Coutinho: “A este país, meu senhor, tenho chamado a Terra dos Muitos, e ouça Vossa Mercê a razão. Na verdade há aqui muita carne, muito peixe, muito pato, muita marreca, muito maçarico real, muita perdiz, muita courama, muito pântano. No Verão muita calma, muita mosca, muito mutuca, muito mosquito, muita pulga. No Inverno, muita chuva, muito vento, muito frio, muito trovão. E, em qualquer tempo, muito trabalho, muita faxina, muito boa água, muita esperança e muita saúde para servir a Vossa Mercê.” (CESAR, 1969).

⁴ A história da fronteira e de seus primeiros habitantes pode ser encontrada em Schmitz (2006), que fez a prospecção arqueológica dos mais antigos sítios habitados no Estado, e, após a chegada dos colonizadores ibéricos, em Guilherme Cesar (1969), Becker (2002), Golin (1985, 2004), Golin e Boeira (2009), Kern (1994) entre outros.

foram chamadas de Caingangues e Guaranis) usaram o rio apenas para sobreviver e a belíssima paisagem do Yucumã para embelezar suas vistas, fortalecer sua cultura, se apropriar da natureza. Até hoje, homens e mulheres visitam o lugar. É difícil precisar o porquê. Há um fascínio indescritível e inexplicável na água. E ainda mais fascinantes são os instantes em que as águas se quebram e trocam seu correr calmo por correntezas caudalosas. Nas quedas, os homens buscam ver o passado e o futuro em seus violentos desdobramentos. Força da água, força da natureza, força dos homens? Seriam estas forças convergentes? Muito pouco provável. “A nossa época, esta bárbara sociedade de consumo, com suas orgias energéticas e batalhas materiais, protagoniza um processo de demolição sem precedentes contra todos os sistemas vivos e de suporte de Vida”. Assim entendia o tema José Lutzenberger (1990)⁵, pioneiro na denúncia do que o sistema de acumulação capitalista representa para a sobrevivência da espécie humana no planeta, no Brasil, no Rio Grande do Sul. O ambientalismo brasileiro floresceu na década de 1970 com pessoas como Lutzenberg. A atualidade do seu pensamento é hoje um dos suportes do que se pratica e se ensina na área do Jornalismo ambiental⁶. Por ora, precisamos identificar primeiro o território em observação.

O rio Uruguai é o maior curso de água do Rio Grande do Sul⁷. Tem suas nascentes nos altos da Serra Geral, na junção dos rios Pelotas e Canoas, seus principais afluentes formadores. Deste ponto, são 1.770 quilômetros até a foz no rio da Prata, na Argentina. Esta região, historicamente, vem sendo ocupada por habitantes pré-colombianos há milhares de anos. Entre os estudiosos do tema, há uma desavença científica. Os arqueólogos da América do Sul buscam provar que a teoria da vinda dos primeiros humanos pelo estreito de Bering,

⁵ José A. Lutzenberger formou-se engenheiro agrônomo pela UFRGS em 1950 e fez pós-graduação em ciência do solo na Louisiana State University, 1951, nos EUA. Após trabalhar até 1957 em empresas de adubos químicos no Rio Grande do Sul, foi para a Alemanha trabalhar na BASF, empresa multinacional em química agrícola. Esteve sediado na Alemanha, Venezuela e Marrocos, trabalhando como executivo e assessor técnico nos países do norte da América do Sul e Caraíbas, na África do Norte, Espanha e Canárias. Em dezembro de 1970 pediu demissão. Alegou na época não poder mais coadunar sua visão ecológica com as práticas da agroquímica. Voltou a sua terra natal. Escreveu e fez palestras sobre ambientalismo por todo o mundo e participou da fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAM) e foi um dos líderes do ambientalismo gaúcho e brasileiro até sua morte em 2002 (FUNDAÇÃO, [2015]). Ver também LUTZENBERG, 1990, p. 114.

⁶ Jornalismo Ambiental é uma especialização do Jornalismo na qual as questões ambientais estão no cerne das inquietações para as produções de conteúdo jornalístico. De acordo com a dissertação de mestrado de Roberto Villar Belmonte, defendida no PPGCOM-UFRGS em 2015, o Jornalismo ambiental pode ser conceituado como “um Jornalismo que informa para transformar”.

⁷ “A bacia do rio Uruguai abrange uma área de aproximadamente 384.000 km², dos quais 176.000 km² situam-se em território nacional, compreendendo 46.000Km² do Estado de Santa Catarina e 130.000Km² no Estado do Rio Grande do Sul. Possui uma vazão média anual de 3.600m³/s, volume médio anual de 114 Km³. Estendendo-se entre os Paralelos de 27° e 32° latitude Sul e os meridianos de 49° 30' e 58° 15' WGr, a bacia do Uruguai, em sua porção nacional, encontra-se totalmente na região sul, é delimitada ao norte e nordeste pela Serra Geral, ao sul pela fronteira com a República Oriental do Uruguai, a leste pela Depressão Central Riograndense e a oeste pelo território argentino.” (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2010).

entre a Ásia e o Alasca, não procede. Independentemente da data, temos no Brasil datações de 20 mil anos. Na região do Prata, já são aceitas datações de 12 mil anos. Primeiro, viviam na região grupos de caçadores coletores e, bem depois, povos ceramistas da tradição Tupi-guarani.

Em época mais recente, o local foi sendo ocupado pelos europeus, em 1607, quando começam os trabalhos jesuíticos, primeiro em Asunción del Paraguay, depois nos “[...] territórios de Guaíra, Itatim, e, por fim, o Tape: esse no atual Rio Grande do Sul [...]” (GOLIN, 1985, p. 2). De acordo com Golin, a Batalha de Mbororé, contra os bandeirantes paulistas escravocratas, à margem do afluente do rio Uruguai de mesmo nome, inaugurou um novo tempo de expansão missioneira, formando-se então os Sete Povos das Missões: São Nicolau (1626), São Miguel Arcângelo (1632), São Francisco de Borja (1682), São Luís Gonzaga (1687), São Lourenço (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo (1707). Até sua destruição por exércitos de Portugal e Espanha, atingiram os sete povos uma população de 30 mil habitantes (GOLIN, 1985, p. 18).

Uma vez tendo sido a região ribeirinha estabelecida como fronteira pelos reinos da Espanha e Portugal, desde o século XVII até os dias de hoje, foram intensas as relações entre os dois países sul-americanos. Uma sucessão de tratados, guerras, invasões e fugas implementou uma série de costumes, valores e tradições entre as duas nações. Quando reinou a paz, afluente o comércio, em especial a madeira e a erva-mate. Como não havia estradas, todo o comércio de grande monta se dava pelo rio Uruguai, criando a figura lendária do tipo denominado “balseiro do Uruguai”, empreendedor de dupla nacionalidade. A região noroeste do Rio Grande do Sul teve sua colonização apenas na década de 1920, existindo no local uma grande floresta. Os balseiros usavam o rio para levar sua carga de madeira em enormes embarcações de troncos, valendo-se das periódicas enchentes para fazerem viagens de três a quatro meses até os portos de São Borja, no Brasil, e Buenos Aires na Argentina. Tal atividade acabou na década de 1960, uma vez exauridas as florestas brasileiras e com a mudança política de dar preferência pela nascente agricultura mecanizada.

A época deixou sua memória na folclórica canção popular recolhida por Barbosa Lessa, musicada por Noel Guarani e fixada no imaginário missioneiro como uma ode de louvor às mudanças do rio e ao aproveitamento inteligente de sua enchente para o transporte:

Oba! viva! veio a enchente
O Uruguai transbordou
Vai dar serviço pra gente
Vou soltar minha balsa no rio
Vou rever maravilhas

Que ninguém descobriu (...)
(GUARANI, 1975)

Na Argentina, a ocupação foi mais lenta. Quase toda a região norte de Misiones, na mesopotâmia Argentina (região entre os rios Paraná e Uruguai), ficou como floresta até por volta de 1980. Hoje, a agricultura continua apenas em pequenas propriedades, sendo de subsistência. Explora-se em grande escala a madeira (pinus), a erva-mate e o chá. No Brasil, porém, dos anos 1970, desde a revolução verde⁸, até os dias de hoje, a região recebeu incentivos federais para a mecanização da agricultura da soja, trigo e do milho. Por conta da imigração italiana, alemã e polonesa em uma região entrecortada por morros e rios, as propriedades rurais e os municípios se mantiveram fracionados, com pequenas e médias propriedades e agroindústrias de criação de aves e suínos. A mata original permaneceu na margem dos rios, em encostas íngremes de morros e no Parque Estadual do Turvo. E esta mistura de populações é o que hoje forma o grupo denominado aqui de ribeirinhos do rio Uruguai, moradores dos territórios fronteiriços que fazem uso do rio como fonte de alimento, transporte, atividade econômica, lazer e toda a gama de relações sociais entre os habitantes de duas nações que ocupam um mesmo espaço geográfico. São habitantes de fronteira e, por isso, “cruzar para o outro lado” é um hábito cotidiano.

Assim sendo, o território cortado pelo rio Uruguai é uma reserva florestal e social, ou, em um sentido mais amplo, ambiental. Guarda uma história, tem uma cultura e um ambiente único. Como hoje as terras cultivadas já foram acessadas, o pouco de mata que sobrou passa a estar ameaçado pelos empreendimentos hidrelétricos estatais. No seu trecho superior, o rio Uruguai possui três hidrelétricas já instaladas: Usina Hidrelétrica de Itá (1.450MW⁹), Usina Hidrelétrica de Machadinho (1.150MW) e Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó (885MW). Conforme Paim e Ortiz (2006), em toda sua bacia hidrográfica são mais de 30 projetos. Em andamento neste momento existem os de Itapiranga e o do Complexo de Garabi, que é o foco desta tese.

⁸ “Revolução verde” é a denominação vulgar para o somatório de técnicas novas descobertas pelos laboratórios alemães, ingleses, franceses e norte-americanos para a plantação de sementes que necessitavam de uso de herbicidas e outros venenos químicos para o controle de pragas, bem como o incremento da preparação do solo como adubos e outros fertilizantes manipulados quimicamente, em especial um resíduo da petroquímica, o NPK. A “revolução verde” foi implantada com o apoio do governo federal no Brasil, sobre pressão de multinacionais que detinham o monopólio da tecnologia. Também serviu para que os governos militares fomentassem a expansão para o Oeste, ocupando com agricultura em grande escala os territórios desta faixa, de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

⁹ “O megawatt, cujo símbolo é MW, consiste numa unidade da grandeza física potência. É um múltiplo do watt. No sistema internacional de unidades (SI), a potência vem expressa em watts pelo que para converter megawatts em watts é necessário reduzir megawatts a watts, isto é, 1 MW = 10.000.000 W. O consumo do Rio Grande do Sul foi de 6,5 MW em 2012, de acordo com o Atlas Sócio Econômico do RS.” (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

O modelo de geração de energia hidrelétrica do governo federal ganhou fôlego no Brasil com a crise do petróleo de 1973 até 1979, época em que foram erguidas as hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí e Serra Mesa. Foram planejadas muitas outras no país, mas a crise da dívida externa brasileira acabou congelando os projetos, como no caso de Garabi. Um exemplo deste processo longo de implantação é o da primeira hidrelétrica de grande porte no rio Uruguai – Itá – que teve seu projeto iniciado em 1979, porém só foi concluída em 1999. E na década de 90 foi que a iniciativa privada entrou forte no setor, nos governos dos presidentes Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Com os leilões das estatais ou de setores destas, a área de geração da Eletrosul foi privatizada e vendida a uma multinacional da energia, o grupo Suez Energy.

Em 2004, já sob o governo Lula, o Marco Regulatório do setor elétrico foi revisto pelas leis 10.847 e 10.848 e o decreto 5.081/2004. Tais leis colocam o governo federal novamente no centro do sistema, como órgão decisor e empreendedor. Este Marco Regulatório colocou pela primeira vez em evidência o fator ambiental, ao menos nas leis. Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica do Brasil (2011), a Empresa de Energia Elétrica (EPE) define as questões técnicas para novos empreendimentos e o Ministério de Minas e Energia trata das questões políticas. Os empreendimentos passam a ser executados pela Eletrobras ou são licitados pelo governo. A tomada de decisão, ou seja, a definição de tocar ou não uma nova obra vai depender desta complexa gama de análises administrativas, econômicas e políticas. Tal etapa raramente encontra lugar nos noticiários. O momento em que a sociedade e os meios de comunicação obtêm conhecimento destas atividades é na data de suas divulgações oficiais, ou, em alguns momentos, nas reuniões técnico-políticas que antecedem o anúncio presidencial. A partir daí se dá uma trajetória que, observada de perto, mostra uma série de problemas administrativos, sociais, políticos e ambientais. Observe-se, por exemplo, o caso da geração de energia pelo aproveitamento do potencial dos rios no Brasil. Para Hannigam (2009, p. 91-92), na estruturação do modelo nacional de aproveitamento de recursos hídricos brasileiros, o desafio foi vencer problemas como “corrupção, práticas pobres de manejo e propriedades em conflito com o governo” e também a existência do que ele chamou de “clientelismo perceptível no Brasil através de megaprojetos, sempre sem uma consultoria saudável, mesmo assim aprovados, para garantir àqueles no poder o capital para trocas políticas”. Tais acontecimentos já foram objeto de estudo no país. O caso mais notório no Rio Grande do Sul foi a recente fraude apresentada no Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), documento de trabalho gerado na verificação dos impactos socioambientais, no caso, sobre a Usina de Barra

Grande, no rio Pelotas, obra que seria realizada pela empresa Engevix¹⁰.

Minha aproximação com esta realidade problemática foi aos poucos ganhando corpo. Durante três anos (2008 até 2011) coordenei um projeto de extensão que fez um registro multimídia da expressão cultural dos ribeirinhos e moradores do entorno dos parques e da necessidade de preservação ambiental da região. O trabalho, feito inicialmente com um grupo de alunos do Curso de Jornalismo do Centro de Educação Superior Norte – RS (Cesnors), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Frederico Westphalen, resultou em dois documentários de 30 minutos em que os ribeirinhos e moradores daquela região de fronteira entre o Brasil e Argentina relataram aspectos de sua vivência e as relações com o rio Uruguai e as unidades de conservação. Durante este trabalho, executado com apoio da direção do Cesnors-UFSM e dos colegas do Curso de Jornalismo, pude perceber que os moradores do local tinham poucas informações sobre o projeto de construção das usinas hidrelétricas no rio Uruguai. O primeiro documentário, denominado *Ribeirinhos do Rio Uruguai e moradores do entorno do Parque do Turvo*, foi concluído e apresentado na rede escolar do município de Derrubadas (RS) durante a semana do Meio Ambiente de 2011. Mariana Correa, cinegrafista do projeto, comentou em reportagem da Agência Da Hora:

Interação com as crianças nas escolas de Derrubadas não poderia ter sido melhor para finalizar o projeto. Com a comunidade que é a maior interessada e que daqui para frente vai poder cuidar do que é deles. Só de ver a alegria e o entusiasmo dos alunos já valeram os dois anos e a luta que tivemos e que continuaremos a ter pelo salto do Yucumã e Parque Estadual do Turvo. (informação verbal)¹¹.

Na ocasião eram plantadas mudas de árvores nativas fornecidas pelo horto do Curso de Engenharia Florestal do Cesnors/UFSM. O mesmo documentário também foi apresentado em Frederico Westphalen (RS), em Montevidéu, no Uruguai, em Florianópolis (SC) e em Porto Alegre (RS). O segundo documentário, denominado *O Silêncio dos Afogados*, contando as angústias dos moradores das cidades de Porto Mauá (RS) e Alba Posse (Misiones-Argentina), na área que será inundada se a obra de Garabi/Panambi for executada, feito por outra equipe de alunos do curso de Jornalismo do Cesnors, foi concluído em 2013 e apresentado em Foz do Iguaçu (PR), na Universidade Nacional da Integração Latino-americana (Unila). Nos dois vídeos-documentários há o registro da fala dos ribeirinhos e dos

¹⁰ A empresa Engevix é uma das maiores empreiteiras de obras públicas do Brasil e faz parte do consórcio de empresas que ganhou a licitação binacional para os estudos prévios da construção do Complexo de Garabi-Panambi. A fraude referida está no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) promovido pelo Ministério Público Federal.

¹¹ Comentário de Mariana Correa na reportagem da Agência Da Hora, em Derrubadas, 2010 (SALVE, 2010).

moradores dos dois países, desde o cidadão comum, transeunte, até as autoridades públicas locais, professores, alunos etc. Um terceiro documentário, em produção desde 2014, aborda a realização de um plebiscito na província argentina de Misiones, onde a população votou em uma consulta popular para dizer se queria ou não a construção da Usina de Garabi. O resultado foi de 94% de votos contra.

Com este material coletado e impresso no meu imaginário, busco agora tecer uma narrativa outra.

O artista decola do real para o delírio, mas procura nele alguma verossimilhança; o autor de narrativa cuja referência é a realidade se defronta com os mistérios do imaginário. Tanto um, na fantasia emancipatória, quanto o outro, no rigor e na fidelidade realista, criam uma narrativa autoral, única na poética e nas referências do mundo concreto. (MEDINA, 2014, p. 46).

Busco, como afirma Medina (2014), tecer uma narrativa autoral, uma reportagem ensaio feita com base nesta longa apuração jornalística e acrescida da “fala” e dos saberes de muitos autores que trabalharam com os muitos aspectos que formam a complexidade deste tema. E por se tratar de uma narrativa jornalística, trabalho com informação e ética, pela vida. “Informação não surge ao acaso, informação é sempre um processo histórico irreversível”, apontou Lutzenberg (1990), acrescentando que a ética está submetida à vida.

Assim, o grande Albert Schweitzer¹² enunciou como princípio básico da Ética 'o princípio fundamental da reverência pela Vida em todas as suas formas e as suas manifestações'. Se há um pecado grave, esse é frear a Vida em seu desdobramento, eliminar espécies irremediavelmente, arrasar paisagens, matar oceanos. (LUTZENBERG, 1990, p. 84-85).

Então, busco aqui um texto reportagem-ensaio-tese que saia do real para o delírio com verossimilhança; um processo histórico que tenha reverência pela vida. Uma narrativa cuja referência é a realidade com ética. Para isto, é necessário se defrontar com os mistérios do imaginário para fazer a travessia passo a passo na apuração de um acontecimento jornalístico no universo no qual podemos apreender múltiplas realidades. O trabalho do repórter diante de um acontecimento complexo, multifacetado, que envolve a vida e o destino de milhares de pessoas, como o caso da construção de barragens em rios para a geração de energia elétrica –

¹² Albert Schweitzer (1875-1965) foi um teólogo, filósofo, músico e médico alemão que abandonou uma proeminente carreira acadêmica para ir praticar medicina no Gabão, em Lambaréné, onde após muitos percalços conseguiu construir um hospital. Percorreu o mundo falando sobre seu projeto e angariando recursos. Foi um dos precursores da Bioética. O seu texto *Ethics of Reverence for Life*, de 1923, mas publicado em 1936, apresenta os fundamentos para o pensamento bioético. Em 1953 ganhou o prêmio Nobel da Paz (GOLDIM, 2007).

mega-empresendimentos em grandes centrais hidrelétricas como no caso da opção brasileira-argentina – está inserido em uma dinâmica social que é orgânica. O repórter está na sociedade e a sociedade forma o repórter¹³. Esta relação pode ser colaborativa ou competitiva. No primeiro caso, o trabalho jornalístico é parte do acontecimento social, atuando como parte integrante da disputa simbólica, em uma operação balizada pelos valores de ação cultural e que busca a expressão plural dos integrantes da sociedade, e não apenas dos grupos dominantes do poderio econômico e político, como no caso da segunda opção. A medida maior é a proteção à vida. Hoje, em uma sociedade que destrói sua própria subsistência em busca de lucros e consumo de objetos tecnológicos artificiais, sensuais e emotivos, pode o Jornalismo operar na circulação de outros valores que não a busca do dinheiro como princípio maior da organização social? Tais questões e conceitos serão detalhados após esta breve contextualização territorial, humana, ambiental e social dos fatos a serem abordados e das teorias que fundamentam a análise e a reflexão dos saberes.

2.4 Um temporal de ideias e o Salto do Yucumã

O ônibus estava cheio e descia a estrada estreita e embarrada. Um temporal daqueles de virar o dia em noite, com uma barra cinzenta imensa, terminara há menos de 30 minutos. Na entrada do parque, o guarda-chefe, seu Getúlio, avisa:

- Se der problema, eu não posso fazer nada. Não trabalhamos na chuva.

O motorista fica com medo. Muita conversa. Muita conversa para convencê-lo a não desistir. Aos poucos, porém, se convenceu de que a estrada era boa. E o grupo foi descendo os 15 sinuosos quilômetros em direção ao rio Uruguai, em meio à maior floresta gaúcha. Úmida, verde e molhada, como toda floresta. Era muito estranha a cena, aquele enorme ônibus derrapando ladeira abaixo. Ninguém ali dentro sabia o que veríamos a seguir. Eu, morador do pampa, da orla da Lagoa dos Patos com suas planícies infindas, estava em outra dimensão. A única coisa que me era familiar era a umidade. Essa foi a primeira de cinco excursões dos

¹³ Sobre a realidade a ser observada e o observador das realidades, disse Maturana: “Na objetividade entre parênteses há tantas realidades quantos domínios explicativos, todas legítimas. Elas não são formas diferentes da mesma realidade, não são visões distintas da mesma realidade. Não! Há tantas realidades — todas diferentes, mas igualmente legítimas — quantos domínios de coerências operacionais explicativas, quantos modos de reformular a experiência, quantos domínios cognitivos pudermos trazer à mão (...). Havendo tantas realidades legítimas quantos domínios explicativos eu possa trazer à mão em minhas coerências operacionais como observador, se tenho uma discordância com outra pessoa, essa outra pessoa está num domínio de realidade diferente do meu. É tão legítimo quanto o meu, que é diferente. Pode ser que não me agrade, mas não me agradar é um ato responsável de minha predileção, não é um ato de negação da legitimidade desse outro domínio de realidade”. (MATURANA, 2001a, p. 29).

alunos do curso de Jornalismo do Cesnors/UFSM para fazer reportagens sobre o Salto do Yucumã e o Parque Estadual do Turvo. Eu, enquanto professor, ia mesclando os alunos da disciplina de Agência Experimental de Notícias, ofertada todo semestre, com alunos de FotoJornalismo. Além do Parque do Turvo, fomos em outras ocasiões às Missões de São Miguel e ao Parque Nacional dos Aparados da Serra, sempre em busca de reportagens e notícias, fotos e vídeos, entrevistas e observações, contrastes sociais, econômicos e culturais que fazem a diversidade gaúcha rica e pródiga em tipos únicos. Agora, porém, o foco era o Yucumã. Eu buscava uma reportagem. Buscava a interpretação de um fato que ainda não tinha sentido algum em meus pensamentos.

“Por que alguém destruiria esta maravilha?”, indagava a mim mesmo, enquanto banhava o corpo nas águas do rio Uruguai – “e por que ninguém fala nada sobre isso?”. Estava irremediavelmente encantado, afetado, querendo mergulhar no “universo fluido e misterioso da não racionalidade”, como coloca Medina (2014, p. 44-43) ao falar sobre seu projeto defendido em *A arte de tecer o presente*. A busca destas respostas me levava, enquanto professor e repórter, a uma peregrinação de três anos por cidades e localidades, recolhendo depoimentos dos moradores das margens do rio e do entorno do Parque Estadual do Turvo. As vozes deles passaram a ecoar nos meus pensamentos, repovoando meu imaginário urbano com árvores, águas, rios, pedras e animais. E a questão cresceu na sua complexidade. Disse Cremilda Medina (2003, p. 43) que “quando se constrói um personagem ou uma história de vida, as fronteiras do real e do imaginário se borram”. Eu interagia com novos personagens a cada viagem. Assim foi com os alunos no ônibus, em 2007 e 2008, nas visitas ao Parque do Turvo. E depois, de 2009 até 2011, na produção dos documentários do projeto ribeirinhos. Em cada uma destas viagens, os depoimentos eram cada vez mais tensos:

- O que você vai fazer quando a água chegar?

Silêncio... e, depois:

- As pessoas ficarão na rua... ficarão sem nada. Fica só a tristeza. É muito triste.

Camila Lovera é enfermeira e ajuda o pai no bar ao lado da aduana, em Alba Posse, Argentina, pequena cidade na beira do rio Uruguai. Para ela, a construção da hidrelétrica de Panambi, vai “borrar” a vida e a história dos moradores das margens do rio nos dois países. Nascida e criada no local, para Camila não existe nenhum benefício no empreendimento que, de acordo com a Eletrobras (2010), pode custar até US\$ 5,2 bilhões e tem previsão de começar a operar em 2020. Apesar de ainda faltarem muitos anos para um possível início da operação da usina, o projeto já abalava a população da região. Medo, impotência e tristeza eram os sentimentos verbalizados nas vozes de lideranças, comerciantes, agricultores,

professores e crianças que conviviam diariamente com a ameaça de perder tudo. O passado, o presente e o futuro. Para Camila, que ajuda o pai no bar que a família tem na beira do rio, a situação é angustiante. Convicta de que vão perder tudo, ela se emociona e chora durante a gravação dos depoimentos. Não foi a única. O forte povo ribeirinho, que luta contra cheias anualmente, não aceita ser separado daquilo que lhe define: o rio.

- Toma. Son enpanadas que hice. Son un regalo. Lo que hacen es muy importante¹⁴ – diz Camila após a conversa, reforçando os compromissos mútuos de respeito não escritos que envolvem a relação entrevistador-entrevistado.

Na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, Porto Mauá, com 2.802 habitantes, é no verão retrato de uma pacata e bucólica cidade de interior à beira do rio Uruguai. As pessoas dormem de janela aberta, comem peixe-frito e tocam violão na rua, ao lado do rio. Tomam banho, pescam e trabalham em função do rio. Junto com sua cidade-irmã, Alba Posse, na Argentina, Porto Mauá está fadada a desaparecer por uma decisão administrativa dos governos federais do Brasil e da Argentina. Se os dois países mantiverem o compromisso já assinado por Luís Inácio Lula da Silva e Cristina Kirchner em 2009, as cidades, a orla, a fauna, a flora e toda a história da região será submergida em um lago.

O motivo para o castigo diluviano é morar e ter feito morada ao lado de um potencial de energia hidrelétrica avaliada pela Eletrosul em 2.200 MW de capacidade instalada (Usina de Panambi, na localidade de Alecrim, e Usina de Garabi, que está prevista para a localidade de Garruchos). Um projeto que já está em discussão pela população local. Em uma das muitas visitas à região, um depoimento foi marcante. Agricultor, filho de agricultores e neto de agricultores, conversei longamente com o secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Porto Mauá, Vilson Roque Dawies, 54 anos – produtor rural em uma propriedade de 12,7 hectares que será alagada se a represa for construída. Depois de um demorado chimarrão na varanda da bela casa, onde ele falou da história de sua família, o senhor de olhos claros e rosto enrugado do sol desabafa:

- Para o povo que vive da terra, não vai trazer benefício nenhum. A destruição ambiental não tem preço. As pessoas pensam no dinheiro que vão receber, mas ninguém sabe quanto nem como. Só ganharão as empresas que patrocinam os governos, em troca querem obras. Eles não se importam que a população vai perder. Querem é dinheiro. Nós, agricultores, vamos sair perdendo. A maioria aqui é contra – afirma Vilson

De acordo com o projeto divulgado pela Eletrobras na única reunião feita na região¹⁵,

¹⁴ Toma. São pasteis que fiz. São um presente. O que vocês fazem é muito importante (tradução nossa).

¹⁵ As quatro reuniões abertas organizadas pela Eletrobras foram as seguintes: Santa Rosa, 25 de novembro

em 2010, o lago da represa inundaria 60% da área urbana e 40% do município. Ao todo, do lado brasileiro, são 18 municípios que terão áreas alagadas. O lago de Panambi teria 32,7 mil hectares, e o de Garabi 64,2 mil hectares. No lago é que estão os maiores problemas desta modalidade de empreendimento. Além de desalojar milhares de famílias (9,2 mil na previsão inicial do estudo do inventário), trocar um rio caudaloso, de margens com grande vegetação, por um lago, produz um impacto socioambiental do mesmo porte que as grandes usinas. Além de alterar o clima e acabar com o habitat de espécies animais e vegetais, o lago se espalha pelas terras mais férteis, inunda todas as várzeas e campos, deixando apenas as encostas íngremes e o topo dos morros fora da água. Como a região é de relevo quebrado e de pequenas propriedades, não resta alternativa para os moradores que não o êxodo. Não há terras à venda na região. É o que disseram os moradores de Porto Mauá, como Dawies, durante a gravação do segundo documentário do projeto Ribeirinhos, em 2011. Opinião compartilhada por mais lideranças da região na época das gravações.

- Na região, as terras mais férteis serão inundadas. As terras que sobram são as roxas, mais adiante, que já recebem agricultura mecanizada e ninguém quer vender. São mais valorizadas. Fora isso, não sobra muita coisa. Vamos perder mais de 100 anos de história e já estamos sofrendo a perda psicológica. Gostaríamos, como gestores, de um debate de qualidade, de repassar as informações para a população. Promovemos reuniões, mas faltam informações. Idosos e pessoas na faixa de 30 a 50 anos já sofrem de depressão. Para o gestor, o econômico não pode ser o mais importante – afirma o então prefeito de Porto Mauá, Guerino Pedro Pisoni.

- Os *royalties* da usina transferidos para o município não pagam o prejuízo ecológico. Não é preciso matar para viver. Eu me preocupo com o rio e com as pessoas – complementa o vereador do PDT, Alir Valentim Rocha.

O quadro de desinformação e desilusão não se restringe ao poder público. No comércio e junto aos agricultores, tanto no Brasil quanto na Argentina, a única certeza é a impotência e o descaso dos governos para com os habitantes do local.

- Vai ser no cabresto. Não há garantias do governo. Mas a gente está organizado para isso. Vamos nos mobilizar. Querem usar nossas terras para ganhar dinheiro. E vão deixar o prejuízo conosco – afirma Dawies, emocionado.

Dawies não quer encerrar a conversa iniciada na prefeitura. Nem nós, a equipe de Jornalismo formada por mim e mais quatro alunos. Por isso, ele nos leva até sua casa,

próxima à cidade, na localidade de Itajubá, onde, com um chimarrão, conta sobre a apreensão que toma conta dos moradores. No seu lar, cuidado com esmero por ele e pela esposa Cirlei, tudo convida ao desfrute da natureza. Árvores, jardins, lavoura e culturas estão por todo o lado. Mostrando a propriedade, Dawies para diante de uma figueira já crescida.

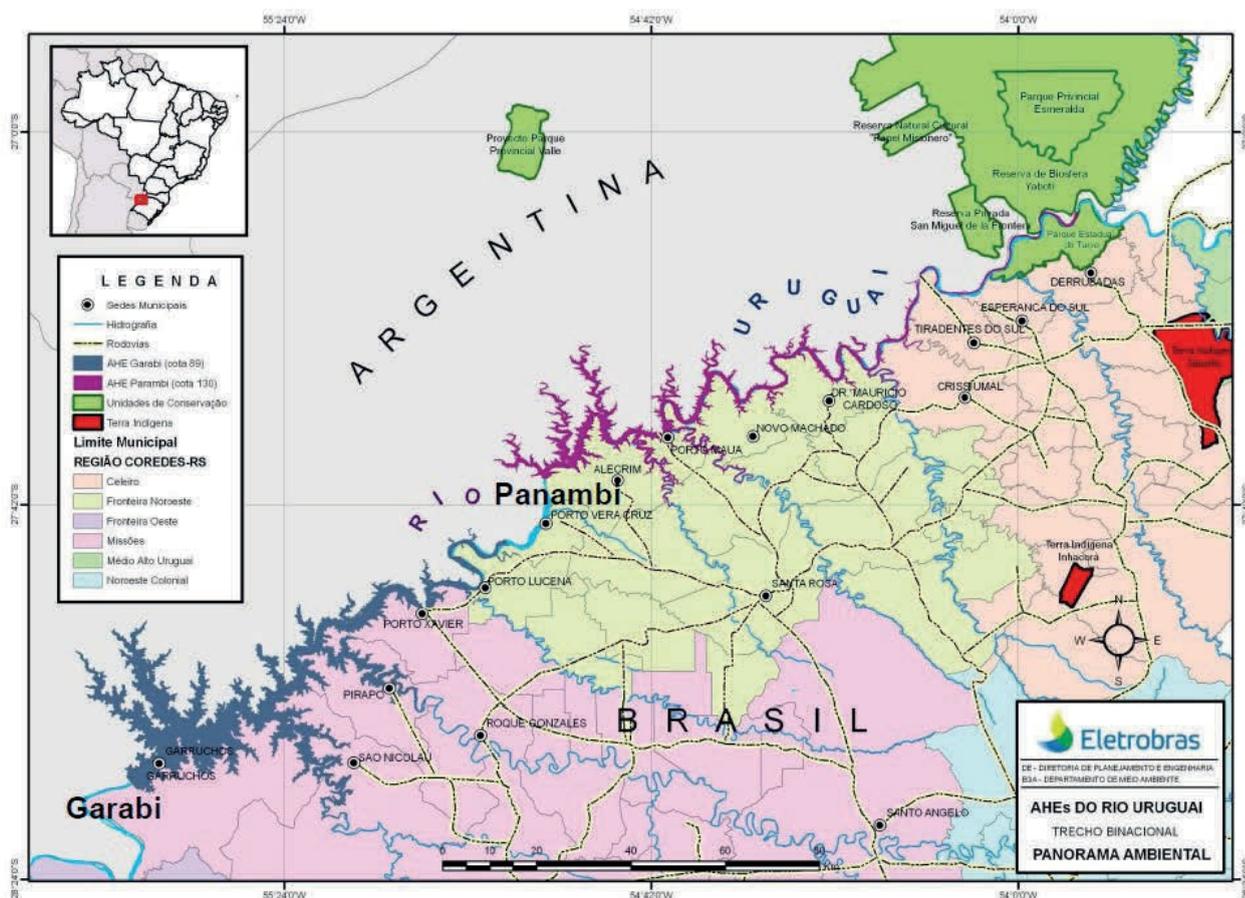
- Nesta árvore, meus filhos brincaram. Eu brinquei. Meu pai plantou. Agora, com tudo isso, não sei se meus netos poderão brincar – dispara, com água nos olhos, o agricultor que teme ter seu passado, presente e futuro roubados.

A conversa com estes homens simples e diretos é carregada de tensão. Eles narram apreensões intermináveis. Eles revelam um temor crescente de perderem o futuro. Eles todos, que foram o futuro de seus pais e avós, hoje podem vir a ser riscados do mapa, com toda a sua cultura e visões do mundo. Eles temem ser afogados e esquecidos pelo mundo. Perder sua memória, passado, momentos e todo e qualquer legado que planejaram deixar para filhos, netos e parentes e amigos. E não é só isso. A alteração do território para eles seria total. O ambiente de rio e floresta seria extinto com a obra. Suas vidas e modos de viver estariam embaixo de muita água. Suas vozes estariam silenciadas, junto com o barulho do rio, da floresta, da vida que ainda resta no Rio Uruguai.

Ao lado do grande roncador, El Salto del Moconá, como o denominam os argentinos que têm de vir ao Brasil para contemplar toda a beleza do rio se dobrando para dentro dele mesmo, não é fácil conversar devido ao barulho da água. Chove muito. O temporal voltou logo depois que paramos com o ônibus na área de recreação junto à margem do rio Uruguai. São quase 40 alunos caminhando pelo lajeado de pedra irregular que faz a margem brasileira do rio. Desta superfície de pedras é que se observa o Salto do Yucumã. Estamos ali, fotografando, filmando, olhando, pensando, caminhando e mirando a queda de água. Quando o temporal que fez o dia virar noite estava se armando, ainda em Derrubadas, eu via rostos preocupados. Agora, depois da descida, quando todos se largam pelo terreno, tudo que eu escuto são exclamações de admiração. Ninguém mais parece se importar com a chuva. A força da natureza pasma as pessoas. A dimensão infinita do horizonte de verde e azul modifica nossa impressão e percepção de limites. Chove, mas ninguém mais reclama da chuva. Eles brincam com a paisagem e com as câmeras fotográficas. Passam a ser cenário e cena. O dia segue cinza. O vento sopra mais forte, fazendo as nuvens correrem mais rápido sobre nossas cabeças. Os alunos se dispersam pelo imenso lajeado de pedra em pequenos grupos de afinidade. Uns sentam e conversam descontraídos. Fico observando eles observarem todo o espetáculo paisagístico natural e penso quantos milhares de pessoas já repetiram esta cena, desde milhares de anos atrás. E esta reflexão diante da natureza está em nosso conhecimento

do mundo, em nossos saberes repassados de geração em geração. A inescapável força de uma cachoeira que captura nosso olhar. Como disse a poeta: “o amor, ah, o amor é a água”. E a água é tudo no rio que corta o noroeste gaúcho (veja no mapa a localização de Derrubadas, do rio Uruguai e dos parques brasileiro e argentino).

Mapa 1: Mapa da localização das possíveis barragens de Panambi e Garabi e dos parques florestais (em verde) hoje existentes na região.



Fonte: Eletrobras. Disponível em: www.eletrobras.com

2.5 Cada um tem o escritório que merece

O portão de ferro estava trancado com corrente e cadeado. Paro a Parati Track Field bem próxima ao portão e levo na mão a chave que minutos antes havia recebido do diretor do parque. Acho esquisito e, no mínimo, inusitado, entrar naquele espaço de 17 mil hectares sozinho, acompanhado somente dos meus colegas de trabalho, a equipe que há anos, desde 2008, percorre comigo as imensidões da região mais desconhecida do Rio Grande do Sul, uma sucessão de vales e rios no extremo noroeste do estado.

- Abriu. Vamos lá. Agora somos nós e a onça – falo, brincando, mais para mim mesmo do que para qualquer pessoa.

A brincadeira disfarça o nervosismo que permeia o grupo. Um medo não verbalizado, ancestral, que todo o ser humano sente quando está em um local de natureza selvagem e que sabidamente abriga grandes felinos. Atravesso o terreiro ao lado do carro, paro, saio para fechar o portão. A casa do seu Getúlio, chefe dos guardas parques há mais de 30 anos, é hoje, em março de 2009, apenas silêncio. Todas as portas e janelas fechadas. Nenhum ruído. Estranho a falta de cachorros, presentes em todas as casas das imediações do entorno do parque que visitamos nos últimos anos, mas aqui não são permitidos cães e outros bichos de estimação. Estamos na hora do lusco-fusco, quando os olhos enganam e a mente vê coisas que não existem. Uma floresta é um lugar propício para estes delírios. No horário do entardecer, as sombras bruxuleiam satisfeitas.

Quando entro na Parati, volto para um outro mundo. Alegre, risonho, quente. Todos se conhecem bem ali. Caras e rostos convidam para fazer piadas e troçar um do outro, dinâmica comum em equipes de Jornalismo que serve para espantar cansaços, medos e esquecimentos de regras de segurança. Quatro pessoas e uma infinidade de equipamentos dividem o espaço exíguo da cabine, junto com bolsas, roupas, comida e bebida. Aquela Parati era como uma casa móvel. Agora faz quase uma semana que nos alternamos entre o carro e o alojamento de pesquisa do Parque Estadual do Turvo, no município de Derrubadas (RS). As câmeras de foto e vídeo registram fragmentos de um documentário que mostra a vida e as ideias dos moradores da região do entorno do parque, da Barra do Rio Guarita até a Barra do Rio Turvo, dois dos rincões mais longínquos do estado. Suas florestas atraíram, na década de 1940, os primeiros colonizadores. Não muitos. A realidade era inóspita. As terras recortadas e cobertas de florestas dificultavam o plantio. A economia era baseada na extração de madeira, atividade que criou o personagem mítico do balseiro do rio Uruguai¹⁶. Em uma atividade bruta, as maiores árvores de madeira de lei eram derrubadas, as toras levadas ao rio e, com elas, construídas enormes e intrincadas balsas que desciam o curso de água até os portos de São Borja e Buenos Aires. Nesta viagem incomum, foram sendo criados os portos e cidades que hoje existem na beira do rio Uruguai, quase todas cidades gêmeas, uma do lado brasileiro e outra do lado argentino, irmãs siamesas com um canal de água as ligando e aproximando. É a cultura fronteiriça. No pampa, ela originou o gaúcho a cavalo, peregrino da vastidão das

¹⁶ Segundo Eduardo de Almeida Navarro, "uruguai" é um termo proveniente do guarani antigo: significa "rio dos uruguás", pela junção de urugúá (uruguá, um tipo de caracol de água doce) e 'y (rio) (NAVARRO, 2013. p. 606).

coxilhas e planuras. Na bacia do Uruguai, o ribeirinho montado em seu caíque. O ribeirinho é o primo pobre desse gaúcho a cavalo, refugiado no cancionero popular que o impediu de desaparecer com as mudanças de costumes e de matriz econômica. O ribeirinho subsiste no imaginário de milhares de moradores das cidades que vão para a beira do rio em fins de semana, feriados e férias da mesma forma que os moradores de Porto Alegre vão para as praias do litoral norte do Rio Grande do Sul. Virou lenda, cantada em cancioneros ao redor dos fogos das fogueiras de acampamentos de beira de rio.

A região Noroeste do Rio Grande do Sul e no Sudeste de Misiones é até hoje pouco povoada, com muitos pequenos municípios que atingem no máximo 10 mil habitantes cada, de acordo com informações da Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional. As maiores cidades são Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, e Oberá em Misiones. O relevo acidentado de perto do rio não permite grande exploração de lavouras mecanizadas. Por conta disso, em meio à grande transformação da mata em lavouras de soja e milho, sobraram nas margens do rio Uruguai florestas esparsas e descontínuas, hoje incluídas na reserva da biosfera de Mata Atlântica (ver no Mapa 2, p.44), do lado brasileiro, e na Floresta Missioneira argentina, que vai da região do Salto del Moconá até as Cataratas del Iguazu, em uma enorme floresta de mais de 60 mil hectares que guarda a região mesopotâmica. A área é mais acessível pela margem do rio Paraná – há poucos anos foram abertas estradas costaneiras ao rio Uruguai na margem argentina. Já a ocupação brasileira nunca se faz por estradas costeiras, mas por ligações rodoviárias dos pequenos portos com as cidades médias mais próximas.

O ribeirinho enquanto agrupamento coletivo humano existe imerso no imaginário acerca de toda a faixa de terra que circunda a parte de cima do mapa do Rio Grande do Sul e a leste de Misiones. Só o rio Uruguai, em seu trecho exclusivo do Brasil, tem, das suas nascentes nos altos da Serra Geral até a barra do Quaraí, 1.262 quilômetros¹⁷. Este mundo de

¹⁷ Segundo informações do site da Agência Nacional de Águas (2015), o rio Uruguai é um rio sul-americano que nasce na Serra Geral e que se forma pela junção dos rios Canoas e Pelotas, na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A nascente do rio é o rio Pelotas, que nasce cerca de 65 quilômetros a oeste da costa do Atlântico. A foz do rio Uruguai é no rio da Prata. É um dos rios mais importantes na hidrografia do sul do Brasil, servindo de fronteira entre esse país e a Argentina e entre a Argentina e o Uruguai. Uruguiana é a principal cidade gaúcha banhada por suas águas. O rio Uruguai forma-se na Serra Geral em cotas aproximadas de 1.800 metros com o nome de rio Pelotas. Somente após receber as águas do rio Canoas passa a se chamar rio Uruguai, indo na direção-geral leste-oeste até receber, pela margem direita, as águas do rio Peperi-Guaçu. Então, começa a infletir para sudoeste, servindo de fronteira inicialmente entre Brasil e Argentina, até receber o rio Quaraí, afluente da margem esquerda que atua como fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Depois de receber as águas do rio Quaraí, o rio Uruguai continua para o sul até a localidade de Nueva Palmira, onde deságua no rio da Prata. Sua extensão total é de 1.770 quilômetros. Note que, desde a junção de seus formadores até a foz do rio Quaraí, são um total de 1.262 quilômetros, ficando os restantes 508 quilômetros do rio Uruguai correndo inteiramente entre terras uruguaias e argentinas. Somando-se ao rio Pelotas, sua extensão

Este universo, o Parque Estadual do Turvo é um ambiente repleto de vida, criado em 1967, fruto da compreensão de uma época em que o saber ambiental advogava em prol da organização e criação de áreas de conservação, ideia importada dos primeiros parques nacionais norte-americanos¹⁸. Com 17 mil hectares, o Parque do Turvo é o maior parque estadual gaúcho, lar dos últimos seis exemplares de onça-pintada existentes no Rio Grande do Sul, de acordo com a pesquisa do biólogo da UFRGS, Carlos Benhur Kasper (2007)¹⁹. Uma população difícil de ser conferida devido aos hábitos noturnos e furtivos dos grandes felinos e às migrações para as áreas argentinas nos períodos de seca do rio. Assim como os ribeirinhos, os animais selvagens não reconhecem as fronteiras artificiais dos imigrantes europeus. Para Kasper, inclusive, a presença de grandes felinos no parque brasileiro se deve à existência do corredor florestal na argentina, o chamado “Corredor Verde de Misiones”, que liga a região do Salto del Moconá ao parque Nacional de Iguazu.

Da mesma forma procederam os habitantes originais da região, que já ocupam o território há pelos menos 20 mil anos. A fronteira é uma tradição inventada, como apontam Hobsbawn e Ranger (1984)²⁰, assim como é inventada a divulgação de notícias sobre acontecimentos importantes para uma comunidade, observando a forma com que o historiador inglês formou e aplicou o conceito de “tradição inventada” nas atividades humanas que analisou. Hobsbawn e Ranger consideram que grande parte dos hábitos tradicionais originou-se de uma série de tradições criadas por condições e necessidades próprias da modernidade nascente na Inglaterra e o culto à nobreza de origem feudal. Estas tradições são “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas”, como, no exemplo do autor, a mensagem de Natal da rainha da Inglaterra, feita a partir de 1932 por meio radiofônico. Hobsbawn e Ranger (1984, p. 9) consideram que estas práticas são de natureza “ritual ou simbólica” e “[...] visam inculcar valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.”.

Estudos recentes da Antropologia e da Arqueologia do Brasil e da Argentina apontam que entre os primeiros habitantes da região, antes da invasão e colonização executada por

¹⁸ Hannigan (2009) escreveu sobre a formação dos parques nacionais dos EUA, na virada do século XIX.

¹⁹ O biólogo Carlos Benhur Kasper, então aluno de Mestrado do PPG-Biologia Animal, da UFRGS, orientando de Marta Fabian, e seus colaboradores (ecólogos Fábio Dias Mazim e José Bonifácio Garcia Soares, e o biólogo Tadeu Gomes de Oliveira), fizeram o estudo mais completo sobre a fauna do Parque do Turvo em um trabalho apoiado pela organização não-governamental (ONG) porto-alegrense Theris <<http://www.theris.org.br>>, recebendo também o apoio da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza <<http://www.fundacaoboticario.org.br>> e a colaboração da Secretaria Estadual de Meio Ambiente <<http://www.sema.rs.gov.br>>. O resultado foi publicado na Revista Brasileira de Zoologia (KASPER, 2007).

²⁰ Hobsbawn e Ranger escreveram sobre as tradições inventadas em *A invenção das tradições* (1984).

portugueses e espanhóis, havia uma intensa relação social e cultural. Havia deslocamentos e “estradas” definidas em movimentos migratórios e invasões guerreiras. E também deslocamentos entre familiares e grupos humanos que tinham laços de parentesco ou afinidades com o modo de vida. Estes encontros, relatos e notícias dos acontecimentos circulavam entre os povos da região²¹. Não a notícia impressa da modernidade ocidental, mas a notícia oral, ancestral e mítica. Falavam sobre guerras, mortes e nascimentos, migrações, costumes, comida, casamentos, festas e diversões. Circulavam por meio de relatos. Outras notícias traziam os ensinamentos do passado e eram contadas pelos anciões ao redor de fogueiras e em excursões de caça e de guerra. Havia notícias específicas para os homens, para as mulheres e para as crianças. Para toda a comunidade. E todos na comunidade poderiam produzi-las e divulgá-las de acordo com seus interesses pessoais ou de grupo, clã e tribo. O jornalista e sociólogo norte-americano, Richard Park (2006), escreveu que as notícias são uma necessidade da humanidade, independente de qualquer forma de organização econômico-social. O também sociólogo e jornalista alemão, Otho Groth (2011), leva por este caminho seus pensamentos sobre o que seria uma Ciência dos Jornais, ou jornalística. Os dois são pensadores do Jornalismo como produtor de notícias na virada do século XIX.

O caso é que, para descer aqueles 15 quilômetros de estrada de chão até a margem do rio Uruguai, para fotografar e filmar o Salto do Yucumã à luz da lua, não tenho em meu repertório mental notícia alguma. Não sei como fazer isso. Mas vou fazer, disse eu não tenho dúvidas. Apenas descemos a estrada, rindo, falando bobagem para disfarçar a situação. Ainda estou no lusco-fusco e vou rumo ao rio pela estradinha úmida e cercada de árvores majestosas.

A Parati freia. Desço com Lucas Wirti, Clarissa Hermes, Letícia Sangaletti e Mariana Corrêa²². Retiramos um monte de equipamentos e fomos em direção ao rio pela trilha que conhecíamos muito bem. O lajedo de pedras irregulares é vencido aos poucos até nos aproximarmos da enorme queda de água, dois quilômetros de uma mesma cascata que faz o rio cair para dentro de si mesmo. O som que não termina. As gotículas que enchem o ar de uma nuvem esparsa. A vastidão do rio, que corre entre vales de morros encobertos totalmente de vegetação, especialmente verde. Hora de acomodar os equipamentos para iniciar a fotografar, gravar imagens, conversar, brincar e esperar a lua nascer. Só não sabíamos onde seria isso. É difícil achar o Norte. A única referência era a luminosidade difusa do entardecer. Fico esperando a lua do lado oposto, mas ela me engana e vem pelas nossas costas, na direção

²¹ Ver sobre este tema em Schimtz (2001), Golin (1985, 2009), Kern (1994) e Cesar (1969).

²² À época, meus alunos de graduação; hoje, são jornalistas.

da trilha. Mas serviu de fonte de luz. Fiz minhas fotos, com tripé, em velocidades muito baixas, sorvendo as luzes da lua e paralisando o fluxo das águas nos sensores da câmera. Logo ficou muito escuro. Ligamos as lanternas e surgem conversas sobre o que fazer se uma onça aparecesse. Melhor gravar logo o material do documentário. Afinal, a única garrafa de vinho que havia estava seca. Gravamos depoimentos e passagens. Gravados no parque, no Salto, na lua, na pedra, no rio. Sim, Yucumã, teu grito era a voz de nós cinco em risos e frases de vitória berradas para câmeras e microfones. Agora estava garantido o material final para fechar o documentário que, por três anos, ocupara mentes e corpos em sucessivas viagens na boa e velha Parati branca, nossa querida *Track Field*. O grupo tinha uma notícia apurada com rigor para dar ao bom e velho mundo que cerca o município de Derrubadas. O rigor de um repórter em sua aventura de descobrimento de sentidos em imagens a serem transformadas em textos como este. Um texto que conclama um diálogo com fontes vivas e mortas, de hoje e do passado, do simples e do complexo. E este texto vai sendo tecido também aqui, da cadeira de meu avô, pelotense, meio português, meio basco.

O motor do carro faz seu barulho, encobrindo o grande roncador. É hora de retornar e subir os 15 quilômetros. Poucos metros para fora do claro da lua é noite fechada. Os olhos da Parati iluminam muito pouco. Vamos lá. Morro acima. Escorregando e pulando nas pedras. Derrapando e acelerando pelo fechado caminho. Uma imagem de cinema que fosse subindo em um balão mostraria aquele ridículo ponto de luz sufocado pelas copas das árvores que se inclinam sobre a estrada, buscando devolver à floresta aquele estreito e comprido trecho de terra, barro e pedra. Se do lado de fora do veículo o único barulho é o motor acelerando morro acima, dentro dele a algazarra é incessante. Todos falam e riem ao mesmo tempo. Piadas, pegadinhas e besteiradas transformam minha atenção na estrada em algo bem pequeno. E a equipe segue filmando. Ainda temos muito caminho para andar.

Figura 1 – Ribeirinho contempla o Salto do Yucumã da margem Argentina do Rio Uruguai. Relação dos moradores do local com o rio é complexa, marcada por afetos



Fonte: Jornal de Posadas, *Primera Edición*, no dia 19 de abril de 2015

3 FRONTEIRA, AMBIENTE E TERRITÓRIO

A fronteira entre dois países é um ambiente único, limitado artificialmente por um território político definido para separar nações. Na prática, é um ponto de encontro de indivíduos que mesclam culturas por meio do rio, marca geográfica que é usada como transporte, meio de subsistência, comércio, lazer e guerra. Falaremos neste capítulo da questão da construção de hidrelétricas no rio Uruguai e dos estudos acadêmicos que unem diversas áreas do conhecimento para produzir saberes sobre esta complexa problemática que envolve a engenharia, a hidrologia, o desenvolvimento rural, a geografia e a comunicação. Interessamos fazer um mapa da questão, em especial do histórico descaso dos governos para com as populações atingidas pelos empreendimentos que não cumprem as regras de proteção ambiental e não asseguram os direitos civis das populações.

Para promover uma aproximação com o objeto empírico em análise, vamos retratar dois acontecimentos recentes, um na Argentina e um no Brasil. Falaremos sobre a consulta popular promovida na província argentina de Misiones, onde a população votou contra a obra de barragens no rio Uruguai; e também vamos explicar a paralisação do projeto no Brasil por conta da decisão da Justiça Federal devido a ameaça de inundação de 60 hectares do Parque Estadual do Turvo.

3.1 As hidrelétricas e o rio Uruguai

A primeira hidrelétrica do mundo foi construída no final do século XIX – quando o carvão era o principal combustível e as pesquisas sobre petróleo ainda engatinhavam – junto às quedas d'água das Cataratas do Niágara na fronteira entre os EUA e o Canadá. Até então, a energia hidráulica da região tinha sido utilizada apenas para a produção de energia mecânica. Na mesma época, e ainda no reinado de D. Pedro II, o Brasil construiu a primeira hidrelétrica, no município de Diamantina, utilizando as águas do Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, com 0,5 MW (megawatt) de potência e linha de transmissão de dois quilômetros. O nome da localidade já sinalizava para uma prática sistemática dos governos

brasileiros no decorrer dos anos em que o tema foi a implantação de hidrelétricas: tornar a vida das populações atingidas pelos barramentos um inferno. Para gerar a energia necessária para as cidades, a história dos empreendimentos é de descaso público com as populações. Nos EUA, junto com a primeira hidrelétrica, surgiu a primeira polêmica em jornais sobre o tema²³.

No Brasil, a imprensa se manteve estrategicamente distante do assunto. Por ser um objeto complexo, os empreendimentos hidrelétricos são estudados por muitos campos do conhecimento. Dentre as áreas podemos citar a engenharia, hidrologia, desenvolvimento rural, geografia e comunicação. Nas teses que estudam a criação do sistema de geração hidrelétrica no Brasil, o ponto inicial histórico é a determinação de Dom Pedro II de criar a barragem em Diamantina. Porém, o grande impulso se deu em dois outros momentos históricos. Na década de 30, a partir do governo de Getúlio Vargas e, posteriormente, na década de 70, durante os governos militares.

Os primeiros estudos acadêmicos do tema estavam em sua grande maioria ligados a hidrologia, geração de energia e construção civil, e não serão abordados neste momento por fugirem ao escopo deste trabalho. Somente em meados dos anos 70 é que a questão dos impactos ambientais gerados pela interrupção do curso dos rios e a criação de imensos reservatórios, bem como a situação de alteração da rotina socioeconômica de comunidades, passou a ser avaliada, e a participação dos movimentos sociais começou a ser estudada (FOSCHIERA, 2010). Foschiera (2009) apresenta, em sua tese na FCT/UNESP, o caminho percorrido na organização dos movimentos sociais, aqui simbolizados pela trajetória histórica da criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); apresenta as relações das atividades dos governos militares na criação das megarepresas; e a negligência em relação às populações atingidas, bem como o mais completo descaso com os impactos ambientais.

O maior mote das pesquisas sobre hidrelétricas de uma perspectiva que inclua outras variáveis além das econômicas se configura na observação e análise do impacto socioambiental. Destaco o trabalho de tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável de Cláudio Tadeu Cardoso Fernandes, intitulado *Impactos Socioambientais de Grandes Barragens e Desenvolvimento* e defendido junto a UnB em 2010, no qual o autor discorre sobre empreendimentos no estado do Tocantins em busca da resposta de duas questões: como tem se dado o desenvolvimento dos municípios atingidos diretamente pelos reservatórios, e como os atores locais percebem este desenvolvimento? Após analisar o empreendimento da Usina Hidrelétrica de Serra Mesa, que estava em funcionamento já há doze anos, Fernandes

²³ De 1906 até 1910, o *Ladies Home Journal* publicou o que seria uma das primeiras campanhas públicas em defesa das Cataratas do Niágara, ameaçadas pela obra de uma represa (HANNIGAN, 2009, p. 69).

aponta como os principais problemas da iniciativa governamental o fato de elas não contribuírem para o desenvolvimento sustentável e para a gestão socioambiental equilibrada da região. Ele aponta, em seu estudo, a prioridade em atender os interesses das empresas elétricas estatais e o desinteresse governamental em relação à população, após a conclusão das obras, como os principais causadores das mazelas junto aos habitantes do local atingido. O autor aponta ainda a inexistência de políticas públicas de preservação dos recursos hídricos, ficando para os ribeirinhos apenas as indenizações financeiras aquém das promessas de desenvolvimento socioeconômico.

Outra tese desenvolvida na área, agora em Desenvolvimento Rural, de autoria de Marco Aurélio Espíndola, na Pós-Graduação em Geografia da UFSC, em 2009, aponta para a bacia hidrográfica do Rio Uruguai a questão da desterritorialização dos afetados pela usina hidrelétrica. Pode-se dizer que há uma tendência nas ciências humanas e programas de pós-graduação da área a observarem as iniciativas dos governos incluindo e valorizando o olhar e o ponto de vista das populações. E o quadro que se forma mostra em diversos empreendimentos hidrelétricos o que Espíndola aponta: o total descaso dos poderes institucionais do governo (Ibama, o Ministério Público Federal, a Advocacia-Geral da União, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Meio Ambiente) diante dos graves e ilegais procedimentos que ampliam o impacto socioambiental em razão de vantagens econômicas para as empresas consorciadas que executam a obra. Espíndola traz uma citação do geógrafo Milton Santos que vale a pena ser reproduzida.

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais. (SANTOS, 1994²⁴, *apud* ESPÍNDOLA, 2009).

Temos neste trabalho um capítulo dedicado exclusivamente a atuação da mídia como formadora de opiniões sobre os projetos de hidrelétricas no Rio Uruguai com o sugestivo título de “A mídia e seus tentáculos”. Sobre a mídia, afirma Espíndola:

É necessário salientar que a mídia, como também o capital financeiro e industrial, é altamente oligopolizada. Tanto é assim, que as quatro grandes agências de notícias da imprensa mundial controlam mais de 90% das notícias veiculadas no mundo. Não é verossímil argumentar que agências como a *Associated Press* e a *Reuters* se dediquem a noticiar fatos que vão contra a subjetividade e os interesses hegemônicos. Um noticiário cotidiano é rico em exemplos de manipulação midiática, imagens subliminares, meias verdades, promoção do obscurantismo e da

²⁴ SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.

pasteurização da vida. Mais do que isso, a grande mídia é associada às principais instâncias do capital mundialmente integrado, tornando-se, nas últimas décadas, o principal instrumento de legitimação de discursos e ações hegemônicas. (ESPINDOLA, 2009, p. 236).

Além da crítica da mídia como um promovedor e mantenedor do status capitalista da organização social, o autor aponta diversos problemas de ordem política e econômica nos empreendimentos, inclusive em relação aos seus instrumentos mais técnicos, como o EIA-RIMA, documento de trabalho na verificação dos impactos socioambientais, notoriamente fraudado no caso da Usina de Barra Grande pela empresa Engevix. Especificamente sobre os estudos de EIA-RIMA, o trabalho de tese de Mario Buede Teixeira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental da UFRGS, de 2006, aponta os problemas na execução das metodologias adotadas e sugere alternativas mais eficazes que contemplem não apenas as variáveis econômicas, mas também incluam fatores socioambientais como principais pontos dos licenciamentos ambientais (BUEDE, 2006).

Morel Queiroz da Costa Ribeiro, em dissertação de mestrado na UFMG, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, também aponta a questão dos licenciamentos ambientais, considerando-os como instrumentos de fragilização da política pública ambiental. Seu trabalho, intitulado *O Licenciamento ambiental de aproveitamentos hidroelétricos: o espaço da adequação*, investiga “[...] a efetividade do licenciamento ambiental de aproveitamentos hidroelétricos em termos da observância, ou não, dos procedimentos técnicos e administrativos previstos nas normas legais específicas [...]” (RIBEIRO, 2008, p. 8). O autor demonstra, a partir do estudo de caso de quatro empreendimentos e da análise de seus processos de licenciamento ambiental, que o EIA-RIMA, em vez de ser um instrumento para a discussão do desenvolvimento sustentável, “é apresentado à sociedade como um dificultador do desenvolvimento, e que levaria, ao fim, prejuízos às parcelas da sociedade que mais necessitam do crescimento econômico”. Em sua dissertação, Ribeiro também encontra como vincular a questão do licenciamento ao caso da Usina de Barra Grande e ao surgimento dos assuntos na mídia. Ele diz:

Com alguma repercussão nacional, tendo, inclusive, o que é raro, ocupado espaço na mídia durante algum tempo, a omissão sobre a supressão de remanescente importante (4000 ha) de florestas primárias e em estágio avançado de regeneração de araucária, pertencentes ao Bioma Mata Atlântica, foi objeto de diversas ações do Ministério Público Federal e do Judiciário, não tendo, contudo, nenhuma consequência maior do que a definição de medidas de compensação, determinadas em Termo de Acordo entre as partes envolvidas. (RIBEIRO, 2008, p. 45).

As relações mais diretas dos empreendimentos hidrelétricos com coberturas midiáticas

aparecem em poucos trabalhos de tese e dissertações no Brasil. No banco de dados da Capes, foram encontradas cinco referências. São elas: *A representação do MAB na imprensa escrita: caso da hidrelétrica Candonga/MG*, de Patrícia Pereira da Silva (Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, 2008); *A recepção de rádio e televisão por jovens do Movimento dos Atingidos por Barragens: as representações das classes populares*, de Alexania Rossato (Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM, 2008); *O Lago de Itaipu e a luta dos Avá-Guarani pela terra: representações na imprensa do Oeste do Paraná (1976-2000)*, de Giseli Deprá (Dissertação de Mestrado em História junto a Universidade Federal da Grande Dourados, 2006); A dissertação de Camila Nehing Belo, intitulada *Itaipu: marcos da construção da Usina nas páginas do Jornal Clarín (1973 – 1979)*, de 2011, e, por fim a dissertação em História de Milena Costa Mascarenhas. *Poeira X Unicon: Confrontos e Contrapontos entre expropriados e Itaipu*, junto a Universidade do Oeste do Paraná, de 2011.

Há, entre os trabalhos, uma simetria no que concerne as representações das classes populares e dos atingidos pelas barragens na imprensa. No trabalho de Mascarenhas são comparados os discursos de duas publicações, uma, oficial de Itaipu, e a outra, dos movimentos sociais. A autora buscou identificar os projetos sociais presentes nesses dois periódicos, o Unicon, como porta-voz oficial da Itaipu, que visava tornar-se hegemônico ao construir um consenso através do discurso que propagava a imagem do Brasil como país forte e do futuro, rico em recursos naturais, e convidava os brasileiros a contribuírem para este crescimento e progresso, justificando os sacrifícios que a obra trazia. E o boletim Poeira, com um discurso e prática contra-hegemônica ao bloco Governo-Itaipu, que contestava e denunciava as ações da Itaipu, sendo o principal instrumento dos expropriados. A questão que permeia a pesquisa são as tentativas dos grupos sociais de estabelecer a hegemonia na ordem discursiva, “visando garantir mais justiça nas indenizações e minimizar prejuízos socioculturais” (MASCARENHAS, 2011). A pesquisa de Belo, também na área da História, procurou demonstrar as rivalidades entre Brasil e Argentina expostas nas páginas do jornal *El Clarín*, um dos mais importantes do país. É um estudo referente à experiência histórica de áreas fronteiriças e busca mostrar como as posições governamentais da Argentina e do Brasil inserem-se na cobertura do jornal e quem são os atores presentes nessa cobertura. O destaque fica para o tom oficial da publicação, onde fontes oficiais são as mais usadas pelos jornalistas.

O trabalho de Deprá se debruça na questão das representações da população Avá-

Guarani, na região do lago de Itaipu, na imprensa. Ela adota a posição teórica da notícia como uma construção social (ALSINA, 2009) e mapeia as representações dos indígenas enquanto indivíduos e comunidade que constroem sua identidade diante da ameaça da perda de suas terras. Segundo a autora, que pesquisou um universo de 30 anos de referências, as representações na imprensa buscam desqualificar os indígenas em nome de uma outra cultura, capitalista e individualista. Fica um acervo de promessas políticas não cumpridas e um leque aberto de preconceitos e estereótipos que a imprensa reproduz, corroborando com a desqualificação dos Avá-Guarani na busca por seus direitos (DEPRÁ, 2006).

O trabalho de dissertação de Da Silva (Universidade Federal de Viçosa, 2008), na área da extensão rural, aponta os mesmos problemas que a imprensa tem ao construir a representação dos atingidos pelas barragens. Trocando os Avá-Guarani pelo Movimento dos Atingidos por Barragens²⁵ (MAB), a situação tem uma perversa semelhança. A autora analisa as publicações em Minas Gerais, e o resultado da cobertura jornalística é uma balança que pende apenas para o lado das ações das instituições que “trazem o progresso e o desenvolvimento” contra populações arcaicas e modos de vida advindos do passado, que atravancam o futuro. O MAB é visto pela imprensa dentro de três representações: exclusão, inclusão com criminalização e inclusão com visibilidade. A situação dos moradores dos locais que serão inundados só tem uma garantia: violência por parte do governo e suas instituições (DA SILVA, 2008).

Já o trabalho de Rossato junto ao Programa de Pós-Graduação de Comunicação da UFSM situa-se no campo da pesquisa em recepção de rádio e televisão pelos jovens que fazem parte do MAB em Santa Catarina, na região onde foi erguida a Usina Hidrelétrica de Barra Grande. Em sua dissertação, Rossato mostra que os jovens têm uma postura crítica ao conteúdo veiculado na mídia, porém isto não impede que eles consumam a programação. Fica evidente o desagrado dos jovens do MAB com as representações feitas nos telejornais de pobres e moradores de áreas rurais. Fica também evidente a percepção dos jovens de que as rádios locais adotam uma posição de defesa dos interesses das empresas e do consórcio que administra a usina e da decorrente criminalização dos discursos e atos do movimento

²⁵ Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Movimento social que se estruturou no final da década de 1970, nas regiões que receberam os mega-projetos de hidrelétricas financiadas pelos governos militares devido ao clima de insatisfação das famílias: Tucuruí (PA) no norte do país, Itaipu (binacional com Paraguai) no sul, Sobradinho e Itaparica no nordeste. E mais adiante, Itá e Machadinho também na região sul. Nessas regiões os atingidos iniciaram com revoltas, lutas por indenização e logo formaram organizações locais e regionais de resistência. Eram as chamadas Comissões de Atingidos, CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) na região Sul, CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí), CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguçu). In: <<http://www.mabnacional.org.br/historia>>, acesso em 22 março de 2014.

(ROSSATO, 2008).

Já a tese de Cristopher Freire Souza junto ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental da UFRGS, de 2009, apresenta uma questão técnica da Hidrologia para servir como um referencial nos empreendimentos hidrelétricos e na mitigação dos impactos ambientais. O autor aponta que as “vazões ambientais” são um instrumento que tem como propósito compatibilizar interesses dos diferentes setores de produção, ao manter em corpos d'água regimes hidrológicos que produzam melhores resultados socioeconômicos com menos impactos ambientais (SOUZA, 2009). Ao propor um método e aplicá-lo em dois estudos de caso de hidrelétricas da região Centro do país, Souza aponta como principais deficiências para a definição das vazões máximas e mínimas nos rios sob impacto das hidrelétricas a ausência e/ou precariedade dos dados eco-hidrológicos, ou seja, dados estatísticos de variáveis que têm relevância para os ecossistemas. Dados que a pesquisa brasileira ainda não dispõe para executar e recomendar o modelo para as instâncias governamentais executoras do projeto. O autor recomenda expressamente que novos estudos sejam feitos de forma a quantificar as relações entre hidrologia, ecossistemas e sociedade. No campo das ciências exatas, já há uma flexibilização das abordagens e a percepção de que as problemáticas complexas, como o impacto de uma usina hidrelétrica, têm de ser avaliadas com base em referenciais mais amplos e transdisciplinares. O que não invalida de forma nenhuma a tomada de dados e quantificações específicas de disciplinas das ciências exatas.

Justamente neste campo nos chamou a atenção a tese em engenharia civil de Adelma Gonçalves Maia, com o título de *As consequências do assoreamento na operação de reservatórios formados por barragens*, feita junto a Escola de Engenharia da USP, em 2006. Maia postula que todo reservatório vai, com o tempo, perdendo vazão hídrica devido ao assoreamento e diminuir, assim, sua capacidade de gerar energia elétrica. A autora analisou num intervalo de 30 anos a variação do assoreamento em um lago da hidrelétrica Mátió Lopes Leão, no Rio Tietê, em São Paulo. Em sua pesquisa, Maia observa que, mesmo neste largo intervalo de tempo, o assoreamento não é significativo para produção energética como um todo, porém, o seu advento tem um custo econômico para as empresas que administram as barragens e, por pagamento de *royalties*, para as administrações públicas dos municípios, estados e federação. Por conta disso, a autora recomenda que o assoreamento seja estudado para evitar prejuízos econômicos futuros, má qualidade da água e danificação de equipamentos da usina. A preocupação é exclusivamente com a geração de energia e o faturamento da empresa energética. Variáveis ambientais, sociais e de saúde não são

contempladas.

Já especificamente no Rio Uruguai, no Rio Grande do Sul, a pesquisa está centrada nas áreas de história, sociologia e desenvolvimento rural. Alvenir Antonio de Almeida produziu a dissertação intitulada *As Usinas Hidrelétricas e os Atingidos da Bacia do Rio Uruguai: intenções entrecruzadas*, para o Programa de Pós-Graduação em História da UPF, em 2003, fazendo um excelente panorama da situação problemática que envolvem os processos de instalação de usinas hidrelétricas neste curso d'água.

Na mesma área geográfica, a dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp/PUC/USP de Armando Gallo Yahn Filho intitulada *Conflito e Cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais (de 1966 a 1992)*, de 2005, faz o apanhado histórico das mudanças de paradigma nas relações políticas-econômicas-militares entre Brasil e Argentina, passando de um passado hostil e belicista para iniciativas de cooperação, como, por exemplo, na hidrovia Paraná-Paraguai. O autor evidencia que o aproveitamento do potencial hidrelétrico dos rios da bacia está condicionado pela escassez de recursos energéticos que viabiliza cooperações entre os dois países para satisfazer demandas econômicas dos governos e empresas das duas nações. Assim, tanto o Direito Ambiental Internacional quanto as questões de soberania sobre recursos hídricos transfronteiriços atendem a três princípios básicos, a saber: comunicação, uso equitativo e razoável da água e obrigação de não causar danos transfronteiriços. Para o autor, superados os problemas iniciais da fase dos governos militares, a situação da contemporaneidade está com as relações internacionais entre os dois países voltadas para a cooperação. Tal fato é hoje referendado pelo objeto desta pesquisa: o empreendimento hidrelétrico de Garabi/Panambi no trecho binacional do Rio Uruguai, num projeto dos dois países, e sua cobertura na imprensa regional dos dois países.

Por fim, mencionamos o trabalho de Carlos Locatelli, tese defendida junto ao PPGCOM da UFRGS, em 2011, que estuda a *Comunicação e o poder nas organizações e na mídia durante o processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó, no Rio Uruguai*. Locatelli fez um estudo de caso, em uma abordagem qualitativa, com análise crítica do discurso. Os discursos principais da mostra (2006 - 2010) analisadas foram do Estado (Foz do Chapecó Energia, Ibama, Ministério das Minas e Energias), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e mídia. A comunicação entre as organizações foi considerada assimétrica, tanto na cobertura da mídia quanto na produção feita pelas organizações. O Estado produziu o discurso mais forte, desenvolvimentista, que foi amplamente referendado pela cobertura da

mídia nos diversos veículos analisados. O MAB, caracterizado como representação da sociedade civil, foi quem produziu mais conteúdo, porém com baixa visibilidade e sem as técnicas de comunicação adotadas pelas agências governamentais. Os demais discursos – muitos e múltiplos – dentro da imensa gama de setores envolvidos no empreendimento são levados ao silenciamento na mídia. Ficam sem voz. Onde existe de fato pluralidade de opiniões e conflitos graves de interesses divergentes, só é dada visibilidade para as falas e discursos que adotam a postura desenvolvimentista governamental em prol da Usina e do progresso que ela futuramente trará à região e à vida da população local. Locatelli considera que a comunicação é estratégica nas negociações que envolvem a colocação do empreendimento em uso, ou seja, a retirada da população das terras a serem desapropriadas pelo governo. Embora os problemas ambientais decorrentes da criação dos reservatórios sejam muitos e bem conhecidos, a grande dificuldade do Estado em executar a obra está na remoção da população. Aí é que a comunicação é utilizada como instrumento demovedor da intenção de não deixar suas terras, postura adotada pela grande maioria da população. O autor faz um exemplar detalhamento da situação e do contexto ideológico de produção do discurso desenvolvimentista na sociedade brasileira atual. Locatelli revisa a bibliografia de autores que estudam o tema há mais de quarenta anos e apresenta os argumentos dos benefícios das barragens (consumo, irrigação, saneamento, infraestrutura, organização social, transporte, energia, pesquisa, conservação, emprego, inserção social, turismo e desenvolvimento econômico) e os malefícios dos empreendimentos (danos ao meio ambiente, à população e à economia). Inclusive, o autor referencia pesquisadores que dizem que os problemas causados pelas hidrelétricas ainda não podem ser dimensionados efetivamente (LOCATELLI, 2011, p. 20).

Segundo Locatelli (2011), o Brasil hoje tem 161 empreendimentos na área de energia hidrelétrica e 432 outorgados para funcionarem até 2015. Esta discussão de impactos e consequências sociais, ambientais, políticas e econômicas está diretamente ligada a definição das políticas públicas do Estado e ao projeto de desenvolvimento para o país. Temas que poucas vezes ganham os noticiários, como no citado episódio da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Locatelli (2011) busca explorar em sua tese um ponto deixado de lado pelas leis e pela academia: o momento em que é feito o leilão é o momento em que começam os problemas reais para a população a ser desalojada de suas propriedades. Para tanto, faz o percurso teórico que inicia pela caracterização da esfera pública em Habermas e o papel da mídia. A seguir, revê a trajetória do projeto de desenvolvimento e energia e as relações com a globalização

econômica. Depois, ao se debruçar sobre o objeto, articula e apresenta os atores sociais envolvidos no processo e suas ações de comunicação e, complementando, analisa o material jornalístico e o compara com o material de comunicação da Foz do Chapecó e do MAB. É interessante destacar que o material de *release* produzido pelo MAB tem quase a mesma quantidade que o da Foz do Chapecó. A diferença se dá no aproveitamento pela imprensa. Praticamente só o material da usina repercutiu nos veículos estudados. Locatelli demonstra a seguir por que isto ocorre, se valendo de entrevistas com jornalistas ao caracterizar os critérios de noticiabilidade e uso de fontes. O autor monta um quadro da situação. Para os jornalistas, os *releases* do MAB não são confiáveis, assim como a organização. Por isto, não são usados. Já em relação a Foz do Chapecó, acontece exatamente o contrário. O risco é o divisor de águas, mais até do que a questão ideológica ou de “menor esforço”. O comportamento da imprensa corrobora a perspectiva de que a organização profissional da comunicação feita pela empresa, enquanto concessionária de um empreendimento do Estado, serve para estimular o consenso e diminuir os conflitos sociais inerentes à remoção das famílias que não têm a opção de se negar a sair do local. Locatelli considera que “a construção da usina atende ao interesse nacional”, embora admita que existam muitas perdas sociais e ambientais.

A posição de Locatelli, no meu entender, coloca interesses administrativos do governo acima dos direitos da população, o que se revela um problema dentro do embasamento teórico que apresentaremos a seguir, colocando a questão das hidrelétricas como um objeto para a produção de noticiário jornalístico. Até aqui, podemos ver que diversos campos do saber, inclusive a comunicação, consideram como um fato de domínio público que os empreendimentos trazem uma grave problemática sócio-ambiental. E que a imprensa não atua para formar um entendimento do caso que leve em consideração esta problemática complexa. Ocorre assim um silenciamento de pontos de vista que divergem da ótica do governo federal. Por meio do enquadramento dado pela imprensa ao acontecimento, as vozes dos ribeirinhos não são colocadas no noticiário. Vamos ver a seguir as ações dos ribeirinhos para se fazerem ouvir, na Argentina e no Brasil

3.2 O grito dos ribeirinhos

Um exemplo do que foi descrito pelos estudos de diversos campos do conhecimento que estudam a problemática das hidrelétricas no Brasil me foi dado no acompanhar de um

evento, na Argentina, na cidade de Posadas²⁶. A população de Misiones não quis a hidrelétrica binacional no Rio Uruguai. Uma consulta a população mostrou que a maioria dos 120.418 eleitores são contra a proposta de uma hidrelétrica binacional no Rio Uruguai. O aumento dos problemas de saúde e o impacto socioeconômico negativo são os dois principais motivos alegados pelos missioneiros para votar contra o projeto de erguer o complexo hidrelétrico de Garabi/Panambi no Rio Uruguai, na fronteira com o Brasil. Esse foi o resultado divulgado dia 8 de novembro de 2014, placar da consulta popular aos eleitores da Província de Misiones, noroeste da Argentina, realizada do dia 20 até o dia 26 de outubro de 2014. A apuração foi manual e começou dia no 27, encerrando no dia 6 de novembro. O placar oficial ficou em 116.598 (96,82%) que votaram NO e 3.506 (2,91%) que votaram SI.

A iniciativa promovida pela Mesa Provincial, uma organização social que congrega mais de 47 entidades da sociedade civil, buscou pressionar o governador da província, Maurice Closs, a convocar um plebiscito sobre o tema. Na Argentina, onde os rios são das províncias – não da União, como no Brasil –, a lei número 56²⁷ estabelece que a realização de obras como as hidrelétricas só pode ser feita se a população local aprovar.

- É a própria Organização Mundial da Saúde que recomenda não fazer represas na região. É uma bomba biológica. Aqui em Posadas, somos atingidos pelo lago da represa de Yaciretã e os casos de leishmaniose aumentaram em 60%. Temos também uma epidemia de dengue que só aumenta. E para completar, a esquistossomose avança lentamente. Por isso os missioneiros estão pedindo ao governo: parem já com as represas – alertou Raul Aramendy, um dos coordenadores da Mesa, professor e ativista social.

De acordo com a legislação argentina, o governador da província tem de convocar o plebiscito. É irrenunciável e vinculante, ou seja, o governo provincial tem obrigação de fazer o plebiscito, e seu resultado tem força de lei. Foi o que ocorreu na província quando a hidrelétrica de Corpus, em 1996, foi barrada por 90% da população. Por conta desta lei e da eminência de ver a situação se repetir em Misiones é que, segundo Aramendy, o governador não convocou o plebiscito.

- Faz três anos que Closs foge do plebiscito e viola a lei. Ele se nega. Mas não vai poder fugir mais. Esta atitude do governador é antidemocrática. Mas vamos fazer ações cada vez maiores e, como ano que vem temos eleições gerais, vamos convocar a população a não

²⁶ Com informações retiradas de DOMINGUEZ, 2015

²⁷ O Artigo 6 da Lei nº 56 de 2011, que estabelece que o governo de Misiones é obrigado a consultar a população antes do início da construção de qualquer hidrelétrica. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=523>>

votar em represadores – explica Aramendy, na Praça 9 de julho, centro de Posadas, enquanto fazia corpo-a-corpo com os eleitores.

Aramendy é um senhor baixinho, de cabelos e barbas brancas. Pessoa dotada de energia notável, que faz acontecer. Militante de Misiones, é formado em Educação Social (UBA) e é membro da Comissão Nacional do Serviço de Paz e Justiça, dirigida pelo Premio Nobel Adolfo Pérez Esquivel. Ele aborda em seu trabalho toda uma gama de preocupações ambientais com sua terra. É uma das cabeças pensantes do plebiscito, para o qual a Mesa colocou por toda a província mais de 1100 urnas. Os votos são de papel, impresso com NO e SI; o eleitor maior de 16 anos escolhe a cédula e a coloca em uma urna. As cidades que sofrerão maior impacto com a obra no Brasil serão Porto Mauá, Alecrim e Garruchos, e na Argentina Alba Posse e Garruchos. As empresas estatais de energia elétrica da área (Ebisa, da Argentina, e Eletrobras, do Brasil) já apresentaram o estudo do Inventário do trecho binacional do Rio Uruguai, em 2010. Neste estudo, após analisar os 725 quilômetros do Rio Uruguai que estão na fronteira dos dois países, da foz do Rio Peperi-guaçu até a foz do Rio Quaraí, foram definidos dois barramentos, os de Garabi e Panambi. O lago de Garabi inundará as cidades de Garruchos, Azara, Itacaruaré e San Javier, na Argentina. No Brasil, serão afogadas Garruchos e Porto Xavier. Já o barramento de Panambi deixará debaixo d'água a argentina Alba Posse e a brasileira Porto Mauá. O inventário aponta que 9,2 mil pessoas terão de deixar a área rural que vai virar lago. Das cidadezinhas, ficarão 3,4 mil desalojados. Os projetos de construção das obras de Garabi e Panambi vão afetar 44 mil hectares e 19 mil hectares, respectivamente, de vegetação nativa. O total é de 63 mil hectares. Do Parque Estadual do Turvo, em Derrubadas (RS), onde se localiza o Salto do Yucumã, o documento menciona a perda de 60 hectares de vegetação nativa protegida por lei. Para as populações das cidades de Porto Mauá e Alba Posse, cidades que estão às margens do Rio Uruguai e serão atingidas em cheio se a obra das barragens for adiante, a criação das hidrelétricas assusta e rouba perspectivas de futuro. No caminho de retorno de Posadas para o Brasil, seguindo a estrada, vou pensando sobre a determinação destas pessoas em não se deixarem afogar. Da capital de Misiones, passamos por Oberá, e chegamos em Alba Posse, cidade à margem do Rio Uruguai. Imagino a reação das pessoas que moram nas casas da área rural ao serem informadas que deverão deixar seus lares. Para o marinheiro argentino, Luís Machado, que há mais de 30 anos trabalha na balsa que faz a travessia entre os dois países, as barragens são um pesadelo.

- É o fim da nossa vida. Vamos perder tudo. Nossa história, nossas casas, amigos. Não

vai sobrar nada. Mas estamos lutando agora e estamos de pé. Vamos até as últimas consequências para impedir esta obra – afirma Luis, com seu rosto duro, marcado pelo tempo, de quem vive na água e no sol.

Luis já é um velho conhecido das tantas travessias que fiz de balsa, cruzando entre os dois países. Já na primeira vez que conversamos sobre a questão, enquanto eu filmava o documentário com os alunos, ele nos levou na rádio de Alba Posse para darmos entrevista. E nos conseguiu uma carona de volta, onde a equipe se espremeu na traseira de uma Fiorino de entregas. Luis me foi apresentado pela operadora de turismo em Porto Mauá, Lony Dei Ricardi. Para ela as barragens não trarão nenhum benefício para a região. Ela é uma das moradoras que trabalha voluntariamente pelo movimento contra a barragem do lado brasileiro. Figura ímpar, vaidosa, falante e polêmica, Lony, de sua loja em frente a aduana brasileira, já buscou assessoramento com ONGs ambientalistas de Porto Alegre, como o Ingá e o Agapam. Para ela, os movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) buscam apenas resguardar direitos dos atingidos quando da execução das obras. Já os ambientalistas questionam o modelo de geração de energia das grandes centrais hidrelétricas, hoje já ultrapassados por novas tecnologias que tem menor impacto, como as energias solar e eólica.

- Hoje a gente já sabe que não precisamos de mais hidrelétricas. Não vai faltar luz na casa das pessoas. Estas represas gigantes são boas para as empreiteiras e para a indústria. A energia não fica por aqui. Aqui fica só o abandono e o descaso com os moradores. Estão todos nervosos, estressados. Ninguém sabe mais o que vai ser no futuro.

Para a empresária, é necessário que os movimentos cobrem a defesa da Constituição Federal do Brasil, que, em seu Art. 225, veda ações que promovam a extinção de espécies da flora e da fauna, como o caso do peixe-dourado, já ameaçado pelas barragens existentes rio acima. Ela ressalta também a questão da saúde pública: de acordo com as recomendações da OMS, não devem ser feitas barragens de rios entre a região dos paralelos 30 de latitude Sul e 30 de latitude Norte.

- Como pode um governo usar dinheiro público para causar mal à saúde da sua população? - indaga Lony, exaltada pelas preocupações com o futuro.

Lony é o retrato do acontecimento ainda não vivido. Filha da terra de Porto Mauá, ela deixou a cidade para estudar fora, conheceu o mundo e retornou sob o peso da meia idade, quando a necessidade de reconhecer nossas raízes em meio ao turbilhão sem sentido da vida da modernidade tardia se torna uma necessidade. Vive em constante deslocamento cruzando o

rio quase que diariamente. O retorno se fez necessário. A postura complacente das autoridades públicas com o pesadelo que estava por vir despertou nela o desejo de agir. Engajou-se em todos os grupos e agremiações possíveis, participando dos foros de discussão, não fazendo diferença entre reuniões em comunidades, igrejas, encontros de produtores, de cooperativas, de vereadores, de professores e por aí afora. E para buscar argumentos, foi conhecendo pesquisadores e lideranças de movimentos sociais e ambientais gaúchos que atuam nos conflitos referentes à criação das grandes barragens. Sua fala longa, radical, me leva a pensar, no retorno para Frederico Westphalen, durante a viagem de carro, o nome do próximo documentário. Vai se chamar “A margem da democracia”.

3.3 A audiência pública e a paralisação do projeto na Justiça Federal

As bandeirinhas da festa de Nossa Senhora dos Navegantes ainda estavam penduradas da comemoração de um dia antes. Paramos para comer um pastel. Não haveria tempo para almoçar. A cidade estava lotada. O restaurante, em frente a aduana, tinha fila. Os carros lotavam as imediações da beira do rio. Faixas com dizeres contra as barragens acompanhavam o caminho, do trevo de acesso à cidade até o porto. O pastel estava congelado e era a sobra da festa do dia anterior.

A avenida que costeia o rio é o palco de todos os acontecimentos importantes da comunidade de Porto Mauá, simpática cidade encravada na encosta do Rio Uruguai em 1912, onde os primeiros colonizadores italianos, alemães, poloneses e portugueses verificaram que seria um bom ponto para fazer a travessia, por conta de uma pequena ilha que protege naturalmente o local do ancoradouro. Naquela manhã quente de fevereiro, a movimentação era por outro motivo. Chamada pelo Ministério Público Federal de Santa Rosa (RS), no local aconteceria uma audiência pública para ouvir a opinião da população da região sobre o projeto de erguer a usina hidrelétrica de Panambi, um dos dois barramentos do complexo de Garabi. O projeto está paralisado por decisão liminar da Justiça Federal de Santa Rosa. Esta decisão foi confirmada, posteriormente, pelo Tribunal Regional Federal (TRF-4) por conta de recurso impetrado pelo Incra e pela Eletrobras²⁸. Na fala dos moradores, evidenciava-se o que

²⁸ As decisões na Justiça estão disponíveis na página do tribunal em <<http://www2.trf4.jus.br/trf4/>>. Os documentos estão dispostos com os seguintes links: Ação civil pública inicial: nº 5000135-45.2015.4.04.7115; Agravo de instrumento interposto pela Eletrobrás: nº 5007612-27.2015.4.04.0000; Agravo de instrumento interposto pelo Ibama: nº 5007622-71.2015.4.04.0000. No despacho da decisão que parou todas as atividades, temos o seguinte texto: “Trata-se de pedido de antecipação de tutela formulado em ação civil pública proposta, conjuntamente, pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** e pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO**

a Justiça referendou na decisão dos autos. O inusitado é que a paralisação do projeto se dá, no cerne, por conta de uma área do Parque Estadual do Turvo que seria atingida, o que é proibido por lei. O impacto na população de milhares de pessoas não tem amparo legal para impedir o empreendimento. Mesmo no discurso judiciário, o ribeirinho morador das margens do Rio Uruguai está à margem da democracia.

Em uma democracia²⁹, o governo ouve o povo e age de acordo com a vontade dele. No Brasil, nos empreendimentos hidrelétricos de grandes e caríssimas barragens, a regra não vale. Para evitar que o procedimento de não ouvir a população se torne a regra, o Ministério Público Federal de Santa Rosa convocou uma audiência pública, dia 3 de fevereiro, às 14h, na cidade de Porto Mauá (RS), na região noroeste do Estado, no salão comunitário, às margens do Rio Uruguai. Mais de 1500 pessoas atenderam o convite para a reunião, que durou três horas e na qual 30 lideranças e moradores se manifestaram em coro contra o projeto dos governos do Brasil e Argentina de erguer, no único trecho livre de barramento do rio, duas novas hidrelétricas: Garabi e Panambi. Hoje o Rio Uruguai já possui um total de sete barramentos no trecho entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As obras já alteraram o ambiente do rio e produziram alterações no regime hídrico de toda a bacia hidrográfica do Alto Uruguai.

Em 2011, o estudo do inventário do trecho binacional do Rio Uruguai apontou que, para erguer a Hidrelétrica de Panambi na localidade de Alecrim, 60 hectares do Parque Estadual do Turvo, no município de Derrubadas, seriam afogadas definitivamente. O que é ilegal. Por conta disso, o diretor do Parque do Turvo, Dante Meller, denunciou o projeto ao Ministério Público Federal (MPF) de Santa Rosa. O MPF abriu uma ação civil pública

DO RIO GRANDE DO SUL em desfavor do INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA e de CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS - ELETROBRÁS; para que (a) seja obstada a expedição de licença prévia para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Panambi; (b) suspenso o processo de licenciamento ambiental atinente ao empreendimento narrado na inicial (processo P.A. IBAMA nº02001.005247/2013-61), inclusive a realização do EIA/RIMA pelo empreendedor, bem como a análise por parte do IBAMA e dos órgãos intervenientes (FEPAM, DUC/SEMA, IPHAE); (c) notificada, liminarmente, a União, pelas suas agências de financiamento, assim como o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), para que se abstenham de disponibilizar recursos financeiros para a execução da obra. Narram, em suma, que a avaliação ambiental integrada (AII) e o estudo de inventário que delimitaram a cota do reservatório da aludida UHE possuem uma série de fragilidades, acrescentando que a sua construção, nos moldes propostos pela segunda requerida, redundará inundações de aproximadamente sessenta hectares do Parque Estadual do Turvo (zona intangível ou primitiva de uma *unidade de conservação de proteção integral*; além disso, tombada como patrimônio cultural e ambiental pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Rio Grande do Sul - IPHAE), considerado *zona núcleo* da *Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*, como também, em sua integralidade, *corredor da biodiversidade* especialmente ligado ao *Parque da Biosfera Yaboti*; além de *habitat* diversas espécies endêmicas de fauna e flora, algumas em risco de extinção.”. (TRF4, 2015)

²⁹ Com informações retiradas de DOMINGUEZ, 2015

pedindo a suspensão de todos os trabalhos do projeto e teve liminar aceita pela Justiça Federal de Santa Rosa. Após a liminar, a procuradora Letícia Benrdt, que promoveu a ação em conjunto com a promotora estadual do meio ambiente, Ana Marchezan, entendeu que havia necessidade de ouvir a população e convocou a audiência pública. Na audiência, completamente lotada, o MP ouviu de prefeitos, lideranças comunitárias, sindicalistas, especialistas no tema, pesquisadores, professores universitários e moradores da região uma lista sem fim de irregularidades, descaso, desinformação e má-fé por parte das empresas estatais de energia e do consórcio de empresas privadas que fazem o estudo de impacto ambiental (EIA-RIMA). Nem a Eletrobras, nem representantes do consórcio atenderam ao convite do MPF.

A procuradora Letícia Benrdt abriu a audiência. A procuradora explicou a atuação do MPF no caso e disse que todos os direitos da população, sejam sociais, ambientais ou culturais, serão levados em consideração. Quando questionada pelos presentes, esclareceu que não existe necessidade de a população realizar pré-cadastro com as empresas do consórcio, sendo esta uma opção de cada morador. Também, a procuradora deixou bem claro que todos os prefeitos e autoridades do governo ligadas ao projeto (Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética e Ibama) foram convidados a participar e não compareceram por escolha deles mesmos. A procuradora também destacou que a decisão existente da Justiça é em caráter liminar, mas que enquanto estiver vigendo, fica proibida toda e qualquer atividade referente ao projeto e ao licenciamento ambiental.

A promotora estadual Ana Marchesan seguiu os pronunciamentos iniciais da Mesa de autoridades e alertou para a complexidade dos efeitos do projeto na região e no Parque do Turvo, um bem declarado pela Unesco e tombado pelo IPHAN estadual e parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

– O Ministério Público tem de colocar todos os componentes. Não há desenvolvimento sem bem-estar da população e meio ambiente saudável. Não queremos que o nosso estado vire uma São Paulo. A água, antes de ser energia, é a nossa vida. A água é o bem do futuro. O aproveitamento hídrico tem de estar dentro dos parâmetros científicos – afirmou a promotora.

O deputado provincial de Misiones, Eduardo Gonzales (União Cívica Radical), do mesmo partido que o governador, afirmou a seguir que, em ambos os países, há um forte impacto na definição internacional do projeto. Embora o governo provincial seja favorável ao empreendimento, Gonzales ficou em posição dúbia. Ou seja, em cima do muro.

– No estamos a favor de megaempreendimentos, mas queremos el desarrollo com proteccion del meio ambiente – disse Gonzales.

O prefeito de Porto Mauá, Pedro Pisoni (PTB), destacou a questão da necessidade das audiências públicas para a população ser ouvida pelas autoridades, para que seja possível discutir os benefícios ou prejuízos dos empreendimentos.

– O que vamos deixar para o futuro? O interesse maior é o da mãe natureza. Queremos ter qualidade de vida e dignidade. É um tema tão complexo. Que o resultado seja a nossa união para que tenhamos a melhor escolha – afirmou Pisoni.

A fala de Pisoni foi a primeira a receber algumas vaias. O ocorrido se deve a postura maleável do prefeito em relação ao projeto, ora se manifestando de forma mais favorável ora mais contrária. Na juventude, Pisoni participou do movimento contrário a primeira tentativa fracassada de fazer a usina de Garabi, quando militava nas comunidades eclesiais de base, na década de 1980. Hoje, o prefeito considera que, como administrador público, não deve expressar-se diretamente sobre o caso que alagaria 50% da área do município. E é cobrado pela população que exige uma manifestação mais efetiva do mandatário. Algo como fez o prefeito José Seger (PT), de Santo Cristo (RS), que comanda a Associação de Municípios da região da grande Santa Rosa.

– As grandes multinacionais querem vender equipamento para hidrelétricas. Quero desafiar o MP para que veja este tema olhando pela nossa terra, nossa cultura e a nossa sociedade. Outro dia eu disse para um empresário que pediu a minha opinião sobre as barragens: imagina se dissessem para ti que a água ia inundar tua empresa e iam te pagar indenização sobre o terreno e nada mais. Temos que pensar primeiro na situação dos atingidos – disse Seger, conhecido como Zeca na região, arrancando os primeiros aplausos das milhares de pessoas que prestavam atenção às palavras.

As expressões nervosas dos rostos dos trabalhadores rurais e pescadores, grande maioria dos presentes, demonstravam a ansiedade causada pela falta de informações. Segundo confidenciou-me Pisoni, o número de venda de medicamentos antidepressivos avançou no município depois do anúncio, em 2007, da retomada dos estudos do projeto. A desconfiança generalizada leva ao medo do futuro para uma massa de trabalhadores que já está na casa dos cinquenta anos ou mais. Para eles, recomeçar tudo de novo pode estar além das forças. A situação de Porto Mauá já foi vivida por incontáveis famílias no estado, quando das obras das outras três hidrelétricas já existentes no rio Uruguai. O quadro é sempre o mesmo. Desrespeito. São feitas promessas de desenvolvimento e progresso, dinheiro para os prefeitos

por meio do pagamento de *royalties* pela exploração da energia e geração de empregos e melhoria dos serviços públicos de saúde e educação. O pacote do progresso, porém, quando verificado, mostra outra realidade. Indenizações pequenas pagas somente a poucos moradores, falta de outras terras cultiváveis para comprar, empregos gerados apenas durante a obra civil e com a vinda de milhares de trabalhadores de fora da região, aumento da violência, acréscimo reduzido de recursos aos orçamentos municipais, aumento de problemas de saúde, prostituição infantil, abuso dos direitos da população, truculência policial, destruição de ambientes naturais ainda preservados e a morte lenta do rio. Estes pontos foram explorados pelas autoridades, especialistas e lideranças que se manifestaram na reunião. Por volta das 17h, a procuradora encaminhou a audiência para as conclusões, frisando novamente que as autoridades do outro lado da questão, Eletrobras, EPE e Ibama foram convidadas e não compareceram. Mesmo não trazendo definições para acalmar a população, os moradores puderam expressar suas idéias e permitir que seu discurso seja incorporado a esta discussão. Nesta ocasião, os ribeirinhos tiveram voz³⁰.

Abaixo seguem as principais declarações dos moradores e lideranças da região feitas na tarde de muito calor em Porto Mauá. A relação completa das intervenções está no Anexo.

Esta riqueza é nossa. É no Parque do Turvo que estão as últimas onças do Rio Grande do Sul. No parque ainda existe a fauna original do Estado. É o último local. Com a barragem na cota de 130 metros, 60 hectares serão inundados, mas não é só isso. Em muitos outros locais o solo muda, ficando encharcado. Assim, muitas espécies vão morrer. Com a criação do lago, ficaremos desconectados da Reserva Jaboti, na Argentina. Será como uma cheia permanente, pois os animais usam a região do Salto Yucumã para passar de um lado para o outro do rio na seca. E não vai mais ter seca. Esta situação mataria muitas espécies, morreriam as populações. É uma perda inestimável. E o Salto do Yucumã vai ser afetado. Fica o nosso apelo para que esta obra não seja feita. **Dante Meller – Diretor do Parque Estadual do Turvo.**

Nossas famílias estão ameaçadas. Chamamos os amigos argentinos para se unirem nessa luta. Serão mais de 12,6 mil pessoas atingidas. Não há hoje política que garanta a indenização. Eu mesma sou uma dívida social. Fui atingida e nunca recebi indenização. A energia é para quem? Para um pequeno grupo do sistema capitalista. E este cadastro prévio é uma armadilha. Não façam. **Neudiclea de Oliveira – Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Rio Grande do Sul.**

Eu me emociono. Porto Mauá e Alba Posse (Argentina) vão desaparecer. Nós não vamos permitir. Enquanto a Eletrobras não esclarecer tudo aqui, não sai nenhuma reunião com a empresa. Nos iludiram com o pré-cadastro. Apertamos o Walter Cardeal (Diretor da Eletrobras) em Porto Alegre, mas ele não respondeu. Disse que

³⁰ As duas viagens, a Posadas e a Porto Mauá, foram realizadas para a gravação de um documentário intitulado “A margem da democracia”. A iniciativa está inserida em projeto de extensão da Agência Da Hora, iniciativa do Curso de Jornalismo do Cesnors-UFSM, que pode ser acessada no site <<http://decom.cesnors.ufsm.br/dahora/a-margem-da-democracia/>>, onde constam, além dos vídeos, textos e fotos sobre os dois acontecimentos que foram usados para reportar este acontecimento e transcrevê-lo para este trabalho, presentes nos itens 3.1 e 3.2 deste capítulo. (DOMINGUEZ, 2015)

só depois da licença prévia. Ora, depois da licença não adianta mais nada. Temos aqui um público grande, o que demonstra o sentimento e a posição dos agricultores da região. Somos humanos. Nossos sentimentos são humanos. Ainda não inventaram máquina no mundo para medir nosso sentimento. Não queremos esta obra. **Itálico Cielo – Sindicato dos Trabalhadores de Porto Mauá.**

Fizemos em Misiones, por toda a província, projetos coletivos de geração de energia para os agricultores. O projeto de miniturbinas hidrelétricas poderia gerar toda a energia que Misiones necessitava. E o projeto foi abandonado por conta dos interesses das grandes empresas. Este desenvolvimento que prometem é para quem? Deveríamos dar capacitação para os pequenos produtores rurais gerarem sua energia. E isso é possível. **Eric Barney – engenheiro eletromecânico – produtor rural na Argentina.**

É uma questão hídrica e não energética. Está acontecendo no Brasil uma apropriação do potencial hídrico por grandes empresas. Aqui somos contrários. Somos contrários às barragens. Não há informação nem diálogo. Quero deixar um recado para a promotora e demais autoridades. Organizar o povo não é crime. Vamos barrar estas barragens. **Pastor Milton César Gerhardt – representante da diocese de Santo Ângelo.**

Vamos levar adiante as informações que estão sendo passadas aqui. E a participação social do povo só vai aumentar. Temos hoje muitas propostas alternativas a este projeto. Podemos trabalhar com as pequenas centrais hidrelétricas e obter uma grande economia fazendo o melhoramento das redes já existentes. **Pedrinho Adeniro Escher- morador de Alecrim.**

A fé e cultura de um povo não pode ser ignorada. Em 1930, dois pescadores, Catulo e Pedro Garcia, tinham naufragado no rio Uruguai e fizeram a promessa de entregar uma imagem da Nossa Senhora no local onde fossem resgatados. E eles foram resgatados aqui. E temos dado seguimento a esta promessa fazendo todos os anos a festa de Navegantes. Já vão 84 anos. Como se pode garantir que este ato de fé e cultura do nosso povo vai permanecer? **Inês Teresa – Católica e moradora que organiza Festa de Navegantes.**

Não podemos nos omitir. Dos 19 municípios que serão atingidos, temos apenas 2 prefeitos aqui. Não dá para ficar escondido. Tem de se posicionar. Segundo a Organização Mundial da Saúde, não é recomendado fazer grandes lagos e barramentos na região. É uma bomba biológica que vai acelerar a existência de muitas doenças como dengue, malária, leishmaniose, esquistossomose. Isso é desenvolvimento? Esse é o desenvolvimento que não vai ser para nós. Esta energia não é para nós. Como falou o colega argentino, com 300 microturbinas em Misiones, seria resolvido todo o problema de energia. **Antônio Prestes Braga – Rede Missioneira de bens comuns, agroecólogo.**

A questão aqui é muito mais complexa do que o Parque do Turvo ser atingido. O impacto social é muito alto em toda a região costeira que é composta de minifúndios. Mesmo que sejam pagas indenizações, não existem hoje propriedades a venda disponíveis. Ninguém vende propriedade por aqui. E as pessoas vão acabar indo para as periferias com uma indenização miserável. Isso é progresso. Isso é desenvolvimento. O único jeito é dizer não. Bem alto. Não queremos barragens. **João Roque dos Santos – Representante do sindicato dos metalúrgicos em Santa Rosa/RS.**

Está sendo omitida a informação da reserva técnica e áreas de preservação permanente. Isto está nos próprios documentos do governo. A cota de 130 não vai ser respeitada. Nos documentos do inventário, feito pela Eletrobras, são elencados apenas dois aspectos positivos para o projeto e 23 aspectos negativos. E os positivos

são mentirosos. Eles dizem que a geração de emprego é um aspecto positivo, mas isso acontece só durante a obra. Depois acaba. Não fica nada. E eles falam no orçamento do município, o que também é mentira. Como pode ser desenvolvido um município que vai perder área, perder população e perder produção. Isso não é desenvolvimento. Também nos documentos do governo está escrito que haverá diminuição da fauna e da flora. E que os prováveis assentamentos se dariam em áreas menos férteis e sem água. Como alguém vai poder produzir assim? **Eurice Klein – moradora e professora.**

Já conversamos com mais de 5 mil pessoas na região e nenhuma delas teve uma resposta concreta sobre as suas dúvidas. Este é o último trecho do Rio Uruguai vivo. Já são sete barragens. Quem ama o rio não pode permitir que se construa mais uma usina. **Renato Kuntzner – Representante da comunidade evangélica de confissão luterana em Três de Maio.**

Não queremos vender nossas terras. **Janice Dalcin Benatti – atingida por barragem, moradora de Crissiumal.**

A população está aflita, confusa e desinformada. Estamos tendo já hoje no município perdas em investimentos de Saúde. Quem vai investir aqui? A empresa do consórcio usa de má-fé, forçando as pessoas a fazerem o pré-cadastro. **Vereadora Neiva Pisoni (PP) – Porto Mauá.**

Que bom que a senhora deixou um ancião falar. Tenho 76 anos e os agricultores estão nervosos. Estão mentindo muito. As pessoas da nossa boca. Na cidade, morreremos de fome **Lothar Kuhn – Representante da Associação Amigos do Rio Uruguai do Município de Novo Machado.**

Isto que está sendo vendido é o ovo da serpente acompanhado do canto da sereia. O rio é meu pai e minha mãe. O que está acontecendo é a privatização dos rios. Peça que seja usado o princípio da precaução. Não se pode tirar a cultura e a vida de um povo. **Eduino de Mattos – Representante da Assembleia Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente – APEDeNA/RS.**

Em Misiones já ocorreu uma consulta a população. Agora queremos o plebiscito oficial que o governador não quer convocar. O povo quer opinar. Nós missioneiros temos o direito de dizer. Com estas obras o agricultor perde a sua felicidade. **Nilson Bretin – Representante da Associação de ‘Campesinos Tabacaleros de Misiones’ – Argentina.**

Representamos 350 famílias que vivem dos balneários. A gente preserva a natureza, faz a limpeza dos locais e somos como uma escola a céu aberto. Estamos estimulando a economia e fazendo o papel de dar uma vida melhor para as pessoas que vivem nas cidades. Aqui já dizem: “estou indo para a costa” quando as pessoas vão em busca de um lugar mais humano e feliz. **Elton Walker – Representante dos Balneários no Grupo de Trabalho Municipal sobre o tema barragens em Porto Mauá.**

Tomara que todos aqui não sejam nunca atingidos. Há uma grande necessidade de não fazer esta barragem. Isto provoca uma aflição nos trabalhadores. É uma angústia sem fim. Estão passando por cima dos direitos estabelecidos. **Sindicato dos trabalhadores de Três Passos e Derrubadas.**

Somos contra a construção. Contra. São Paulo está sem água e sem luz. E lá os rios estão cheios de barragens. Então temos de nos perguntar. Por que fazer? Para que as empreiteiras ganhem dinheiro? Não existem atingidos e não atingidos. Quem mora há mais de 500 metros da área inundada não vai receber nada. Vai se ferrar. Quem não tem escritura, não recebe nada. Quem é arrendatário também não recebe nada. E para quem fica, fica a vida desorganizada. Fica o povo abandonado. Só tem uma saída: a luta e a organização do povo. **Alvenir Almeida – Representante do**

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB Nacional.

Dizemos “não” por uma questão humana. A vida humana não tem preço. Aqui as pessoas têm leite da vaca, tem mandioca da terra, tem ovo da galinha. Estas pessoas morrem de angústia na cidade. Existem muitas opções. A Universidade de Buenos Aires promoveu um encontro chamado Cenário Energético para a Argentina em 2030. Os estudos técnicos mostraram que com o mesmo valor poderia ser ampliada a matriz eólica e solar e ter a mesma geração que a hidrelétrica e nuclear. Tudo isso é um negócio para alguns e prejuízo para muitos. Na Argentina, votamos contra. E vamos passar para ações não tão pacíficas. **Leandro Sanchez – Representante da ‘Mesa Provincial no a la Represa’ de Oberá – Argentina.**

Temos direito de resistência. Está na Constituição Federal de 1988. E o meio ambiente é um direito humano fundamental de todos, das atuais e futuras gerações. Temos de entender a questão do retorno financeiro destes empreendimentos. O pagamento de *royalties* é muito aquém do esperado. Apenas 0,62% dos orçamentos municipais dos municípios que já foram atingidos por outras barragens. Também sabemos que 70% dos atingidos não foram indenizados, e os que foram, receberam apenas o valor do bem, não do lucro cessante, que também é um direito previsto na constituição e deveria ser calculado nas indenizações. Em 2010, no estudo do inventário, se falava em cota de 130 metros da barragem. Agora já falam em 140 metros e mais, em quem ficar vizinho ao lago, de 100 metros de área de proteção ambiental (APP). Temos sim muitas formas de gerar energia. **Domingo Benedetti Rodrigues – Mestre em Direito e Professor da FEMA e UNICRUZ.**

As barragens são um sonho antigo dos militares que o povo barrou. Hoje, nos enfiam goela abaixo de novo. E são empresas. Que desenvolvimento é esse que inunda 96 mil hectares e deixa 12,6 mil pessoas desabrigadas? Queremos o Rio Uruguai vivo. Não nos dão nenhuma informação. É um desrespeito com a humanidade. Em agosto de 2013, a empresa invadiu a propriedade de um senhor de 84 anos que tem um filho surdo e mudo. Colocaram as máquinas. E nós não podíamos fazer nada. Mas tiramos eles de lá. Quem somos nós? Vamos nos unir, hermanos, brasileiros e argentinos. Queremos água para a vida e não para a morte. **Tereza Pessoa – Representante dos pescadores em Alecrim.**

De uma forma resumida, podemos dizer que os principais problemas levantados pelos moradores são os seguintes:

- 1) Direito a informação confiável sobre o projeto: a Eletrobras e as empresas do consórcio não informam os detalhes técnicos do projeto de forma clara e transparente à população local;
- 2) Respeito à legislação existente, tanto a ambiental do Rio Grande do Sul e da província de Misiones, como a Constituição Federal que veda a extinção de “processos ecológicos” e assegura a toda a população de hoje e a do futuro viver em um “meio ambiente saudável”, o que não aconteceria no caso do rio sofrer os barramentos previstos;
- 3) Que o governo federal não atue contra a saúde pública das populações promovendo um ambiente exótico de proliferação de doenças como a dengue, malária, leishmaniose e esquistossomose, as quais, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), se proliferam

em grandes lagos artificiais nesta região do planeta;

4) Que o Rio Uruguai seja preservado no seu último trecho livre de barragens, preservando assim o patrimônio intangível paisagístico, ambiental, social e cultural que a região mantém, com características únicas no mundo;

5) Que os governos invistam em pesquisa e produção de energia eólica, solar e de pequenas centrais hidrelétricas, tecnicamente com o mesmo custo financeiro e menor impacto social;

6) Que a população de 12,6 mil pessoas que seria atingida nos dois países não seja desalojada de suas terras, locais de produção, convívio comunitário, alimentação saudável, cultura comum e manifestações religiosas;

7) Que o processo de pré-cadastro seja paralisado, e todas as iniciativas do projeto das hidrelétricas de Garabi e Panambi sejam suspensas e revistas;

8) Que empresas que já tiveram seus procedimentos ilegais revelados em outras obras públicas, como a Engevix (obra de Barra Grande), sejam impedidas de participar deste e de outros processos licitatórios públicos;

9) Que os políticos e lideranças da região não fiquem “em cima do muro” e que manifestem sua opinião sobre a construção das barragens;

10) Que seja respeitado o direito de “dizer não” da população local.

Como veremos a seguir, na análise do noticiário dos jornais de Porto Alegre e Posadas, o discurso dos ribeirinhos do Rio Uruguai não encontra guarida nas publicações. Impera um perigoso e injustificável silenciamento.

4 JORNALISMO

Neste capítulo analisaremos o conceito de *ethos* em sua origem, na filosofia grega, com Heráclito, buscando estabelecer uma relação com a essência de um fazer e os valores que determinada prática profissional, o Jornalismo, possui para estabelecer dentro de uma sociedade uma dinâmica de interação social que contribua para a melhoria da qualidade de vida da população. Denominaremos de “Jornalismo vivo” o Jornalismo que estabelece esta relação, complexa e dinâmica, por meio de sua produção de conhecimento como ação cultural.

A essência do Jornalismo e os valores que orientam este fazer são buscados no período do nascimento da modernidade, na virada do século XIX para o XX, por meio dos teóricos que estabeleceram uma sociologia do Jornalismo, que vem sendo atualizada com as pesquisas que vão acrescentando saberes outros a problemáticas específicas do Jornalismo, como a questão do acontecimento, do enquadramento, uso de fontes e a objetividade.

4.1 Jornalismo e o *ethos*

Começemos pelo aforismo de Heráclito: “*Ethos antropou daimon*”. Heráclito, filósofo pré-socrático (500 a.C.), uniu as duas palavras no aforismo 119 (SODRÉ, 2002, p. 82-83). As traduções são inúmeras. Para o teólogo Leonardo Boff (2003), Heráclito deixou para trás o sentido convencional das palavras e captou sua significação escondida: “morada (*ethos*) acaba sendo a ética e o anjo bom (*daimon*), a inspiração para sua vivência”. Propõe Sodré (2002) que a palavra *ethos*, de onde deriva ética, serve para designar a instalação humana em um espaço. Sodré argumenta que o fragmento de Heráclito já teve diversas traduções: “o caráter do homem é o seu deus ou o seu demônio”; “Deus é morada do homem” (J.P. Vernant); “O homem mora nas imediações dos deuses” (Heidegger). Diz Sodré (2002, p. 82-83) que “introduz-se aí o sentido de 'morada'. Isto quer dizer que o homem, enquanto atravessado pelo transe de sua origem e seu destino, relaciona-se radicalmente com o sagrado.”

Para Carneiro Leão (1977, p.81) a tradução do fragmento é “a morada do homem é o extraordinário”. E o extraordinário seria Sócrates, o filósofo que nunca deixou de escutar seu *daimon*. Assim entende Oliveira (2010, p. 36) ao propor que “O termo *daimon* da sentença de Heráclito, explicitado pela tradução de Carneiro Leão como extraordinário, tem na figura de Sócrates aquele que encarna em vida a prática da escuta do divino, relacionando-se com ele

da maneira mais apropriada ao homem: no pensamento.”.

A sentença acima é vital para buscarmos um entendimento do que seria o *ethos* no Jornalismo. Recuperando temos que: “aquele que encarna em vida a prática da escuta do divino [...] relacionando-se [...] no pensamento”. O pensar. O extraordinário pensar. Pensar para escutar o divino. Para ter, obter e receber inspiração. Para ter saber. Para duvidar do que aí está dado. Para indagar. Para questionar os mais poderosos hábitos e costumes, práticas e técnicas, leis e reis. De tanto questionar, Sócrates teria sido condenado à morte. O filósofo da pergunta incansável e da fala incessante. Atitudes que poderiam muito bem fazer parte dos atributos de um jornalista. O pensar e o falar sobre o que é pensado, o questionar, são todos características da virtude grega que se manifestam em uma prática inspirada pelo divino. O homem enquanto atravessado pelo transe de sua origem e seu destino.

Para alguns estudiosos, antes mesmo da filosofia clássica grega e da própria fala, já havia comunicação entre os humanos, e lembranças destes tempos resistem nos gestos imemoriais e nos imaginários mais fundados no arcaico. Historiadores do Jornalismo (e da Comunicação) como César Aguillera Castilho (1996) e Felipe Pena (2013) acreditam que existe comunicação até antes de o ser humano articular as primeiras palavras. “Se a primeira grande aquisição comunicativa do *Homo sapiens* é a fala, isso não exclui que tenha havido comunicação antes da aquisição.” aponta Castilho (1996, p. 17), jogando para a pré-história a gênese da saga comunicativa do homem. Pena (2013, p. 23), por sua vez, detalha que este momento de passagem da “fase pré-lógica para um pensamento lógico libertador” não significa a perda da gestualidade diante da palavra, mas sim a manutenção das ricas significações do período de pré-escrita. Este e muitos outros períodos de passagem e rupturas são emblemáticos na história humana. Acredito que significados e sentidos não se perdem, apenas se alteram. Alguns, mais significativos, ou nem isso, permanecem no imaginário social por milênios, escondidos nos mitos e relatos sagrados que significam acontecimentos que ocasionam mudanças e mudanças que ocasionam acontecimentos.

Em se tratando de princípios e/ou valores que são específicos de um determinado grupo de uma dada sociedade, e sendo estes mesmos valores indispensáveis para a execução de uma ação única e rotineira, temos a permanência e acúmulo de saberes que vão sendo preservados na memória social. É o que Sodré chama de *ethos* na acepção moderna do termo. “O *ethos* de um indivíduo ou de um grupo é a maneira ou jeito de agir, isto é, toda a ação rotineira ou costumeira que implica **contingência**³¹, quer dizer, a vida definida pelo jogo

³¹ Contingência: (lat. tardio *contingentia*: acaso)l. Caráter de tudo aquilo que é concebido como podendo ser

aleatório de carências e interesses, em oposição ao que se apresenta como necessário, com deve ser” (SODRÉ, 2008, p. 46, grifo meu). Para Sodré (2008), a noção de *ethos* advém de duas Categorias – forma social (Georg Simmel), e forma de vida (Wittgenstein) –, podendo ser detalhada como ambiente cognitivo que o dinamize, unidade dinâmica de identificação de um grupo, modo de relacionamento com a singularidade própria. No *ethos* atuam a forma social e a de vida, como formas simbólicas que, historicamente, orientam o conhecimento, a sensibilidade e as ações do indivíduo. A palavra tem grande importância enquanto conceito para as Ciências Humanas.

A palavra *ethos*, com *th* ou sem *h*, deriva do grego, que quer dizer costume, comportamento. Equivale, no latim, à palavra *more*. Derivados adjetivados dessas duas palavras se tornaram, respectivamente, ética e moral. Porém, a palavra *ethos* só foi usada teoricamente a partir do antropólogo inglês Gregory Bateson, quando na década de 1930 tentou explicar a singularidade do modo de sentir o mundo e de se comportar de acordo com princípios, normas e valores reconhecidos do povo Iatmul, das ilhas Samoa, onde ele fazia pesquisas antropológicas. (GOMES, 2013, p. 49)

A visão do antropólogo é complementar à formulada pelo teórico da Comunicação. O uso cotidiano da expressão na área do Jornalismo, porém, firmou como sentido principal essa conceituação complexa³² (MORIN, 1986). Este costume, este modo de fazer de acordo com determinados valores – falando sobre o Jornalismo – foi se estabelecendo com o passar dos tempos, de acordo com as interações sociais dos jornalistas e a sociedade onde atuavam. A civilização grega, em seu período clássico, era oral. Quem imortalizou a cultura grega foram os *aedos*, poetas que cantavam os versos dos autores. Quando os romanos passam a usar o papiro egípcio, por volta do século X, para escrever a *Acta Diurna*, um documento periódico que informava a vida política e social do Senado Romano, se tornou possível falar em uma espécie de Jornalismo (GALVANI, 2008). Não conhecemos muito da vida dos que produziam a *Acta Diurna*. De acordo com Pena (2013), foi a invenção da imprensa dos tipos móveis, em 1040, na China, e sua popularização na Europa, por Gutemberg, que levou as cidades comerciais e já de alguma vida urbana, como Veneza, a criarem as *letteri d'avisì*, embriões das gazetas que, ao adquirirem periodicidade, vieram a se tornar o que hoje chamamos de jornais. Estes mesmos jornais, de acordo com Shudson (2010), duzentos anos depois, foram os

ou não ser, ou ser algo diferente do que é. In: JAPIUASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.42

³² O conceito-noção de complexidade é central na teoria de Edgar Morin. Neste trabalho nos centramos em dois livros da extensa obra do autor: *Ciência com Consciência* (MORIN, 2008) e *El método III: el conocimiento del conocimiento* (MORIN, 1986).

responsáveis por adotar em 1870 o uso da notícia como principal formato de veiculação de informações. Informações do cotidiano. Do dia a dia. Da política, sim, mas também da polícia, do esporte e também, inevitavelmente, da economia. Havia um ambiente propício para o nascimento do Jornalismo moderno dentro dos sistemas sociais capitalistas republicanos. E este procedimento já tinha suas características principais definidas, muito embora houvesse variações entre as cidades, países e sociedades distintas onde os jornais eram abertos e fechados. Como bem observa Alsina (2009, p. 46) sobre a construção social da realidade e, por conseguinte, da notícia, é ela um processo “[...] ao mesmo tempo, social e intersubjetivamente construído.”. Diz Alsina que a atividade jornalística tem um papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes.

Como no *ethos* do jornalista, atuam hoje formas simbólicas que, historicamente, orientam o conhecimento, a sensibilidade e as ações desse indivíduo que opera na construção da realidade por meio da imprensa na produção, circulação e consumo de notícias? É o que pretendemos equacionar mais adiante. Por hora, podemos dizer que este *ethos* nunca é o mesmo. Os *daimon* nem sempre foram escutados. Muitas vezes até foram silenciados, individual ou coletivamente. O embate das formas simbólicas que Bourdieu (1997, 2011, 2007) muito bem demonstrou, formou indivíduos e coletivos, na área do Jornalismo, distintos no decorrer dos períodos. Por exemplo, o poder de sedução das letras já tinha sido colocado a prova na França pré-revolucionária³³. O modo capilar como o comércio de livros clandestinos foi se imiscuindo na sociedade francesa, mostrando as fragilidades da monarquia, seu ridículo, sua corrupção moral e administrativa, produziu em alguma medida um caldo cultural que facilitou a aceitação da Revolução Francesa como um acontecimento inevitável para o momento. A revolução passou a ser aceita pela opinião de um público que, cada vez mais, desejava ter voz e receber histórias em formato escrito. Outro exemplo de um ambiente de grande florescimento jornalístico, em termos de valores e interação com as demandas sociais da população – da sociedade onde a imprensa estava inserida –, foi a virada do século XIX, período de 1890 até 1917. Muito embora a imprensa tenha atuado de forma significativa nas revoluções burguesas e republicanas que expurgaram algumas das monarquias europeias e americanas, foi no cenário urbano das grandes cidades que ela passou a atingir uma quantidade infinitamente maior de pessoas do que até então nas sociedades que consumiam os panfletos diários e livros.

³³ Em uma obra interessante (DARNTON, 1992) intitulada propriamente de *Edição e Sedição. O Universo da literatura clandestina no século XVIII*, o autor mostra como a literatura clandestina da época se propagou por todas as classes sociais da França, preparando a cama para a posterior revolução.

Até 1830, não havia a distinção, para os jornalistas, entre fatos e valores; as duas coisas eram o mesmo. Foi então que aconteceu a revolução jornalística de 1830 nos Estados Unidos – revolução comercial que criou a *penny press* – jornais que eram vendidos por apenas um centavo nas grandes metrópoles norte-americanas e distribuídos na rua por jornaleiros, vendedores de rua. A estratégia resultou em uma larga circulação, um incremento de muita publicidade de todo e qualquer tipo. Conforme escreve Schudson (2010), nesse período, não havia nenhuma restrição a publicidade na *penny press*, que, ao contrário dos jornais mais caros, trazia quase nenhuma notícia política. Segundo o autor, foi a imprensa popular que inventou o conceito de notícia, publicando, mais do que a política nacional, a vida social cotidiana dos EUA em uma época de transição para a modernidade e intensificação do sistema capitalista de uma sociedade que se firmou no tripé “democracia, livre mercado, direitos individuais”. Até aí, os jornalistas não diferenciavam conteúdo informativo de opinativo. Faziam os dois, ao mesmo tempo, sem nenhum problema. A seguir, saíram do artigo e do editorial, da política e do comércio, e foram apurar informações do cotidiano – polícia, costumes, sociedade, problemas urbanos. A grande maioria dos preceitos que hoje são repassados às novas gerações de jornalistas nos últimos 60 anos, os seja, de 1955 até os dias atuais, ainda são aqueles formulados e tornados regra de conduta pelos jornalistas dos EUA. Este *ethos* dominante, de cunho funcionalista, calcado na notícia impregnada de objetividade, passou a sofrer críticas tanto de teóricos quanto de jornalistas em diversos períodos: após maio de 1968, durante a Guerra do Vietnã, no surgimento do *new journalism* (WOLFE, 2005), após a crise do petróleo de 1979, durante o florescimento do neoliberalismo dos anos 1980 e na pós-modernidade aventada na década de 1990, quando a imprensa dos EUA de forma geral fez uma cobertura da Guerra do Golfo que redundou em uma série de críticas, principalmente ao tom de oficialismo e à imersão de repórteres nos pelotões do exército norte-americano, sem liberdade de ação.

Para muitos teóricos, a questão do *ethos* está relacionada com a “imagem” que o profissional tem de si mesmo enquanto jornalista. Conforme Macêdo,

Entende-se então o *ethos* jornalístico como um conjunto de práticas e orientações que definem a cultura profissional; um comportamento característico; uma ideologia profissional; uma espécie de identidade profissional ou imagem social da profissão. De certo, boa parcela desse construto imaginário acerca da figura do jornalista é consolidada através dos discursos que estes mesmos fornecem sobre si. A autorrepresentação do jornalista é determinante para a formatação da sua imagem social, mas também está associada a outros referenciais. (MACÊDO, 2010, p. 2).

A formação deste *ethos* está diretamente ligada à maneira como o jornalista forma sua própria imagem profissional. Falando dos saberes ligados a área do discurso, Maingueneau (2006) afirma que o termo *ethos* é uma noção que não possui o sentido estabilizado, sendo muito comum o seu uso em situações das mais distintas. Mesmo assim, o teórico da análise do discurso aponta três noções que são distinguíveis para o termo grego. E que, em nosso entender, podem ser aplicadas à noção do *ethos* jornalístico. Diz Maingueneau que:

O *ethos* é uma noção discursiva, ele se constitui por meio do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à fala; o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada. (MAINGUENAU, 2006, p. 60).

Esta caracterização pode ser utilizada para pensar o Jornalismo, que não pode ser visto sem estar “[...] integrado a uma conjuntura sócio-histórica de comunicação interativa que se dá no discurso.”. Assim, imergir o Jornalismo no universo discursivo vai ser necessário para podermos introduzir a noção de acontecimento discursivo e sua relação com o *ethos* jornalístico³⁴. De acordo com as noções de Pêcheux (2004, 2008, 2010, 2011), também um pensador da área do discurso, não há uma liberdade do sujeito, mas sim uma estreita faixa de deriva de sentidos, “um certo espaço de liberdade” que permite que exista uma movimentação que permitiria o rompimento com um “domínio de saber em que estava inscrito” e migrar para outro. Esta capacidade produz os melhores momentos do Jornalismo. Não é este o espaço para listarmos determinadas reportagens, pois fugiríamos do foco, mas de certo não faltam exemplos delas na história do Jornalismo. Citaremos, para melhor exemplificação do que está sendo proposto, apenas duas: John Red (2010), na obra *Os 10 dias que abalaram o mundo*, uma narrativa jornalística que mostrou ao mundo o que acontecia na Revolução de 1917. E, num momento mais atual, é possível citar as revelações, feitas por meio da imprensa, repassadas pelo ex-agente Edward Snowden sobre as informações recolhidas pela agência interna de espionagem dos EUA (NSA).

³⁴ Para Maingueneau: “[...] a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso no que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal. O ‘ethos’ faz parte, como o ‘logos’ e o ‘pathos’, da trilogia aristotélica dos meios de prova. Adquire em Aristóteles um duplo sentido: por um lado designa as virtudes morais que garantem credibilidade ao orador, tais quais a prudência, a virtude e a benevolência; por outro, comporta uma dimensão social, na medida em que o orador convence ao se exprimir de modo apropriado a seu caráter e a seu tipo social. Nos dois casos trata-se da imagem de si que o orador produz em seu discurso, e não de sua pessoa real.” (CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2004, p. 220). Sobre o *ethos* no discurso jornalístico ver: PIRIS, 2009.

Porém, não é sempre que tais condições de produção propiciam estes procedimentos. De fato, este potencial do Jornalismo é particularmente contido pelas relações de produção entre as classes que formam o meio profissional. Passemos, portanto a um olhar mais detalhado das relações de produção na prática jornalística. Tem-se por pressuposto que as relações de produção internas a um ambiente de redação são conflituosas como qualquer outro meio de trabalho, estando sujeitas às interferências do modo como se dá a reprodução das condições de produção.

As críticas dos analistas da imprensa, porém, não afastaram inteiramente os preceitos estabelecidos na chamada “época de ouro” do Jornalismo, nem no ensino do Jornalismo nas academias e nem nas rotinas das redações. Para Robert Park (2008), teórico do Jornalismo desta época, “[...] os gregos aplicavam o termo *ethos* para a soma de usos característicos, ideias e padrões e códigos pelos quais um grupo era diferenciado e individualizado em caráter de outros grupos. Ética eram as coisas que pertenciam ao *ethos* e, portanto, as coisas de padrão de direito [...]” (PARK, 2008, p. 71). O imaginário jornalístico segue impregnado desses símbolos. Como bem postulou Pulitzer (2009, p. 40), hoje nome de uma das premiações mais reconhecidas no Jornalismo norte-americano: “O noticiário é importante, é a própria vida de um jornal. Mas o que é a vida sem caráter? Que significado tem a vida de uma nação ou de um indivíduo sem honra, sem coração, sem alma?”. Pulitzer pedia honra, coração e alma na época em que buscava concretizar a criação do primeiro curso superior em Jornalismo em Nova York. Seu *daimon* suspiraria por outro *ethos*, onde o funcionalismo exacerbado da burocracia noticiosa havia abolido da imprensa a busca pelo extraordinário? Impossível imaginar? Ou seria no imaginário que esta resposta poderia ser buscada? Para o dono de jornal, o papel da imprensa na sociedade era claro. “Só a imprensa faz do interesse do público o seu interesse. O que é do interesse de todos não é interesse de ninguém – exceto jornalistas, pois é seu por adoção.” (PULITZER, 2009, p. 55). Como bem colocou Sodré (2002), enquanto atravessado pelo transe de sua origem e seu destino, o homem encontra o sagrado. A questão do interesse público é uma constante no imaginário social dos jornalistas, um sagrado. Para adentrar neste universo, vamos acompanhar a trajetória do pensamento de dois autores que transitaram na questão das essências e valores do Jornalismo, a fim de buscarmos, posteriormente, as multiplicidades de noções e saberes para o *ethos* do Jornalismo no século XXI.

4.2 Jornalismo, essência e valores

Em algum momento, no passado arcaico, uma história muito importante foi contada para que um grupo tivesse a compreensão que aquele narrador desejava e imaginava poder. O “narrador”³⁵ encerra a narrativa. Um dos que o ouviam faz o imaginável. Pergunta: por quê? Nasce o Jornalismo que ainda nem imagina ganhar este nome. E vai ter de fazer muito para receber a nomeação que o definiu para os dias de agora, entrada do século XXI. O caminho é de 20 mil anos. O Jornalismo nasce junto com as necessidades de questionar o que era dito por quem detinha o poder de dizer. O contrapor inato que é regido pela dúvida na certeza cega.

Quem diz e quem nomeia é quem manda. Dizer e nomear são poderes iniciais dos momentos de adaptação a uma realidade. O narrador detinha não só o poder de contar, mas também o de como contar e do quê contar. Sempre determinava, no começo da narrativa (ou em seu fim), o momento quando o acontecimento narrado havia transcorrido, de acordo com alguma referência temporal tida pelo grupo como aceitável e compreensível. Tinha o narrador dois poderes inalcançáveis. Explicava a natureza, a vida e a morte, e decidia sobre quem falar, escolhia o momento em que tal transcorrido seria relatado por algum motivo que apenas ele, o narrador, dominava. Naqueles tempos, eles, os narradores, eram os donos dos porquês. Uma definição funcional que estava aberta à oralidade contestatória de um mundo sem escrita. O porquê sempre foi a forma mais rápida e incisiva de estabelecer uma falha em um discurso. Quanto mais determinante o relato e, por conseguinte, definidor de atitudes que produziram consequências coletivas aos grupos, tanto mais estava sujeito à demolição oral por meio de uma questão fundamental ou circulatória. O ato de contestar o estabelecido é um ato de gênese do Jornalismo. A aventura da época moderna da empresarialização da atividade jornalística é um momento único e simplório se pensarmos no potencial maior de elemento primordial, questionador, em um sistema democrático que o Jornalismo carrega. Há muito mais na atividade de contestar um discurso e demonstrar suas falhas do que é possível descrever usualmente no momento de produzir uma crítica do Jornalismo na modernidade tardia e na hipertrofia da utopia digital embevecida pela circulação universal da informação por redes. O questionar permite mudanças.

³⁵ Na Antropologia existe uma diferença entre contador de histórias e narrador: segundo Fernandes (2007, p. 329), a diferença principal entre o contador de histórias e o narrador está no fato de que o primeiro é um ator, que tem por objetivo principal a interpretação; o segundo é um membro da comunidade narrativa que está compartilhando experiências. Para o narrador, a potencialidade de materialização do texto é menos significativa do que a mensagem que ele visa comunicar. (...) A voz do narrador é dupla: ruído e discurso.

Penso que o Jornalismo deve ser vivo. Assim como as sociedades em que ele está inserido e com as quais se inter-relaciona por meio da circulação de discursos. O Jornalismo é vivo como o ser vivo que o produz. Não é uma abstração, nem uma virtualidade. Assim sendo, aproxima-se dos princípios que regem a vida. Antes de ser o fenômeno moderno representado pelas empresas jornalísticas dos EUA, o Jornalismo teve seu período libertário e panfletário no continente europeu. Este período pré-industrial também formou as essências e valores do Jornalismo dentro da coletividade no mundo ocidental. Diz Sodré (2012, p. 12) que “[...] a imprensa queria de algum modo esclarecer um público, ora trazendo à luz o que se ocultava nos desvãos do poder como 'segredos de Estado', ora tentando passar a ideia de uma causa indutora de modernização e progresso.”. Para o autor brasileiro, no período da passagem do regime absolutista para a criação do Estado Direito da modernidade, um novo valor passou a ser propagado pela imprensa, anteriormente mantida como peça publicista de desestabilização do regime monárquico. E assim, passou a ser um saber incorporado ao modo de fazer e ser.

[...] como porta-voz dos direitos (civis) que inauguram a modernidade da cidadania, a imprensa traz consigo a novidade ideológica da liberdade de expressão, mas sem abandonar por inteiro a garantia de alguns velhos recursos mitológicos, a exemplo da construção de uma narrativa sobre si mesma como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais, e mais, a retórica encantatória na narração fragmentária sobre a atualidade. (SODRÉ, 2012, p. 12).

A crença na liberdade está no córtex cerebral de toda a atividade jornalística, para o melhor ou para o pior, assim como a crença em uma verdade que seja de interesse público. No nascimento dos regimes republicanos na Europa e na América (SCHEIDT, 2008), os jornais cumpriam a tarefa de dar voz à manifestação pública dos cidadãos, no que Sodré chamou de “virtude intrínseca” da imprensa liberal, que viria a assegurar todas as outras liberdades.

Foi assim que a imprensa livre pôde ser reconhecida como obra do espírito objetivo moderno e, deste modo, constituir um pano de fundo ético-político que tornaria escandaloso para a consciência liberal, em qualquer parte do mundo, o fenômeno do Jornalismo sensacionalista, ou tornaria condenável pela consciência moral do jornalista o falseamento ou o encobrimento da verdade factual. (SODRÉ, 2012, p. 13).

Na América, na virada do século XIX, Scheidt defende que na Região Platina não ocorreu pura e simplesmente a “transposição de idéias” da Europa para o Novo Mundo. Para o historiador a questão é a mescla entre os “ideários vindos de fora com práticas e idéias políticas locais (SCHEIDT, 2008, p.175). O historiador afirma que ocorre uma combinação e

que estes elementos possibilitam o surgimento de pensamentos originais. Para Serrano (2011), que analisou o Jornalismo no século XXI, em diversos países da América do Sul (Brasil, Venezuela, Equador, Bolívia, Argentina) a partir da eleição de presidentes de esquerda, depois de 2002, a série de medidas tomadas nestes países contra a concentração dos meios na mãos de poucas famílias e o apoio aos meios públicos de comunicação criaram uma revolta contra as políticas por parte da imprensa e de seus órgãos de representação como a Sociedade Interamericana de Prensa (SIP). Serrano diz que o debate há muito adiado finalmente chegou ao continente. Afirma Serrano que “la gran amenaza es evolucionar hacia un panorama dividido entre médios privados que combaten con impunidad mediante la mentira y la manipulación a gobiernos progressistas, y médios públicos dedicados solo al ‘seguidismo’ gubernamental”³⁶ (SERRANO, 2011, p.123). Este dilema, este balançar entre dois polos, este oscilar entre os interesses empresariais, a corrupção política e o jogo do poder por mais de 200 anos, deixou a defesa das liberdades individuais dos cidadãos, hoje, como mero espectro ideológico – uma crença fincada no nascimento dos valores republicanos do liberalismo e da imprensa livre. Na Europa e nos EUA, a aceleração da globalização neoliberal destruiu, em parte, as ilusões liberais de independência da imprensa. No restante do mundo, a situação foi similar. Mas, mesmo diante desta avassaladora conformidade discursiva da imprensa, sempre houve falhas no processo e na possibilidade de alterar os rumos da marcha da bandeira do progresso capitalista ostentada pelas empresas de comunicação. Tanto no fazer Jornalismo como no pensar sobre o Jornalismo, existem brechas. Falhas na ilusão de um total domínio sobre o que dizer e sobre o que falar. E principalmente, falhas em decidir sobre o que não falar, no caso os silenciamentos discursivos que serão abordados posteriormente.

Busco assim me colocar em um posicionamento que considera o Jornalismo como uma forma de produção de conhecimento, específica e dotada de características distintas de outras formas de produção de conhecimento na humanidade, como, por exemplo, a ciência, a arte, a filosofia etc. O ponto de vista que considera o Jornalismo como uma instância de produção de conhecimento foi desenvolvido em especial por dois autores, Otto Groth e Robert Park.

Otho Groth forneceu uma contribuição única para o Jornalismo: “[...] um sistema de leis próprias, uma análise profunda da essência do periódico e com isso os fundamentos epistemológicos para uma Ciência dos Jornais.” (MEDITSCH, SPONHOLZ, 2011, p. 12). O

³⁶ “A grande ameaça é desenvolver até um panorama dividido entre meio privados que combatem com impunidad mediante a mentira e a manipulação a gobiernos progressistas, e meio públicos dedicados só ao ‘segudismo’ governamental” (tradução minha)

que se busca aí é o Jornalismo como uma “ação cultural”, uma obra do pensamento humano, complexo e em constante mudança. Um sistema vivo, com leis e valores próprios, específicos desta forma social de produzir conhecimento.

A obra de Otto Groth³⁷ é pioneira e visionária. Formulada por um jornalista dentro do sistema da filosofia alemã, aponta, de forma inédita, ao objeto jornal uma reflexão teórica que permite ao pensador a clareza de uma visão completa deste fenômeno social da modernidade. Groth analisa em sua extensa produção teórica muitos aspectos do Jornalismo. Buscamos aqui observar algumas das características levantadas pelo teórico alemão, em especial no que se relacionam com a tentativa de apontar os **valores** e **essências** do Jornalismo. Diz Groth:

A mente do homem de hoje é co-modelada e preenchida em boa parte pelo Jornalismo. O Jornalismo determina principalmente a direção do pensar e do querer de amplas camadas sociais. E não somente destas: dele depende em grande parte o saber e com isso a capacidade de discernimento de um povo como um todo. A influência jornalística se espalha por todas as áreas da vida. Sobretudo a imprensa periódica é um fator econômico importante para diversos grupos, apesar da concorrência crescente, e ela ainda é dominante na vida pública. (GROTH, 2011, p. 31).

Esta constatação do “co-modelar” e “preencher” a mente dos homens reflete a visão da sociedade da época, início do século XX. No momento em que a modernidade se firma como sistema socioeconômico, cabe ao jornal, segundo o autor, um papel na formação da capacidade de discernimento de uma sociedade a cada ano mais urbanizada e com aglomerados populacionais em constante crescimento. Não havia até então, em um espaço tão reduzido, tantas pessoas vivendo juntas. Neste contexto, os teóricos de uma nascente sociologia, ou os filósofos da própria modernidade, buscavam encontrar explicações para os comportamentos da sociedade de massas humanas. Groth (2011, p. 33), ao falar da nova ciência, afirma que: “A nova ciência não é feita pela novidade dos 'objetos', mas sim pela novidade do 'objeto' gerado primeiramente pelo novo modo de contemplação.”. Este novo olhar é um de seus pensamentos mais presentes na explanação da Jornalística, a ciência dos jornais, que deveria ocupar um espaço distinto dentro das ciências já existentes. O novo olhar proposto por Groth, em sua *Ciência dos Jornais*, tem aspectos que nos interessa destacar. Um é a questão da definição do jornal como uma “obra cultural”. “Jornais e revistas são obras

³⁷ Otho Groth (1875-1965) foi um jornalista e sociólogo alemão, nascido na cidade de Schlettstadt. Estudou na Universidade de Munique, onde foi aluno de Max Weber. Passou a atuar no Jornalismo em 1899 no *Stuttgarter Beobachter* e foi correspondente do *Frankfurter Zeitung*. Produziu sua tese de doutorado em 1915, intitulada *A imprensa política de Württemberg*. Durante sua trajetória, ele produziu as obras *O jornal* (*Die Zeitung*), uma enciclopédia em 4 volumes publicada entre 1920 e 1930, e *O poder cultural desconhecido* (*Die unerkannte Kulturmacht*), publicada nos anos de 1960.

culturais. Cultura é entendida aqui como o conjunto de criações mentais humanas que cresce e muda continuamente.” (idem). Este posicionamento, em nossa opinião, é fundamental para perceber o Jornalismo não como uma atividade técnica despida de relações com valores fundamentais da natureza humana. Ao contrário, e isso é muito visível para qualquer observador de uma atividade humanística como o Jornalismo, o fazer jornalístico está ligado às “criações mentais humanas”. Antes de qualquer técnica (também criação mental humana, porém distinta), o Jornalismo é uma ação cultural.

Assim, é importante destacar aqui a questão de perceber o caráter de processo presente no Jornalismo, exatamente por se tratar de um fenômeno em constante mudança, porém sempre dotado de alguma finalidade. Groth vai a Aristóteles para caracterizar esta ação. “Todas as ações do ser humano tem uma intenção, que se baseia sempre em um bem real e aparente” (idem). Esta relação entre o ser humano e seu pensamento estaria diferenciada das coisas da natureza consideradas apenas “casuais”, o que leva Groth a citar Dilthey: “A interdependência na qual o mundo imaterial se encontra se diferencia da casualidade da natureza pelo fato de que esta interdependência leva *valores e finalidades* a cabo de acordo com a estrutura da mente.” (DILTHEY, 1910³⁸ *apud* GROTH, 2011, p. 33). Para o pensador alemão, este é um ponto fundamental.

O estabelecer valores é a inestancável força motriz e criadora do ser humano. Com os valores ele ata as suas relações mais fugazes e constrói as suas obras mais duradoras. A partir deles estabelece as suas finalidades. Assim, todo o pensar e agir do ser humano é 'final', ocorre *por causa de sua satisfação das necessidades das finalidades estabelecidas*. (GROTH, 2011, p. 34).

Este ponto é que gostaríamos de conservar. A necessidade de “estabelecer valores” para suas obras é que possibilita a criação humana ao imprimir “finalidades” às suas ações. Então, o Jornalismo existe como obra cultural humana porque possui valores e atende a determinadas finalidades do ser humano. Este é o caminho para a Ciência dos Jornais traçado por Groth. A saber:

Mas para uma Ciência dos Jornais, o 'essencial', ou seja, o importante fundamentado é exclusivamente a 'ideia', a 'essência', a 'natureza' das obras – a similaridade dos seus sentidos, seus lados considerados essenciais, suas qualidades constantes, as 'características' e a estrutura desta unidade – e o que está ligado a isto. É no essencial que ela tem o seu objeto e o seu método próprio, ele fundamenta o sistema dela. A investigação do essencial gera a ciência da cultura 'Ciência dos Jornais'. (GROTH, 2011, p. 35).

³⁸ DILTHEY, W. **Der aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften, Erste Hälfte-Abhandlungen der Klg.** Preuss. Academie d. Wissenschaften, 1910, Philos. –Histor. Kl., p.85

Jornalismo, então, é uma ação cultural, uma obra do pensamento humano que influencia o modo como percebemos a sociedade, intrinsecamente ligada a valores humanísticos que determinam sua finalidade. Tudo isso dentro de um universo de inumeráveis outras obras culturais do ser humano. “Cada sistema cultural busca realizar os seus princípios e, se possível, alcançar a supremacia destes também em outros sistemas [...]” (GROTH, 2011, p. 38). Aqui o autor alemão aponta para uma verdadeira disputa simbólica, semelhante ao proposto por Bourdieu (2007, 2011), quase cinquenta anos depois. Está o Jornalismo inserido, assim, nesta tentativa de alcançar a supremacia em relação aos outros sistemas culturais, na tentativa de realizar seus princípios. Mas que princípios seriam estes? E que valores estão no cerne do Jornalismo, formando sua essência no meio de sistemas que se modificam cotidianamente e têm uma forma de expressão prática que é tão dinâmica e fluida como a sociedade onde se originam?

Podemos buscar uma possível resposta a estas inquietações ao ver como Groth analisa o ser humano e suas percepções do mundo, já adiantando que o Jornalismo é, também, uma forma peculiar de perceber o universo que nos rodeia. Mas não é só isso. Vamos mais além. Nesta pressuposição do mundo, para ser mais compreensível, são necessários alguns padrões.

“O ser humano tem de pressupor algo geral, igual e regular. Sem este pressuposto não haveria uma uniformidade na experiência, não haveria uma 'compreensão' do mundo, nenhum agir útil, nenhuma previsão, nenhuma preocupação, também não para o futuro próximo. Se este mundo fosse um caos, se só houvesse coisas específicas e alternantes, se não houvesse coisas iguais e duradouras, o ser humano se encontraria desorientado e desesperado neste mundo.” (GROTH, 2011, p. 40).

Na época em que Groth propôs a Ciências dos Jornais, o Jornalismo seria a coisa geral, igual e regular que gruda, em um todo mais uniforme e compreensível, o cotidiano do real nas uniformidades do mundo. É o sentido do Jornalismo na época. Sua “prova”. Para qualquer ciência na área cultural, é necessário, primeiro, conhecer sua essência, para depois desenvolver uma pesquisa teórica. É o que diz Groth:

“Isto vale também para o sistema dos jornais e das revistas, embora eles sejam uma criação da sociedade moderna contemporânea e o seu sentido (uma 'mediação' de bens intelectuais determinada socioculturalmente e mutante em dimensão e forma) bem como os seus aspectos únicos (a periodicidade, a universalidade, e até mesmo a publicidade), pelo menos no seu desdobramento completo, sejam manifestações contemporâneas. Esta obra deve apresentar uma prova para a possibilidade e a fecundidade de uma pesquisa teórica.” (GROTH, 2011, p. 42).

Retornamos aqui a questão básica da investigação da Jornalística. Qual a essência do Jornalismo e onde está o seu valor? Para o autor alemão, em análise da imprensa do seu

surgimento até a década de 40 do século XX, a resposta é um primor para elucidar alguns aspectos da situação de complexidade que envolve a sociedade do século XXI.

O Jornalismo não tem um valor próprio, mas sim um valor 'consecutivo', de efeito. A sua mediação, como a palavra já diz, não é um valor próprio, mas sim recebe o seu valor de outros valores, primeiramente da **interpretação** do homem moderno contemporâneo sobre o ser e o acontecer, sobre o pensamento e os feitos do mundo que ele influencia e pelo qual é influenciado. (GROTH, 2011, p. 51, grifo nosso).

Precisamente este caráter de **interpretação** e da influência mútua na caracterização do valor jornalístico, consecutivo, em inter-relação com a forma que o homem interpreta o “ser e acontecer”, é que se configura como uma essência do Jornalismo. É assim o Jornalismo uma maneira de **interpretar** “o ser e o acontecer”. É “a coisa geral, igual e regular” que nos facilita a **interpretação** do “ser e acontecer”. Retomando, é o Jornalismo uma “ação cultural”, uma obra do pensamento humano, que influencia no modo como percebemos a sociedade e que é intrinsecamente ligada a valores humanísticos que determinam sua finalidade. Em um sistema social, o Jornalismo tem o seu valor e finalidades definidos como o instrumento do saber humano, imaterial, que influencia a realidade e é por ela influenciado, não todas as instâncias do real, mas aquelas a que os jornalistas são levados a vivenciar por uma prática definida.

Esta interpretação particular, com regras e métodos, foi considerada por Neveu, dentro de uma Sociologia do Jornalismo, como “os Jornanismos”, uma multiplicidade que para ser criticada deve passar um “[...] desvio, complexo e apaixonado, por uma rede de interdependências que passa pela relação com as fontes, pela estruturação do campo jornalístico e sua relação com o econômico.” (NEVEU, 2006, p. 195). O uso do plural é revelador. Ao nomear “os Jornanismos”, em uma rede complexa de “interdependências”, Neveu atualiza as noções que se originaram no período em que Groth produziu sua análise.

Sob esta ótica é que averiguamos na presente tese o noticiário específico descrito no *corpus* do objeto e propomos um *ethos* para o dilema atual do progresso técnico-científico capitalista em contraponto à sobrevivência do planeta e de suas formas de vida originais. Este objeto empírico de observação, denominado de práticas jornalísticas e materializado em noticiários de um período de tempo específico, faz referência a uma questão que poderia ser analisada sob diversas óticas. Já dissemos aqui: nossa ótica é o Jornalismo, porém não simplesmente o Jornalismo proposto por Groth. Gostaríamos de buscar mais elementos para a questão. Mesmo assim, a definição de Groth é um ponto de partida. Daqui para frente vamos acrescentar elementos e verificar como os preceitos de Groth podem ser utilizados na

atualidade.

Ao propor um artigo intitulado *A história natural do Jornalismo*, o jornalista e sociólogo norte-americano Robert Park, em 1923, elabora os fundamentos de uma teoria do Jornalismo que considera aspectos das proposições da biologia evolucionista de Charles Darwin, em uma aplicação dos conceitos da biologia para analisar aspectos da sociedade urbana em Chicago, durante a industrialização da cidade. No período, levas de imigrantes – tanto de outras regiões dos Estados Unidos quanto de outros países – formavam um contingente de novos moradores e novas culturas para o conglomerado urbano em formação. Esta ocupação do espaço interessava ao sociólogo, que via no Jornalismo uma instituição determinante para a conformação social em ebulição. Park (2008) valorizava especialmente a necessidade da passagem da experiência aos conceitos e usava a Chicago dos anos 1930 como seu laboratório. E, por influência de seu grande mestre Dewey, aplicava a lição de que a sociedade era como que “um organismo vivo” (PARK, 2008, p. 21). Diz Park: “Sobretudo, obtive uma visão da cidade, da comunidade, e da região, que ia além do simples fenômeno meramente geográfico. Eram como um tipo de organismo social” (PARK, 1950³⁹ apud CONDE, M.R.B. 2008, p. 21).

A técnica de história natural se inspira nas propostas evolucionistas e descreve o processo de contínua adaptação natural à realidade exterior, que é mutável e competitiva e não está planejada. Nesse sentido, Park transfere as ideias biológicas darwinistas à vida social, definindo assim novos princípios de ecologia social e humana. Toda a sua sociologia está cheia de descrições de diferentes fenômenos em forma de processos evolutivos dinâmicos. Esses possuem 'histórias naturais', sequências de estados que conduzem primeiro à **mudança social** e depois a sua **institucionalização**. O jornal é um exemplo a mais dentro deste contexto e método de análise. E em sua história natural, o jornal traz uma série de relações com a organização social de determinada sociedade. Em especial, na modernidade dos Estados Unidos, foco analítico de Park, está a relação do Jornalismo com a democracia.

“A notícia local é a verdadeira matéria da qual a democracia é feita.” (PARK, 2008, p. 38). Esta é para nós a grande definição de Park na busca pela essência do papel do Jornalismo na sociedade. É a sua contribuição para nos aproximar da essência do Jornalismo. A aproximação da imprensa e, em especial, da notícia com a existência e manutenção da democracia na modernidade tem um valor que se encaixa na argumentação dos valores fluidos e mutáveis apontados por Groth (2011). É com a notícia e não com o artigo de opinião, afirma

³⁹ PARK, Robert. *Race and Culture*, Glencoe Ill: The Free Press, 1950.

Park, que o homem moderno interpreta o “ser e o acontecer”. Por meio do fluxo direto, cotidiano, intermitente de notícias que estão disponíveis aos habitantes de um determinado espaço em circulação, é que vão se formando as ideias e pensamentos comuns e as controvérsias sobre a administração das necessidades coletivas, díspares, intermináveis e sempre dinâmicas. Temos uma multiplicidade de noções em interdependência. Notícia e democracia são conceitos que na época estavam postos no cerne desta relação. Hoje, o par foi colocado em outro patamar. No mundo mercantilizado, a notícia faz dupla com o dinheiro, a informação veiculada pela notícia presta tributo, em primeiro lugar, a economia.

Este predomínio da notícia, contudo, nem sempre foi tão evidente. Em 1880, James Gordon Bennett, no *New York Herald*, colocou a notícia na primeira página do jornal. Até então a notícia era um formato menor do Jornalismo. O local nobre da primeira página estava reservado para os artigos de opinião, onde os redatores comentavam e interpretavam as notícias. Park foi o primeiro a verificar, por meio de pesquisas, esta realidade no EUA, e elaborou teoricamente a colocação da notícia como uma das formas de o ser humano interpretar a sua realidade. Para ele, a notícia é uma forma elementar de conhecimento. Este é o postulado maior que ficou da obra de Robert Park, na Escola de Chicago, onde atuou de 1920 até 1930, e onde ele se deteve a examinar a vida social e cultural da cidade e seus problemas sociais de forma similar a um “chefe de redação”. Park situou a notícia em um local imaginário entre a razão e o instinto. Um meio de caminho que confere à notícia naturezas diferenciadas para cada pessoa que a recebe, de acordo com a distância em que ela se encontra de maneira territorial, temporal e psíquica do acontecimento que é noticiado. A ruptura ocorrida nos jornais norte-americanos, causada pelo rompimento com o formato do Jornalismo partidário, foi detalhada pelo autor:

Quando, finalmente, as exigências das políticas partidárias desenvolveram a máquina política, nas condições de vida das grandes cidades, alguns dos jornais mais independentes se revoltaram. Esta foi a origem da imprensa independente. Foi um dos jornais independentes, o *New York Times* que primeiro atacou verbalmente e finalmente derrubou, com a ajuda de um caricaturista Thomas Nast, a Tweed Ring, a primeira e a mais abusiva das máquinas políticas que a política partidária deste país havia produzido até então. Em seguida houve um rompimento geral da dominação dos partidos, especialmente pelos jornais metropolitanos distintos dos jornais rurais. A lealdade partidária deixou de ser uma virtude. (PARK, 2008, p. 43).

Para Park, esta fase do Jornalismo iniciou a registrar o predomínio da notícia e, assim, a expansão do Jornalismo nos grandes centros, passando a interferir na política de uma forma diferenciada. “Enquanto isso, um novo poder político havia surgido e encontrado expressão na imprensa. Esse poder foi incorporado não no editorial e em seu redator, mas na notícia e no

repórter.” (PARK, 2008, p. 44-45). Para o autor, era então necessário que o fenômeno do Jornalismo fosse mais estudado, e este estudo incorporasse aspectos outros na análise. “É verdade que nós não temos estudado o jornal como os biólogos estudaram o inseto da batata.” (PARK, 2008, p. 49). Para o sociólogo, era necessário um empenho ainda maior para estudar o Jornalismo, atividade que já na época sofria críticas e enfrentava crises rotineiras muito semelhantes às atuais. Diz Park:

Então, qual o remédio para a atual condição do jornal? Não há remédio. Humanamente falando, os jornais presentes são tão bons quanto possível. Se os jornais devem melhorar, isto virá através da educação do povo e da organização da informação política e inteligência. (PARK, 2008, p. 50).

Este ponto de vista retrata a profundidade da visão que Park tem do Jornalismo. Ao inserir esta forma diferenciada de perceber o mundo e produzir conhecimento em um sistema maior, o autor passa a considerar a complexidade do Jornalismo e o situa como uma característica diferenciada do organismo social. Para o norte-americano, “A notícia, considerada como conhecimento, é provavelmente tão velha como a humanidade, talvez mais velha.” (PARK, 2008, p. 66). Ou seja, a notícia é mais velha do que o Jornalismo – entendido como uma criação secular e moderna de produção de notícias. Ao localizar o ato de produzir notícias como uma característica biológica do ser humano, Park busca demonstrar que é o Jornalismo uma necessidade intrínseca do homem, muito mais do que apenas uma atividade comercial que busca o lucro dentro de um sistema capitalista. Diz ele: “A função da notícia é de orientar o homem e a sociedade num mundo real. À medida que ela consegue isto, a notícia tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade.” (PARK, 2008, p. 69). Assim, Park estabeleceu alguns dos cânones do Jornalismo em seu período clássico, de maior influência política nos EUA, que por sua vez influenciaram a atividade nos mais diversos cantos do mundo. Mesmo assim, o caráter orgânico de sua crença na notícia como uma necessidade de um sistema vivo ficou relegada ao esquecimento. Contudo, a noção está presente na maior parte de suas formulações. O autor relacionou a vontade à ideia para situar a atividade política, uma função inicial do Jornalismo. “O mundo da política, me parece, está baseado na relação orgânica da vontade e da ideia, como Schopenhauer disse a respeito do mundo geral. Outras fontes mais materiais do poder político são obviamente só instrumentais.” (PARK, 2008, p. 61). A visão do mundo por esta ótica é peculiar na obra de Park, assim como sua tentativa de dissecar a notícia como unidade mínima do universo do Jornalismo. Da mesma forma que o átomo era para os gregos a fração indivisível da matéria, a

notícia é para Park a unidade fundamental do Jornalismo. E é sobre ela que o sociólogo tece suas afirmações. Para ele é importante detalhar como a notícia circula entre as pessoas de uma sociedade e como vai sendo absorvida em forma de conhecimento da realidade.

A extensão na qual a notícia circula determina a extensão que os membros de uma sociedade participam da ação política. A notícia como 'algo que faz as pessoas falarem', tende a possuir o caráter de um documento público e está limitada de um modo característico a eventos que causam mudanças súbitas e decisivas. (PARK, 2008, p. 51).

É sobre a circulação da notícia que Park foca sua observação. Diz ele: “A notícia continua notícia até chegar às pessoas para as quais ela possui 'interesse de notícia'. Uma vez publicada e reconhecida sua importância, o que era notícia vira história.” (PARK, 2008, p. 59). Este mecanismo de assimilação das notícias é a filigrana que Park observa muito de perto. Dentro da cotidianidade do consumo de notícias por parte dos leitores é que se dá a produção de conhecimento. Um conhecimento diário, focado em questões de cotidiano, eventos transitórios, que reclamam a atenção tanto do jornalista que os trabalha, quanto da pessoa que os lê. Esta interdependência na produção e consumo da notícia coloca os dois polos em um mesmo nível, pois é necessário que sua importância seja reconhecida, e este reconhecimento varia de pessoa para pessoa, de circunstância para circunstância, de interesse para interesse, diversos nas composições sociais. Mesmo efêmera, transitória – “a verdadeira essência da notícia” – Park atribui a ela uma característica de propagação cada vez maior: “A primeira reação típica de um indivíduo à notícia é provavelmente o desejo de repeti-la para alguém. Isso cria a conversação, provoca maiores comentários e talvez comece uma discussão.” (PARK, 2008, p. 60). Este público, longe de ser uma massa uniforme, é um público que está diretamente ligado à essência da sociedade. Para Park, “[...] cada público tem seus preconceitos locais e suas próprias limitações [...]” (PARK, 2008, p. 63). Ao relativizar o público e a notícia, Park se aproxima das noções de mudanças sociais seguidas de institucionalização que dão o caráter dinâmico do tecido social. Assim como o Jornalismo, a notícia e também o público são produtos, ou ações culturais, do ser humano, e essa é sujeita a alterações por modificação no próprio público a quem é destinada. E isto se dá pela publicação das notícias. “A publicação dará à notícia o caráter de um documento público. A notícia é mais ou menos autenticada pelo fato de ter sido exposta ao exame crítico do público ao qual ela se dirige e cujos interesses ela trata.” (PARK, 2008, p. 62). E todo este processo, para o autor, está carregado de uma tensão típica dos produtos culturais. “Um evento deixa de ser notícia tão logo a tensão provocada acabe e a atenção do público seja direcionada para um

outro aspecto do habitat ou outro incidente novo e emocionante ou importante para prender sua atenção.” (PARK, 2008, p. 59).

Assim, a notícia, matéria-prima do Jornalismo, depende do seu público para ser avaliada, e esta avaliação é rotineira e necessita oferecer elementos que tencionem a leitura cotidiana, ou seja, a notícia tem de impactar a sociedade ao tratar dos valores que esta sociedade considera, naquele momento, essenciais para a manutenção da organização social, ou mais ainda, para a sua evolução enquanto sistema ou organismo vivo. Dentro desta perspectiva, são o Jornalismo e a produção de notícias uma necessidade orgânica do ser humano que independe de sistemas econômicos e políticos para existir. Dependem sim, dos sistemas econômicos e políticos para existir sob uma determinada forma. A contribuição dos dois autores acima (Park e Groth) é fundamental para demarcar o lugar onde me posiciono teoricamente para falar do *ethos* do Jornalismo para o século XXI.

A essência do Jornalismo tem caráter de influência mútua entre os homens de uma sociedade por se tratar de uma interpretação do ser e do acontecer. É uma “ação cultural”, uma obra do pensamento humano, que influencia no modo como percebemos a sociedade e que está intrinsecamente ligada a valores humanísticos que determinam sua finalidade. Ali o Jornalismo tem o seu valor e finalidades definidos como o instrumento do saber humano, imaterial, que influencia e é pela realidade influenciado.

É fato que a imprensa atingiu sua maturidade social durante a virada do século passado, na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos. Tanto Park como Groth estabelecem a necessidade do Jornalismo para a existência de uma democracia na era moderna. E não por acaso, acrescento que a crise do modelo de representação democrática no começo do século XXI, com o aumento de políticas de exclusão pós-11 de setembro e o acirramento de guerras fundamentalistas pelo mundo, veio acompanhada de uma anunciada crise na imprensa em decorrência da revolução digital, que hoje se configura como muito mais do que a crise de um modelo de negócio propagado por empresas de comunicação. É a crise de falta de valores. A democracia sai de cena para o predomínio da noção de mercado, da economia, do dinheiro, do consumo.

As relações do Jornalismo com o capitalismo são muitas, sim, porém não são definitivas. De fato, o Jornalismo da modernidade nasce com o capitalismo da modernidade. É o que Ciro Marcondes Filho (2009) aponta em sua análise sobre o Jornalismo e o capitalismo, em sua obra *O Capital da Notícia*. Para Ciro,

O Jornalismo reflete muito bem a aventura da modernidade. Ele é a melhor síntese do espírito moderno. Por esse mesmo motivo, o processo de desintegração da atividade, seu enfraquecimento, sua substituição por processos menos engajados (que já não buscam a verdade, que já não questionam a política ou os políticos, que já não apostam numa evolução para uma 'sociedade mais humana') é um sintoma de mudança dos tempos e dos espíritos.” (MARCONDES FILHO, 2009, p. 15).

Em sua crítica ao Jornalismo, o autor demonstra que, com a revolução da informática, a “[...] produção informatizada diária e contínua de um jornal tende a triturar os fatos – inclusive as análises –, transformando-os em um produto – apesar da aparência atraente, inodoro, incolor e insosso.” (MARCONDES FILHO, 2009, p. 37). De acordo com o autor, não há mais espaço na sociedade do século XXI para o modelo de Jornalismo que teve seu crescimento vinculado à tomada do poder pela burguesia capitalista, em acontecimentos que têm sua origem na Revolução Francesa.

E não há responsáveis por toda essa virada na forma de fazer Jornalismo. É a civilização humana como um todo que se transforma a partir de uma variável independente: a informatização. O processo digital, de tempo real, de comunicação on line estabelece novos parâmetros sociais. Tudo muda. O Jornalismo, bem como os valores de progresso, evolução, e razão, foram emanações de outra época histórica, foram epifenômenos da revolução industrial e da revolução social burguesa dos séculos 18 e 19. Não seria coerente que num momento de introdução revolucionária de técnicas de inscrição, armazenamento e reaproveitamento de informações – como é a informática – sobrevivessem de privações de outras épocas históricas. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 37).

O âmago da questão levantada por Ciro (2009), doutor formado em Frankfurt, na Alemanha, vai na esteira da teoria crítica, de orientação marxista, porém atualizada para a realidade brasileira e as derradeiras décadas do século XX. Para o autor brasileiro, as inovações tecnológicas interferiram nas relações da imprensa com o poder e com as alterações na produção jornalística da atualidade.

E a relação da imprensa com o poder e o pensamento dominante é um caso particular, pois os jornalistas não são portas vozes do poder instituído, menos ainda seus 'delegados'. É de outra natureza a relação que essa classe profissional tem com os dominantes e a imposição das vontades políticas. Numa era de altas e sofisticadas tecnologias informatizadas, em que os principais atores políticos já não são homens e mulheres, mas redes, sistemas e complexos equipamentos, jornalistas aparecem como uma espécie de gerentes dessa máquina, como sua interface com o grande público. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 57).

Para o pesquisador, esta “promoção a gerente” colocaria os profissionais em um local onde não haveria mais espaço para sustentar os dogmas míticos de um passado de glórias jornalísticas. De acordo com Ciro (2004), não haveria muitas possibilidades de reencontro com suas perspectivas. A questão, para o autor, é que hoje os donos do poder não precisam

mais temer os “cães indomáveis” da imprensa.

E é esse o beco-sem-saída: no passado, os jornalistas, apesar de dependentes do poder do proprietário, da autoridade do capital, exerciam um poder intersticial, exatamente por não possuírem poder material algum, mas por terem condições de jogar com a sensibilidade da opinião pública. Os poderosos sempre se incomodaram com a imprensa e a sua capacidade de desestabilizar. Hoje se observa uma mudança na qualidade do poder: ele se desloca da relação direta com as pessoas – o estadista, o grande líder religioso, o chefe militar, o caudilho –, ele não precisa mais delas, ele se impõe como tecnologia. (MARCONDES FILHO, 2004, p. 57-58).

Apesar da crítica devastadora que Ciro Marcondes Filho desfere ao atual momento do Jornalismo, bem como ao seu vínculo de origem aos interesses de uma classe burguesa capitalista, o autor aponta algumas possibilidades para o trabalho jornalístico que vão de encontro às aspirações de Park e Groth quanto ao exercício profissional dessa atividade. É justamente nos “valores” intrínsecos do Jornalismo que há uma alternativa, segundo Ciro (2009), para que o saber jornalístico readquira uma relação com a sociedade, estremecida pelas “agitações sociais” da atualidade.

Por isso não se trata hoje de lamentar processos extintos, mas, muito ao contrário, de avaliar como revitalizar os valores decisivos que estão sendo soterrados com toda a nova agitação social. E esses valores não são os mesmos do passado, mas aqueles que a nova época põe em risco: o trabalho atento, cuidadoso, criterioso, lento com o objeto, o componente do ser humano não redutível a bit (paixões, emoções, sensibilidades), as questões éticas, etc. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 37).

Em nosso entender, a crítica de Ciro Marcondes Filho mantém aberto um caminho para o exercício do Jornalismo diante dos dilemas da atualidade. O autor aponta para a possibilidade de trabalhar no Jornalismo com “paixões, emoções e sensibilidades”. Se ele pede para revitalizar valores, apontamos aqui alguns dos valores desenvolvidos por Groth e Park. Tal essência do Jornalismo tem, nos dias de hoje, uma clara possibilidade de atualização de pressupostos decorrentes justamente da crise do modelo capitalista tardio, a qual se evidencia pelo esgotamento de recursos naturais e a acelerada degradação planetária no século XXI. Esta situação, no entanto, também permite que se possa ver esta mesma modernidade considerando o todo do planeta. Paixões, emoções e sensibilidades nos aproximam de outros saberes que serão tratados a seguir.

A análise crítica dos acontecimentos publicados pela imprensa a partir da discussão sobre o acontecimento é vasta no meio acadêmico brasileiro e argentino e, obviamente, nos estudos de pesquisadores da Europa e EUA. Sodré (2012) aponta em sua obra *A narra o do fato* a questão do “deslizamento” que daria margem   “profecia autorrealizadora” da média.

É a manifestação da natureza *reflexiva* – no sentido de praticar e receber a ação ao mesmo tempo – dos textos informativos. Por mais veraz que seja, a representação dos fatos põe em jogo crenças e pressupostos tendentes a validar essa mesma veracidade. De tal modo, o discurso não é meramente informativo, mas também *autoconformativo*, gerador de uma circularidade capaz de modificar os fatos que são objetos da informação. O discurso da informação pública torna-se, em consequência, operativo e performativo, ampliando a circularidade: a enunciação *faz* o que o enunciado *diz*. Dá-se, assim, a profecia autorrelizadora, ou seja, uma superposição ou predição que, só pela única razão de ter sido feita, converte em realidade o fato suposto, esperado, profetizado e, desta maneira, confirma a sua própria ‘objetividade’. (SODRÉ, 2012, p. 39).

Esta circularidade presente na grande maioria do enorme noticiário corrente em todo o mundo coberto pelas redes de informação digitais é evidente em análises de acontecimentos de grande impacto, como eleições, espetáculos, campeonatos esportivos mundiais, tragédias, guerras, crimes e atentados. É uma constatação geral que poderia ser exemplificada tanto por noticiários de jornais municipais de pequenas cidades do interior, como também pelas notícias publicadas em jornais das capitais regionais ou das grandes metrópoles. No presente trabalho, utilizamos amostras de noticiário de diários regionais do Brasil e da Argentina, mais próximos do acontecimento em estudo. Ao olharmos de perto a sua constituição, poderemos ver como se dá esta circularidade e o ordenamento dos fluxos de informação (HENN, 2002) e, no caso de existirem falhas nesta circularidade, de que maneira eles se estruturam e se relacionam com o padrão de fontes utilizado na produção do conteúdo jornalístico.

4.3 Jornalismo como discurso

A questão do acontecimento pode ser contemplada em um objeto jornalístico por diversos olhares. Se aqui estou buscando ter **este** olhar complexo, promovendo o encontro de saberes, é necessário ir pontuando as muitas interfaces possíveis. Considero que existe uma complementação inevitável ao que já desenhei sobre o Jornalismo, em sua essência e valores. Nos anos de 1960, os valores clássicos do Jornalismo em seu período moderno sofreram como ação cultural um choque produzido pelo pensamento crítico da época. A questão da objetividade jornalística foi considerada impossível, assim como o domínio da ideologia sobre o sujeito. Os discursos, segundo Althusser formulou na década de 1960 ao fazer uma releitura de Marx, estariam vinculados a Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) específicos e, em consequente, produziram ideologias nas relações dos indivíduos com suas realidades de existência.

O que os homens se representam na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica e portanto imaginária do mundo real. (ALTHUSSER, 1980, p. 81).

Esta relação mencionada por Althusser é visualizada em parte neste estudo na ideologia do jornalista que tem relações de trabalho específicas com a prática de seu ofício. O pensamento de Althusser foi decisivo para o nascimento da Análise do Discurso, dentro dos parâmetros formulados por Michel Pêcheux na década de 1960, na França.

Esta reflexão sobre o discurso, historicamente, se inicia um pouco antes, é verdade, nos anos de 1950, com o nascimento do estruturalismo em oposição à abordagem da fenomenologia da qual a obra de Sartre é emblemática. De acordo com Gregolin, “[...] a noção de estrutura será difundida na França, pela interpretação das formulações saussurianas sobre o 'sistema linguístico.’” (GREGOLIN, 2004, p. 20). Atribui-se a Lévi-Strauss a transferência dos modelos linguísticos propostos por Saussure para a Antropologia, os quais, logo a seguir, foram adotadas pelas Ciências Humanas como um “modelo”. Gregolin (2004, p. 25) discute dois autores (entre os muitos estruturalistas e diferentes estruturalismos), a saber Foucault e Pêcheux, que “historicizaram as estruturas” e produziram uma articulação entre as propostas de Saussure, Marx e Freud, promovendo releituras e deslocamentos nos conceitos principais. Foi em uma relação tensa com estes teóricos que Pêcheux buscou “construir a análise do discurso, e nela estão envolvidos a língua, os sujeitos e a História.” (GREGOLIN, 2004, p. 53).

Michel Pêcheux, o principal formulador da Análise do Discurso (AD) em 1960, considerava que havia um esquema básico de comunicação onde A remete uma mensagem para B dentro de uma estrutura social. O sujeito do discurso se dá pela identificação do lugar que este sujeito ocupa no discurso (A e B), identificação marcada pela luta de classes, no sentido marxista. Os efeitos de sentido nunca são os mesmos para A e para B, embora tanto para um como para o outro os sentidos sejam “evidentes”. Esta “evidência” seria ocasionada pelo “teatro da consciência”, descrito por Pêcheux, uma produção e resultado da ideologia. Assim, nestas noções de discurso, não há um real, mas sim apreensões distintas do real, denominadas formações imaginárias, que se constituem no sujeito do discurso pela linguagem. Em 1975, sob influência da obra de Foucault, Pêcheux reformula a noção de formações imaginárias⁴⁰ pela de posições-sujeito. Para ele, não há sentido *a priori* no signo. O

⁴⁰ O conceito de formações imaginárias de Pêcheux não guarda relação com o conceito de imaginário legado pelos Estudos do Imaginário na vertente de Bachelard e Durand.

sentido decorre de formações discursivas (FD). O eu é o sujeito que deixa suas marcas na língua/fala no momento de enunciação. O discurso é a instância que se estabelece entre eu e tu, entre A e B. Neste ponto é necessário salientar três conceitos propostos por Pêcheux:

Formação social: caracteriza-se por um meio de um modo de produção que o domina, por um estado determinado pela relação entre classes que a compõe. Essas relações se expressam por intermédio de uma hierarquia das práticas; a essas relações correspondem posições políticas e ideológicas, que não constituem indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si uma relação de antagonismo, aliança ou dominação.

Formação ideológica: constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito em relação uma às outras.

Formação discursiva: componentes das formações ideológicas determinam o que se pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (PÊCHEUX, 1988, p. 26 -27)

Todo o sujeito discursivo é interpelado pela ideologia no inconsciente, e esta ideologia vem do social, não do inconsciente, e opera por meio do esquecimento. Ou seja, a ideologia interpela o sujeito, cotidianamente, a partir de sua socialização, influenciando na consciência do real por meio de uma atuação acumulativa de experiências sociais filtradas no inconsciente. Assim, “se há discurso, estamos diante do ideológico” (INDURSKY, 2012). O esquecimento faz com que o sujeito seja interpelado, mas que não saiba disso. Há uma ilusão de que este sujeito é senhor do seu discurso. Esta ilusão é amplamente divulgada pelos jornais e veículos de comunicação. E esta ilusão passou a ser duramente criticada pelos pesquisadores ao fazerem análises de discursos dos produtos jornalísticos. Pêcheux conseguiu unir os saberes da psicologia e da linguística para oferecer uma análise da atualidade ainda dentro do posicionamento marxista. As formações ideológicas foram analisadas por Marx, Althusser e Pêcheux em momentos distintos e com propósitos variados. Ideologia seria sempre uma relação e, para Althusser, “é a natureza imaginária desta relação” que sustenta toda a deformação imaginária observável em toda a ideologia (se não a vivermos em sua verdade). Entende-se que discursos como o da fé, da economia, da informatização e até do ambientalismo, sustentados por Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e cada um deles uma ideologia, são discursos que parcelas da população têm como a verdade em que vivem. Ao colocar que “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas” (ALTHUSSER, 1980, p. 83), Althusser explicita a importância da prática para a existência da ideologia. E, ainda dentro do pensamento marxista, não é possível evitar as contradições existentes em um modo de produção específico. Isso inclui também as práticas jornalísticas e

torna o jornalista uma figura que se coloca no olho do furacão de interesses ideológicos diametralmente opostos. Justamente este sujeito que “comunga” dos discursos dominantes em uma dada sociedade não é o sujeito funcional único para a prática jornalista.

Até a década de 1980, as análises da AD foram um referencial teórico muito usual para as Ciências Sociais. No Brasil, a AD manteve-se como um saber muito referenciado por conta do trabalho de pesquisa de Orlandi (2003, 2007), na Unicamp. A AD brasileira está diretamente ligado a Pêcheux. Este autor, porém, sempre defendeu que, para cada análise, um instrumental de saberes deveria ser utilizado (GREGOLIN, 2004)⁴¹. Justamente entre os autores brasileiros que se valem do aparato conceitual da AD, há uma tendência de optar pelos últimos escritos do filósofo francês, onde Pêcheux reelaborou suas noções. Buscamos aqui centrar esta recuperação com o detalhamento da questão do sujeito proposta por Pêcheux. A questão do sujeito é um componente importante para que possamos pensar no *ethos* jornalístico, associado à linguagem jornalística e à problemática da subjetividade/objetividade, discussão preeminente no decorrer histórico das mudanças nos valores da profissão em decorrências das alterações sociais. Admita-se, segundo Pêcheux (1988), que em um discurso podem ser verificadas as posições-sujeitos, lugares onde o sujeito “se inscreve”, sendo chamado de bom sujeito quando aceita os argumentos e ideias apresentadas e, assim, incorpora seu dizer ao dizer de uma determinada Formação Discursiva (FD). Esta filiação a uma FD não é perpétua. O sujeito muda de FD quando não mais concorda com ela (com o discurso e a ideologia), saindo de uma para outra, porém sempre sob a interpelação de alguma ideologia. Chama-se “mau sujeito” aquele que tece restrições a determinado discurso, desconfiando de suas pretensões de verdade e de tentativas de unificação de práticas sociais. O “mau sujeito” restringe determinadas FDs, não aceitando esta posição sujeito e se colocando em uma posição-sujeito oposta. Enfim, este “mau sujeito” não percebe sem questionamentos a formação de sentido dominante de um discurso definido e, justamente, aponta incoerências e expressa sua discordância em um outro discurso, já inscrito, depois deste entremeio, em outra formação discursiva e, por conseguinte, interpelado também por ideologia. O sujeito está no já dito, mas faz opções ao ser interpelado ideologicamente e alinhar-se a uma FD onde pode ser bom ou mau sujeito. E esta identificação pode ser pacífica ou não. Freda Indursky, que se deteve na questão (INDURSKY, 2002), considera que o sujeito para a AD é duplamente afetado: pelo inconsciente em sua psiquê e interpelado pela ideologia

⁴¹ Gregolin refaz em sua obra o trajeto dos dois autores, marcando os pontos de convergência e divergência, em especial apontando como o pensamento de Foucault fez com que Pêcheux revisasse pontos importantes em suas noções-conceito na análise do discurso (GREGOLIN, 2004).

em sua constituição social. Temos então “um sujeito *histórico, ideológico, mas ignora que o é*, pois é igualmente afetado, em sua constituição, pelo inconsciente” (INDURSKY, 2002, p. 11). Sendo a formação discursiva que regula “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988, p. 163) pelo sujeito do discurso, é necessário trazer o que Pêcheux coloca sobre este sujeito do discurso: “A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito) [...]” (PÊCHEUX, 1988, apud INDURSKY, 2002, p. 11). O autor complementa que esta identificação se dá “pelo viés da forma-sujeito”, que se compreende como uma “tomada de posição” em relação aos mecanismos de identificação do “sujeito” no “sujeito”.

Esta possível unicidade do sujeito é considerada como imaginária nos termos do autor, uma vez que Pêcheux apresenta modalidades distintas na tomada de posição. Não há unicidade. Há uma presunção a ela, centrada em uma visão de que esta é única. Este ponto particularmente nos interessa. A primeira modalidade seria a **superposição**, onde o sujeito do discurso se identificaria plenamente com a forma-sujeito (discurso do bom sujeito). A segunda modalidade é a **contra-identificação** (discurso do mau sujeito), e ela ocorre “quando o sujeito do discurso, através de uma tomada de posição, se contrapõe à forma-sujeito que organiza os saberes da FD com a qual o sujeito do discurso se identifica.” (INDURSKY, 2002, p. 13). A própria questão das FDs estará assim influenciada por esta heterogeneidade do sujeito, levando a que as formações discursivas (domínio de saber que representa um modo de se relacionar com a ideologia vigente) também sejam heterogêneas. O teórico francês ainda apresenta uma terceira modalidade: a **desidentificação**. Nesse caso, “[...] o sujeito do discurso desidentifica-se de uma formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito para identificar-se com outra formação discursiva e forma-sujeito.” (INDURSKY, 2002, p. 13).

Entendemos que, no caso da **superposição**, os saberes da FD são reproduzidos tal e qual. Na segunda modalidade, a **contra-identificação** acaba por produzir um saber discordante que vem a fundar uma nova FD devido à tensão que esse gera no interior desta. Não há mais espaço para a permanência nesta FD. Indursky formula também que é possível a **contra-identificação** ocorrer dentro de uma FD sem necessariamente haver rompimento total, havendo apenas um distanciamento “em relação a alguns saberes que emanam da forma sujeito, o que vai dar origem a fragmentação da mesma” (INDURSKY, 2002, p. 25). Ou seja, a **contra-identificação** permitiria introduzir saberes em uma forma-sujeito divergentes do dominante, sendo denominados dissidentes, porém ainda distantes da total ruptura ocasionada por uma **desidentificação**. Estas diferenciações resultam em dois tipos de acontecimentos: o

discursivo e o enunciativo. Recorremos a Indursky para explicitar esta diferenciação, em cima da qual refletiremos posteriormente ao discorrermos sobre o Jornalismo.

Segundo a autora, o **acontecimento discursivo**

[...] determina o surgimento de uma nova forma-sujeito e, por conseguinte, de uma nova formação discursiva. Vale dizer: a ruptura é radical e definitiva; o sujeito não suporta mais os saberes da FD em que se inscrevia e com ela se desidentifica, dela se retirando. Este movimento o conduz necessariamente para a instauração de uma nova FD e a produção de novos saberes. (INDURSKY, 2002, p. 28).

Conforme procuraremos demonstrar mais adiante, este é o tipo de acontecimento que tem maior relevância para a prática jornalística e que produz um movimento de grande impacto na sociedade quando da circulação de informações jornalísticas específicas.

Por outro lado, temos o **acontecimento enunciativo**. Este acontecimento

[...] implica apenas na instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Dito de outra forma: surge aí uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito, ou seja, surge aí um novo modo de enunciar os sentidos no interior de uma formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito. (INDURSKY, 2002, p. 28).

Tentemos agora relacionar estes conceitos da AD com determinados saberes do fazer jornalístico. Partimos assim do que hoje está colocado na teoria e na prática jornalística brasileira. O jornal que é lido, visto ou ouvido é feito por pessoas: jornalistas. Profissionais que tem formação específica e interesses comuns em trabalhar com relatos e narrativas sobre acontecimentos diários. Existem, sim, condições de produção distintas para a elaboração deste jornal. Ele é feito segundo um *ethos* profissional estruturado, como já foi colocado. Assim, o profissional segue uma deontologia de *valores* explicitada e de conhecimento dos próprios jornalistas. Este cenário, no entanto, não é uma simples receita de procedimentos técnicos. Em uma redação jornalística, local físico onde são produzidas as informações a serem distribuídas nos mais variados suportes, se repete a tradicional divisão de funções. São relações trabalhistas conflituosas entre as diversas divisões do trabalho que internamente hierarquizam as funções na redação. É, portanto, o Jornalismo considerado como uma **formação social**.

Além disso, há um objetivo comum geral (produção jornalística) e inúmeros objetivos pessoais e profissionais paralelos (carreira, amizades, silenciamentos, desconhecimentos, formação, escolaridade etc.) que estão em disputa, diariamente, do período de definição das pautas (assuntos a serem trabalhados) até o fechamento da edição. Dia após dia, com alterações rotineiras nas equipes de comando e de execução, bem como alterações em políticas administrativas e editoriais das direções das empresas e das estratégias de disputa e concorrência no mercado, as informações tratadas de forma jornalística são colocadas em

circulação na sociedade.

Como é o ponto de vista que cria o objeto e não o objeto que cria o ponto de vista, tínhamos por hipótese que há um “mau sujeito” e um “bom sujeito” que têm uma relação conflituosa dentro dos espaços profissionais do Jornalismo, considerado assim uma **formação social**. Os profissionais das redações ora se inscrevem em uma formação discursiva, ora em outra, dependendo de como equacionam as pressões e interesses internos e externos com o seu ponto de vista pessoal/profissional do acontecimento em questão. Acontece uma cotidiana ressignificação dos sentidos. E a linguagem produzindo discursos é uma variável importante neste universo. Embora não seja a única a estipular os valores de conduta profissional, é definidora de padrões dentro do Jornalismo enquanto uma formação social.

Retomando, entendemos que, no caso da **superposição**, os saberes da FD são reproduzidos tal e qual. Neste caso, o equacionamento da conduta jornalística na produção se mantém dentro do pensamento dominante naquele ambiente. Na segunda modalidade, a contra-identificação acaba por produzir um saber discordante, que vem a fundar uma nova FD devido a tensão que gera no interior desta. Não há mais espaço para a permanência nesta FD. Aqui se dá um corte no pensamento do jornalista que passa a questionar o estabelecido. Indursky formula também que é possível de ocorrer dentro de uma FD, sem necessariamente haver rompimento total, um distanciamento “em relação a alguns saberes que emanam da forma sujeito, o que vai dar origem a fragmentação da mesma” (INDURSKY, 2002, p. 25). Ou seja, a contra-identificação permitiria introduzir saberes em uma forma-sujeito divergentes do dominante, sendo denominados dissidentes, porém ainda distante da total ruptura ocasionado por uma desidentificação. Estas diferenciações resultam em dois tipos de acontecimentos: o discursivo e o enunciativo. Nestes dois casos não há o rompimento da FD. Porém, somente o acontecimento discursivo, quando transposto para a produção de uma notícia, pode gerar no público leitor o estranhamento capaz de produzir alterações e gerar um novo conhecimento. O Acontecimento Discursivo é, assim, uma necessidade para o Jornalismo do século XXI que busca de romper com um modelo de visão da sociedade que comunga com progresso técnico-científico ilimitado.

A questão da heterogeneidade do sujeito por conta das tomadas de posição distintas defendida por Indursky se aproxima dos escritos de Pêcheux dos anos 1980. Na época, o teórico francês produziu uma desconstrução de seu trabalho para combater um problema: na máquina da análise do discurso não havia espaço para a falha. Pêcheux combate então o assujeitamento do sujeito, o domínio amplo da ideologia e a exclusão da singularidade do

sujeito, que de modo análogo ao acontecimento levaria a um fechamento do sentido (MALDIDIER, 2011, p. 56). O trabalho em conjunto com Françoise Gadet leva a novas formulações que abrigam dois opostos: “Os universos discursivos logicamente estabilizados” e os “universos discursivos não estabilizados logicamente”, denominados por Maldidier (idem) como os espaços do “sócio-histórico”. É a chance para desbloquear o sujeito, produzir uma agitação que “vem da hesitação que parece afetar o interdiscurso” (idem). A AD torna-se assim uma disciplina interpretativa, uma problemática. Em sua última comunicação, em julho de 1983, Pêcheux aponta uma direção para o uso dos conceitos que formulou: “Face às interpretações sem limites nas quais o intérprete coloca-se como ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se, para mim, de uma questão ética e política: uma questão de responsabilidade.” (PÊCHEUX, 2008⁴² *apud* MALDIDIER, 2011, p. 61). Esta contribuição na formação de um saber interpretativo nos é cara para fortalecer a premissa de que o estudo do *ethos* jornalístico não pode se guiar por parâmetros que não estejam relacionados diretamente com o exercício do Jornalismo. Sendo o Jornalismo essencialmente interpretativo, é importante que seja também ético e político. E, como disse Pêcheux, responsável.

Continuemos a relacionar os conceitos da AD como interpretação com determinados saberes do fazer jornalístico. Pensemos, pois no que estamos chamando de discurso jornalístico. Podemos citar vários tipos de discurso existentes em uma sociedade como a nossa: religioso, científico, escolar, militar, esportivo, econômico, ambiental, cultural, etc. Temos então, voltando à formulação de Pêcheux, uma **formação ideológica** específica. Como todos os tipos de trabalho, existe uma série de procedimentos e conhecimentos prévios necessários para desenvolver o fazer jornalístico de forma correta e ética. Da mesma forma, existe, por conta do caráter público da atividade, uma gama de interesses internos e externos ao universo jornalístico na produção das informações.

Um aspecto que diferencia este trabalho de outros é a maneira de obter informações. É dos cânones do Jornalismo a máxima de “ouvir sempre o outro lado”, o que Sponholz (2009) chama de “*fairness*”. Este preceito, em se tratando de jornalistas experientes, é materializado em um método de apuração obsessivo que pode prolongar esta etapa da produção de uma reportagem de dias a meses e de meses a anos. Obviamente, esta postura desencadeia dentro do processo de Jornalismo diário conflitos que são tensionados exaustivamente entre as chefias e os repórteres. O que deveria ser veiculado em um dia é adiado. E o que estava

⁴² PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2008. 3. Ed.

previsto para a próxima semana é adiantado para preencher espaços vazios. Esta tensão é um componente do cotidiano do jornalista. É necessário conviver com ela. Sempre. Até porque não há sentido *a priori* no signo.

O resultado desta prática jornalística é este discurso jornalístico, publicado e/ou vinculado à órgãos de imprensa. Este discurso leva em conta as noções propostas pela Análise do Discurso, dentro de uma **formação discursiva** que se constrói dos conflitos que se manifestam nos discursos de todos os envolvidos no processo de produção de informações jornalísticas. O discurso jornalístico está na disputa imaginária entre as ideologias dos sujeitos envolvidos nos processos resultantes das suas filiações a determinadas formações discursivas.

Qual o **deslizamento de sentido possível** dentro da ideologia do Jornalismo existente hoje? É a contradição ideológica na *práxis* da atividade intelectual de produzir o discurso jornalístico dentro do método de apuração de notícias estabelecido pelo *ethos* jornalístico. Aqui acreditamos ser um ponto onde a reflexão sobre o discurso pode ter grande valia para a compreensão do fazer jornalístico. Volto, pois, à questão das modalidades da tomada de posição conforme apresentadas por Pêcheux. Entendemos que, para a prática jornalística atender a seu próprio *ethos* e manter seus discursos como uma instância produtora de discursos ímpares e dotados de características específicas, ela deve se voltar para a valorização do trato de acontecimentos discursivos, e não de acontecimentos enunciativos. Deve voltar seus esforços produtivos para instaurar “sentidos antes interditados”.

Até o final do século passado ainda era necessário esmiuçar o tecido dos textos jornalísticos, demonstrando suas contradições. Hoje, porém, esta operação já nos é um pressuposto básico para analisar a imprensa. Estamos longe de imaginar que os produtos jornalísticos são um todo único de sentidos iguais. Inseridos no universo das empresas de comunicação mundiais, os principais veículos da grande imprensa trabalham pela formação de um sentido ainda tributário do mito do progresso da modernidade. O mito da ciência e do progresso, dizendo melhor. Como Prometeu, que roubou o fogo dos deuses e o deu aos homens, a ciência nos deu as condições materiais para o culto ao progresso da modernidade. A crise ambiental, porém, apontou um limite, criou um *terminus* para a expansão capitalista global. O limite é a sobrevivência do homem e das espécies vivas. Se o discurso pode nos apontar em cada fragmento de texto o sentido escondido e a influência da ideologia neste discurso e sobre este sujeito, a possibilidade de uma falha discursiva nos leva a voltar nossa atenção neste trabalho para outros saberes que possam complementar a dissecação da estrutura que o instrumental da AD permite. Vamos nos valer desta falha existente no

acontecimento discursivo para enfocarmos dois fundamentos do Jornalismo: o enquadramento e o furo de reportagem.

4.4 O instante decisivo - enquadramento e o furo de reportagem

Para melhor verificarmos a aplicabilidade das noções da AD para com o Jornalismo, vamos aproximá-las de duas práticas da produção jornalística: o enquadramento e o furo jornalístico. Para melhor compreender estas noções vamos pensá-las junto com a expressão “instante decisivo”, momento único, singular, que leva a uma tomada de decisão.

A expressão “instante decisivo” foi cunhada por um dos maiores fotógrafos de todos os tempos. Era assim que o francês Henri Cartier-Bresson (2015) definia o exato instante em que um fotógrafo escolhia para realizar uma fotografia de modo que qualquer cena, por mais comum que fosse, tivesse

[...] um novo tipo de plasticidade, produto das linhas instantâneas tecidas pelo movimento do objeto. O fotógrafo trabalha em uníssono com o movimento, como se este fosse o desdobramento natural da forma, como a vida se revela. No entanto, dentro do movimento existe um instante no qual todos os elementos que se movem ficam em equilíbrio. A fotografia deve intervir neste instante, tornando o equilíbrio imóvel. (CARTIER-BRESSON, 2015, p. 1).

Em se falando de Jornalismo, argumentamos que existem neste ofício “instantes decisivos” que fazem com que determinado acontecimento seja ou não reportado e, também, que definem a maneira como este acontecimento será editado.

O momento do enquadramento é também um “instante decisivo”. É onde se pode dar a maior singularidade na atitude prática do repórter. Se a pauta e as fontes são discutidas, assim como o enfoque, com os editores e coordenadores de produção, o momento do enquadramento é a instância em que o repórter, depois de ouvir as primeiras fontes, vai determinar de que forma o texto será escrito. É o momento de iniciar a narrativa, definir o lide, a estrutura que será utilizada. Ou, no caso de avaliar que ainda faltam informações, voltar à apuração.

Para Mesquita (2008), o enquadramento seria “[...] um processo que salienta aspectos da realidade segundo as orientações ideológicas e culturais em dada ocasião, que reflete diretamente na maneira com que as pessoas serão informadas sobre determinado assunto.” (MESQUITA, 2008, p. 19). O conceito, originário tanto da sociologia quanto das produções audiovisuais (cinema), ou até da referência direta à pintura e ao ato de colocar a tela em um

quadro, ou seja, enquadrar, permite instrumentalizar a observação de um ato do jornalista dentro do processo de produção de informações jornalísticas. Já dissemos que um aspecto que diferencia o trabalho jornalístico de outros é a maneira de obter informações. O resultado desta prática jornalística é o discurso jornalístico, publicado e/ou vinculado em órgãos de imprensa. Este discurso está, então, dentro de uma **formação discursiva** que se constrói de conflitos que se manifestam nos discursos de todos os envolvidos no processo de produção de informações jornalísticas. Está na disputa imaginária entre as ideologias dos sujeitos envolvidos nos processos resultantes das suas filiações a determinadas formações discursivas.

Junto à Teoria do Jornalismo, nos interessa também a questão da noticiabilidade na formação do sentido. Em um acontecimento complexo, pode ser observado o uso de inúmeros critérios de noticiabilidade presentes na produção das notícias referentes ao tema: há um grande impacto? É uma novidade? Há proximidade e, ao mesmo tempo, é um fato de grande interesse público? Em resumo, este acontecimento teria todos os valores-notícias elencados por Chaparro e Lage em seus estudos do tema, como demonstrou Silva (2005, p. 11), atuando conjuntamente? Levando o olhar do analista para mais perto da realidade das redações, acreditamos que a definição apresentada por Silva amplia a compreensão do problema. O autor aponta três elementos necessários para a compreensão dos valores-notícia e assim os subdivide:

(a) **na origem dos fatos** (seleção primária dos fatos / valores-notícia), considerando atributos próprios ou características típicas, que são reconhecidos por diferentes profissionais e veículos da imprensa; (b) **no tratamento dos fatos**, centrando-se na seleção hierárquica dos fatos e levando-se em conta, para além dos valores-notícia dos fatos escolhidos, fatores inseridos dentro da organização, como formato do produto, qualidade do material jornalístico apurado (texto e imagem), prazo de fechamento, infraestrutura, tecnologia etc, como também fatores extra-organizacionais direta e intrinsecamente vinculados ao exercício da atividade jornalística, como relações do repórter com fontes e públicos; (c) **na visão dos fatos**, a partir de fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do Jornalismo, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade, que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores. Esses conjuntos, com certeza, não funcionam de modo isolado. Na prática da produção noticiosa, todos esses critérios variados de noticiabilidade atuam concomitantemente. (SILVA, 2005, p. 2, grifo nosso).

Neste ponto, da questão do uso de fontes de informação, é necessária uma breve digressão. Um jornalista, trabalhando em uma redação, é abordado por e aborda fontes de informações *full time*. E esta abordagem acontece independentemente de o seu trabalho estar vinculado a um assunto diretamente ou não. Repórteres e editores tem de ter boas pautas (possíveis assuntos a serem trabalhados) diariamente. É uma exigência explícita deste ofício.

Assim, o trato com pessoas que podem vir a ser fontes de informações publicadas é diário e se estende para muito além do período em que o profissional se encontra nas redações. Outra máxima do Jornalismo clássico é que as “boas pautas estão na rua”. As relações do jornalista com fontes são então um ato cotidiano, ordinário, importante, necessário, usual, ilimitado e imprevisível. Obviamente, neste começo do século XXI, tais relações são cada vez mais mediadas por tecnologias de comunicação que vão em alguma medida diminuindo os contatos pessoais face a face, muito embora, no momento de apuração, as relações pessoais ainda sejam imprescindíveis para obtenção de informações de qualidade, em especial em assuntos polêmicos e de grande repercussão.

Temos assim um determinado acontecimento que possui, aos olhos dos profissionais da imprensa, os critérios de noticiabilidade necessários para que seja incluído na produção jornalística de um dado intervalo de tempo. Este acontecimento será então tratado segundo técnicas de apuração que obrigam o jornalista a relacionar-se com fontes de informações variadas e assim produzir um discurso específico, uma narrativa outra sobre o acontecimento original. Este profissional vai realizar um determinado enquadramento para definir os parâmetros de sua narrativa. E aí existem diversas possibilidades de ação que, segundo demonstrado pelas noções formuladas pela AD, vão variar de acordo com a inscrição do jornalista em determinada Formação Discursiva e com o tipo de acontecimento que se apresenta ao profissional. Buscamos, neste espaço, admitir que todo o jornalista está inserido em uma FD, a qual denominaremos de discurso jornalístico. Este discurso tem uma ideologia evidenciada pelo seu *ethos* jornalístico. Ao produzir o seu discurso jornalístico para a sociedade, a imprensa mantém uma relação normal de **superposição**, na qual o sujeito do discurso se identificaria plenamente com a forma-sujeito (discurso do bom sujeito). Esta relação estaria presente na maior parte do noticiário e seria assegurada pelos preceitos de escolha de fontes baseados na **origem dos fatos** e **no tratamento dos fatos**. Esta prática manteria o Jornalismo em seu local como uma formação social de manutenção do status quo. Porém, acreditamos que um Jornalismo feito exclusivamente desta forma não teria seu grau de influência social tão elevado. É necessário ousar mais. Para que se garantisse sua relevância social, o Jornalismo se fez historicamente de **contra-identificação**. Foi necessário se contrapor à forma-sujeito que organiza os saberes da FD com a qual o sujeito do discurso se identifica. Esta **visão dos fatos** diferenciada produziu um sujeito do discurso capaz de transitar entre diversas FDs e reorganizar os saberes ali contidos, ora provocando um rompimento mais violento (acontecimento discursivo), ora apenas introduzindo elementos de

outros saberes em uma mesma FD (acontecimento enunciativo). Esta é a falha metabólica existente em todo o discurso. A possibilidade de dentro de uma mesma formação discursiva se formar uma outra contrária ao saber daquela.

Admitimos aqui que a grande maioria das informações jornalísticas hoje produzidas está dentro do que foi denominado acontecimento enunciativo. Porém, para a manutenção de suas características essenciais, o Jornalismo também precisa trabalhar com acontecimentos discursivos. A estes, aproximamos a questão do furo jornalístico, para melhor visualizar tal noção no que se refere à prática jornalística e seus desdobramentos.

Voltando o foco do olhar para o proposto, analisar o enquadramento, este se dá em situações não iguais. Não iguais por permitirem a existência do “furo” jornalístico, informação exclusiva, de grande impacto e interesse público evidente. Tradicionalmente tratado dentro das redações jornalísticas como o fim último da profissão, o “furo” é metaforicamente perseguido por muitos jornalistas e encontrado por bem poucos. O repórter e/ou editor que tem a perspicácia de desenvolver reportagens com este caráter passa a gozar de uma moeda de troca interna nas redações que altera as relações de produção. Exemplificando: embora não retire a última palavra do editor-chefe, o fato de um repórter já ter oferecido anteriormente um “furo” para determinado jornal torna a sua opinião sobre o que publicar e como publicar, muitas vezes, superior ao de outro editor hierarquicamente superior. É comum apostar no “furo” de um repórter para decidir por determinado tema, mesmo que as abordagens contrariem interesses políticos empresariais internos e externos à empresa. É necessário dizer que as relações entre chefias e administradores tendem a também ser carregadas de conflitos e contradições, nas quais uma e outra parte avançam e recuam num jogo de interesses administrativos e jornalísticos. E, ao contrário do que o senso comum poderia indicar, um administrador que realmente conhece seu empreendimento jornalístico sabe que é necessário romper barreiras da formação social da empresa e trabalhar em um ponto mais flexível dos parâmetros mais gerais utilizados no gerenciamento do negócio. Justamente aí está a necessidade do Jornalismo de atender aos interesses públicos e atuar em prol das parcelas mais desfavorecidas da sociedade. Esta necessidade também está na formação imaginária que o próprio jornalista tem de seu ofício e faz parte do *ethos* profissional. Nas redações em geral se encontram os mais diversos perfis de profissionais. Porém, o que buscamos destacar é a necessidade ímpar de uma redação que tem por objetivo produzir – e não apenas reproduzir – informações jornalísticas relevantes para determinada sociedade, de possuir em seu interior repórteres e editores (também fotógrafos, cinegrafistas e

diagramadores), ou seja, jornalistas em geral, que possuam características profissionais que caracterizamos aqui como de “mau sujeito”, usando a terminologia da AD.

Acreditamos que não é possível produzir “furos” jornalísticos sendo um “bom sujeito”. Como não há um só sentido existente, os jornalistas produzem interpretações dos acontecimentos que a eles se defrontam. São sujeitos que caminham por si, porém carregados de ideologias. E, como tudo que é ideológico, seus discursos possuem um significado que remete a algo fora de si mesmo. Assim, dentro de uma mesma formação ideológica, encontram-se diferentes formações discursivas. Há a ideologia jornalística, formado pelos princípios do *ethos* jornalístico. Mas as práticas cotidianas operam distintas interpretações deste *ethos*. E, como também se admite que são as questões ideológicas que produzem interpretações, chegamos à formulação de que a ideologia é responsável pelos deslizamentos de sentido. E o bom jornalista e “mau sujeito” vive de deslizamentos de sentido, ou seja “furos” jornalísticos. Portanto, como indica Pêcheux, “não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 1988, p. 301, *apud* INDURSKY, 2002, p. 15). Estas falhas, no nosso entender, indicariam o ponto onde o jornalista deveria atuar. Na verdade, chegamos a propor que este profissional fosse qualificado como um especialista em buscar no universo discursivo tais eventos denominados de contra-identificação e desidentificação e que buscasse sempre trabalhar com os acontecimentos discursivos. O instante decisivo do “furo” é aquele que cria informação nova, a qual, por sua vez, cria uma nova interpretação e, por fim, forma um novo sentido. A ruptura “[...] marca um momento pontual, único, fugaz, irrepetível, o qual registra não só o surgimento de um novo domínio de saber, mas também uma nova forma-sujeito. Ou se preferirmos, de um novo sujeito histórico, ideológico.” (INDURSKY, 2002, p. 21).

Uma das mais costumeiras críticas ao Jornalismo se refere ao “agendamento” que ele faz dos acontecimentos cotidianos e, assim, da maneira como conduz discussões de interesse público muitas vezes mescladas aos interesses empresariais dos conglomerados de comunicação. Tais críticas são obviamente válidas para episódios específicos analisados nas publicações de determinados veículos de grande influência em dadas sociedades. Porém, não retratam toda a dimensão da complexidade da atividade. Há momentos díspares que fazem do Jornalismo uma produção discursiva que exerce sua influência ideológica em prol da fomentação de novos sujeitos históricos. São os momentos decisivos que levam repórteres do mundo todo a produzirem sentidos antes interditados, contrários aos sentidos dominantes. Se isso é verdade, é possível fazer Jornalismo e assim se aproximar do que preconiza seu *ethos* e sua história, seus valores e essências. Este é um instante decisivo. O instante de revisão de

posturas profissionais, éticas, ambientais. E, assim, é necessário que o saber jornalístico passe a beber de outras fontes e que se arrisque a navegar por outras águas. No século XXI, esta navegação tem de levar em conta a Teoria da Vida.

4.5 Jornalismo na teia da vida

Depois de embasar a reflexão nas noções propostas por Groth e Park sobre o Jornalismo, sua essência e valores, bem como as relações de produção contidas no discurso jornalístico, inseridas na dinâmica da complexidade social em evolução na mesma medida em que o próprio ser humano evolui, a nossa intenção, agora, é fazer uma aproximação do Jornalismo com a reflexão sobre os sistemas vivos produzida na síntese teórica proposta pelo físico Fritjof Capra (2006) em seu livro *A Teia da Vida*. Capra faz um percurso que percorre os ramos mais avançados em diversas áreas das ciências, indo da parte para o todo, passando da Química à Física, da Biologia à Microbiologia, pela Psicologia e indo até a Filosofia, para propor uma nova concepção da vida, em especial baseada em dois cientistas originais, os biólogos chilenos Maturana e Varela. E é esta concepção de vida atual e a incorporação de alguns conceitos-chave do ambientalismo no *ethos* jornalístico que, no nosso entender, podem ser o grande trunfo do Jornalismo na disputa simbólica da atualidade.

Em um trabalho tão denso e complexo como o de Capra, comentador e sintetizador de saberes original, optamos por iniciar a reflexão por um fato bem conhecido: a teoria da evolução, formulada por Charles Darwin. Resumindo: segundo Darwin, a natureza evolui por meio da seleção natural, segundo a qual, grosso modo, alguns triunfam sobre os demais. Somente os melhor adaptados permanecem evoluindo. Se, em 1859, quando foi lançado o livro *A Origem das Espécies*, este posicionamento causou grande polêmica, hoje, a crença irrefletida nos postulados de Darwin leva, segundo Capra (2006), muitos cientistas a erros de avaliação.

O que os estudos de hoje demonstram é que a biologia evolutiva neodarwiniana se encontra superada e obsoleta. Claro que, na época da formulação feita por Darwin, tais conhecimentos não estavam disponíveis. Darwin estabeleceu uma forma materialista de ver o mundo, indo contra a visão teológica da criação da vida, dominante no seu mundo acadêmico. Hoje, a microbiologia já provou que a evolução da vida é muito anterior ao surgimento de animais. Os biólogos sistêmicos descrevem a vida como “uma rede auto-organizadora capaz de produzir espontaneamente novas formas de ordem” (CAPRA, 2006, p. 182). Capra, um

divulgador de conhecimentos que formula seu pensamento ancorado em pesquisadores de ponta como Prigogine (estruturas dissipativas), Eigen (laços catalíticos), Kauffman (redes binárias), Maturana e Varela (autopoiese) e Lovelock e Margulis (Teoria de Gaia), expõe o erro na concepção darwiniana de adaptação. Diz ele (2006, p. 182): “[...] ao longo de todo o mundo vivo, a evolução não pode ser limitada à adaptação de organismos ao seu meio ambiente, pois o próprio meio ambiente é modelado por uma rede de sistemas vivos capazes de adaptação e criatividade. Portanto, o que se adapta ao quê? Cada qual se adapta aos outros – eles co-evoluem.”.

O foco passa, assim, da evolução individual de um organismo para a co-evolução. Teríamos, portanto, “uma sutil interação entre competição e cooperação, entre criação e adaptação” (idem). Segundo as principais pesquisas das três últimas décadas, são três os caminhos da evolução: a mutação, a recombinação de ADN e a simbiogênese. A mutação é a peça central da teoria darwiniana e descreve a mudança aleatória e casual nos genes. A recombinação de ADN, uma revolucionária descoberta no comportamento de micro-organismos, prevê a colaboração entre estruturas e uma intrincada troca de genes entre elas. E a simbiogênese, descoberta ainda mais fantástica, mostra como micro-organismos trabalham juntos e compartilham o mesmo “corpo” para evoluir e viver melhor, ou seja, obter mais energia para ambos e, assim, tornarem-se, para os observadores de fora, como que um único organismo.

Essa nova visão tem forçado biólogos a reconhecer a importância vital da cooperação no processo evolutivo. Os darwinistas sociais do século XIX viam somente competição na natureza – ‘natureza vermelha em dentes e em garras’, como se expressou o poeta Tennyson –, mas agora estamos começando a reconhecer a cooperação contínua e a dependência mútua entre todas as formas de vida como aspectos centrais da evolução. Nas palavras de Margulis e Sagan⁴³: ‘A vida não se apossa do globo pelo combate, mas sim pela formação de redes’. (CAPRA, 2006, p. 185).

Tal formulação desmonta os até então sólidos argumentos da competitividade adotados pelo capitalismo clássico como metáfora para a sua própria justificação: “só os mais fortes sobreviverão”, “é necessário competir para triunfar”, entre outros lemas que estão incorporados à cultura ocidental e são repetidos como mantras. Capra, porém, apresenta um mantra distinto, baseado na própria organização dos sistemas vivos no planeta, bilhões de anos mais antigo e existente até hoje em todos os seres vivos, inclusive os seres humanos. Nesta perspectiva, a cooperação e a “criatividade inerente a todos os sistemas vivos” são os

⁴³ MARGULIS, Lynn; SAGAN, Dorion. **Microcosmos**. Summit, Nova York, 1986.

fatores que garantiram a diversidade natural sempre crescente. Esta é a mudança que queremos destacar. A nossa evolução está ligada à cooperação, não à competição. E este ponto é importante para o Jornalismo. Diz Capra:

O reconhecimento da simbiose como uma força evolutiva importante tem profundas implicações filosóficas. Todos os organismos maiores, inclusive nós mesmos, são testemunhas vivas do fato de que práticas destrutivas não funcionam à longo prazo. No fim, os agressores sempre destroem a si mesmos, abrindo caminho para outros que sabem como cooperar e como progredir. (CAPRA, 2006, p. 193).

Este posicionamento, aplicado aos sistemas de organização social ou utilizado como parâmetro para a análise de problemáticas ambientais da atualidade, por exemplo, permite que o analista observe o acontecimento de outro patamar. Nesta ótica, as mazelas socioambientais que enfrentamos são devidas em muito ao estímulo a uma competitividade destrutiva, que tem origem na estruturação do hoje sistema-mundo capitalista. Voltamos então a Capra. “A teoria dos sistemas vivos, a mente não é uma coisa, mas um processo. É a cognição, o processo de conhecer, e é identificada com o processo da própria vida.” (CAPRA, 2006, p. 209). De acordo com o autor, esta é a essência da Teoria da Cognição, proposta por Humberto Maturana e Francisco Varela, os mesmos responsáveis pela elaboração da revolucionária noção de autopoiese. A radicalidade da proposta de Maturana e Varela parte da ligação da cognição ao sistema de vida. As raízes do pensamento estão na cibernética, no estudo da mente e do conhecimento de uma perspectiva sistêmica interdisciplinar. Esta “ciência cognitiva”, segundo Capra (2006), teve início a partir da perspectiva de que a inteligência humana é semelhante à inteligência de um computador. Tal afirmação, até hoje propalada na mídia inúmeras vezes por ano, faz parte do lugar-comum da cognição e dominou as pesquisas nos últimos 40 anos. Mas está errada. Imaginava-se que o processo de cognição envolvia “representação mental”. Capra (2006, p. 210) coloca que “[...] assim como um computador, pensava-se que a mente opera manipulando símbolos que representam certas características do mundo.”.

Na década de 1970, o modelo do computador para a cognição foi derrubado pela hipótese da auto-organização. Foram apontadas duas deficiências do modelo computacional, explicadas por Capra: “[...] a primeira é a de que o processamento de informações baseia-se em regras sequenciais, aplicadas uma de cada vez; a segunda é a de que ele é localizado, de modo que o dano em uma parte do sistema resulta em uma séria anormalidade de funcionamento do todo.” (CAPRA, 2006, p. 210). Deste modo, deixa-se de falar em símbolos para falarmos em “conexões”. Não se falam mais em regras locais e sim em “coerência

global”. Estamos aqui muito próximos a uma descrição das conexões na rede mundial de computadores, onde um terminal não mais determina o funcionamento do restante, mas sim onde são as conexões e a natureza dos terminais que identificam e funcionalizam a rede. No entanto, não é só isso.

Maturana e Varela (2001) desenvolveram o conceito da autopoiese, que significa autocriação nos sistemas vivos. Para tanto, distinguem organização de estrutura. Organização “é o conjunto de relações entre seus componentes que caracteriza o sistema como pertencendo a uma classe” (CAPRA, 2006, p. 89). Para os autores, a autopoiese é um “padrão geral de organização comum a todos os sistemas vivos, qualquer que seja a natureza de seus componentes” CAPRA, 2006, p.89). Já a estrutura de um sistema vivo, “é constituída pelas relações efetivas entre seus componentes físicos” (CAPRA, 2006, p. 89). Maturana e Varela estão falando de organização em sua teoria. Assim, eles definem a autopoiese como “[...] uma rede de processos de produção, nos quais a função de cada componente consiste em participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede.”, explica Capra (2006, p. 89). Aqui gostaríamos de propor um paralelo com a produção jornalística, levando em consideração o exposto anteriormente.

Existe no Jornalismo atual “uma rede de processos de produção”? Em determinada medida, sim. Em um grande conglomerado de mídia ou em um grupo de “jornalistas sem fronteira” que atuam de forma descentralizada, existe uma rede de processos de produção. Quando sucursais espalhadas em pontos distintos da rede trabalham em uma mesma pauta, temos uma rede que executa processos de apuração de notícias. Numa produção regional, quando jornalistas de várias cidades compartilham informações em redes sociais, também. Agora, poderíamos dizer que a função de cada componente “consiste em participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede”? Dificilmente. Ao visualizarmos outra rede que não uma de produção de notícias comerciais, mas sim uma iniciativa de determinado setor da sociedade – por exemplo: uma iniciativa de combate ao câncer de colo de útero⁴⁴ –, poderíamos imaginar que a atitude final dos componentes é transformar “os outros componentes da rede”. Na política, quando se cria uma rede de apoio no intuito de alavancar certa candidatura, os componentes da rede desejam, sem sombra de dúvida, “participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede”. No

⁴⁴ Em 1999, defendi dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ com o trabalho intitulado “Comunicação e Saúde Pública, um estudo dos discursos e sentidos. Caso das campanhas de prevenção ao câncer de colo de útero.” (DOMINGUEZ, 2000).

próprio movimento ambientalista, um dos propósitos expressos pode ser traduzido na sentença-chave da autopoiese: *participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede.*

No microcosmo do trabalho jornalístico, internamente, dentro de uma redação, formam-se grupos de interesse (componentes) que, de alguma forma, no decorrer das rotinas produtivas, em suas estratégias de sobrevivência ao ambiente de trabalho, produzem, em determinada medida, atitudes que podem ser comparadas com a autopoiese. O trabalho de jornalistas mais experientes é considerado por alguns modelos de atuação. Por outros não. Entretanto, existe uma situação de conflitos internos e de organização que dificilmente poderia tentar ser compreendida em modelos estáticos. Dentro de uma redação as coisas estão sempre mudando. Não só os temas de trabalho (pautas), mas também os componentes da rede e a própria rede. É comum dizer que o Jornalismo é uma profissão distinta porque as rotinas de trabalho não são rotinas e os procedimentos de apuração e edição nunca são iguais, uma vez que os acontecimentos também não o são. Neste ambiente dinâmico, todavia, existem posições que tendem a se mostrar aparentemente fixas, justamente para propor uma ordem ao caos. No caso, são as posições de chefia. Dizemos, no entanto, que tendem a se mostrar como fixas porque, no transcorrer do trabalho, são considerados profissionais mais capacitados justamente aqueles que conseguem se adaptar e adaptar os cânones profissionais a acontecimentos inesperados, fatos imprevisíveis e situações inimagináveis. Um exemplo regional: o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, não poderia ser previsto⁴⁵. Foi inesperado, mas teve, poucos instantes depois de verificado o incêndio, uma cobertura intensa dos jornais locais e regionais, para em seguida entrar no circuito nacional e, finalmente, mundial. Não cabe aqui analisar esta cobertura, mas sim destacar a imprescindível necessidade do sistema jornalístico para divulgar fatos e acontecimentos importantes para toda a comunidade de envolvidos em um incêndio que vitimou 242 pessoas. Nenhum outro meio consegue hoje repassar, tão rápido, informações confiáveis – ainda que sujeitas a erros como toda a obra do ser humano em sua coletividade.

Mesmo que hoje o Jornalismo esteja sendo engessado em rotinas de enquadramentos oficiais e agendamentos econômicos, ainda há muito espaço para o imponderável. E, contraditoriamente, são os assuntos imponderáveis, as novidades, os furos que rompem com o

⁴⁵ No dia 27 de janeiro de 2014, em Santa Maria (RS) um incêndio durante uma festa para universitários na boate Kiss matou 242 pessoas, a maioria asfixiada por fumaça tóxica, impedidas de alcançar a única saída do local em meio a correria e pânico. O fogo iniciou perto do palco e se espalhou devido ao material inflamável usado no teto para fazer isolamento acústico. O caso ganhou o noticiário do Estado, do Brasil e do mundo.

preestabelecido, o que mais chama a atenção do leitor e o que vende mais jornal. Porém, não basta ser novo. Dentro das premissas do Jornalismo adaptado às proposições do sistema da vida, é necessário ter uma abordagem completa e sistêmica do acontecimento.

De volta a Varela: ele afirma que “viver é conhecer”. Como se faz um grande repórter? É aquele que mais conhece determinado assunto. Diz Capra (2006, p. 211) que “[...] um sistema autopoietico passa por contínuas mudanças estruturais enquanto preserva seu padrão de organização semelhante a uma teia.”. Ou seja, um sistema vivo está inserido no meio ambiente, mas é autônomo. O jornalista está inserido – ou não – em uma empresa jornalística, mas é autônomo. Quando Capra, como mostramos anteriormente, diz que o sistema vivo “[...] se acopla ao seu ambiente de maneira estrutural, por intermédio de interações recorrentes, cada uma das quais desencadeia mudanças estruturais no sistema [...]”, poderíamos dizer que cada jornalista inserido no sistema influencia a estrutura e é por ela influenciado. Então, se existe razoabilidade nesta transposição oceânica de conceitos, há uma possibilidade de os saberes oriundos da Ciência do Jornalismo de fato interferirem na produção jornalística, seja na chamada comercial, seja na alternativa, independente, ecológica ou no webJornalismo executado por grupos alternativos, como a Mídia Ninja ou Agência Pública⁴⁶.

Um sistema vivo é uma rede multiplamente interconexa cujos componentes estão mudando constantemente e sendo transformados e repostos por outros componentes. Há uma grande fluidez e flexibilidade nesta rede, que permite ao sistema responder, de uma maneira muito especial, *as perturbações*, ou *estímulos*, provenientes do meio ambiente. Certas perturbações desencadeiam mudanças estruturais específicas – em outras palavras, mudanças na conexidade de toda a rede. (CAPRA, 2006, p. 212-212).

Voltamos, neste ponto, à Teoria de Santiago, de Maturana e Varela, e à formação da cognição.

A cognição não é a representação de um mundo pré-dado, independente, mas, em vez disso, é a criação de um mundo. O que é criado por um determinado organismo no processo de viver não é o mundo, mas sim *um* mundo que é sempre dependente da estrutura do organismo. Uma vez que os organismos no âmbito de uma espécie têm mais ou menos a mesma estrutura, eles criam linguagens semelhantes. Além disso, nós, seres humanos, partilhamos um mundo abstrato de linguagem e de pensamento por meio do qual criamos juntos o nosso mundo. (CAPRA, 2006, p. 213).

⁴⁶ A Mídia Ninja (sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) é um grupo de mídia formado em 2011. Sua atuação é conhecida pelo ativismo sociopolítico, declarando ser uma alternativa à imprensa tradicional. O grupo tornou-se conhecido mundialmente na transmissão dos protestos no Brasil em 2013. As transmissões da Mídia Ninja são em fluxo de vídeo em tempo real, pela Internet, usando câmeras de celulares e uma unidade móvel montada em um carrinho de supermercado. A estrutura da Mídia Ninja é descentralizada e faz uso das redes sociais na divulgação de notícias (NINJA, [201-]). Já a Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo Pública é uma organização financiadora de projetos de Jornalismo – em especial de reportagens – que utiliza o modelo de autofinanciamento das produções pelo público leitor que participa do processo de escolha das pautas e faz doações que financiam as reportagens (PUBLICA, [201-]).

Ao derrubar a ideia de que a cognição é uma representação de um mundo que existe independentemente dela, Maturana e Varela instalaram uma polêmica epistemológica. Pensamos na cognição de jornalistas enquanto grupo social. O *ethos* profissional do jornalista é uma visão de mundo que depende, sim, da estrutura mental de quem o pensa.

Existem muitas similitudes nos indivíduos jornalistas, assim como divergências de posição ocasionadas exatamente pela diferença estrutural (cultural) dos indivíduos que criam mapas diferentes para representar o mesmo território. Maturana e Varela também descredenciam a informação como condição necessária ao processo de cognição. De acordo com eles, temos convencionalmente a noção de que informação é algo “situado lá fora”. Informação, porém, é outra coisa. E se aproxima aqui do conceito de notícia proposto por Park e Groth apresentado anteriormente.

É uma quantidade, um nome, ou uma breve afirmação que nós abstraímos de toda uma rede de relações, de um contexto no qual ela está encaixada e lhe dá significado. Sempre que tal 'fato' estiver encaixado num contexto estável que encontramos com grande regularidade, podemos abstrair-lo desse contexto, associá-lo com o significado inerente do contexto e chamá-lo de '*informação*'. (CAPRA, 2006, p. 214).

Na minha percepção, poucas vezes o trabalho de apuração jornalística foi tão bem descrito. Em busca destes acontecimentos, muitas vezes o jornalista acredita que o significado está na informação e não no contexto, no factual e não na cobertura completa. Os pontos de conflito e convergência teóricos entre o que pensamos fazer e o que fazemos estão detalhados na obra de Varela e Maturana. Segundo os dois, é o ser humano que tem a capacidade de autopercepção, ou seja, “não somente saber, mas sabermos que sabemos”. Não estaria a nossa atual configuração social da prática jornalística levando à construção de um conhecimento (cognição) que na verdade nos afasta do conhecimento da realidade e contraria a nossa própria organização de sistema vivo? Nossas janelas para o mundo estão sintonizadas com nossa autonomia enquanto organismos vivos ou apenas delegamos o nosso viver para sermos comunicados do que é necessário sabermos para manter a atual organização social em funcionamento? Dizem Maturana e Varela: “Na medida em que sabemos como sabemos, criamos a nós mesmos.” (CAPRA, 2006, p. 214). Aí está a outra parcela de contribuição do Jornalismo, ensinar aos jornalistas como eles estão sabendo as coisas que sabem e envolvê-los na necessidade urgente de recriarmos a nós mesmos, não reproduzirmos o que outros gostariam que nós reproduzíssemos, e escapar da circularidade da autorreferencialidade a

serviço dos operadores privilegiados do sistema capitalista mundial.

Assim, podemos, por fim, dizer que o Jornalismo é uma forma de conhecimento peculiar. Por conta das contribuições dos autores mencionados anteriormente, entendemos que o Jornalismo produz obras culturais criadas mentalmente pelos seres humanos e que ele muda continuamente, de forma a satisfazer necessidades sociais e valores e finalidades estabelecidos por sociedades determinadas. Desde a modernidade, o Jornalismo promove uma maneira cultural de compreensão do mundo, de suas complexidades e sutilezas, com valores consecutivos, a qual influencia e é influenciada pela dinâmica social do cotidiano e pelas ações das forças plurais de uma sociedade democrática. O Jornalismo e seus valores não representam o absoluto. Ao contrário, é “a coisa geral, igual e regular” que nos facilita a interpretação do “ser e acontecer”. Em um sistema social, como já dissemos, o Jornalismo tem seu valor e finalidades definidos como um instrumento do saber humano imaterial, que influencia e é pela realidade influenciado, não em todas as instâncias do real, mas naquelas em que os jornalistas são levados a vivenciar por uma prática definida. Assim, o Jornalismo produz notícias, infinitas partículas de conhecimento colocadas em circulação por um organismo social vivo que interage dinamicamente com o todo. Ou seja, a notícia é mais velha do que o Jornalismo, esta criação secular e moderna de produção de notícias.

O ato de produzir notícias é uma característica biológica do ser humano e, portanto, da mesma forma é o Jornalismo uma necessidade intrínseca do homem, muito mais do que apenas uma atividade comercial que busca lucro dentro do sistema capitalista. Temos assim que a notícia, matéria-prima do Jornalismo, depende do seu público para ser avaliada. E esta avaliação é rotineira e necessita oferecer elementos que tensionem a leitura cotidiana, ou seja, como já foi dito a notícia tem de impactar a sociedade ao tratar dos valores que a mesma sociedade considera, naquele momento, essenciais para a manutenção da organização social, ou mais ainda, para a sua evolução enquanto sistema ou organismo vivo. O Jornalismo e a produção de notícias são uma necessidade orgânica do ser humano que independe de sistemas econômicos e políticos para existir.

Desta forma, este sistema vivo social tem regras de funcionamento que operam melhor não em competição, mas sim em cooperação. Esta característica pode explicar muitas das crises típicas das empresas capitalistas que surgem ciclicamente também no Jornalismo. Quando o Jornalismo é mais cooperativo em suas relações com a sociedade, tem um melhor desempenho e auxilia na democratização das sociedades, firmando-se como uma atividade imprescindível para o funcionamento do organismo social. Quando ocorre, porém, a

supremacia de uma competição desenfreada, na qual os únicos valores e finalidades são econômicos, o Jornalismo sucumbe e se distancia da sociedade que com ele interage. É necessário fortalecer o seu *ethos*, buscando no imaginário os valores perdidos pela modernidade. E o universo do saber ambiental fornece uma possibilidade de apoiar o caminho da retomada de valores que recolocam o Jornalismo em sintonia com a sociedade. Retomando Groth e Park, o Jornalismo do século XXI precisa estar em sintonia com a sociedade do século XXI. O Jornalismo precisa saber o que ele sabe e como ele sabe. E por que ele sabe o que sabe da maneira exata que ele sabe. Em outras palavras, o Jornalismo precisa analisar seu próprio *ethos* para poder sintonizar sua energia com a vibração sonora do hoje. E o diapasão do ambiente afirma que há uma gigantesca falha em toda organização social dominada pela economia industrial e pós-industrial das corporações transnacionais.

O papel da notícia é fundamental. Na perspectiva que vem sendo construída aqui, cabe a ela, à notícia cotidiana, elemento primeiro do Jornalismo, um direcionamento preponderante na formação de sentido dentro de uma determinada coletividade. Não bastam cadernos especiais e reportagens especiais sobre os problemas ambientais. É necessário que o cotidiano da redação esteja inundado pelo tema, pelos problemas oriundos do sistema capitalista atual, como veremos no capítulo a seguir. E, ainda que, no imaginário social do jornalista, as possíveis soluções deixem de ser buscadas apenas na ciência, reduzindo os usos de fontes de informação e produzindo um discurso monofônico de repetição dos mantras do progresso, na notícia é que vemos a pedra angular. Ela dispara o interesse. Como colocamos na introdução deste trabalho, o presente texto teve origem em uma notícia. Uma notícia pequena em um jornal de circulação regional. Esta gênese mostrou-me que é a notícia que tem preponderância na formação de sentido, mesmo não conseguindo isoladamente explicar o acontecimento complexo como um problema ambiental. Mas é o começo. O sentido se forma no pensamento, e este pensamento pode ouvir o *daimon* ou silenciá-lo.

A notícia dá o *start*, não esgota, mas sinaliza um saber. A reportagem aprofundada pode levar a descoberta de fatos novos e causar repercussões extraordinárias. A cobertura noticiosa sistemática, entretanto, é o martelar diário de ideias e saberes que permite à imprensa entrar em sintonia com os problemas da população. Ou não. E os problemas ambientais são da ordem do cotidiano, não do desastre, episódio único, cataclismo épico que domina as publicações noticiosas. Sobre este cotidiano, vamos dar voz aos que teorizaram sobre a questão ambiental, múltiplas vozes que vêm se somar a este discurso. Falarei, no capítulo 6, sobre a falha metabólica do homem em relação a natureza e, por conta disso, em

relação ao seu próprio discurso. Antes, porém, no capítulo 5, farei uma caracterização da região em que acontece a relação entre o homem e a natureza e, também, o noticiário regional sobre a hidrelétrica de Garabi-Panambi pertinentes a este trabalho.

5 A REGIÃO DO PRATA

Neste capítulo será feita uma delimitação do espaço geográfico, cultural e imaginário da região denominada, após a chegada dos conquistadores europeus, de região do Rio da Prata, ou, simplesmente, região platina ou do Prata. A nomeação se refere ao caminho pelos rios que os espanhóis imaginavam existir até a já famosa, mas ainda não alcançada, mina de Potosi, na Bolívia, de onde o Império Inca extraía o cobiçado minério. Escrevemos, portanto, sobre a ocupação deste vasto espaço cortado por rios, o coração do continente. Mobilizamos aqui elementos da literatura do Brasil e da Argentina que são clássicos na descrição do período de embate cultural entre os povos originários e os povos que passaram a ocupar a região com base no poderio bélico superior ao dos nativos. Estes elementos foram destacados para mostrar que, até antes da modernidade, na virada do século XIX, havia a presença nos textos literários de uma mescla de sentidos, promovendo uma rica mistura simbólica que se refletia na linguagem de alguns autores de renome.

Também optamos por falar brevemente da história de dois símbolos físicos existentes nas capitais de Porto Alegre e Posadas, cidades sedes dos jornais analisados; são monumentos que revelam uma pequena expressão do imaginário destas populações e que podem auxiliar a compor o quadro que contextualiza a produção jornalística das duas cidades, banhadas igualmente por cursos de água, responsáveis por seu nascimento enquanto aglomeração urbana. Assim, esperamos recolher elementos simbólicos que auxiliem na compreensão do *ethos* jornalístico que transparece nos periódicos, realização de pessoas que são oriundas destas formações sócio-históricas.

5.1 Imagens na região do Prata

Mapa 3 – A região hidrográfica do Prata, local onde se estabeleceram os primeiros povos pré-históricos devido a abundância de recursos oferecidos pelos rios



Fonte: Wikipédia⁴⁷

Na região do Prata, a ocupação do território, de 1600 para adiante, foi o local de um encontro de culturas único na América (CESAR, 1969), que produziu, por conta de sua natureza exuberante, uma cultura barroca única. O enfrentamento da civilização e a barbárie,

⁴⁷ WIKIPÉDIA. **Bacia do Rio da Prata**. 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bacia_do_rio_da_Prata>. Acesso em: 10 set. 2014

segundo o olhar do conquistador europeu (SARMIENTO, 1996), perpetuou a formação de um sentido no qual o território foi sendo conquistado por 200 anos de guerras entre os dois impérios, espanhol e português, e onde o habitante original nada mais era do que um brinquedo para justificar as expedições militares e religiosas que marcaram o período (CESAR, 1969).

O que buscavam os conquistadores? Uma negação da Europa, ainda dividida em reinos e feudos? Receberam uma América infinita, para eles conquistável pela espada ou pela cruz. Mas a geografia triunfou sobre a história. Não é possível encapsular a natureza. A razão resvalou na exuberância, e outros sentidos passaram a ser criados. Sentidos até então inexistentes pelo simples fato de que os seres humanos envolvidos naquele acontecimento não haviam se defrontado uns com os outros e dispunham de linguagens distintas para descrever mundos de racionalidade e imaginários diferenciados. Esta mescla pariu um mundo de dor e amor. O que surgiu desta miscelânea infinda de culturas navegantes nunca havia existido.

Não há caminho pela linguagem única do conquistador. O olhar da complexidade da crise ambiental pede outras visões. Pede o afloramento do pensamento selvagem. O pensamento quente. O pensamento vivo. Não teríamos **esta** linguagem se não houvesse **este** imaginário. Mas a linguagem mesclada é preferencialmente de “outro” em nossas páginas jornalísticas, envolvidas no tecido do progresso que enfrenta a natureza e o natural para construir a civilização do conquistador. Assim, o nosso imaginário fica retratado de forma fraca, quebradiça. Ilhado pela história incompleta que nos afasta dos referenciais desta terra, deste chão. Buscamos, então, chancelas para formular uma sentença em gramáticas alheias ao nosso céu, estrelas e galáxias de sentidos que nascem em outras cachoeiras. Aqui eu carrego na força do meu pensamento as forças das imagens que são o meu discurso, sendo estas um componente decisivo na formação dos sentidos que o indivíduo, que sou eu, produz nas relações com o social e o natural. Este pensamento tem – em relação ao território que esta análise das formas jornalísticas de duas cidades, Porto Alegre e Posadas, Brasil e Argentina, expressas em quatro de suas publicações – uma origem comum ao período colonial que uniu e opôs estas nascentes nações. Deste período colonial separo duas histórias. O objetivo é clarear como a produção literária do fim do século XIX produziu o entendimento simbólico sobre a formação das nações no Prata. A mescla cultural ainda era viva, interagindo saberes dos povos originais com os navegantes do além mar. E os universos simbólicos expressavam este mundo discursivo outro:

O amor por Teiniaguá

Mas os olhos do meu pensamento, altanados e livres, esses, esses viam o corpo bonito, lindo, belo, da princesa moura, e recreavam-se na luz cegante da cabeça

encantada de teiniaguá, onde reinavam os olhos dela, olhos de amor, tão soberanos e cativos como em mil vidas de homem outros não se viram. (LOPES NETO, 1988, p. 150).

Deu logo a lagoa um ronco bruto, não ouvido, tão dilatado e monstruoso...e rasgou-se cerce em um sangão medonho, entre largo e fundo... e lá no abismo, na caixa por onde ia já correndo, em borbotão, a água lamenta sujando as barrancas novas, lá, eu vi e todos viram teiniaguá de cabeça de pedra transparente, fogachando luminosa como nunca, a teiniaguá correr, estrombando os barrocais, até rasgar, romper, arruir a boca do sangão na alta barranca do Uruguai onde a correnteza em marcha despencou-se, espadanando em espumarada escura, como caudal de chuvas tormentosas!... (LOPES NETO, 1988, p. 151).

Os dois trechos acima falam do momento em que um sacristão, preso na missão de São Tomé, está prestes a ser morto pelos padres inquisidores por ter sucumbido aos encantos de uma princesa moura infiel, da qual não viram rastro, só indício. Logo na primeira lágrima de amor do sacristão, causada pela saudade da princesa, da água do rio Uruguai surge teiniaguá, de cabeça de pedra transparente, para salvar seu amado do sacrifício dos cristãos. Assim escreveu João Simões Lopes Neto (1988) na lenda *A Salamanca do Jarau*, uma das histórias fundadoras da literatura do Rio Grande do Sul. Simões Lopes foi um escritor único, que retratou o gaúcho formado por múltiplas etnias, como o seu paradigmático Blau, o campeador, de avó charrua, andarilho de muitos pagos e poucas querências; a princesa moura encantada, que estava nas profundezas da Salamanca do Jarau e salvou o sacristão da morte ao romper com as barrancas do rio Uruguai; e a força mística da natureza, que auxilia a princesa moura a salvar seu amor das mãos dos cristãos que iam matá-lo por ter amado uma infiel.

O autor entrelaça em seu tecido fabuloso uma história em que se cruzam, no continente infindo da pampa, espanhóis, portugueses, guaranis, charruas e mouros, em uma narrativa fantástica dos encontros impossíveis do “novo mundo”, fazendo a guerra da “meia lua” contra a “estrela de belém” reunir personagens por estes pagos como anhangá-pitã (do tupi-guarani, diabo vermelho), que agarrou o condão dos mouros e espanhóis renegados transmutando-o com o suor de seu corpo em teiniaguá, sem cabeça, onde cravou uma pedra transparente que, com os raios do sol, ficou vermelha e brilhante.

O relato de Simões Lopes é rico de sentidos. Repleto de significados. A linguagem dos narradores do continente necessitava do diabo para explicar o inexplicável das lonjuras intermináveis, o pampa chamado deserto pelos europeus que tinham a História, mas ignoravam a Geografia. Os sentidos do continente de São Pedro, nomenclatura da época da lenda, 1650, eram o infinito do possível.

Do lado de lá do rio Uruguai, o livro *Dom Segundo Sombra*, de Ricardo Güiraldes, mostra a formação de um gaúcho desde a puberdade até se tornar um homem, um gaúcho, acompanhando em tropeadas o seu tutor, Dom Segundo, um personagem dotado das características emblemáticas do homem que desbravava o pampa argentino no 1800. Do litoral do Atlântico até as margens dos rios Uruguai e Paraná, passando pela planície infinda do pampa, Dom Segundo e seu aprendiz perpassam o modo de viver e o pensar a vida causado por este modo de viver – crenças, valores, modos de ser e fazer, como se relacionar com os irmãos de ofício, hábitos de lazer e de afetos. Em um trecho, em uma roda de causos, vários tropeiros descansam as penas da dura jornada. E a palavra cabe a Dom Segundo, que é intimado a contar histórias. O gaúcho já responde com uma negação, afirmando que não conhece histórias, mas sabe alguns “causos”:

– História não sei nenhuma – começou –, mas sei de alguns causos que sucederam e, se prestarem atenção, vou contar-lhes o caso de um paisano enamorado e das diferenças que teve com um filho do diabo.

– Conte, pois – interrompeu um, impaciente.

– O caso é que nas margens do Paraná, dizem, onde há mais redemoinhos que covas numa viscacheira, trabalhava um paisanito de nome Dolores. Não era nem grande nem forte, mas sim corajoso, que é o que mais vale.

Dom Segundo olhou para o auditório, como para assegurar com uma imposição aquele axioma. Os olhares aguardaram assentindo. (GÜIRALDES, 1997, p. 102).

Güiraldes narra pela voz de Dom Segundo o “caso do *paisanito dolores*”, que enfrenta um filho do diabo para salvar um amor impossível, usando seus saberes e coragem, pois “não era nem grande nem forte, mas sim corajoso, que é o que mais vale”. Dolores recorre aos ensinamentos de uma velha indígena que lhe ensina como derrotar o filho do diabo e salvar a prenda desejada. Sabedoria multicultural leva o *paisanito* a conquistar sua paz, retornando à vida de gaúcho, assim como é o valor maior da vida de Dom Segundo. Viver andejo nas infinitudes do pampa.

Dom Segundo e Blau Nunes são campeadores. Conhecem, sabem, usam e precisam, para sobreviver, estar em sintonia com os saberes da natureza. Embora com alguns costumes europeus, são mescla do mundo colonial. Usam sua linguagem única para passar os ensinamentos que asseguram o seu viver também singular. A literatura dos dois países conservou resquícios de uma linguagem ancestral, carregada de outros saberes que não a racionalidade do indivíduo do continente europeu. A singularidade da experiência de ocupação do território da América produziu uma série de narrativas nas cidades nascentes sobre os campeadores do espaço da barbárie. Coexistiam dois mundos. Um distante, dos

remanescentes dos povos originais, povo andante, descendente dos antigos caçadores-coletores que há 20 mil anos viviam nas margens dos rios Paraná, Uruguai, Paraguai e demais cursos de água que propiciavam alimento e transporte para a região do Prata. O outro, mais próximo, que se forma do momento da conquista espanhola e portuguesa do território da América até os dias de hoje. Se a literatura da virada do século ainda colocava os gaúchos em um espaço importante para o entendimento da cultura, hoje, as narrativas da contemporaneidade pouco recordam de seu passado. Sendo o Jornalismo uma narrativa emblema do século XX, o que poderia ela fazer para continuar relevante para a sociedade neste nascente século XXI? Apostamos que o *ethos* do Jornalismo tem de beber de seu mais profundo entendimento, retornar, passo a passo, pelo seu trajeto e recolher suas pequenas virtudes espalhados pela história da sociedade contemporânea, recolhendo afetos e essências que o qualificaram como um saber imprescindível para uma vida em sociedade cidadã e democrática.

Chamei aqui os personagens desta narrativa das origens para dialogar com um tema que me é caro e especial. Onde está a cabeça dos narradores do cotidiano de hoje, repórteres de ofício? Quais os valores que compõem o *ethos* destes repórteres que buscam desvendar mistérios do mundo de hoje? O que o rio e suas águas podem irrigar no imaginário de um repórter ao falar de saberes da relação do homem com a natureza? Chamamos as vozes dos relatos de Simões Lopes e Güiraldes como forma de exemplificar o quão complexa e repleta de sentidos é a formação dos povos que hoje residem nesta porção sul da América.

Simões Lopes (1988) narrou por lendas seu viver transmutador em plena modernidade do Prata, quando Pelotas era a “princesa do sul”, aglomerado urbano dominante, fazendo par com Buenos Aires e Montevideú. O mundo do Prata era o mundo dos conquistadores, que buscavam a riqueza e a sedução. Impossível diferenciar quem veio a quê. Quero sair do mundo especial da literatura e fazer guarida em uma boia ao mar, flutuante, envolvida por inúmeras correntes que jogam os barcos para rumos não previstos. Nada mais semelhante ao pescador que joga suas redes ao mar do que o jornalista que joga suas redes ao mundo do desconhecido. A um mar que nunca é o mesmo. Às correntes que retornam sem explicação. Ao longo mar do tempo. O mar que uniu e separou para sempre dois continentes. Uma pessoa que joga suas redes. O pescador do infinito. Recolhedor de migalhas de vidas distorcidas por óculos ocasionais. Sempre há um repórter para uma história. Sempre há uma história diferente para cada repórter. Mas para encontrar as histórias é preciso ter uma intenção em buscá-las. E, neste texto, a relação das cidades com seus cursos de água é muito importante, pois o que se

discute no caso dos barramentos proposto para o rio Uruguai é justamente o que as nações soberanas devem fazer com o potencial de geração de energia elétrica e o potencial de geração de cultura, preservação ambiental de ecossistemas únicos na região.

Então surge uma questão. Qual a crise ambiental que está presente na América? Podemos olhar as perspectivas históricas desta crise a partir do Jornalismo? Que imaginário seguem os jornalistas para oferecer leituras desta crise e encaminhar discursos para a circulação entre a população destes países? Seria possível que a crise ambiental seja propagada mais nas páginas dos noticiários do que de fato ela acontece na América? Não seria uma abstração? A crise ambiental está mais visível nas cidades, em áreas urbanas, não no interior do continente todo. Você pode caminhar as imensidões sul-americanas sem ver nenhuma, nenhuma cidade. Isso é determinante.

Falamos aqui da região de baixo do Equador. Olhamos do meio do pântano de deságue do aguaceiro que se empossa no chaco pantaneiro, maior olho de água do planeta, escorrido para a mesopotâmia tríplices dos rios Paraguay, Paraná e Uruguay. Na queda vertical para o mar, inunda-se meio continente, um mundo. No ponto do meio, na mais jovem cordilheira do planeta, ri o Incaconcaguá. No topo, umbigo americano do centro do mundo. Este “ambiente” permanece. Poucas alterações. Poucas ideias.

O território da Região Platina compreende uma unidade econômica social e cultural no Uruguai, na campanha sul-rio-grandense e no pampa argentino. A região alcançou relevância jornalística na mesma época história, nos conturbados anos antes e depois da virada do século XIX. De 1870 até 1930, jornais surgiram e foram empastelados ao sabor das rápidas mudanças nas principais cidades, palco de uma sequência de revoluções onde líderes políticos atuavam nas, hoje, assim consideradas, três nações: Brasil, Uruguai e Argentina. Ali, o Jornalismo praticado em suas principais capitais era, de um modo geral, uma prática que se originou do trabalho de emigrantes europeus que investiam em gráficas, editoras, livrarias e todas as atividades relacionadas ao mundo da impressão e circulação de idéias.

Com a diferença fundamental de poderem atuar com muito mais autonomia em relação ao universo limitado da Europa, com poucas oportunidades para quem estava fora das famílias tradicionais do ramo editorial, tradicionais e oriundas da Idade Média. A ausência de limites naturais da Região Platina produziu uma organização social distinta das metrópoles coloniais. E, por hipótese, também na produção jornalística surgiram distinções.

O Jornalismo nasceu na Região Platina como Jornalismo político-partidário. Esta foi sua função dominante até meados de 1920, quando começa a se tornar Jornalismo informativo

na indústria cultural⁴⁸. Esteve em seu nascimento diretamente associado com as revoluções e reformas liberais. Na Argentina, aponta Moyano (1995) foi na província de Entre Rios, entre os anos de 1840 e 1861, que transcorreu a luta por uma Argentina Moderna.

O problema da falta de estrutura para a produção e circulação dos jornais só foi resolvido na virada do século XIX, com a industrialização da imprensa. Todavia, se ganharam em precisão e em facilidades para distribuição, os jornais comerciais perderam o caráter de circulação livre de idéias políticas. Ao obter um lado comercial eficaz que cobrisse os custos de impressão, o Jornalismo passa a ter de dividir com o comercial a liberdade de publicação. Porém, esta estrutura empresarial vai demorar bem mais para chegar até a região platina, apenas na segunda metade do século XX. Mesmo a noção de que existiu em algum momento longe das agitações revolucionárias uma imprensa livre de caráter comercial é questionável. Coloca Moyano que já na sua origem “La actividade (imprensa), vista por primeira vez em las pujantes ciudades del norte italiano, significó un paso clave, al despersonalizar los destinatarios de la información por medio de una relación estrictamente monetaria” (MOYANO, 1995, p.18).⁴⁹

Também Habermas confere a notícia um caráter mercantil. Para o filósofo alemão, “la base da transformación que significó el capitalismo temprano, creando un nuevo marco de relaciones com el tráfico permanente de mercancías y noticias. Ese primer capitalismo tuvo un rol doble: permitió reestabilizar las relaciones estamentales de dominio y asentó las bases de la futura transformación y superación de ese orden.” (HABERMAS *apud* MOYANO, 1995, p.28).⁵⁰ Ou seja, antes da ordem feudal ser suplantada, houve o regime absolutista, estabelecido pela Santa Aliança, que por conta do segundo ciclo revolucionário acabou sendo suplantado. Por conta da transformação dos modos de produção.

Por outro lado – y este fue el segundo cambio fundamental que a la larga destruyó por completo el modo de producción feudal – la crisis larga cedió como consecuencia de la reorganización de la producción a partir da incorporación de adelantos técnicos que por primera vez em la história eram todos especificamente urbanos: técnicas aplicables a la navegación, a la guerra, a la minería, a la impresión y reproducción de escritos, etc. Estos grandes adelantos afectaron todas las comunicaciones, y entre ellos la

⁴⁸ É o que apresenta Rüdiger em seu livro *Tendências do Jornalismo* (1993). Ele aponta que embora existam provas de veículos jornalísticos desde o século 17, somente nos fins do século 18, onde passou a existir o próprio conceito de Jornalismo e seu reconhecimento pela sociedade.

⁴⁹ “A atividade (imprensa), vista pela primeira vez nas pujantes cidades do norte italiano, significou um passo chave, ao despersonalizar os destinatários da informação por meio de uma relação estritamente monetária.” (tradução minha)

⁵⁰ “A base da transformação que significou o capitalismo inicial, criando um novo marco de relações com o tráfico permanente de mercadorias e notícias. Esse primeiro capitalismo teve um rol duplo: permitiu reestabilizar as relações estamentais de domínio e assentou as bases da futura transformação e superação desta ordem.” (tradução minha)

imprenta no fue un elemento menor” (MOYANO, 1995, p.20)⁵¹

Aqui nos cabe pensar sobre de que maneira uma imprensa Platina, com um histórico de atuação em defesa dos ideais liberais e revolucionários, hoje não propicia mais espaço editorial para estas teses e pensamentos? Há de fato uma falta de memória. Disse Bergson:

“A memória ... não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou de inscrevê-las num registro. Não há registro, não há gaveta, não há aqui propriamente falando, sequer uma faculdade, pois uma faculdade se exerce de forma intermitente, quando quer ou quando pode, ao passo que a acumulação do passado sobre o passado prossegue sem trégua. Na verdade, o passado se conserva por si mesmo automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo o instante: o que sentimos, pensamos, quisemos desde nossa primeira infância está aí, debruçado sobre o presente que a ele irá se juntar, forçando porta da consciência que gostaria de deixá-lo de fora.(BERGSON, 2011)

Assim, a memória da formação da imprensa nesta região está hoje em débito com sua consciência. As conformações sócio-econômicas da atualidade promovem um futuro sem referência ao passado. A vivência do tempo imediato, afasta outros saberes da mediação jornalística criando um sentido fraco, insosso, desprovido de referências históricas e da cultura dos povos que habitam os locais distantes das duas capitais regionais. Hoje temos um universo jornalístico baseado em cidades, porém aberto e interligado ao meio-técnico-informacional em redes (SANTOS, 2001) telemáticas de informação. As redes estão em todas as localidades, por meio de dispositivos móveis (telefonia celular em especial para a região interiorana e suburbana). Na combinação com rádios (circulação ampla e gratuita), jornais (circulação restrita e paga) e internet, o Jornalismo coloca em circulação seus discursos na sociedade.

Sociedad que también es un signo simbólico y por lo tanto escenario de luchas discursivas por su sentido, pues em tanto lo abstracto permite poner de manifesto lo igual em las relaciones, también permite el ocultamiento de lo diferente, abrindo camino a la ideología. (MOYANO, 1995, p.23)⁵²

Nesta região está um foco regional de Jornalismo. Fixo o olhar em duas cidades, Posadas e Porto Alegre, e sobre o Jornalismo praticado em veículos periódicos diários em relação a uma possível intervenção humana no curso do Rio Uruguai. Falo sobre as obras de

⁵¹ “Por outro lado – e este foi o segundo câmbio fundamental que ao largo destruiu por completo o modo de produção feudal – a grande crise se deu como consequência da reorganização da produção a partir da incorporação de avanços técnicos que pela primeira vez na história eram todos urbanos: técnicas aplicáveis a navegação, a guerra, a mineração e a impressão e reprodução de escritos, etc. Estes grandes avanços afetaram todas as comunicações e entre ele a imprensa não foi um elemento menor.” (tradução nossa)

⁵² “Sociedade que também é um signo simbólico e por tanto cenário de lutas discursivas por seu sentido, pois, também o abstrato permite por de manifesto o igual nas relações, também permite o ocultamento do diferente, abrindo caminho para a ideologia” (tradução minha)

grandes usinas hidrelétricas que erguem barreiras e alteram o curso dos rios para propiciar a produção de energia elétrica ao usar o potencial de energia cinética da movimentação de grandes quantidades de água estacionada em lagos artificiais, por conta de quedas planejadas para mover turbinas. Estas intervenções modificam radicalmente o território, alojando matéria morta em grande quantidade e transformando cursos de água em lagos sem vida. Verifiquei nesta pesquisa em que medida o noticiário aborda a questão, analisando os discursos presentes nos enunciados de notícias jornalísticas de quatro jornais, dois de Posadas, dois de Porto Alegre. As duas cidades estão localizadas ao lado de rios.

Vou dar um exemplo do simbolismo existente na região com base na observação de dois monumentos das capitais de Porto Alegre (RS) e Posadas (Misiones). O principal monumento de Posadas é a estátua de Andrecito, colocada na costaneira, principal área de lazer na cidade, nas margens do rio Paraná, que banha a capital. Em Porto Alegre, temos a estátua do Laçador, hoje colocada próximo à confluência de avenidas ao redor do aeroporto da cidade. As duas estátuas são símbolos. Andrecito é retratado na história argentina como o único caudilho guarani. Sua história é peculiar. Criado pelo caudilho uruguaio Artigas, falava e escrevia em três idiomas: guarani, espanhol e português. Depois da Guerra Guaranítica, juntou-se as fileiras de Artigas na busca da independência do Uruguai, contra o centralismo de Buenos Aires e o avanço do Império Português. Foi nomeado por Artigas em 1815 como Comandante Geral de Misiones. Até 1818 combateu os portugueses para conter ou retomar as antigas terras das Missões Orientales, colecionando vitórias e derrotas. Foi preso depois de tentar retomar estas terras. Retornou para Corrientes para reestabelecer o governo federal argentino na província, a pedido de Artigas (EL PORTAL ANDRESITO, 2010)⁵³. Sua morte não possui relato histórico definitivo. Segue o que o historiador argentino, Felipe Pigna, recolheu e que hoje é a versão mais aceita:

De Corrientes Andresito volvió a Misiones y contra todos los pronósticos, pasó a la ofensiva desde San Nicolás derrotando a Chagas Santos hasta obligarlo a replegarse a Palmeiras. Los portugueses no tardaron en lanzar una poderosa contraofensiva y Andresito decidió marchar al encuentro de Artigas pero al intentar cruzar el Uruguay fue capturado por una patrulla enemiga que lo tomó prisionero y llevó caminando junto a muchos de sus hombres a Porto Alegre y luego a la prisión de la Lague. Fue liberado en abril de 1821 pero tras una riña callejera fue nuevamente encarcelado. Tras un nuevo calvario y un nuevo sumario aquel hombre que había dicho El derecho es el ídolo y objeto de los hombres libres por quien se ven empapados en su propia sangre, poco se sabe sobre su destino y mucho sobre la paciente labor de quienes siguen tratando infructuosamente de enterrarlo en el olvido para siempre.

⁵³ Mais informações sobre o comandante Andrés Guacurari Artigas estão disponíveis no site <<http://www.portalandresito.gov.ar/>>.

(PIGNA, 2015).⁵⁴

Responsável pela primeira reforma agrária no continente americano, o comandante Andrés Guacunari foi derrotado pelos portugueses escravistas depois de ser rejeitado pelos latifundiários de Corrientes. E esteve preso em Porto Alegre até 1821. Na capital gaúcha, onde não há nenhuma referência pública a Andresito, uma outra estátua foi colocada, em 1958, já com o intuito de se tornar um símbolo para a cidade de Porto Alegre. A estátua do laçador⁵⁵ reproduz o que seria um “gaúcho autêntico” para os membros do nascente movimento tradicionalista gaúcho (MTG). Teve como modelo o folclorista Paixão Cortes, criador do MTG. A entidade privada criou toda uma série de ritos e hábitos culturais a serem preservados que representam hoje uma “tradição inventada”, como bem formularam Hobsbawn e Ranger (1984). Oriundo da modernidade, o MTG e a tradição inventada por Paixão Cortes encontraram um território imaginário latente para produzir sentidos com um discurso que incorporou diversos mitos da constituição do gaúcho enquanto identidade, porém esta criação é duramente criticada pela antropologia e a sociologia, por ter produzido um discurso unidimensional, no qual a natureza complexa e plural da formação da sociedade gaúcha é restrita a um aspecto da vida das grandes estâncias, latifúndios oriundos do período colonial. Este pequeno apanhado de relatos mostra como poderia ser composto um discurso estruturado na racionalidade de perspectiva histórica. Porém, vamos esboçar uma breve fabulação. Segue o relato fictício do encontro e do diálogo de duas estátuas. As duas torres humanoides e os rios que lhe emolduram.

A estátua em aço e metal brilha ao sol. Seu corpo de mais de 20 metros de altura está carregando uma lança e olha para a cidade de Posadas, tendo a suas costas o Rio Paraná, uma enormidade de água. Muita água. O único caudilho guarani da Argentina observa o que os

⁵⁴ “De Corrientes Andresito voltou a Misiones e contra todos os prognósticos, passou a ofensiva desde San Nicolas, derrotando Chagas Santos até obrigá-lo a recuar a Palmeiras. Os portugueses não tardaram em lançar uma poderosa contra-ofensiva e Andresito decidiu marchar ao encontro de Artigas, mas ao tentar cruzar o Uruguai foi capturado por uma patrulha inimiga que o fez prisioneiro e o levou caminhando junto a muitos de seus homens a Porto Alegre e logo a prisão de Lague. Foi libertado em abril de 1821, mas por causa de uma briga na rua foi novamente preso. Passou por um novo calvário aquele homem que havia dito ‘O direito é o ídolo e objeto dos homens livres que se veem empapados em seu próprio sangue’. Pouco se sabe sobre seu destino e muito sobre o paciente trabalho dos que querem seguir enterrando-o no esquecimento para sempre.” (tradução minha).

⁵⁵ Em 1954, na Exposição do IV Centenário de fundação da cidade de São Paulo, no Parque Ibirapuera, foi realizado um concurso público para a execução de uma escultura que servisse como um símbolo do Rio Grande do Sul. A escultura original, vencedora do concurso, construída em gesso pelo artista plástico Antônio Caringi, ficou exposta no espaço central do pavilhão do Rio Grande do Sul. Após o evento, a escultura seria ofertada à cidade de São Paulo. Porém, tal foi a recepção da obra por parte dos próprios gaúchos, que houve uma reivindicação popular para a que a obra fosse instalada em Porto Alegre. A obra definitiva a ser instalada em Porto Alegre foi esculpida em bronze e inaugurada em 20 de setembro de 1958, data comemorativa a Revolução Farroupilha, no Largo do Bombeiro. (PROCEMPA, [199-]).

posadeños fazem todos os dias ao cruzar pela orla imensa que circunda toda a capital da província de Misiones, um mundo de florestas e rios que formam a mesopotâmia argentina. A 545 quilômetros dali, na capital do estado brasileiro, um gaúcho laçador de cobre não vê nada além de ruas e viadutos, carros e caminhões, sobrevoado por barulhentos jatos. Não existem nem pedestres, nem lazeres. Só um constante ir em busca de coisa alguma.

- Andresito, me diga, que passa!

- La vida e los hombres te olvidam, Laçador.

- Como podem me esquecer... sou um símbolo!

- Todo cambia. Los tiempos san outros. Te olvidam por no mas conocer el campo e la pampa!

- Mas e tu Andresito. No te olvidam. Como puede ser...

- No me olvidam pois siempre lutei por mi pueblo. Asi tengo una lança en mis manos. Y vós, apenas un laço. É poco. Soy un hombre, no un símbolo. Vivi e morri. E ahora soy un recuerdo de la lucha por la patria. E vos... por que luchas Laçador, puedes mi decir?

O laçador não respondeu. Não havia resposta, só o som de uma velha canção: “O vento, forte, seco e sujo em cantos de concreto parece música urbana” (LEGIÃO, 1986)⁵⁶.

Abaixo dos monumentos e além das fabulações, os homens repartem seus momentos do cotidiano. É nítido à observação de um repórter que visite as duas cidades as forma distintas de como se dá a ocupação das duas orlas. Em Porto Alegre, mesmo possuindo espaços de lazer, a precariedade dos mesmos faz com que parte da população da cidade se volte de costas para seu rio. Em Posadas, a população tem facilitado o desfrute da beleza e a paz da contemplação da orla do Paraná. Resultam dois imaginários distintos. Em Posadas, a população disse não à construção de represas no rio Uruguai. Em Porto Alegre, a grande maioria dos moradores ignora que tal obra sequer esteja em projeto. Em cada agrupamento humano, uma formação imaginária que rege compreensões diferentes de um real que *abarca*. E o agrupamento que nos interessa especialmente é o da Região do Prata. A seguir, na análise de um recorte do noticiário das duas cidades, tentaremos esboçar qual o papel do Jornalismo na manutenção ou não destas formações imaginárias distintas, resultantes da forma como são priorizados determinados saberes ou não em suas expressões culturais, em especial na produção jornalística de notícias sobre a questão ambiental que envolve a construção de barragens no Rio Uruguai.

Selecionamos, assim, reportagens de cada veículo como forma de sinalizar o

⁵⁶ Trecho da canção *Música Urbana 2*, do grupo Legião Urbana, no álbum *Dois*, EMI, 1986.

comportamento da produção jornalística que encontramos no noticiário sobre o tema hidrelétrica de Garabi-Panambi, de 2009 até 2014. Buscamos o inusitado. O padrão da produção jornalística está focalizado na análise das sequências discursivas no Anexo.

5.2 Um olhar sobre quatro jornais diários de Porto Alegre e Posadas

*“Mas só quem charla com a alma,
Merece o batismo de alguma milonga,
Cutucando a palavra,
Seguindo a estrada do seu coração.”
Mauro Moraes, Milongueamento (1999)*

Aqui vamos procurar as charlas com a alma. Neste ponto, o meu olhar já tem outro ponto de vista, utilizando para fazer a leitura dos textos das notícias o referencial de noções que foram sendo encadeadas até aqui. Este movimento de ir e vir entre as referências de fontes distintas tem um ritmo. Aqui, a inspiração melódica é a milonga. Queremos a inspiração da força e a prosa dos milongueiros, que cantam o território do Prata, para fazer contraponto ao silêncio. A primeira providência é somar. O jornal *Primera Edición*, de Posadas, produziu 78 notícias sobre o projeto de construção do complexo hidrelétrico de Garabi/Panambi, dos anos de 2004 até 2014. Comparando com o jornal concorrente, *El Territorio*, que publicou no período 17 reportagens, existe uma diferença de 61 notícias. No estado do Rio Grande do Sul, os dois principais jornais de Porto Alegre, *Zero Hora* e *Correio do Povo* publicaram, respectivamente, 26 e 23 notícias sobre o mesmo tema e no mesmo intervalo de tempo. A diferença é numericamente muito grande. Esta diferença quantitativa em conteúdo publicado se deve a diversos fatores: linha editorial, posição política partidária da empresa e o trabalho de jornalistas (repórteres, editores, fotógrafos, etc).

Após a aproximação com o noticiário como um todo, levamos o nosso olhar propositadamente para os desdobramentos em tomadas de posição do sujeito do discurso. Montamos agora um jornalista de quatro pedaços, dois argentinos e dois brasileiros, que pensaram e executaram a cobertura jornalística do tema Garabi. Este profissional teve enquadramentos diferentes em suas tomadas de decisão diante de um mesmo fato jornalístico. Ao fazer a operação de produção jornalística de um projeto binacional dos governos dos dois países destinados a produzir uma alteração significativa no território comum – em fazer do Rio Uruguai, fronteira histórica e social, um lago que afogaria um modo de vida milenar, uma

variedade de espécies de vida incalculável –, aconteceram milhares de tomadas de posição por parte da hierarquia jornalística das redações envolvidas neste trabalho. Vamos trazer a seguir os principais pontos da análise do noticiário. Antes, recordo as categorias de análise.

5.2.1 As categorias para a análise discursiva das notícias

Retomando o desenvolvido no capítulo 4 temos que são consideradas como modalidades da tomada de posição:

- 1) A **superposição**, na qual o sujeito do discurso se identifica plenamente com a forma-sujeito (discurso do bom sujeito)
- 2) A **contra-identificação** (discurso do mau sujeito), que ocorre “[...] quando o sujeito do discurso, através de uma tomada de posição, se contrapõe à forma-sujeito que organiza os saberes da FD com a qual o sujeito do discurso se identifica.”;
- 3) A **desidentificação**. Nesse caso, “[...] o sujeito do discurso desidentifica-se de uma formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito para identificar-se com outra formação discursiva e forma-sujeito.”;(PECHÊUX, 2008)

São estas modalidades que identificaremos junto às sequências discursivas. Busca-se o posicionamento do sujeito. Entendemos que são nestas operações que o autor do texto, o sujeito do discurso, no caso o jornalista, revela como ele produz os sentidos, ao dar voz a discursos que considera mais corretos e adequados para cumprir a pauta. É onde ele se filia à formação discursiva, e isto produz efeitos de sentido distintos, de acordo com a tomada de posição em seu discurso jornalístico. No caso específico da problemática dos projetos de hidrelétricas, existem duas Formações Discursivas maiores, a saber, a de apoio à iniciativa governamental como uma ação promotora do desenvolvimento e do progresso, e a Formação Discursiva que é contrária à obra. Por serem os governos, nesta questão, os primeiros formuladores de discurso sobre o projeto – uma atividade político-administrativa – o discurso sobre as hidrelétricas nasce oficial e coerentemente construído como uma realização positiva. É na sua circulação que começam a se evidenciar contradições, e surgem outros discursos apoiados em outros saberes que oferecem uma contestação ideológica ao discurso primeiro. Já foi dito anteriormente que o conflito de posições está na disputa simbólica e imaginária entre as ideologias dos sujeitos envolvidos nos processos resultantes das suas filiações a determinadas formações discursivas. Assim, nomearemos como as duas formações discursivas mais importantes e opostas em sentido a do Discurso Governamental e a do Discurso Ambiental

Para fazer esta operação de separação e nomeação das Sequências Discursivas (SDs), selecionamos fragmentos que evidenciam ao analista uma identificação com estas tomadas de posição. Ao se filiar ao discurso governamental, temos a superposição. Ao ser contrário a este, temos a contra-identificação. São indicadores os verbos, as construções frasais, a adjetivação, a valoração. Estes fragmentos auxiliares à identificação foram colocados em negrito.

A modalidade de contra-identificação pode se desdobrar em dois acontecimentos, segundo Pêcheux, e da forma já descrita anteriormente, mas que deve ser recuperada aqui. A contra-identificação permitiria introduzir saberes em uma forma-sujeito divergente da dominante, sendo denominados dissidentes, porém ainda distantes da total ruptura ocasionada por uma desidentificação. Estas diferenciações resultam em dois tipos de acontecimentos: o discursivo e o enunciativo. Nestes dois casos não há o rompimento da FD, como no caso da modalidade de desidentificação, há somente o acontecimento discursivo, porém, quando este é transposto para a produção de uma notícia, pode gerar no público leitor o estranhamento capaz de produzir alterações e gerar um novo conhecimento. Assim, identificamos no mesmo quadro, abaixo, se as SDs estão relacionadas a uma tomada de posição de superposição, contra-identificação ou desidentificação. E, no caso da contra-identificação, também apontamos quando se desdobra a possibilidade de visualizar um acontecimento discursivo e/ou um acontecimento enunciativo.

Em cada um dos quatro jornais desta mostra, fizemos a avaliação das modalidades de tomada de posição dos noticiários selecionados. A seleção das sequências discursivas está ligada diretamente à compreensão do problema em questão pelo analista, que circula por muitos textos e discursos na formação do contexto discursivo deste acontecimento jornalístico já delimitado anteriormente, na fundamentação teórica e na descrição do território.

Optamos por não delimitar um recorte temporal arbitrário por anos. Observou-se, na análise primeira do noticiário, que o número total de notícias não era muito grande, perfazendo no total 146 referências que de fato se relacionavam com a questão das hidrelétricas planejadas. Também se verificou, no sistema de busca que utiliza a ferramenta *Google Search* para apontar os resultados, uma variação no número de notícias indexadas em dias diferentes de busca. Assim, como o trabalho em questão não é uma análise quantitativa do número de notícias publicadas, foi definido colocar na amostra analisada as notícias encontradas independentemente do ano de começo da publicação do noticiário sobre Garabi (ver Tabela 05 no Anexo, p. 224). Fixamos sim, o ano limite para o recolhimento de notícias

em 2014. Este recorte temporal não exato possibilitou visualizar o encadeamento das notícias dentro do noticiário de cada publicação. O número de notícias publicado por ano é bem variável e não coincidente, ou seja, o ano em que um determinado periódico inicia seu noticiário não é o mesmo de outro jornal. E também, ao comparar as tabelas 1, 2, 3 e 4 do Anexo, podemos ver que os anos com maior número de notícias publicadas também varia de diário para diário.

5.2.2 Resultados parciais

Trago aqui inicialmente os resultados da análise do Jornal *El Territorio* e *Correio do Povo*, detalhando os procedimentos de análise para mostrar como esta foi executada e explicar a operacionalidade das categorias. A análise dos outros dois jornais seguem o mesmo formato de abordagem, apenas não foi tão detalhada para evitar a repetição.

Ao fazer o somatório das categorias no jornal *El Territorio*, chegamos à modalidade de Superposição com 29 SDs e à modalidade de Contra-identificação com 10 SDs. Em outras palavras, há um predomínio de discursos jornalísticos onde o sujeito do discurso afirma uma concordância com a Formação Discursiva maior e dominante, ou seja, a necessidade de implementar a obra da hidrelétrica de acordo com as necessidades e vantagens expostas pelo governo. Pode-se assim perceber que, no discurso jornalístico desta amostra, há a predominância das vozes oficiais, tanto na escolha das fontes, que aqui não serão contabilizadas, como no teor das informações e na formulação textual de que a obra das usinas trará o desenvolvimento e o progresso. Quando surgem as contra-identificações, não há uma quebra da FD. São introduzidas problematizações no discurso oficial, como a necessidade de ter maior participação das lideranças locais no processo, porém não se busca contrapor a iniciativa das obras.

Exemplificando, temos na SD21 (Tabela 08, Anexo, p. 226) a seguinte sentença:

La 'Mesa del No a Garabi', con la presencia del obispo emérito Joaquín Piña, solicitó una audiencia, de carácter urgente, al gobernador de Misiones, Maurice Closs, con el objetivo de **dialogar con el mandatario provincial sobre la construcción de represas** en Misiones. De la misma manera esperan contactarse con todos los candidatos a gobernador en Misiones, con el objetivo de **conocer la posición de cada uno** de estos acerca de la construcción de represas en la región.⁵⁷

⁵⁷ “A Mesa Não a Garabi, com a presença do bispo emérito Joaquim Piña, solicitou uma audiência, de caráter urgente, ao governador de Misiones, Maurice Closs, com o objetivo de dialogar com o mandatário provincial sobre a construção de represas em Misiones. Da mesma maneira esperam contatar-se com todos os candidatos a governador de Misiones, com o objetivo de conhecer a posição de cada um deles sobre a construção de represas na região.” (tradução minha)

Pelos trechos em **negrito** identificamos que a organização Mesa del No a Garabi busca um diálogo e quer conhecer as posições. Não há um rompimento com a Formação Discursiva, mas sim uma tentativa de operar dentro desta FD introduzindo outros sentidos e saberes que não só aqueles propalados pelos governos e suas estatais da eletricidade. Esta posição de primeiro estabelecer o diálogo é evidente na época seguida ao anúncio do empreendimento, quando o grande desafio da sociedade civil e dos moradores do local era obter informações mínimas sobre o projeto. Apresentadas as SDs e feita a sua classificação, vamos agora verificar a totalização das SDs nos dois periódicos. Encontramos a seguinte configuração no somatório final destes dois primeiros jornais:

1) *El Territorio*

Superposição com 15 SDs;

Contra-identificação com 5 SDs.

2) *Correio do Povo*

Superposição com 29 SDs;

Contra-identificação com 10 SDs

Conforme foi dito anteriormente, dentro da modalidade de contra-identificação, existem duas possibilidades, que podem ser traduzidas e denominadas de Acontecimentos Discursivos e Acontecimentos Enunciativos. Temos nesta amostra 15 SDs que foram definidas como da modalidade de contra-identificação. Dentre estas, identificamos, com base nos marcadores (palavras em **negrito**) de sentido mais evidentes dentro da construção frasal adotada pelo jornalista formulador do discurso das notícias, duas SDs que podem ser distinguidas como Acontecimento Discursivo e 13 como Acontecimento Enunciativo. Em nenhuma das SDs analisadas são ouvidos os moradores locais. Apesar de serem ouvidos em três SDs membros de Ongs ambientalistas e do MAB, não foi dada aos moradores da região, os ribeirinhos do Rio Uruguai, a possibilidade de expressar no noticiário sua opinião sobre o tema. A esta operação de suprimir sentidos denominamos de silenciamento discursivo

Como não estamos apontando o uso de fontes presente nos noticiários, podemos apenas constatar que a grande maioria das SDs analisadas mantém uma filiação à Formação Discursiva primeira, já denominada de discurso do governo ou discurso oficial. Em outras palavras, praticamente não há resistência aos enunciados oriundos da FD governamental nem contraponto ao desejo expresso das duas administrações federais de fazer as obras do Complexo de Garabi. Quando surge a contra-identificação, ela opera apenas como

acontecimento enunciativo, não quebrando a filiação à FD. O que se encontra é a fala de prefeitos e outros dirigentes públicos que solicitam que, ao fazer a obra, os seus municípios e territórios recebam mais recursos e tenham garantida a melhoria de sua infra-estrutura. Um discurso efetivamente contrário à obra é minoritário. São apenas duas SDs, as de número 49 e 50, as duas no *Correio do Povo*. No jornal *El Territorio* esta modalidade de tomada de posição não foi encontrada. Veja na tabela⁵⁸ abaixo:

Tabela 11 – SDs com contra-identificação no jornal *Correio do Povo*

SD 49 - A coordenação do **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)** entregou ontem ao governador Tarso Genro uma **pauta de reivindicações para garantir mudanças na política energética e no uso da água do Estado**. O MAB solicitou a **suspensão** de qualquer leilão de energia elétrica, a **construção das barragens de Itapiranga, Garabi, Paiquere e Garibaldi**, além de **todos os processos de privatização da água** em andamento no Estado.

SD 50 - Segundo um dos coordenadores do MAB no RS, Marco Antônio Trierveiler, o movimento pede que nas barragens previstas para serem construídas no Estado **seja cumprido o decreto federal n 7.342**, que instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida. Os integrantes do MAB ainda **cobraram garantias** do governo no reassentamento dos atingidos por barragens em áreas com infraestrutura. Genro designou o secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Ivar Pavan, para **incorporar as reivindicações** do movimento ao processo de decisões políticas do governo estadual.

Fonte: autor

As duas seqüências comportam a fala de dirigentes do MAB, organização veementemente contrária à construção de grandes barragens, em audiência com o então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Mesmo assim, o discurso do MAB inserido no noticiário não evidencia uma desidentificação como poderíamos esperar por conta da postura pública do movimento. Apenas usando os indicadores conseguimos perceber que há uma contraposição. Mas não há rompimento total. Temos, sim, a presença nas SDs de dois Acontecimentos Discursivos. Todavia, de parte do repórter da notícia, a publicação das opiniões do MAB não faz com que o profissional jornalista se sinta desconfortável com sua Formação Discursiva. Não há aqui o rompimento completo que levaria à criação de uma nova Formação Discursiva.

Vamos agora aos dois jornais restantes da análise.

⁵⁸ As tabelas que estão no texto seguem a numeração da totalidade de tabelas que se encontra no anexo. Por isso a descontinuidade da numeração. Estão no texto as tabelas 11, 16 e 17. As outras estão no Anexo, a partir da página 230.

Fazendo o somatório das diferentes tomadas de posição, temos o seguinte quadro referente às tomadas de posição em *Zero Hora*. Há um predomínio de discursos jornalísticos nos quais o sujeito do discurso afirma uma concordância com a Formação Discursiva maior e dominante, ou seja, com a necessidade de implementar a obra da hidrelétrica de acordo com as necessidades e vantagens expostas pelo governo.

- 1) Superposição: 38 SDs
- 2) Contra-identificação com acontecimento enunciativo: 14SDs
- 3) Contra-identificação com acontecimento discursivo: 5 SDs

Já no Jornal *Primera Edición* temos, assim, as seguintes tomadas de posição:

- 1) Superposição: 38 SDs
- 2) Contra-identificação com acontecimento enunciativo: 46 SDs
- 3) Contra-identificação com acontecimento discursivo: 114 SDs

Sendo que destas 164 denominadas contra-identificações, 46 SDs foram consideradas como acontecimentos enunciativos. Foram considerados como acontecimentos discursivos 114 SDs. Este olhar aproximado busca facilitar a compreensão da formação de sentido presente nos noticiários. De forma alguma os esgota. Ao fazer o recorte, já o analista está com o contexto de seus pensamentos. No momento de analisar, opera ainda mais o contexto já disponível pelo acompanhamento das múltiplas facetas deste objeto. Temos um olhar que busca a complexidade. Um olhar que luta na árdua tarefa de agregar distintos pontos de vista. Assim, chegamos ao momento de quantificar as divisões do grupo de quatro jornais.

Tabela 16 – Tomadas de posição no noticiário

Jornal	Superposição	Acontecimento discursivo Contra-identificação	Acontecimento enunciativo Contra-identificação	Desidentificação	Total
<u>Primera Edición</u>	38	114	46	—	198
<u>El Territorio</u>	15	—	5	—	20
<u>Correio do Povo</u>	29	2	8	—	39
<u>Zero Hora</u>	38	5	14	—	57
Total	120	121	73	—	314

Fonte: autor

Estes resultados apontam uma tendência na discursividade do recorte proposto pelo analista ao fazer sua observação. E, dentro deste entendimento, faço algumas deduções que serão usadas para elaborar a fundamentação teórica da problemática do *ethos* jornalístico no episódio de Garabi. Recupero a necessidade de aproximação da “alma do texto”, suas particularidades únicas que se relacionam na produção do saber jornalístico entendido como ação cultural.

À primeira vista, olhando para a Tabela 16, poderíamos dizer que a cobertura está centrada nas tomadas de posição que indicariam a contra-identificação como posição-sujeito mais frequente. Porém o que se observa é que esta situação se deve à grande predominância desta modalidade em apenas uma das publicações, no caso o jornal *Primera Edición*. Este diário, que conta com a maior quantidade de notícias, carrega os resultados gerais para a predominância numérica da contra-identificação. Contudo, seria um equívoco tornar esta tendência uma regra. De fato, no meu entender, percebo que temos dois grupos de publicações. Um é o formado pelos jornais *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *El Territorio* e tem, na maioria das Sequências Discursivas, a tomada de posição fixada na Superposição. Recuperando os enunciados de Pêcheux, temos o “discurso do bom sujeito”, onde se percebe a filiação à Formação Discursiva dos promotores do projeto, no caso os governos federais dos dois países. Temos neste grupo 82 SDs que classifiquei como superposição. O discurso do desenvolvimento e do progresso está priorizado diante dos outros discursos que surgem na arena discursiva, como, no caso, o dos direitos sociais dos atingidos, a preservação do meio ambiente, o respeito às tradições culturais e, até mesmo, o da prevenção em saúde pública. No outro grupo, estão os que buscam filiar-se à outra Formação Discursiva, a dos que se mobilizam de forma contrária ao empreendimento estatal, estando presente na maioria das sequências discursivas analisadas no jornal *Primera Edición*, que conta com 160 SDs classificadas como contra-identificação.

Agora é importante ver de perto esta modalidade. Já havíamos estabelecido que a desidentificação ocorre quando o sujeito do discurso, através de uma tomada de posição, se contrapõe à forma-sujeito que organiza os saberes da FD com a qual o sujeito do discurso se identifica. Percebi nas sequências discursivas do jornal *Primera Edición* esta contraposição. Levando em consideração o esforço editorial despendido para produzir o noticiário e constatando que, em sua maioria, estão configurados discursos contrários à obra, é possível atribuir ao todo da cobertura do *Primera Edición* a condição de operar discursivamente como um discurso de contra-identificação. Quando esse discurso é, em alguma medida, mais suave

no seu posicionamento contrário, temos acontecimentos enunciativos, que somam um total de 46 SDs; em sua maioria, no entanto, temos acontecimentos discursivos, que alcançam o número de 114 SDs. Este discurso é dissidente, porém ainda distante da ruptura total que levaria a uma desidentificação. O jornal de Posadas inclui em seu noticiário também um número significativo de SDs que considerei como superposição – no caso, 38 –, o mesmo número de SDs assim identificadas na amostra do jornal *Zero Hora*.

É significativo apontar que nenhuma SD foi classificada como desidentificação. Não há aqui o rompimento total. Em diversas SDs, se fossem tomadas isoladamente, até poderia ser o analista levado a fazer esta classificação. Mas não se pode abrir mão do contexto no momento da análise, ainda mais em se tratando de um noticiário, onde muitas vezes é o fluxo de notícias que cria uma formação de sentido mais duradoura, e não a notícia isolada. De forma alguma poderíamos nos prender em um único texto, ou em uma única sequência discursiva. Este procedimento entraria em choque com o que foi escrito sobre Jornalismo. Assim, deste referencial, de onde o Jornalismo é visto em sua expressão dinâmica e diária como um componente cultural de grande visibilidade social, pretendo atribuir aos noticiários analisados características discursivas que sinalizam para duas formações discursivas distintas. Estes dois grupos são antagônicos em alguma medida. Não são, porém, excludentes. No primeiro grupo, caracterizado com a predominância da superposição, temos nos diários a simpatia pela obra, segundo a qual os alegados ganhos econômicos levariam a região a obter progresso e desenvolvimento. Nesse caso, os problemas sócio-ambientais não são negados, mas são colocados como passíveis de serem “mitigados”, o que, no jargão técnico-político, seria traduzido por compensações. Em alguns casos específicos, surgem SDs que estão dentro da classificação de contra-identificação (27 acontecimentos enunciativos e 7 acontecimentos discursivos, totalizando 34 SDs nesta modalidade de tomada de posição). Assim, nos jornais *Correio do Povo*, *Zero Hora* e *El Territorio*, a modalidade dominante é a superposição, ou seja, o noticiário transparece na sua formação de sentido a concordância com o projeto de construção de hidrelétricas no Rio Uruguai. Esta posição é relativizada até certo ponto pela presença, nestes mesmos noticiários, de informações classificadas como contra-identificação, mas sempre em número reduzido e devidamente acompanhadas na mesma notícia pelo discurso de superposição. Ou seja, se fazem concessões. É permitido que outras fontes expressem sua opinião divergente, porém de forma tímida e desequilibrada. Não há pluralidade de fontes na publicação cotidiana. Há sim uma avalanche de discurso oficial,

repercutido por lideranças políticas regionais, e um pequeno espaço para que, em raros momentos, outras vozes possam manifestar sua contrariedade.

No jornal *Primera Edición*, mesmo com a predominância da contra-identificação, não se dá o rompimento que ocorre na desidentificação. Existe sim uma maior pluralidade no uso de fontes, mas a fala da população diretamente envolvida é pequena, embora bem mais presente do que no noticiário dos outros três jornais. Em diversos momentos, as SDs estão no limiar da contra-identificação. Porém, como a análise não é dá fala dos moradores, e sim das escolhas na produção jornalística feita pelos jornalistas que fizeram o caminho da apuração, não posso dizer que ocorre desidentificação no noticiário. Ainda assim, é importante destacar que o jornal *Primera Edición*, ao publicar em suas edições esta longa cobertura, permite sim que seus leitores venham a ter um posicionamento crítico sobre o tema. O jornal aceita discursos plurais de saberes outros, não confinando o dissidente a um local de pequeno destaque. A fala dos ambientalistas, por exemplo, é recorrente. Os discursos promovidos pelo grupo Mesa Provincial No a las Represas também ganha destaque de protagonista, como realmente é neste episódio complexo. Aí reside o maior mérito do jornal em seu noticiário. Ao aceitar a pluralidade discursiva, encaminha aos seus leitores uma leitura dos acontecimentos mais equilibrada do que os três outros jornais analisados.

5.2.3 Ampliação do contexto

A notícia primeira nesta amostra foi de especulações de membros do governo do Estado do Rio Grande do Sul que iniciaram em 2004 a pressão política sobre a Eletrobras para retomar o projeto original da década de 1970 e 1980. As tratativas se deram por quatro anos entre os governadores, secretários estaduais da área de energia e os ministros dos governos federais. O protocolo binacional para construção foi assinado em 5 de janeiro de 2005. No dia 23 de agosto de 2008 os então presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Cristina Kirchner assinaram um acordo de cooperação para fazer a obra. É nítido, nos quatro grupos de noticiários, a preponderância dos órgãos públicos e dos poderes executivos estaduais e federais no protagonismo do acontecimento colocado em andamento. Um resumo fiel da cobertura até 2009 relataria ao público dos quatro diários uma sucessão de reuniões das autoridades político-administrativas dos dois países que tratavam de fazer com que o projeto fosse implementado. Temos a crônica das viagens e o encontro de personagens do mundo político celebrando reuniões e tratados que visam obter consenso sobre a obra, onde são propagandeadas como mantra duas informações: o valor da obra (inicialmente fixado em US\$

2 bilhões, mas em 2014 já na casa dos US\$5,2 bilhões) e o número de empregos gerados (10 mil empregos diretos temporários nas obras e 25 mil indiretos) para gerar 2,2 mil megawatts (MW). O que está publicado na página da Eletrobras, na área especial sobre o projeto Garabi-Panambi é significativo por resumir o andamento do projeto pela ótica da empresa estatal de energia. Este andamento pode ser visto nos títulos das notícias.

Tabela 17 - Títulos das notícias na página da Eletrobras

27.11.2014 - Atividades preparatórias para os Cadastros Socioeconômico e Imobiliário movimentam região de Garabi e Panambi - Cadastros começam em 2015, mas são precedidos de reuniões e ampla divulgação na mídia local.
07.04.2014 - Eletrobras apresenta Garabi-Panambi a prefeitos - Diretor de Geração garante melhora de vida da população da região onde ficarão as usinas
24.01.2014 - Esclarecimento à população - Eletrobras esclarece a população do Noroeste do Rio Grande do Sul sobre supostos advogados atuando em seu nome
06.11.2013 - Para divulgar projeto Garabi-Panambi, Eletrobras percorre noroeste do RS Reuniões já ocorreram em oito municípios e mais quatro serão contemplados nesta semana
21.10.2013 - Reuniões nos municípios atingidos por Garabi e Panambi começam - Iniciativa, que terá participação da Eletrobras, é coordenada pelo governo estadual e busca divulgar informações sobre os empreendimentos
04.10.2013 - Eletrobras apresenta estudos de usinas em Santa Rosa - Empresa participa do evento Diálogos CDES-RS e detalha sobre as atividades do projeto Garabi-Panambi
27.09.2013 - Eletrobras participa de Semana Acadêmica na Uergs - Empresa apresenta “Impactos Ambientais de Usinas Hidrelétricas”
24.07.2013 - Trabalhos de campo começam para os estudos de Garabi e Panambi Objetivo é obter dados mais precisos para os estudos de viabilidade
14.06.2013 - Reconhecimento da área de estudo foi iniciado Objetivo é verificar infraestrutura e acessibilidade
12.04.2013 - Eletrobras apresenta próximos passos de Garabi e de Panambi em Porto Mauá Estudos de engenharia e ambientais devem começar em maio
17.12.2012 - Contratos para início dos estudos são assinados Expectativa é que os estudos comecem no 1º trimestre de 2013
19.11.2012 - Estudos de viabilidade em Garabi e Panambi começam em 2013 Comissão Técnica Mista aprova minuta do contrato para realização dos estudos, que deve ser assinado em dezembro

Fonte: <http://www.eletrobras.com/elb/data/Pages/LUMIS39833F64PTBRIE.htm>

As notícias de divulgação do projeto Garabi-Panambi se limitam ao acompanhamento temporal dos acontecimentos administrativos, marcando o caráter positivo da obra, destacando sempre o aspecto técnico da iniciativa, a circulação de informações para comunidade e a apresentação das propostas para os prefeitos da região. Os textos são fruto da

própria assessoria de comunicação da empresa. Para esta análise, as notícias da empresa servem para compor o contexto, não sendo objeto principal do estudo; elas permitem que se faça uma comparação ao final da observação para pensar sobre a questão do fluxo de informação e uso de fontes pelos jornalistas da cobertura nos jornais diários. A *Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anónima (EBISA)*, companhia argentina estatal de energia, não publica notícias em sua página na web⁵⁹.

Voltando aos periódicos, podemos inferir que o cenário costumeiro no trato de assuntos governamentais pela imprensa só sofreu alteração por conta de um acontecimento novo. Uma edição foi decisiva para a cobertura do *Primera Edición*. O jornal apresentou um “furo de reportagem” no dia 16 de julho de 2009, e este furo propiciou um enquadramento distinto da cobertura do *Primera Edición* em relação aos outros três diários. O resultado, como tudo em Jornalismo, não pode ser creditado para uma única pessoa, mas para uma equipe que definiu a publicação da história, seu acompanhamento e, por fim, sua incorporação ao noticiário regularmente coberto pelo veículo. Mas, de 2009 até 2014, por cinco anos, o jornal publicou, em um raro esforço de reportagem se comparado com os três diários que lhe são similares, centenas de notícias elaboradas dentro dos cânones do Jornalismo clássico, onde a população e seus interesses – em especial os atingidos pelo projeto – eram o cerne da cobertura e, mais ainda, pautavam as investigações dos órgãos do governo e dos documentos referentes ao projeto da obra de Garabi/Panambi. De 2007 até 2009, a cobertura foi burocrática, como os demais jornais, apenas repassando as informações oficiais e repercutindo ela com autoridades das diversas instâncias. Não havia pessoas comuns. Não havia vozes múltiplas. Havia sim o silenciamento discursivo.

Nos jornais do Rio Grande do Sul, *Zero Hora* e *Correio do Povo*, com exceção de duas reportagens, uma de cada jornal, temos uma cobertura que revela sempre o uso de fontes oficiais para fazer o acompanhamento do projeto e seu cronograma de implantação, sempre pontuando as benesses econômicas do projeto, retratando a necessidade de mais energia para manter os avanços das indústrias em sua produção anual. Desfilam pela pauta as autoridades em ordem de poder político:

1) No primeiro momento: presidentes da República do Brasil e da Argentina durante as tratativas, reuniões e acordos que colocam o projeto em andamento nas notícias nos anos de 2007 até 2009, governadores de província e estado.

⁵⁹ <<http://www.ebisa.com.ar>>.

2) Ministros da área de energia e os diretores das empresas estatais responsáveis pela execução das determinações das presidências dos dois países e políticos dos governos estaduais e provinciais.

3) Lideranças políticas dos municípios envolvidos com a área de implantação do projeto.

Não há surpresas nas páginas. As notícias estão colocadas nas editorias de economia, dinheiro e similares. O importante é deixar claro que o projeto está em andamento e que trará o progresso para a região. O enquadramento das notícias, com a exceção já apontada do *Primera Edición*, é o mesmo. A situação do fluxo de notícias revela uma ordem única: a fonte oficial de um dos dois governos libera uma informação relacionada ao cronograma do projeto, e esta é divulgada pelos veículos, que “anexam” a notícias às informações já anteriormente publicadas, fazendo a suíte, onde o título e lide trazem alguns personagens, ou políticos ou diretores de empresas de energia, falando sobre prazos, valores, estimativas, investimentos e reuniões.

5.2.4 A novidade era o furo

Abaixo segue a íntegra da notícia publicada no jornal *Primera Edición*, dia 26 de julho de 2009. São quatro páginas de texto. Já no título, o verbo utilizado “ocultó” revela o enquadramento adotado pelo jornal, que é o de culpar o “governo” por “ocultar” os “graves impactos de Garabi” – em especial impactos que a obra causaria –, o que pode ser evidenciado pelos intertítulos que subdividem o texto principal: “Pueblos afectados, Enfermedades en puerta, Devastación de fauna y flora autóctona, Manual para desinformar a la población, Estrategias para desinformar e Sustento teórico” (PRIMERA EDICIÓN, 2009). O material publicado tem autoria atribuída a instituições federais – como la propia Nación, a Universidad Nacional de Misiones –, provinciais – de Corrientes – e internacionais – Banco Mundial. Na reportagem não é realizada nenhuma entrevista, nem são ouvidas as autoridades que fazem parte das instituições citadas. Apenas são citados parágrafos de documentos, sem revelar o nome dos autores, denominados de *expertos*. A divulgação se deu pelo critério de esses documentos estarem sendo mantidos em segredo pelo governo. Os três primeiros danos são velhos conhecidos dos projetos de hidrelétricas: estas atingem grande população de pequenos agricultores, produzem destruição ambiental e trazem um aumento na incidência de problemas de saúde. Já os outros três pontos apresentados são referentes à manipulação de

informação por parte das estratégias de comunicação, para fazer com que a população que vai ser afetada pelo empreendimento acredite que vai ter a vida melhorada.

A redução das informações sobre uma obra complexa ao aspecto econômico é uma perversidade, uma manipulação da informação para assegurar a concordância da população com o projeto. Já o estabelecimento de um projeto de comunicação destinado a reforçar esta manipulação com o uso de dinheiro público para enganar este mesmo público beira a um genocídio cultural. Os documentos da licitação internacional que estabelecem o regramento para a escolha das empresas que disputam a elaboração do EIA-RIMA do projeto confirmaram, três anos depois, a denúncia publicada no *Primera Edición*. Vamos olhar as primeiras linhas da notícia mais de perto:

Primera Edición – Posadas – Misiones – Argentina
26/07/2009 | 21:00 - INFORMACIÓN GENERAL

El Gobierno ocultó un informe sobre los graves impactos de Garabí

- Es un texto de siete mil folios elaborado por expertos de la Universidad Nacional de Misiones, con aportes de Corrientes, la Nación y del Banco Mundial • Allí se alerta sobre la veintena de enfermedades que acarreará el proyecto hidroeléctrico, en cualquiera de sus variantes; la destrucción de los ecosistemas costeros del Uruguay; y el daño al tejido social de los pueblos afectados •

POSADAS. Bajo siete llaves y a espaldas de la población, desde hace más de tres años el Gobierno de Misiones tiene en su poder un informe de siete mil folios sobre el Proyecto Hidroeléctrico Garabí. Este invaluable documento -al que PRIMERA EDICION tuvo acceso exclusivo- fue elaborado por equipos profesionales de la Universidad Nacional de Misiones (UNaM), con aportes del Banco Mundial, Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anónima (EBISA) y el Gobierno de Corrientes, y brinda datos escalofriantes -de gran extensión y precisión- acerca de los impactos sanitarios, ambientales y sociales que subyacen al proyecto en sus dos hipótesis (uno o dos cortes). Fuentes reservadas de la casa de estudios confirmaron que el estudio lo poseen, conocen y manejan tanto los gobiernos provinciales como EBISA, la sociedad anónima con capital estatal mayoritario representada en acciones cuya titularidad corresponde a la Secretaría de Energía (99%) y a Nucleoeléctrica Argentina SA (1%).

Además, el mamotreto ofrece guías para la aplicación de programas destinados a la persuasión para la aceptación del proyecto en las comunidades y otros ámbitos de afectación. Entre otros tópicos, incluye un listado detallado acerca de las múltiples enfermedades epidemiológicas que provocaría la represa, un inventario de 950 hojas con respecto a la aplicación de leyes ambientales y hasta un manual para la implementación de campañas destinadas a la captación -por medio de la manipulación de la información- de opiniones positivas sobre el proyecto en los medios de comunicación y los estratos legislativos.

“Nuestra propuesta, como cualquier iniciativa de información y comunicación, apuntará a resaltar aquellos aspectos positivos resultantes y atenuar los negativos”, advierte un amplio apartado sobre las estrategias educativas pensadas para su aplicación en los niveles primario, secundario y terciario de la educación pública, resumiendo el espíritu de las más de siete mil páginas del diagnóstico: escamotear la información para evitar posturas contrarias a la ejecución del multimillonario emprendimiento hidroeléctrico. Como si fuera poco, también se adosa un instructivo discursivo “para el caso de actores gubernamentales” que aconseja “poner énfasis en

que el proyecto otorga la capacidad para mejorar la calidad de vida de la población presente y futura.” (PRIMERA EDICIÓN, 2009).⁶⁰

Esta primeira parte da notícia apresenta o tema e introduz o enquadramento desta, que revela o documento secreto que o governo “guarda a sete chaves”. O que o jornal revela ao leitor é que existe uma decisão dos órgãos oficiais em ocultar a verdade sobre o projeto porque o mesmo causaria à população problemas em relação à qualidade de vida, ou seja, “resumiendo el espíritu de las más de siete mil páginas del diagnóstico: escamotear la información para evitar posturas contrárias a la ejecución del multimillonario emprendimiento hidroeléctrico”. Este espírito vai permear toda a cobertura do veículo, sendo contrário ao discurso proferido nos outros três jornais, *El Territorio*, *Correio do Povo* e *Zero Hora*. No *Correio do Povo*, jornal da capital do Rio Grande do Sul, configura-se apenas uma exceção ao enquadramento que se alinha ao dos discursos federais em relação ao tema, e justamente na reportagem que produziu a única capa do jornal para as notícias referentes ao projeto Garabi.

Em 9 de março de 2013, o jornal publica a seguinte manchete: “Complexo de usinas no Noroeste gaúcho deve desalojar 12,6 mil pessoas”. No subtítulo, “Estudos de viabilidade para construção de hidrelétricas podem começar neste mês”. Já o texto da reportagem, que ocupa duas páginas do jornal, traz a seguinte configuração:

⁶⁰ O governo ocultou um informe sobre os graves impactos de Garabi. É um texto de sete mil folhas elaborados por peritos da Universidade Nacional de Misiones, com contribuições de Corrientes, da Nação e do Banco Mundial. Ali se alerta sobre a quantidade de enfermidades que o projeto hidrelétrico trará, em qualquer de suas variantes; a destruição dos sistemas costeiros do Urugai; e o dano ao tecido social das populações afectadas. Posadas. Guardado a sete chaves e as costas da população, há mais de três anos o governo de Misiones tem em seu poder um informe de sete mil folhas sobre o projeto hidrelétrico Garabi. Este impagável documento – ao qual Primera Edición teve acesso exclusivo – foi elaborado por equipes profissionais da Universidade Nacional de Misiones (UNaM), com contribuições do Banco Mundial, Empreendimentos Energéticos Binacionais Sociedade Anônima (EBISA) e o governo de Corrientes e apresenta dados arrepiantes – de grande extensão e precisão – sobre os impactos sanitários, ambientais e sociais subjacentes ao projeto em suas duas possibilidades (um ou dois cortes). Fontes reservadas da universidade confirmaram que possuem, conhecem e manejam o estudo tanto os governos estaduais quanto EBISA, a sociedade anônima com capital estatal majoritário representada em ações cuja a titularidade corresponde a Secretaria de Energia (99%) e a Nucleoeléctrica Argentina SA (1%). Além do mais, o estudo oferece guias para aplicação de programas destinados a persuasão para a aceitação do projeto na comunidades e outros âmbitos que serão afetados. Entre outros tópicos, há inclusive uma lista detalhada sobre as múltiplas enfermidades epidemiológicas que a represa provocaria, um inventário de 950 folhas a respeito da aplicação de leis ambientais e até um manual para a implementação de campanhas destinadas a captação – por meio da manipulação da informação – de opiniões positivas sobre o projeto nos meios de comunicação e diversos níveis do poder Legislativo. ‘Nossa proposta, como qualquer iniciativa de informação e comunicação, apontará e ressaltará aspectos positivos resultantes e atenuará os negativos’, adverte um parágrafo sobre as estratégias educativas pensadas para sua aplicação nos níveis primário, secundário e terciário da educação pública, resumindo o espírito das mais de sete mil páginas do diagnóstico: escamotear a informação para evitar posições contrárias a execução do multimilionário empreendimento hidrelétrico. Como se fora pouco, também adota um instrutivo discurso ‘para atores governamentais’ que aconselha ‘por ênfase em que o projeto dá capacidade para melhorar a qualidade de vida da população de agora e do futuro’. (Tradução minha).

Devem começar neste mês os estudos de viabilidade para a construção das usinas hidrelétricas Garabi e Panambi, no Noroeste do Estado. As estruturas, que fazem parte de um projeto entre Brasil e Argentina, devem ter capacidade instalada somada de 2.200 MW e desalojar 12,6 mil pessoas.

Se implantadas, as barragens no rio Uruguai alagarão uma área de 73,2 mil hectares. Segundo o Estudo de Inventário do Rio Uruguai no Trecho Compartilhado entre Argentina e Brasil, realizado pelas empresas estatais Ebisa (Argentina) e Eletrobras (Brasil), o barramento de Garabi ficaria no km 863 do rio Uruguai, a cerca de 6 quilômetros a jusante (rio abaixo) dos municípios de Garruchos, que têm mesmo nome tanto no Brasil quanto na Argentina.

A estrutura alagará as localidades de Garruchos e também Azara, San Javier e Itacaruaré, na Argentina, e Porto Xavier, no Brasil. Estima-se que a população urbana a ser desalojada é de cerca de 2,1 mil pessoas e a rural, 3,8 mil. Além de afetar vias pavimentadas, prejudicará a atividade pecuária, o cultivo de erva-mate, soja, arroz e áreas florestadas. Já a barragem de Panambi ficaria no km 1.016 do rio Uruguai, a aproximadamente 10 quilômetros a montante (rio acima) dos municípios de Panambi (Argentina) e Porto Vera Cruz (Brasil). A usina inundará as cidades de Alba Posse e Porto Mauá. Cerca de 1,3 mil pessoas devem ser atingidas na área urbana e 5,4 mil, na rural.

Os contratos para os estudos e projetos de engenharia, estudos ambientais e plano de comunicação foram assinados em dezembro por representantes do consórcio formado pelas empresas Consular, Engevix, Grupo Consultor Mesopotamico, Iatasa, Intertechne e Latinoconsult.

Uma Porto Alegre e meia alagada

Os técnicos da Ebisa e da Eletrobras estimam que as novas usinas tragam custo ambiental direto de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, conforme informado no Estudo de Inventário do Rio Uruguai no Trecho Compartilhado entre Argentina e Brasil. As barragens alagarão 73,2 mil hectares, área equivalente a cerca de uma Porto Alegre e meia.

Na Garabi, da vegetação nativa serão afetados 44 mil hectares (ha), incluindo o alagamento de áreas do Parque Ruta Costera do Rio Uruguay, da Reserva Privada Santa Rosa, na Argentina, além das Áreas de Importancia para la Conservación de las Aves C. Martires Barra S. María, Azara e Barra Concepción. Do lado brasileiro serão inundados trechos das margens dos rios Uruguai e Ijuí. Já a barragem Panambi alagará 19 mil ha de vegetação nativa. No caso das Unidades de Conservação, o impacto sobre o Parque Estadual do Turvo será de 60 ha; e sobre a Reserva de Biosfera Yabotí (Argentina), 34 ha.

Outros impactos decorrentes da transformação permanente dos ambientes e como eles afetarão os ecossistemas das unidades de conservação ainda requerem estudos específicos. Conforme o professor do departamento de Botânica da Ufrgs Paulo Brack, milhares de hectares de florestas, campos nativos e áreas agrícolas serão destruídos. “Trata-se do principal enclave da Mata Atlântica de interior, com elementos originários também do Sul da Amazônia”, destaca, lembrando que a área abarca mais de 1,5 mil espécies.

Com informações dos repórteres Agostinho Piovesan, Felipe Dorneles e Maria Dal Canton Piovesan. (CORREIO DO POVO, 2013).

A reportagem do *Correio do Povo*, assinada por três correspondentes do jornal na região Norte do Rio Grande do Sul, traz informações centradas na questão do impacto sócio-ambiental que o barramento do rio Uruguai traria para a população. Mesmo trazendo um enquadramento onde os fatores ambientais são destacados, fixando a informação do tamanho do alagamento e do número de pessoas atingidas, a reportagem não apresenta entrevistas com a população a ser atingida pelo alagamento. Neste ponto é que o *Primera Edición* também se diferencia. Além de incorporar ao noticiário a voz da sociedade organizada argentina contrária

ao projeto, o noticiário ouve os moradores em diversas ocasiões, produzindo reportagens nas cidades que serão atingidas.

Já o jornal *Zero Hora* produziu uma única notícia sobre o projeto com chamada de capa, quando do anúncio da retomada do projeto:

8/1/2004 - CHAMADA DE CAPA – Brasil e Argentina vão construir hidrelétrica no RS - Usina de Garabi, na cidade de Garruchos, será a maior obra do Estado em 30 anos.

ENERGIA Com investimento de US\$ 2 bi, hidrelétrica será a maior obra erguida em 30 anos no Estado - Brasil e Argentina retomam Garabi

Os governos do Brasil e da Argentina se comprometeram a retomar o projeto de construção da usina hidrelétrica de Garabi, no Rio Uruguai, fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina.

A decisão foi anunciada ontem depois da reunião da Comissão Mista Permanente do Setor Elétrico Brasil-Argentina, da qual participaram os ministros do setor dos dois países, a brasileira Dilma Rousseff e o argentino Daniel Camerón.

Idealizado na década de 70 pelos dois países, o projeto estava suspenso desde 1996 devido a um contencioso socioambiental do lado brasileiro. Estudos realizados pela Eletrobrás apontaram que seriam necessários investimentos de cerca de US\$ 200 milhões para contornar os danos ambientais e sociais causados pela obra, a ser entregue à iniciativa privada. A usina será construída no município de Garruchos, fronteira com a Argentina.

Segundo Dilma, esse enfoque será mantido, e a obra deverá ser licitada. O projeto inicial prevê que a hidrelétrica terá capacidade de produção de 1,2 mil a 1,8 mil megawatts (MW) e deverá exigir investimentos de US\$ 2 bilhões.

O secretário de Energia do Estado, Valdir Andres, explicou ontem que o governo gaúcho aguardava com ansiedade sobretudo a decisão do governo brasileiro, pois tanto a Argentina quanto o Estado já estavam trabalhando para que a construção da usina fosse retomada. Conforme o secretário, trata-se da maior obra do Estado em 30 anos, com capacidade para criar 10 mil empregos diretos e 25 mil indiretos, além de aumentar o recolhimento de impostos para alguns municípios da região. Nas últimas semanas, manteve reuniões com empresas interessadas em formar um consórcio para participar da licitação de construção da usina. O secretário confirmou ter recebido manifestações de interesses das construtoras Camargo Corrêa, Odebrecht, Engevix e General Eletric (GE). Por exigir grande volume de recursos, a obra deverá ser incluída no programa de Parcerias Público-Privadas (PPP).

– Faltava o pontapé inicial que agora foi dado pela ministra Dilma – afirmou ontem o secretário, convidado a integrar o grupo formado para se ocupar do projeto. (ZERO HORA, 2004).

O jornal de Porto Alegre também publicou uma grande reportagem em caderno especial onde, 10 anos depois da matéria que ganhou a capa, envia uma equipe jornalística até Porto Mauá, para pela primeira vez dar voz para a população do local, embora as fontes oficiais também estivessem no mesmo espaço, fazendo o contraponto. Segue abaixo a íntegra da reportagem

DINHEIRO - À ESPERA DAS ÁGUAS

Projeto bilionário para construir duas grandes hidrelétricas no noroeste do Estado cria contraste entre a expectativa de redenção de uma região pobre e a incerteza de 7,5 mil pessoas que terão as terras onde vivem alagadas para dar lugar a imensos reservatórios

DUAS REPRESAS NO HORIZONTE

TEXTO - CAIO CIGANA - caio.cigana@zerohora.com.br

FOTOS - TADEU VILANI - tadeu.vilani@zerohora.com.br

Moradores do Noroeste esperam por respostas sobre o destino das 19 cidades que serão inundadas pelas águas para abastecer hidrelétricas

A angústia é grande como o tamanho das duas usinas que Brasil e Argentina querem começar a construir no Rio Uruguai até 2016. Enquanto ouvem e leem notícias sobre a intenção dos dois países de acelerar os projetos das hidrelétricas de Garabi e Panambi, no noroeste do Estado, cerca de 7,5 mil gaúchos de 19 pequenos municípios estão atônitos diante da falta de informações. Todos eles devem ser desalojados pela formação dos reservatórios. A espera alimenta dúvidas sobre de qual será a indenização, onde serão reassentados e como ficarão as cidades que terão mais da metade da área urbana engolida pelas águas das duas barragens. Faltam respostas claras da Eletrobras e do consórcio de empresas responsável pelos estudos dos dois empreendimentos. Com idas e vindas desde a década de 1970, as usinas na fronteira devem receber aporte de US\$ 5,2 bilhões e gerar 2,2 mil megawatts (MW), energia suficiente para abastecer uma cidade de quase 5 milhões de habitantes, três vezes maior do que Porto Alegre. Se sair do papel, será o maior complexo hidrelétrico e o mais volumoso investimento feito no Rio Grande do Sul.

Nascida junto à barranca do Rio Uruguai, a sossegada Garruchos, onde será o barramento de Garabi, terá grande parte da população retirada em nome do progresso e da necessidade premente de energia nos dois países. As informações preliminares, conta o prefeito Carlos Cardinal (PDT), são de que 85% da cidade, onde vive um terço dos 3,2 mil habitantes, ficará submersa. Prefeitura, igreja, quase tudo, à exceção de residências localizadas em uma parte mais alta, será alagado. Incluindo a área rural, mais da metade dos garruchenses terão de deixar propriedades e encontrar um outro lugar para recomeçar a vida.

– O sentimento, por enquanto, é de contrariedade. Temos uma série de dúvidas. Doze anos atrás, quando construíram a conversora de energia, prometeram progresso e asfalto, mas nada disso veio. Aliás, falta luz na cidade e no interior a toda hora – reclama Cardinal, referindo-se à estação conversora Garabi, a primeira interligação internacional de grande porte entre Brasil e Argentina, que quase nenhum retorno financeiro e de impostos deu ao município de economia baseada na agropecuária e na pesca.

A resistência só será amenizada, avalia o prefeito, se a cidade for beneficiada com compensações que resolvam carências como a falta de um hospital, acesso pavimentado e a reconstrução de tudo à beira do futuro lago. Típica figura fronteiriça, Evanir Liscano da Rosa, 46 anos, é a personificação da desconfiança. Dono de um pequeno pedaço de terra onde planta mandioca, milho, cana-de-açúcar e cria vacas leiteiras para o próprio sustento, ouve falar que perderá os seis hectares herdados do pai, e se queixa da falta de definição sobre como será indenizado.

– Não tenho informação nenhuma, e ninguém falou sobre como será a indenização. Acho que vai ser ruim para mim – resumia Rosa, enquanto esperava um barco para cruzar o rio e comprar batata, massa, cebola e azeite mais baratos no comércio da margem oposta.

PALÁCIO PIRATINI QUER INTERMEDIAR

DIÁLOGO ENTRE PREFEITOS E EMPRESAS

Alguns quilômetros rio acima, o município de Porto Mauá será o mais atingido pela segunda hidrelétrica, Panambi. Na cidade, que também terá mais da metade da zona urbana tomada pelas águas, a confusão é a mesma.

– O povo está apreensivo. Não se sabe o que vai ser feito com os atingidos – protesta o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tuparendi e Porto Mauá, Itálico Cielo, um dos milhares de agricultores familiares que terão de deixar a querência onde cresceram.

Com uma enxurrada de interrogações sem respostas claras sobre como será a compensação dos impactos ambientais e sociais, o prefeito da cidade, Guerino Pedro Pisoni (PTB), também se mostra pouco simpático aos prometidos megaempreendimentos:

– Estamos com uma posição um pouco radical porque não temos informação – justifica.

A figueira hoje frondosa plantada há 15 anos pelo agricultor Nilson Roque Dawies deveria dar o deleite de ver os netos brincarem empoleirados nos galhos esparramados. Nascido e criado na pequena propriedade da localidade de Itajubá, às margens dos rios Uruguai e Santa Rosa, Dawies agora tem dúvidas sobre quanto tempo terá para aproveitar.

Se sair a barragem da usina Panambi, só restará uma pequena ilha nos 12,7 hectares onde ele e a mulher Cirlei Heming Dawies, 54 anos, tiram o sustento das lavouras de soja e milho, das árvores frutíferas e da criação de suínos, frangos e vacas leiteiras.

– Vemos essa situação com muita tristeza. Demoramos 35 anos para montar a propriedade como é hoje. E o nosso rumo é incerto. Por mais que a gente procure as informações, elas não chegam – lamenta Cirlei, que costuma participar dos encontros promovidos e ainda busca saber pela internet o que se passa.

A queixa do casal, que receia perder a convivência de décadas com os vizinhos se for realojado em outro rincão, é a mesma de quem teme estar passando os últimos anos no seu chão. Tudo está no ar e nada é confirmado. Nem mesmo em Porto Xavier, onde o consórcio de empresas brasileiras e argentinas montou um quartel general que teria como principal missão tirar as dúvidas da população, a inconformidade é menor.

– Montaram um escritório de comunicação, mas não sabem dizer nada – lamenta o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Porto Xavier, Eloi Becker.

Tentando assumir um papel de intermediador, o governo gaúcho promete realizar no próximo mês, em Porto Alegre, um encontro reunindo prefeitos e representantes da Eletrobras. Com a mesma intenção, foram organizadas reuniões nas cidades e com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Embora não esteja formalmente envolvido, o Palácio Piratini demonstra preocupação.

– Ainda há alguns pontos que para a população ficaram nebulosos, e isso gera apreensão – admite Marcelo Danéris, secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do governo do Estado.

Para Danéris, grande parte da desinformação ainda é um efeito do projeto antigo para as hidrelétricas no trecho binacional do Rio Uruguai, que traria danos ambientais muito maiores dos que os previstos no novo modelo. Embora apoie o empreendimento, o Piratini também cobra a implantação de um projeto de desenvolvimento regional, indenizações justas e medidas que compensem as perdas.

TORCEDORES DO PROGRESSO

A despeito da incerteza predominante, há quem reme contra a correnteza de temores e enxergue a possível chegada das usinas como a redenção econômica para a região, uma das mais carentes do Estado. Um dos entusiasmados é o empresário Airton Bertol da Silva, que não arrefece o otimismo mesmo sabendo que a casa onde os pais vivem há 60 anos, em Porto Mauá, também passará a ser apenas uma lembrança mergulhada no reservatório da usina Panambi.

- Longe dos grandes centros, sem indústrias ou serviços e até hoje fora do mapa dos investimentos, a região seria beneficiada por recebimento dos royalties das usinas, uso turístico do futuro lago – que também permitiria criar peixes – e empregos gerados pela construção e, depois, pela operação das hidrelétricas, lista Airton.

Conforme a Eletrobras, somente as obras abrirão 12,5 mil vagas. As duas hidrelétricas pagariam anualmente R\$ 6,8 milhões a título de compensação financeira aos municípios gaúchos atingidos. Porto Mauá seria ainda premiada pela reconstrução da cidade de forma planejada, por futuros freeshops e, como a cereja do bolo, por uma ponte de ligação com Alba Posse, na Argentina. O empresário preside uma fundação que luta pela ligação com o país vizinho.

– Hoje temos apenas um rio que passa. Fico triste porque a nossa região não cresce. Infelizmente muitas pessoas são como São Tomé, só acreditam vendo – diz.

Dono de um dos dois únicos postos de combustíveis de Garruchos, o empresário Ricardo Colombo se integra à corrente minoritária que deixa a desconfiança à margem e vê apenas benefícios com a construção das hidrelétricas. As usinas, espera Colombo, também devem trazer o asfalto à cidade, hoje separada da rodovia pavimentada mais próxima por 60 trepidantes quilômetros de estrada de chão. Depois de duas décadas fora de Garruchos, o metalúrgico Adão Marques de Oliveira, 41 anos, voltou no ano passado de Novo Hamburgo à terra natal em busca de uma vida tranquila e montou uma pequena serralheria, igualmente ameaçada pelo

avanço das águas. Por enquanto, entende Oliveira, é possível apenas concluir que as duas usinas trarão benefícios, mas também riscos à cidade.

Ambientalistas na trincheira

Enquanto a população persegue respostas sobre o futuro, ambientalistas cerram fileiras contrárias aos novos aproveitamentos hidrelétricos do rio que com seu curso ajuda a desenhar o mapa do Estado.

Embora a área alagada projetada agora seja quase um quarto do previsto nos projetos das décadas de 1970 e 1980, os reservatórios somarão cerca de 970 hectares, extensão superior ao lago da usina de Belo Monte, no Pará, que terá potência instalada cinco vezes superior ao complexo de Garabi.

Depois que o Brasil assistiu à maior cheia do Rio Madeira, posterior à construção de duas grandes hidrelétricas, os argumentos se avolumam. Em Rondônia, os responsáveis pelas usinas de Jirau e Santo Antônio trocaram acusações sobre a responsabilidade do problema. Aqui, uma das organizações da trincheira ambientalista é o movimento Rio Uruguai Vivo, criado em 2006 por estudantes de biologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

– Essas barragens mudam completamente a característica do Uruguai. De um rio de corredeiras, passará a ter águas paradas. Os dourados, por exemplo, precisam de um corredor de 80 a 100 quilômetros sem barreiras para a migração da reprodução – sustenta o biólogo Ismael Brack, para quem o potencial hidrelétrico do principal rio gaúcho já esgotou.

A apreensão é compartilhada pelo pescador Bruno Borges Pacheco, 29 anos. Com o ofício herdado do pai e do avô, Pacheco nota que, a cada ano, está mais difícil capturar peixes em Garruchos.

– Só conseguimos pescar segunda e terça. O pessoal das barragens (outras já construídas no rio, como Itá) libera a água na quarta, e o rio começa a encher na quinta. Vem uma água branca, que nem parece ser do rio. O peixe some – conta Pacheco.

Para Brack, não vale o argumento de que o Brasil precisa construir hidrelétricas para garantir energia mais limpa em comparação com usinas de carvão e óleo. O país poderia resolver parte do problema, avalia o biólogo, se trocasse as turbinas de hidrelétricas antigas por equipamentos mais modernos, o que poderia elevar em 15% a geração.

Outra preocupação é o Salto do Yucumã – maior queda d'água longitudinal do mundo e uma das sete maravilhas do Estado. A Eletrobras garante a preservação do salto e do Parque Estadual do Turvo, em Derrubadas. Havia o temor de que pelo menos 10% da área do parque seria alagada pelo reservatório da Panambi. No local, refúgio da onça-pintada, sucumbiriam 2 milhões de árvores.

O diretor de geração da Eletrobras, Valter Cardeal, nega qualquer dano ambiental à área e diz que somente haverá possibilidade de inundação no Turvo em períodos de cheia. Redução do impacto das barragens no Rio Uruguai e no Salto do Yucumã não convence ativistas e pescadores.

PARTICIPAÇÃO ARGENTINA GERA DÚVIDAS

Um ponto de interrogação para os empreendimentos é se a Argentina, em permanente crise, terá capacidade para honrar sua parte na construção de Garabi e Panambi. A Eletrobras sustenta que, como as usinas serão dadas em garantia aos bancos financiadores do projeto, não haveria risco de a Argentina não ter acesso a recursos. Uma das etapas mais delicadas do cronograma foi vencida em fevereiro, quando o Ibama aprovou o termo de referência que vai nortear o trabalho de resgate da fauna. O levantamento deve começar em abril. Desde maio do ano passado, um consórcio formado por quatro empresas argentinas e duas brasileiras, entre as quais a Engevix, que atua no polo naval de Rio Grande, acelera o trabalho. Tem até fevereiro de 2015 para concluir os estudos técnicos e de impacto ambiental. Mas tanto a Eletrobras quanto a estatal argentina Ebisa esperam ter o relatório finalizado ainda em 2014. Assim, licitação e início da obra teriam chance de ser antecipadas de 2016 para 2015.

“Vamos tirar as dúvidas”

O gaúcho, responsável pelo projeto, garante que os atingidos pelas barragens começarão a ter respostas neste semestre.

Zero Hora – Existe muita falta de informações na região. É problema da atual fase ou é uma falha?

Valter Cardeal – É absolutamente normal, é próprio da fase. Havia um estudo da década de 1980 que nós refizemos. Agora com os estudos de impacto ambiental e de viabilidade técnica e econômica, poderemos ter certeza de que (as usinas) são viáveis e poderemos começar as discussões. Vamos entrevistar as pessoas, cadastrá-las. Mexer com a vida das pessoas nunca é fácil, mas quero tranquilizar a todos porque nunca fizemos nada que não fosse correto com a questão social. Todos terão uma vida, no mínimo, igual à que tinham.

ZH – Quando as dúvidas das pessoas começam a ser tiradas?

Cardeal – Neste primeiro semestre. Vamos ter audiências públicas, e todo mundo terá a oportunidade de se manifestar.

ZH – Como será a reconstrução das cidades inundadas?

Cardeal – Isso é o que fazemos de melhor. Vamos definir com a população da parte urbana uma nova área de interesse deles, que atenda a todas as necessidades. Essa cidade terá toda a infraestrutura, saneamento, água tratada, drenagem, tudo. É uma cidade nova. Se for necessário hospital e escola serão feitos. (CIGANA, 2014).

A reportagem da *Zero Hora* apresenta toda a diversidade de fontes que a técnica jornalística clássica recomenda. As fontes são variadas, os parágrafos iniciais trazem como mote principal da matéria a “apreensão” da população local, como evidencia a primeira frase “A angústia é grande como o tamanho das duas usinas que Brasil e Argentina querem começar a construir no Rio Uruguai até 2016.”, trazendo também a questão da falta de informações públicas sobre o tema. Entretanto, a obra em si da barragem é dada como um fato definido, como pode ser lido no texto a seguir:

Cerca de 7,5 mil gaúchos de 19 pequenos municípios estão atônitos diante da falta de informações. Todos eles devem ser desalojados pela formação dos reservatórios. A espera alimenta dúvidas sobre de qual será a indenização, onde serão reassentados e como ficarão as cidades que terão mais da metade da área urbana engolida pelas águas das duas barragens. (CIGANA, 2014).

Este trecho demonstra que, apesar de se reconhecer que os moradores estão “atônitos”, eles “devem ser remanejados”, mesmo que não se saiba como ou de que forma serão indenizados. Nem a destruição de cidades inteiras é suficiente para barrar o empreendimento. Por toda a longa reportagem, a fala dos moradores e sua discordância da represa é amenizada pela necessidade de aceitar o “progresso” que as hidrelétricas podem trazer para a região, caracterizada como pobre e atrasada.

Já na reportagem do *Primera Edición*, que teve repórteres enviados para a região do Rio Uruguai, a situação descrita foi exclusivamente a dos moradores. Aqui, o discurso oficial não aparece. Não há contraponto. É justamente aí que reside o risco maior da cobertura do *Primera Edición*. Mesmo apresentando matérias com o ponto de vista do governo, é raro que seja buscado, em uma mesma notícia, mostrar mais de um lado dos múltiplos interesses. O

jornal de Posadas toma partido contra o projeto, segue noticiando os fatos da agenda oficial, mas a maior parte da cobertura é para dar voz aos que são contrários ao empreendimento. A grande vantagem, todavia, é dar voz aos moradores do local, como se pode verificar nesta reportagem que segue, uma das poucas que é assinada e dá o nome dos jornalistas que produziram o conteúdo jornalístico.

22/09/2013 | 21:00 - POLITICA Y ECONOMIA

Pese al abandono y amenaza de Garabí, Azara aún respira paz

• Sus pobladores históricos viven de la agricultura familiar y el peonaje rural • El Estado no abastece ni de educación secundaria, ni de transporte público •

PUERTO AZARA (Sergio Alvez y Oscar Ibarra, enviados especiales). Días atrás, en el marco de la presentación formal del Plan de Comunicación Social del Consorcio Energético Río Uruguay, se expresó que “las poblaciones que se verán más afectadas serían Garruchos en Corrientes y Alba Posse, más Puerto Azara, en esa localidad homónima”.

Este último poblado, Puerto Azara, cobró visibilidad ya hace unos cinco años, cuando sus habitantes se constituyeron como Vecinos Autoconvocados, en defensa de su lugar e historia, ante la amenaza terminal que representa para ellos – como para decenas de pueblos de uno y otro lado del río Uruguay- el proyecto hidroeléctrico Garabí-Panambí.

Desde entonces, la lucha de los vecinos ha ido afianzándose y reivindicando además del derecho a seguir existiendo, el de poder acceder a derechos elementales histórica y actualmente vulnerados: acceso a la educación secundaria; derecho a la tenencia de tierra; derecho al transporte público; y a oportunidades de desarrollarse como cualquier otro pueblo del suelo argentino.

Los constantes anuncios que presagian la desaparición de Puerto Azara, se vienen efectuando sin incluir la debida participación y voz de sus pobladores: se habla de ellos sin ellos.

Aquí, a 10 kilómetros del radio urbano del municipio azareño, viven familias trabajadoras, dedicadas a la agricultura familiar o el peonaje rural, que a pesar de las limitaciones propiciadas por un abandono estatal notorio y consuetudinario, disfrutan de la paz y la naturaleza existentes en el poblado. Junto al río, bendecidos por una reserva natural rica en fauna y flora; beneficiados por tierras fértiles y climas benévolos, con costumbres arraigadas y una rica tradición ligada a forma de vida propias de las fronteras rurales, los habitantes de Puerto Azara no imaginan -y se resisten a- un futuro de expulsión y desarraigo.

Toda una vida

Humberto González (74) es uno de los pobladores que nació, se crió y nunca salió de la zona. Pasó su infancia en Monte Hermoso (paraje aledaño a Puerto Azara). “Fui a la primaria pasando el arroyo Concepción. Me acuerdo que una vez iba con mi hermana, pasábamos por una pinguela (puente rústico) y se desprendió y caímos al agua, creo que fue providencia de Dios que pudimos salvarnos de morir ahogados porque alcanzamos la costa”, recuerda.

Tras una temprana incursión en el universo del trabajo rural -“toda mi vida fui tarefero” dice- a los 17 años Humberto decidió mudarse a Puerto Azara. “Al principio en la costa del río, me instalé junto a un tío. Siempre había una carpida o una tarefeada para hacer” cuenta.

Con el tiempo, conoció a Isabel Amaral (59), con quien lleva 44 años de casados. Juntos, tuvieron nueve hijos. Humberto busca en un cajón, y muestra a PRIMERA EDICIÓN una notificación reciente que llegó a su vivienda. Está firmada por el Departamento Académico de la Escuela de Suboficiales de la Prefectura Naval Argentina. “Comunicamos que el aspirante a cabo segundo Hugo González, ha obtenido en el segundo bimestre, una calificación de 10 puntos en el rubro conducta”. Es su hijo Hugo (23), que hace dos años, ante la apremiante falta de oportunidades laborales y educativas para la juventud de la zona, decidió alistarse en Prefectura.

“Acá nos cerraron la escuela secundaria y fue difícil para nuestros hijos poder terminarla; tuvieron que irse a estudiar a Fachinal, a una EFA, ayudados por una fundación. De otro modo, como tantos, hubieran quedado sin estudiar”, cuenta Humberto. Consultado acerca de su cotidianeidad sostiene que “se vive muy tranquilo, con nuestros sembrados, nuestras vaquitas, nuestros chanchos y gallinas. Ahora justo estábamos plantando caña de azúcar y siempre plantamos mandioca, maíz, zapallo, esas cosas. Se vive en paz”.

Humberto dice no poder “imaginar terminar mis días fuera de Puerto Azara; de solo pensar que nuestro pueblo pueda desaparecer me agarra una sensación de angustia. Pero estamos dispuestos a luchar”.

“Acá somos felices”

Susana Suárez (50) nació y pasó sus primeros años en la isla San Lucas. Este cayo, ubicado sobre el río Uruguay a la altura de Barra Concepción, se inundó en 1983, en una crecida histórica que motivó un decreto que prohibió la continuidad del asentamiento que existía.

“Tenía 16 años cuando vine a Puerto Azara. Ese mismo año conocí a un pescador, Mauri Alvez, me enamoré y nos casamos. En esa época había poca gente, mucho monte, los hombres pescaba o eran contratados para tarefear, nunca nos faltó nada”, dice.

Madre de siete hijos, Susana rescata el hecho de que “nunca tuve que llevarlos al hospital a ninguno de mis hijos, porque nunca se enfermaron, acá el aire es bueno, se come bien porque plantamos, es una vida en paz y natural”. Además, agrega, “me gusta que podamos convivir con la naturaleza, los pájaros y sin los peligros y la contaminación que hay en las ciudades, acá nos conocemos todos, hay mucha solidaridad entre vecinos, eso no tiene precio”.

Al rescate de la historia

El año que viene, cumplirá 100 años la escuela 63. En sus orígenes, funcionó en una precaria casilla de madera, en el lote 297 junto al arroyo Chimiray. Pero desde 1981 se trasladó a un edificio de material.

“Para los festejos del centenario, estamos haciendo un rescate de la historia del pueblo y de la escuela, con participación de la comunidad, que va aportando sus testimonios y recuerdos”, contó la directora a este medio. Actualmente, asisten 60 alumnos y el plantel docente está integrado por siete personas.

Dilatada entrega de títulos de propiedad

La Ley de Regularización de Tierras (4502) fue promulgada en diciembre de 2009 y promueve el derecho a acceder a los títulos de propiedad a todos aquellos ocupantes que con anterioridad a 2006 habitan en tierras fiscales. Ni bien se promulgó la ley, los Vecinos Autoconvocados de Puerto Azara hicieron llegar a la Subsecretaría de Tierras de la Provincia, un pedido formal para ser incluidos de manera prioritaria en el cumplimiento de dicha ley.

En marzo de ese año, la respuesta del titular del organismo, Jaime Ledesma, fue que “se iban a tener que estudiar los casos a fondo”. Sin embargo, nunca más Tierras volvió a dar una respuesta, lo que a más de un año y medio de iniciadas las gestiones, motivó una nueva reunión de vecinos en la cual se delinearon estrategias a seguir reclamando por el cumplimiento de esta ley y el acceso a uno de los derechos básicos de todos los ciudadanos. Con la singularidad de que, los habitantes de Puerto Azara, podrían ser severamente afectados por la represa Garabí; por lo que, la necesidad de los títulos de propiedad – para no ser vapuleados y estafados como miles de afectados de la EBY que vivían en tierras fiscales –; se vuelve imperiosa y el reclamo podría endurecerse si no llegan respuestas concretas de acá a fin de año. Asimismo, desde la Municipalidad de Azara señalaron que se encuentran trabajando en la temática.

Fauna y flora en riesgo

Por estos días, cualquier visitante que recorra las selvas en galería junto al río Uruguay en Puerto Azara, podrá cruzarse con venados, carpinchos, gatos onza y una enorme cantidad de mamíferos y aves propios de la fauna autóctona.

Sumado a la vegetación autóctona, todo este patrimonio natural se encuentra seriamente amenazado por el proyecto Garabí. En toda la zona de afectación (de acuerdo a informes que datan de años anteriores), existen 26 especies que forman parte del listado de amenazadas, confeccionado por la Unión Internacional para la

Conservación de la Naturaleza (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, con sede en Suiza). De estas 26, 14 presentan riesgos de extinción de máxima consideración: ciervo de los pantanos (*Blastocerus dichotomus*), aguará-guazú (*Chrisocyon brachyurus*), lobito de río (*Lutra platensis*), gato onza (*Felis pardalis*), gato tigre (*Felis tigrina*), margay (*Felis wiedii*), yagareté (*Panthera onca*), ciervo de las pampas (*Ozotocerus bezoarticus*), nutria gigante (*Pteronura brasiliensis*), yacutinga (*Aburria yacutinga*), guacamayo violáceo (*Anodorhynchus glaucus*), choroa (*Amazona pretrei*), yacaré ñato (*Caiman latirostris*) y yacaré negro (*Caimán crocodylus*). Para sobrevivir, estos animales dependen significativamente de los bosques nativos que desaparecieron o se verán disminuidos si Garabí se construyera. (PRIMERA EDICION, 2013)⁶¹

⁶¹ Mesmo com abandono e a ameaça de Garabí, Azara ainda respira em paz. Seus moradores históricos vivem da agricultura familiar e criação. O Estado não fornece nem educação secundária, nem transporte público. Porto Azara. (Sérgio Alvez e Oscar Ibarra, enviados especiais). Dias atrás, na data da apresentação formal do Plano de Comunicação Social do Consórcio Energético Rio Uruguai, se disse que ‘as populações que serão afetadas seriam Garruchos, em Corrientes, e Alba Posse, mais Porto Azara, nesta localidade homônima’. Este último povoado, Porto Azara, ganhou visibilidade já há uns cinco anos, quando seus habitantes se constituíram como Vizinhos Auto-convocados, em defesa de seu lugar e história ante a ameaça terminal que representa para eles – como para dezenas de povoados dos dois lados do rio Uruguai – o projeto hidrelétrico de Garabí-Panambi. Desde então, a luta dos vizinhos tem reivindicado o direito a seguir existindo, o de poder exercer direitos elementais históricos e atualmente vulneráveis: acesso a educação secundária, direito a posse da terra, direito a transporte público, e a oportunidade de desenvolver-se como qualquer outro povoado do solo argentino. Os constantes anúncios que pressagiam a desapareição de Porto Azara, são divulgados sem incluir a devida participação e voz de seus moradores: se fala deles sem eles. Aqui, a 10 quilômetros do perímetro urbano do município azarenho, vivem famílias trabalhadoras, dedicadas a agricultura familiar e a produção rural, que a pesar das limitações propiciadas por um abandono estatal notório e recorrente, desfrutam da paz da natureza existentes no povoado. Junto ao rio, abençoados por uma reserva natural rica em fauna e flora, beneficiados por terra fértil e climas benévolos, com costumes arraigados e uma rica tradição ligada a forma de vida própria das fronteiras rurais, os habitantes de Porto Azara não imaginam – e resistem – a um futuro de expulsão e desenraizamento. Toda uma vida. Humberto González (74) é um dos povoades que nasceu, se criou e nunca saiu da região. Passou a infância em Monte Hermoso (local adjacente a Porto Azara). ‘Fui na escola primária passando o arroio Concepción. Me lembro que uma vez ia com minha irmã, passávamos por uma pinguela (ponte rústica) e ela se rompeu e caímos na água, creio que foi a divina providência que nos salvou de morrer afogados porque alcançamos a costa’, recorda. Salvo uma incursão na mocidade no universo do trabalho rural – ‘toda minha vida fui tarefeiro’, disse – Aos 17 anos Humberto decidiu mudar-se para Porto Azara. ‘No começo me instalei na costa do rio, junto a um tio. Sempre havia uma carpida ou uma tarefa para fazer’ conta. Com o tempo, conheceu Isabel Maria (59), com quem já está casado há 44 anos. Juntos, tiveram nove filhos. Humberto busca em uma caixa e mostra a reportagem de Primera Edición uma notificação recente que chegou a sua casa. Está assinada pelo Departamento Acadêmico da Escola de Suboficiais da Prefeitura Naval Argentina. ‘Comunicamos que o aspirante a cabo-segundo Hugo González, obteve no segundo bimestre, a qualificação de 10 pontos na conduta’. É seu filho Hugo (23), que há dois anos, diante da urgente falta de oportunidades de trabalho e educação para a juventude na região, decidiu alistar-se na prefeitura naval. ‘Aqui fecharam a escola secundária e foi difícil para nossos filhos poder terminá-la; tiveram que ir-se a estudar em Fachinal, em uma EFA, ajudados por uma fundação. De outro modo, como tantos, teria ficado sem estudar’, conta Humberto. Consultado sobre seu cotidiano ele sustenta que “se vive muito tranquilo, com nossas lavouras, nossa vaquinhas, nosso porcos e nossas galinhas. Agora mesmo estávamos plantando cana de açúcar e sempre plantamos mandioca, milho, abóbora, essas coisas. Aquí se vive em paz’. Humberto disse não poder ‘imaginar terminar meus dias fora de Porto Azara; só de pensar que nosso povo poderia desaparecer me agarra uma sensação de angustia. Mas estamos dispostos a lutar’. ‘Aqui somos felizes’. Susana Suárez (50) nasceu e passou seus primeiros anos na ilha São Lucas. Esta ilha, localizado sobre o rio Uruguai na altura de Barra Concepción se inundou em 1983, em uma enchente histórica que motivou um decreto proibindo a continuidade do assentamento que ali existia. ‘Tinha 16 anos quando vim a Porto Azara. Neste mesmo ano conheci um pescador, Mauri Alvez, me apaixonei e casamos. Nesta época havia pouca gente, os homens pescavam ou eram contratados para tarefas, nunca nos faltou nada, disse. Mãe de sete filhos, Susana resgata o fato de que ‘nunca teve que levar nenhum dos filhos ao hospital porque nunca adoeceram, aqui o ar é bom, se come bem porque plantamos, é uma vida em paz e natural’. Além do mais, acrescenta, “eu gosto de poder conviver com a natureza, os pássaros e sem os perigos e a contaminação das cidades. Aqui conhecemos todos e há muita solidariedade entre os vizinhos. Isso não tem preço’. O resgate da história. No ano que vem a escola 63 completará 100 anos. Em suas origens, funcionou em uma precária casinha de madeira, no lote 297, junto ao arroio Chimaray. Mas, desde 1981, se mudou para um

A presença das vozes dos moradores das localidades que podem ser inundadas se encontra na reportagem acima e na seguinte. Nas demais, embora se mantenha o enquadramento de uma posição contrária a construção de barragens, poucos moradores não especialistas ou ligados a movimentos sociais atuantes no movimento No a las represas são usados como fonte.

13/04/2009 | 21:00 - INFORMACIÓN GENERAL

En Azara no saben qué será de ellos por Garabí

• Potenciales afectados por Garabí exigen información sobre la represa

AZARA. Hace apenas quince días, el ministro de Planificación de la Nación, Julio de Vido, y el ministro de Energía de Brasil, Edison Lobao, rubricaron formalmente el acuerdo para la construcción de la represa de Garabí. Según lo pactado en este encuentro, dentro de 18 meses estarán listos los pliegos de la licitación para la construcción de la represa.

El rimbombante anuncio -que ocupó las tapas de todos los diarios de la provincia- surge en un contexto de absoluto desprecio e indiferencia hacia las poblaciones que se verán damnificadas si este emprendimiento hidroeléctrico prospera.

La indignación de los habitantes de estos pueblos -en su mayoría situados en el sur misionero- se entremezcla con el pedido urgente de información sobre la obra y sus potenciales destinos. PRIMERA EDICIÓN llegó este fin de semana a Puerto Azara, uno de los poblados que, de acuerdo a las proyecciones técnicas de Garabí, desaparecerá por completo del mapa.

“Nos cayó muy mal la noticia. Están planeando todo sin tenernos en cuenta a nosotros, que seremos los afectados directos. Jamás vino nadie a informarnos de

edifício de material’. ‘Para os festejos do centenário, estamos fazendo um resgate da história do povoado e da escola, com participação da comunidade que está apresentando seus testemunhos e recordações’, contou a diretora a este jornal. Atualmente, estudam 60 alunos e a equipe de professores está integrada por sete pessoas. Extendida entrega de títulos de propriedade. A lei de regularização de terras (4502) foi promulgada em dezembro de 2009 e promove o direito de obter títulos de propriedade a todos os ocupantes que desde 2006 habitem em terras públicas. Nem bem se promulgou a lei os moradores de Porto Azara fizeram chegar a subsecretaria de Terras da Província um pedido formal para ser incluídos de maneira prioritária no cumprimento da dita lei. Em março deste ano, a resposta do titular do órgão, Jaime Ledesma, foi que ‘teremos de estudar os casos a fundo’. No entanto, nunca mais a secretaria voltou a dar resposta, o que, depois de mais de um ano e meio de iniciados os esforços, motivou uma nova reunião de vizinhos onde se delinearam estratégias de seguir reclamando pelo cumprimento da lei e o acesso aos direitos básicos de todos os cidadãos. Com a singularidade de que os habitantes de Porto Azara, podiam ser severamente afetados pela represa Garabí; por causa disso, a necessidade dos títulos de propriedade – para no ser removidos e enganados, como milhares de afetados da EBY que vivían en terras públicas –; torna-se imperativo que a mobilização se fortaleça se não chegarem resposta concretas até o fim de um ano. Assim mesmo, a prefeitura de Azara sinalizou que está trabalhando no assunto. Fauna e Flora em risco. Por estes dias, qualquer visitante que percorra as selvas junto ao rio Uruguai em Porto Azara poderá cruzar com veados, capivaras, onças e uma enorme quantidade de mamíferos e aves próprios da fauna nativa. Somando a vegetação nativa, todo este patrimônio natural se encontra seriamente ameaçado pelo projeto Garabi. Em toda a zona a ser atingida (de acordo com os informes de anos anteriores) existem 26 espécies que formam parte da lista de espécies ameaçadas, feita pela International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, com sede na Suíça. Destas 26, 14 apresentam riscos de extinção: cervo dos pântanos (*Blastocerus dichotomus*), aguará-guazú (*Chrisocyon brachyurus*), lobo de rio (*Lutra platensis*), jaguatirica (*felis pardalis*), gato tigre (*felis tigrina*), margay (*felis wiedii*), onça-pintada (*Panthera onca*), cervo dos pampas (*Ozotocerus bezoarticus*), nutria gigante (*Pteronura brasiliensis*), jacutinga (*Aburria jacutinga*), guacamayo violáceo (*Anodorhynchus glaucus*), chorão (*Amazona pretrei*), jacaré (*Caiman latirostris*) y jacaré negro (*Caimán crocodylus*). Para sobreviver, estes animais dependem significativamente das matas nativas que desaparecerão o ficarão diminuídas se Garabí for construída”. (tradução minha)

nada”, protestó Luisindo, habitante de Azara. Sus palabras aluden a la ausencia absoluta de información precisa sobre el futuro de las poblaciones afectadas y a la posición autista y subordinada del Gobierno provincial ante estos anuncios binacionales sobre Garabí.

“Estamos preocupados porque se dice que, si se hace la represa, nos van a sacar de acá. Ya sabemos lo que pasa con los relocalizados de Yacyretá y no estamos dispuestos a que nuestro futuro y el de nuestros hijos sea así”, advirtió María Alvez, trabajadora sanitaria de Puerto Azara.

Este pueblo se divide entre quienes viven de las tareas rurales de la zona -tarefa, raleo, etcétera- y quienes habitan en la ribera del Uruguay sustentándose a base de pequeños cultivos y pesca.

Desde la costa se dejan ver algunos de otros pueblos potencialmente afectados por Garabí: Fachinal (Brasil), Garruchinhos (Brasil), Monte Hermoso (Misiones) y Garruchos (Corrientes), apenas un porcentaje de las localidades que se verán damnificadas por una inundación proyectada a priori en 80 mil hectáreas.

“Acá se vive tranquilo. Siempre fue un lugar calmo y lleno de bellezas naturales, salvo en la época en la que pasaban los bandeirantes. Ahí era más complicado. Yo viví acá toda mi vida y siempre escuché eso de la famosa represa, pero no creo que se haga nunca. No hay razón para que nos saquen de acá y para destruir un lugar tan hermoso como éste”, expresó uno de los lugareños más longevos de Puerto Azara, Mauricio, de 88 años vividos íntegramente aquí.

Su hijo, Juan, también se aferra a la idea de que la represa jamás será una realidad y que nunca deberán atravesar la pesadilla de la relocalización. “Es imposible imaginar el futuro en otro lugar. Acá tenemos todo. Este es nuestro lugar en el mundo, todos nuestros sueños. Ojalá Dios no permita que se haga la represa”, remarca, quien hace poco, junto a otros pescadores, se reunió con el jefe de la Prefectura en la zona a fin de que se les permita pescar en el Uruguay de manera legal. “Fuimos a pedir que matriculen nuestros botes y así poder pescar tranquilos. Muchos somos trabajadores rurales y en estos meses no hay trabajo, así que necesitamos pescar”.

Desde Azara, el pueblo del cual Puerto Azara forma parte, un trabajador municipal que prefirió no dar su nombre sostuvo que “acá, para empezar, no hay información y la poca que hay es positiva con respecto a Garabí. Se habla de que la obra traerá progreso para los pueblos, pero la gente ya no cree eso. Lo único que importan son las regalías para los municipios afectados. Los intendentes sueñan con eso”, deslizó.

“Nadie se acuerda de nosotros”

El acuerdo entre Argentina y Brasil para construir Garabí despertó todo tipo de pronunciamientos y opiniones mediáticas, pero fue imposible hallar entre esas voces a personalidades interesadas por el destino de los habitantes afectados, a saber, miles de familias campesinas del sur misionero.

“Cuando se habla de Garabí, hablan de millones de dólares, de beneficios, de kilowatts, pero la verdad es que nadie se acuerda de nosotros. Estamos esperando desde hace mucho tiempo que oficialmente vengan a decirnos qué pasará con nosotros”, protestó Rafael, de Monte Hermoso.

(PRIMERA EDICIÓN, 2009a) ⁶²

⁶² Em Azara não sabem que será deles por causa de Garabí. Afetados em potencial por Garabí exigem informação sobre a represa. AZARA. Há apenas quinze dias, o ministro de Planificação da Nação, Julio de Vido, e o ministro de Energia do Brasil, Edison Lobão, assinaram formalmente o acordo para a construção da represa de Garabí. Segundo o acertado neste encontro, dentro de 18 meses estarão prontos os papéis da licitação para a construção da represa. O retumbante anúncio – que ocupou as capas dos jornais da provincia – surge no contexto de absoluto desprezo e indiferença com as populações que seriam atingidas se este empreendimento hidrelétrico prospere. A indignação dos habitantes destes lugares – em sua maioria no sul de Misiones - se mistura com o urgente pedido de informações sobre a obra e seus potenciais destinos. PRIMERA EDICIÓN chegou este fim de semana a Puerto Azara, um dos povoados que, de acordo as projeções técnicas de Garabí, desaparecerá por completo do mapa. ‘Nos caiu muito mal a noticia. Estão planejando tudo sem nos levar em conta, nos que seremos afetados diretamente. Jamais alguém veio nos informar nada de nada’, protestou Luisindo, habitante de Azara. Suas palavras remetem a ausência absoluta de informações precisa sobre o futuro das povoações afetadas e a posição autista e subordinada do governo provincial ante estes anuncios binacionais sobre Garabí. ‘Estamos

O objetivo de colocar aqui estas reportagens destacadas do restante do noticiário é variado. Primeiro, busquei mostrar que em qualquer veículo pode-se praticar um Jornalismo mais elaborado, priorizando a investigação, a apuração no local dos acontecimentos, o uso de fontes não oficiais. Em especial, quero destacar a importância da colocação do repórter imerso no cenário principal dos acontecimentos. É claro nestes cinco exemplos que quanto mais inserido na comunidade está o repórter, mais surgem fontes não-oficiais. E, neste caso, o fluxo de informação pode ser alterado. É possível construir enunciados usando outros saberes que não apenas os das autoridades estatais. É claro que, em se tratando de um projeto de governo, as administrações federais e estaduais terão um protagonismo distinto na cobertura. Porém, a predominância, segundo o que se tem como técnicas jornalísticas de apuração consagradas pela prática, de só um lado da questão produz sentidos únicos e gera a sensação de inevitabilidade do projeto – o que é um desejo trabalhado pela comunicação das empresas estatais por meio de ações comunicacionais que incluem a influência nas pautas jornalísticas. Estes mecanismos de controle social determinam a escolha de fontes pelos repórteres e editores já no nascimento da pauta e sua fixação nas editoriais de economia (ou outra nomenclatura similar), que tornam a questão do projeto um investimento financeiro para aumentar a geração de energia para impulsionar outros negócios. Sem histórias pessoais. Sem

preocupados porque se diz que, se fazem a represa, vão nos tirar daqui. Já sabemos o que aconteceu com o realocados de Yaciretã e não estamos dispostos a que o nosso futuro e de nossos filhos seja assim’, advertiu María Alvez, trabalhadora sanitária de Puerto Azara. Esta cidade se divide entre os que vivem de trabalhos rurais e os que habitam na margem do Uruguai sustentado-se a base de pequenos cultivos e pesca. Da costa, se avistam alguns dos outros povos potencialmente afetados por Garabi: Fachinal (Brasil), Garruchinhos (Brasil), Monte Hermoso (Misiones) y Garruchos (Corrientes), apenas uma porcentagem das localidades que serão danificadas por uma inundação projetada a priori em 80 mil hectares. ‘Aquí se vive tranquilo. Sempre foi um lugar calmo e cheio de belezas naturais, salvo na época em que passavam os bandeirantes. Ai era mais complicado. Eu vivi aquí toda a minha vida e sempre escutei da famosa represa, mas não creio que se faça nunca’, disse um dos moradores mais longevos de Porto Azara, Mauricio, de 88 anos vividos integralmente aquí. Seu filho Juan, também se prende a idéia de que a represa jamais será feita e que nunca deverão atravessar o pesadelo da realocação. ‘É impossível imaginar o futuro em outro lugar. Aquí temos tudo. Este é nosso lugar no mundo, todos os nossos sonhos. Oxalá Deus não permita que se faça a represa’, reafirma Maurício, que faz pouco tempo, junto com outros pescadores, se reuniu com o chefe da prefeitura na região para que se permita pescar no Uruguai de forma legal. ‘Fomos pedir que registrem nosso barcos e assim poder pescar tranquilos. Nós somos trabalhadores rurais e nestes meses não há trabalho, assim que necessitamos pescar’. Desde Azara, o município do qual Porto Azara faz parte, um trabalhador municipal que preferiu não se identificar sustentou que ‘aquí, para começar, não há informação e a pouca que existe é positiva com respeito a Garabi. Se fala de que a obra trará progresso para os povos, mas a gente não acredita nisso. Só o que importa são as regalías para os municípios afetados. Os prefeitos sonham com isso’, afirmou. Ninguém de lembra de nós. O acordo entre Argentina e Brasil para construir Garabi despertou todo o tipo de pronunciamentos e opiniões midiáticas, mas foi impossível encontrar entre essas vozes pessoas interessadas pelo destino dos habitantes afetados, a saber, milhares de famílias camponesas do sul missioneiro. ‘Quando se fala de Garabi, falam de milhões de dólares, de benefícios, de kilowatts, mas a verdade é que ninguém se lembra de nós. Estamos esperando faz muito tempo que oficialmente venham a dizernos o que acontecerá conosco’, protestou Rafael, de Monte Hermoso.

vidas destruídas. Sem evidenciar o impacto dos gigantescos lagos na vida da maioria da população que está naquele ambiente. E o que é pior, sem questionar a legalidade das ações governamentais que atropelam as próprias leis que protegem o ambiente e a biodiversidade da região, de onde o ser humano, querendo ou não, também faz parte.

6 O AMBIENTE E O JORNALISMO

A justiça não tem existência por si própria, mas sempre se encontra nas relações recíprocas, em qualquer tempo e lugar em que exista um pacto de não produzir nem sofrer dano.
(EPICURO, 1985, p. 60)

Foi em *O Capital* que Marx demonstrou que sua concepção materialista da história estava integrada à concepção materialista da natureza. Para fazer esta trajetória, nos apoiaremos fundamentalmente na obra de Foster (2005), *A Ecologia de Marx*, e também nos escritos do próprio pensador alemão. O autor inglês, pesquisador da obra de Marx, esclarece que a crítica mais comum dirigida pelos ambientalistas contra Marx é a acusação de que ele teria tido uma visão “prometeica” e “produtivista” da história.

O que parece é que o ambientalismo autêntico [...] exige nada menos que a rejeição da própria modernidade. A acusação de ter um caráter prometeico, é, portanto, uma maneira indireta de marcar a obra de Marx, e o marxismo como um todo, como uma versão extrema de modernismo, mais facilmente condenada neste particular do que o próprio liberalismo. (FOSTER, 1997, p. 162).

Segundo Foster, no entanto, “[...] a visão de mundo de Marx era profundamente – e na verdade sistematicamente – ecológica (em todos os sentidos positivos em que se usa o termo hoje) e que esta perspectiva ecológica era derivada de seu materialismo [...]” (FOSTER, 2005, p. 9). O que ficava claro na obra de Marx, afirma Foster, era que “[...] a humanidade e a natureza estavam inter-relacionadas e que a forma específica das relações de produção constituía o âmago dessa inter-relação em qualquer dado período.” (FOSTER, 1997, p. 165).

Para Foster, é necessário o esforço de um aprofundamento da crítica ao marxismo, em especial daquela que afirma a pouca afinidade da teoria de Marx com a ecologia. Marx, de acordo com a obra de Foster (2005, p.85), foi “profundamente influenciado pelo materialismo não determinista que ele achava ter encontrado em Epicuro”. Este pensador grego, que foi o objeto da tese de Marx em 1842, tem como sua grande obra *Sobre a Natureza*, onde o filósofo critica o determinismo de Empédocles e Demócrito. “Os acontecimentos que os seres humanos ocasionavam da liberdade humana, não da mera necessidade. Nem do mero acidente.” (FOSTER, 2005, p. 85). Se para Demócrito a necessidade era tudo, Epicuro reconhece três coisas: “o acaso, *a contingência* e a possibilidade de liberdade” (FOSTER, 2005, p. 82, grifo meu). A essência do pensamento de Epicuro se manteve na obra posterior de Marx, onde ele desenvolveu a crítica da sociedade capitalista em que vivia.

Não é a realidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas, da sua troca metabólica com a natureza, e daí a sua apropriação da natureza, que requer explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre estas condições inorgânicas de existência humana e esta existência ativa, uma separação que só é postulada na relação trabalho assalariado com o capital. (MARX, apud FOSTER, 2005, p. 13).

O marxismo, depois de tantos anos de influência na sociedade e em governos, passou a ser tratado pelos teóricos, inclusive do Jornalismo, como incompatível com inúmeras questões da atualidade. Segundo Meditsch (1992, p. 51), o pensamento de Marx “[...] aceita o pressuposto iluminista de emancipação pelo conhecimento, baseado na ideia de dominação sobre a natureza.”. Olhemos mais de perto o que Marx fala sobre o homem e a natureza, uma vez que buscamos na biologia a conformação de valores para a interpretação do mundo pelo homem por meio de notícias, enquanto forma de conhecimento.

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza na medida em que ela mesma não é o corpo humano. O homem vive da natureza, significa: a natureza é o seu corpo, com o corpo tem de permanecer em constante processo para não morrer. (MARX; ENGELS, apud FERNADES 1989, p. 155).

Apesar de constatar a questão da dominação do homem pela natureza, Marx também propôs o conceito de “humanização da natureza”, uma nova compreensão de empatia com a natureza (HANNIGAN, 2009, p. 25). Interessa-nos frisar, especificamente, a dimensão do trabalho como uma instituição social que promove a separação entre o homem e a natureza. Ou seja, que um determinado tipo de trabalho é que criou artificialmente esta separação.

[...] o objeto do trabalho é, portanto a objetivação da vida genérica do homem: ao se duplicar não só intelectualmente tal como na consciência, mas operativa, efetivamente e, portanto ao se intuir a si mesmo num mundo criado por ele. Por conseguinte, ao arrancar do homem o objeto da sua produção, o trabalho alienado lhe arranca a sua vida genérica, a sua objetividade genérica efetivamente real e transforma a sua vantagem ante o animal na desvantagem de lhe ter tirado o seu corpo inorgânico, a natureza. (MARX; ENGELS, apud FERNADES 1989, p. 157).

Neste ponto, compreendemos que a questão é o trabalho, sendo ele que promove o afastamento progressivo do homem da fruição da natureza. Tais fundamentos dos escritos de Marx sinalizam para uma visão crítica da organização social do trabalho na sociedade capitalista que vivenciamos até hoje. Apesar das modificações tecnológicas, o sistema capitalista é hegemônico e mundial. Aponta Porto-Gonçalves que, na globalização da natureza na atualidade, centrada no modelo de um sistema mundo moderno-colonial, as técnicas trazem embutidas nelas mesmas as contradições sociais e políticas. Para dominar a natureza, domina-se o homem. Para dominar a natureza, e assim promover o propalado

desenvolvimento, a sociedade é fundada na propriedade privada da natureza e “[...] há um conjunto de técnicas que fazem com que cada um aceite esta ideia como natural (sacerdotes e juristas) [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 81). Duas destas técnicas são o discurso e a linguagem jornalística.

Deste modo, “des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 81). Não são, assim, as técnicas objetos sem intencionalidade (SANTOS, 1996). Este sofisma da objetividade da técnica é escorado na visão mecanicista da vida apoiada na lógica de Descartes (1973), produziu distorções na compreensão do social. E esta crença na objetividade da técnica e também da ciência retira o homem e o seu trabalho social da relação com a natureza. É a noção de trabalho alienado, presente na obra de Marx. “Na relação do trabalho alienado, portanto, cada homem considera o outro segundo o critério e relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador.” (MARX; ENGELS, apud FERNANDES 1989, p. 158). Este fragmento mostra o caráter relacional das ações e entendimentos dos indivíduos. Acreditamos no que estamos inseridos, na matriz que nossos sentidos percebem, nos valores que nos são repassados desde a infância e, também, na carga genética que carregamos e nos diferencia individualmente. Marx e Engels (1989, apud FERNANDES p. 162) acrescentam que “[...] a servidão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências desta relação [...]”. A servidão mencionada por Marx é a mesma que estabelece, até hoje, os mecanismos sociais de dominação que se evidenciam na maneira como interpretamos os problemas socioambientais e como aceitamos que eles nos sejam apresentados como catástrofes naturais onde não há interferência humana e cujas soluções estão sempre dentro de uma lógica técnico-científica. Aponta Leff (2009) os problemas que este sistema econômico europeu, criado e exportado à força para fora do mundo ocidental, traz para os países dominados.

A concentração do capital gerou economias de escala que provocaram um crescimento do produto por unidade de capital. Estas formas de contabilizar o produto não incorporaram a avaliação do patrimônio natural, nem as condições de reprodução da base de recursos. Pelo contrário, a destruição ecológica aparece como uma contribuição ao produto interno. Também não foram considerados os efeitos dos gastos do excedente econômico na aquisição de tecnologias inapropriadas, em propiciar um consumo insustentável de mercadorias e na falta de apoios para a produção de bens básicos para os grupos majoritários da população e o fortalecimento de economias sustentáveis de subsistência. (LEFF, 2009, p. 37).

Este modelo é o que Leff denomina de mau desenvolvimento, que direciona toda a força produtiva de uma nação para a industrialização em grandes cidades, em uma esfera de alto consumo de bens e serviços, promovendo no restante do país a degradação ambiental, espoliação de recursos naturais, polarização social e distribuição desigual dos custos e benefícios do crescimento econômicos (LEFF, 2009, p. 37). Podemos dizer que é esta a visão dominante do sistema mundial de organização capitalista, que se afasta e se contrapõe à organização e estrutura natural. Por muito tempo este mito da modernidade foi reproduzido incansavelmente como o bordão do progresso tecnológico e, assim, forjou o imaginário social do desenvolvimento da sociedade por meio das empresas técnico-científicas.

Do lado de lá, a natureza, besta-fera a ser dominada. Do lado de cá, a ferramenta de dominação, a razão tecno-científica ocidental. Nesta polaridade, o que não era progresso, era considerado atraso e ignorância. Em tal contexto, o Jornalismo, ainda que originário de uma época de predomínio de empresas capitalistas de venda de informações, está hoje colocado ao lado das forças progressistas tecno-científicas. Este senso comum, porém, não permite verificar outras nuances do próprio Jornalismo e seus próprios mitos. A relação do Jornalismo com o modo de produção capitalista é propalada, porém nem sempre foi equacionada na forma correta. Temos de obrigatoriamente conviver com a crise de valores, e esta crise está ligada ao modo de produção de informações do início do século XXI.

Existem, portanto, outros aspectos a serem considerados, como a essência do humano, valores que afirmam, do nosso ponto de vista, a concepção do Jornalismo como uma forma de conhecimento. Neste sentido, Foster demonstra que a teoria marxista não tem incompatibilidade com a proposição de soluções da crise ambiental planetária. Muito pelo contrário. Karl Marx não é, para Foster, um pensador “prometeico”, que se dobra ao mito do progresso do iluminismo científico. Karl Marx é um pensador materialista na tradição do grego Epicuro, dialético, uma vez que a relação do homem com a natureza é central no seu pensamento por ser o ponto inicial para tratar da relação homem e trabalho e também por conta da “falha metabólica” na relação do homem com a natureza em função da organização social capitalista. Para os materialistas, a vida nascia da terra em vez de descer dos céus. Foster (2005) aponta o direcionamento no pensamento de Epicuro: nenhum determinismo ou essencialismo – isto é, acontecimentos baseados na mera propriedade das coisas – poderia explicar 'acontecimentos' que estavam 'feitos', segundo Epicuro, porque tais 'acontecimentos' pertenciam ao reino do acidental (**contingência**). Ou, nos versos de Lucrécio, um dos propagadores da doutrina de Epicuro:

Então você pode ver que jamais, em hipótese alguma, os acontecimentos
 Existem por si sós como a matéria, nem se pode dizer
 Que eles existem do mesmo modo que o vácuo.
 Mas você certamente pode chamá-los acidentes
 Da matéria e do lugar em que as coisas acontecem.
 (Lucretius⁶⁴ *apud* FOSTER, 2005, p. 58-59).

Segundo a análise de Foster que compartilhamos, esta influência do pensamento materialista de Epicuro permanece por toda a vasta obra de Marx. Temos, assim, conceitos que permitem analisar a situação social da atualidade, como no caso desta tese, e a reinvenção de valores no Jornalismo, quando este é trabalhado dentro da complexidade proposta pelo Jornalismo ambiental. Gostaríamos de destacar a seguir a questão do conceito de falha metabólica, central na obra de Marx e decisivo para esta visão da problemática do ambientalismo.

6.1 A falha metabólica

Stoffwechsel, a palavra alemã para metabolismo, é uma das categorias conceituais da análise teórica de Marx – e implica uma noção de “troca material” subjacente à noção dos processos biológicos estruturados, de crescimento e decadência, englobados pelo termo. Este foi usado na definição do processo de trabalho em geral, para descrever a relação do homem com a natureza através do trabalho:

O trabalho é, antes de qualquer coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza. Ele encara os materiais da natureza como uma força da natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo, aos braços, pernas, cabeças, mãos, a fim de apropriar os materiais da natureza de uma forma adaptada às suas próprias necessidades. Através deste movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim, simultaneamente altera a sua própria natureza... Ele (o processo de trabalho) é a condição universal da interação metabólica (*stoffwechsel*) entre o homem e a natureza, a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza. (FOSTER, 2005, p. 221).

Esta noção é apresentada por Marx (2013) no volume 1 d’*O Capital* como um conceito central de “falha” na “interação metabólica entre o homem e a terra”, isto é, “metabolismo social prescrito pelas leis naturais da vida”, através do “roubo” ao solo de seus elementos constitutivos, exigindo a sua “restauração sistemática”. Esta contradição se

⁶⁴ Lucretius, *On the nature of the universe* – tradução em verso de Oxford, 17 [1.475-85].

desenvolve através do crescimento simultâneo da indústria e da agricultura, ambas de larga escala, sob o capitalismo, com a primeira oferecendo à segunda os meios para a exploração intensiva do solo. Como Leibig, químico alemão que descobriu os fertilizantes, Marx argumentava que o comércio de longa distância dos alimentos e das fibras para o vestuário tornava o problema da alienação dos elementos constitutivos do solo muito mais que uma “falha irreparável”. Explica Foster que a noção de metabolismo e sua falha foi utilizada por Marx aplicada ao social: “A grande questão, todavia, é o modo como esse sistema é regulado, sobretudo no caso da sociedade humana. No caso de Marx, a resposta era o trabalho humano e seu desenvolvimento dentro de formações sociais historicamente específicas.” (FOSTER, 2005, p. 228).

E o metabolismo de um sistema social vivo? Como se regula? Pela informação e não mais pelo trabalho! Seria esta uma variação a ser verificada. Mas não seria mais correto dizer pelo trabalho para obter uma determinada informação? E este trabalho para obter uma determinada informação não é uma descrição precisa do trabalho jornalístico? Assim, a regulação do sistema pela interação metabólica está, hoje, ainda, sujeita a mesma falha descrita por Marx, uma vez que vivemos dentro de um sistema capitalista. Foster (2005) indica que sim. E considera que os ramos mais atuais do pensamento ecológico optaram por propor que a sociedade se organize por meio de produtores associados, rompendo com o modo de produção típico do capitalismo.

Para Marx, uma parte crucial da sua concepção materialista de natureza, isto é, a sua base na história natural – sempre foi o modo como a alienação da terra se havia desenvolvido em relação a alienação do trabalho – problema hoje tratado pela etnoecologia radical (e pela ecologia materialista cultural de um modo mais geral). O mais importante a ser enfrentado pela sociedade de produtores associados, Marx enfatizou reiteradamente na sua obra, seria tratar do problema da relação metabólica entre seres humanos e a natureza, sobre as condições industriais mais avançadas prevalentes na esteira da crise revolucionária final da sociedade capitalista. (FOSTER, 2005, p. 304).

O esgotamento de recursos naturais do presente já aconteceu antes. No século XIX, a principal preocupação ambiental da sociedade capitalista em toda a Europa e na América do Norte era o esgotamento da fertilidade do solo, só comparável às preocupações com a crescente população das cidades, o desflorestamento de continentes inteiros e os temores malthusianos⁶⁵ da superpopulação. Havia uma crise na agricultura – causada pela exaustão do

⁶⁵ De acordo com Foster (2005), os primeiros escritos de Marx tinham o objetivo de desmontar o argumento malthusiano do aumento da população e a questão da falta de recursos para sustentar esta população crescente. Marx denominava Thomas Malthus e seu grupo de “párocos naturalistas”. Foi o uso da teoria de Malthus para acabar com a lei de assistência aos pobres que levou Marx a se manifestar pelo ataque à classe

solo – que levou à invasão dos campos de batalha de Waterloo e Austerlitz em busca de ossos a serem usados para fazer adubo. “A Grã-Bretanha importava ossos: 1823 (14,4 mil libras) e 1837 (254,6 mil libras). Em 1835 chega o primeiro barco com guano peruano (esterco de aves marinhas) – 1841 (1,7 mil toneladas) – 1847 (222 mil toneladas).” (FOSTER, 2005, p. 211-218). Neste contexto, Foster explica que o químico Liebig diagnosticou o esgotamento dos nutrientes do solo por conta da espoliação da agricultura em grande escala. Como as cidades necessitavam de trabalhadores para a indústria, ocorreu a separação cidade-campo, pois os antigos produtores de alimentos passaram a estar na cidade. Assim, por conta do plantio em grande escala de mono-culturas⁶⁶, houve a perda líquida de nutrientes do solo, o que levou, segundo Liebig, à crise da agricultura e iniciou o ciclo de poluição das cidades com o esgoto humano e animal, antes dejetos que serviam as lavouras. Segundo Marx (FOSTER, 2005, p. 211-218), “[...] um dos méritos imortais de Liebig (...) é ter desenvolvido, do ponto de vista da ciência natural, o lado negativo, isto é, destrutivo, da agricultura moderna.”

A grande propriedade fundiária reduz a população a um mínimo sempre declinante e confronta com uma sempre crescente população industrial amontada nas grandes cidades; deste modo, ela produz condições que provocam uma falha irreparável no processo interdependente do metabolismo social, um metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida. Isto resulta num esbulho da vitalidade do solo, que o comércio transporta muito além das fronteiras de um único país. A indústria de larga escala e a agricultura de larga escala feita industrialmente têm o mesmo efeito. Se originalmente eles se distinguem pelo fato de que a primeira deixa resíduos e arruína o poder do trabalho e portanto o poder natural do homem, ao passo que a última faz o mesmo com o poder natural do solo, elas se unem mais adiante no seu desenvolvimento, já que o sistema industrial aplicado à agricultura também debilita ali os trabalhadores, ao passo que, por seu lado, a indústria e o comércio oferecem à agricultura os meios para exaurir o solo. (FOSTER, 2005, p. 219).

Entendemos, assim, que uma indústria de larga escala necessita de uma agricultura de larga escala, o que leva, no fim das contas, a dois empobrecimentos conjuntos: empobrecem o solo e o trabalhador. Podemos dizer que a visão dominante do sistema mundial de organização capitalista se afasta e se contrapõe à organização e à estrutura natural. Por muito tempo a modernidade foi referenciada incansavelmente como o bordão do progresso tecnológico, na mídia e além dela. Uma redução de um imaginário complexo – em que sonhos, desejos e realizações portam contradições que buscam um equilíbrio – a apenas um dos seus aspectos,

trabalhadora que era privada de qualquer assistência.

⁶⁶ Vandana Shiva, física, filósofa e ecologista indiana, demonstra na obra *Monoculturas da mente* (2003) que a monocultura vai muito além da agricultura extensiva de uma única variedade de planta. Para ela, os saberes tradicionais de culturas não ocidentais capitalistas são extintos da mesma forma que espécimes vivos da fauna e da flora pela plantação de um só vegetal onde antes havia biodiversidade. Esta dominação do pensar é denominada por ela de monocultura da mente, onde só é reproduzido o pensamento único, onde as alternativas ao sistema de exploração capitalista são consideradas ilegítimas e ignoradas, quando não destruídas.

tornado necessário, incontornável – o progresso. Uma noção de progresso limitada que era alimentada diariamente pelo Jornalismo. Aqui apontamos o que coloca o geógrafo brasileiro Milton Santos sobre a questão da técnica e da natureza em nossa sociedade:

Ontem, a técnica era submetida. Hoje, conduzida pelos grandes atores da economia e da política, é ela que submete. Onde está a Natureza servil? Na verdade, é o homem que se torna escravizado, num mundo em que os dominadores não querem se dar conta de que suas ações podem ter objetivos, mas não têm sentido. O imperativo da competitividade, uma carreira desatinada sem destino, é o apanágio dessa dissociação entre moralidade e ação que caracteriza a implantação em marcha da chamada nova ordem mundial, onde os objetivos humanos e sociais cedem a frente da cena, definitivamente, às preocupações secamente econômicas, com papel hoje onímodo da mercadoria, incluindo a mercadoria política. Não só a Natureza é apresentada em frangalhos, mas também a moral, e, na ausência de um sentido comum, já dizia o Marx da Miséria da filosofia, 'é fácil inventar causas místicas'. (SANTOS, 1992, p. 102-103).

Ficamos aqui com a noção-conceito de que a relação primordial no meio social da atualidade carrega uma “falha na interação metabólica entre o homem e a terra”. E esta falha pode ser verificada em outros saberes. O Jornalismo é, então, uma ação cultural do ser humano, que adaptou a prática de informar mutuamente a necessidades inerentes do ser humano enquanto ser social. Esta necessidade de dar voz ao *daimon* teve muitas alterações no tempo histórico. Com o advento da imprensa moderna, o fazer obteve uma repercussão crescente dentro dos regimes democráticos republicanos nas sociedades ocidentais, cada vez mais urbanizadas e com civilização centrada em valores técnicos, científicos e de capital. Longe de ser, entretanto, uma estrada aberta para o progresso do futuro, esta trajetória é sinuosa. E mais. No seio de toda a reflexão moderna, repousam, no imaginário social do jornalista, os mitos ancestrais da necessidade de dar voz aos afetos e sentimentos. De ligar os acontecimentos frios ao calor de vidas múltiplas. O que foi sendo integrado ao *ethos* moderno do Jornalismo era colado no painel das redações um dia como mantra e no dia seguinte já era passado. O caráter de oscilação e variação demonstrava a sintonia dos jornalistas com sua sociedade, plurais nos pensares e saberes. As relações orgânicas dos saberes jornalísticos com as demandas sociais das épocas foram se sucedendo. O nascimento da imprensa-negócio na modernidade trouxe valores arcaicos e os mesclou com atualidades do sistema capitalista. Para o bem e para o mal. E trouxe as falhas do sistema para a discussão pública. A imprensa foi quarto poder e também despencou do pedestal corroída por seus próprios dilemas constitutivos: de ser uma grande organização cartelizada, de operar a política no mundo dos discursos e sentidos e, na mesma medida, advogar uma pretensa defesa do interesse público, uma noção geral, ambígua e de flutuação ao sabor de interesses econômicos dominantes.

Ao invés de ser monolítica, a imprensa se construiu pelo trabalho de homens e mulheres que a usaram para fins múltiplos, como um grande canal de discussão pública de questões importantes para dadas organizações sociais. Diluídos em uma infinidade de mensagens jornalísticas diárias – as notícias –, os valores presentes neste *ethos* de obter e divulgar informações são constantemente construídos, analisados, comparados, aplicados e até substituídos por outros valores. Na mesma medida, o passado e as práticas mais antigas são recuperadas e reposicionadas no universo simbólico que rege as práticas jornalísticas. Assim, episodicamente, surgem valores outros, novos, oriundos de situações inéditas e imponderáveis que exigem definição de ações culturais. Um exemplo atual é a divulgação de informações pelo site *WikiLeaks*⁶⁷, como as revelações das atividades militares dos Estados Unidos nas guerras do Afeganistão e Iraque, bem como as informações sobre e-mails de diplomatas americanos sobre diversos países, como o Brasil. Sempre houve práticas jornalísticas que trabalharam contra o sistema estabelecido. E elas são ocasionadas pelas falhas existentes na organização social da divisão do trabalho no sistema capitalista e, até, pelas falhas da própria relação do homem com a natureza por meio do trabalho. E, assim, os discursos jornalísticos são renovados, e seu *ethos* profissional assume momentos de busca do extraordinário, onde brilha o *daimon* do jornalista que executa o impensável e destrói verdades. Momentos estes que se intercalam com retrocessos quando os poderes constituídos da política, da economia, da religião, da guerra e da técnica obscurecem o contato do Jornalismo com o social e silenciam o *daimon*.

Antes, porém, é preciso detalhar a questão do ambientalismo e da complexidade. Estes dois saberes produziram para o mundo do século XXI uma forte crítica e contestação às posições estabelecidas pela modernidade. Podemos aqui estabelecer que o pensamento ambiental tem em seu interior um valor de crítica ao capitalismo que bebe nas fontes de Marx. Mas não é só isso. A questão da complexidade da crise ambiental forçou a inclusão nesta crítica de outras variáveis e conceitos.

Em nossa intersecção do ambiental com o Jornalismo, é necessário clarear um pouco mais as posições que vão compor a formação de sentido. A ordem estabelecida pelo bom

⁶⁷ No site do WikiLeaks (*leak* significando vazamento de informações), consta a seguinte definição do trabalho desenvolvido por jornalistas e técnicos de informática e sistemas digitais: “WikiLeaks é uma organização sem fins lucrativos de mídia. Nosso objetivo é trazer novidades e informações importantes para o público. Nós fornecemos uma forma inovadora, segura e anônima para as fontes de vazamento de informações aos nossos jornalistas. Uma de nossas atividades mais importantes é publicar material original ao lado de nossas histórias de notícias que os leitores e historiadores igualmente podem ver a evidência da verdade. Somos uma organização jovem que tem crescido muito rapidamente, contando com uma rede de voluntários dedicados ao redor do globo. Desde 2007, quando a organização foi lançada oficialmente, WikiLeaks tem trabalhado para relatar e publicar informações importantes.” (WIKILEAKS, 2011, tradução nossa).

senso liberal clássico prevê uma perfeita adequação da linguagem aceita para a formação de sentido. Todo esforço filosófico da Escola de Frankfurt (WIGGERSHAUS, 2002) em fazer uma crítica com base na teoria marxista produziu um novo sentido no pensamento acadêmico de vanguarda em um período que se estende da eclosão da segunda guerra mundial até o fim da década de 1960. Neste período de grande conturbação social, a ordem do pós-guerra foi negada. Em uma obra sem precedentes, Debord (1997) sintetiza acidamente a *Sociedade do Espetáculo* – metáfora obsessiva para propor um entendimento de um mundo que se configurava mais perverso do que, até antes da hecatombe nuclear, jamais se havia imaginado – como um discurso de naturalidade da organização social discriminante, oligopolizante, formatada pelo capitalismo de mercado.

Em minha dissertação de mestrado (DOMINGUEZ, 2000) apontei a constatação de Milton Santos sobre as duas percepções distintas do espaço-tempo por dois setores da sociedade brasileira atual. Segundo Santos, nas grandes cidades “o meio-técnico-informacional é a cara da geográfica da globalização” (1997, p. 191), sendo este meio marcado “pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para a sua realização” (SANTOS, 1996, p. 35-36). Esta descontinuidade do espaço-tempo cria duas percepções: o tempo rápido, próprio das elites logotécnicas, e o tempo lento, próprio das comunidades excluídas do meio-técnico-informacional. Na dissertação, defendi que as práticas de comunicação das campanhas de prevenção de câncer de colo de útero do governo federal do Brasil (Ministério da Saúde – Inca) eram formuladas por profissionais que viviam no tempo rápido para serem divulgadas à população-alvo da campanha, em sua maioria vivendo no tempo lento das comunidades excluídas. Esta leitura tem 20 anos. Neste período, o avanço das tecnologias de informação inseriu no meio-técnico-informacional uma quantidade cada vez maior de pessoas. Porém, o que se percebe na observação junto aos ribeirinhos do Rio Uruguai e na análise de seus discursos é que a distinção temporal permanece, no que diz respeito, agora, não a uma questão específica de saúde, mas sim a questão de vivência em um ambiente único. O morador da região a ser atingida pela barragem não quer deixar seu lar, local onde viveram seus antepassados e onde ele planeja o futuro de filhos e netos, para que grandes indústrias distantes recebam energia elétrica. Eles estão no tempo lento, do natural, com as sazonalidades do rio, da pesca da agricultura. No tempo rápido, temos a circulação de notícias em todas as mídias, nos jornais impressos, passando por rádio e TV, e também nos sites de ongs ambientalistas, empresas estatais de energia e todos os

outros usuários da rede.

No enfrentamento simbólico de indivíduos que simbolizam a partir de percepções distintas de realidades opostas, o que sucumbe é o imaginário não mediado por aparatos de comunicação. É o grito para o vazio dos ribeirinhos que levantam a voz, mas não são ouvidos por aqueles que estão no mundo da neurose moderna e pós-moderna. Existem mentes que se bastam com aquele simulacro do real, mediado por aparatos tecnológicos. E existem aquelas mentes que necessitam da imersão no real natural. Existem também aqueles que se movimentam entre o simulacro e o real não mediado, experimentando as intensidades do tecido social e as dobras do natural, vivenciados em saberes de culturas únicas. São os renegados da homogeneização da experiência humana.

Pêcheux levou a questão da falha metabólica para dentro da linguagem. Há falha no discurso e há falha na organização capitalista da sociedade, como Marx demonstrou. E, afirmamos que, por extensão, existem falhas no discurso jornalístico, as quais podem ser identificadas como exposto anteriormente – na diferenciação entre o acontecimento enunciativo e o acontecimento discursivo. Não obstante, a falha que Pêcheux aponta no discurso em geral e que nesta análise aplicamos ao discurso jornalístico em específico, não é suficiente para compreendermos como houve o deslizamento de sentido no *ethos* jornalístico, levando a criação de um abismo entre os valores clássicos e a produção atual. É preciso ir além do discurso. Esse abismo, nos últimos 100 anos, foi se ampliando e aprofundando as contradições entre o exercício da profissão e o papel social do ofício. A complexidade da questão ambiental veio criar uma fratura nesta já quase insondável fossa. Porém, diante do desafio de produzir conhecimento ligado a saberes múltiplos, pode o Jornalismo recuperar sua vitalidade e voz ativa diante das necessidades da maioria da população? E não apenas desempenhar o papel de profeta da modernidade tardia, cínico e inescrupuloso, visando apenas às obrigações monetárias com grupos de acionistas da empresa. Para atuar de forma convincente no palco global, a imprensa tem de deixar de lado o domínio absoluto do mercado, ultrapassar este ente, desconectado da totalidade das populações e do ambiente planetário, e reactualizar seu vínculo maior com a vida.

6.2 O ambiental e a complexidade no Jornalismo

Não são os convites e as festas contínuas, nem a posse de meninos ou de mulheres, nem de peixes, nem de todas as outras coisas que pode oferecer uma suntuosa mesa, que tornam agradável a vida, mas sim o sóbrio raciocínio que procura as causas de

toda a escolha e de toda a repulsa e põe de lado as opiniões que motivam que a maior perturbação se apodere dos espíritos. De todas estas coisas, o princípio e o maior bem é a prudência, da qual nascem todas as outras virtudes; ela nos ensina que não é possível viver agradavelmente sem sabedoria, beleza e justiça, nem possuir sabedoria, beleza e justiça sem doçura. As virtudes encontram-se por sua natureza ligadas à vida feliz, e a vida feliz é inseparável delas. (EPICURO, 1985, p. 60).

À procura das causas de todas as escolhas e de todas as repulsas, Epicuro encontrou que a sabedoria só existe se a vida é feliz. O mundo de hoje não é o mundo de Epicuro. Nem o de Marx. Nem o de ontem, tempo modificado. Nem o do futuro imaginado e idealizado. O mundo é hoje o seu presente, como sempre foi, irrigado de sentido pelas memórias ancestrais reproduzidas das mais diversas maneiras pelo gênio criativo dos seres humanos ao registrar e transmitir informações que são sua cultura e hábitos de relação com a natureza, mediados pelo trabalho e pela arte. O mundo de hoje carrega uma sombra de dúvida: a destruição dos sistemas vivos diminui cada vez mais a possibilidade de ser feliz. É difícil imaginar felicidade sem beleza, sabedoria e justiça. É sábio quem aprecia o belo sistema da vida. É justo quem defende a beleza da vida. Ao menos para Epicuro.

Omar Calabrese, em *A linguagem da Arte*, demonstrou que as teorias artísticas sempre tiveram de lidar com aspectos da comunicação (CALABRESE, 1987). Calabrese restringe o corte temporal de sua pesquisa ao século XX, época do surgimento das modernas teorias da linguagem. O teórico italiano traz para a sua discussão a obra de Michel Foucault, *As palavras e as coisas*, para destacar um “corte epistemológico” ocorrido no fim do século XVII que é importante para a questão da crise ambiental e sua relação com o Jornalismo. Foucault expõe que naquela época algumas expressões científicas e artísticas se depararam com o fim da ideia de “semelhança” que regula a relação entre as “palavras e as coisas”, isto é, entre a linguagem e a realidade, inaugurando a “idade clássica”, comandada por uma “teoria da representação” (FOUCAULT, 1966⁶⁸ *apud* CALABRESE, 1987). Calabrese usa a análise que Foucault fez do quadro *As meninas*, de Velázquez, para afirmar que a representação “desliga-se do próprio objeto e mostra-se como pura representação” (CALABRESE, 1987, p. 207.) Assim, se a relação da natureza com a arte não precisa ter uma representação direta com o objeto por meio de uma linguagem que crie uma “semelhança”, o registrar e transmitir informações mediados pelo trabalho na natureza também excluiriam esta necessidade de semelhança. Foucault coloca a imaginação como o ponto onde a natureza se inseriria na consciência do indivíduo. Diz o filósofo que

⁶⁸ FOUCALT, Michael. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

[...] a imaginação (aquela que, permitindo comparar, autoriza a linguagem) formava, sem que então se soubesse, o lugar ambíguo onde a continuidade da natureza, arruinada mas insistente, se reunia à continuidade vazia, mas atenta, da consciência. De sorte que não teria sido possível falar, não teria havido lugar para o menor nome, se no fundo das coisas, antes de toda representação, a natureza não tivesse sido contínua. (FOUCAULT, 2000).

A natureza e sua presença no homem, na linguagem e no imaginário foi abordada não só pelo pensamento ligado à arte. Em referência ao mesmo período histórico, Engels afirmou que, até o século XVI, “Os heróis desta época não estavam ainda escravizados pela divisão do trabalho, cuja ação limitativa, tendente à unilateralidade, percebemos com tamanha frequência em seus sucessores.”. Engels escreveu essa frase em 1870, no livro *Dialética da Natureza*. A transição para a modernidade foi um período longo em que a busca pelas ciências da antiguidade iluminaram e expulsaram algumas certezas teológicas da Idade Média, as quais impediam a investigação do divino mundo perfeito criado por um deus todo-poderoso. O renascimento do século XV encaminhou o mundo para a modernidade do século XIX. Abandonou-se um mundo onde a natureza era estática, imutável e entrou-se no mundo da natureza que se “movia em eterno fluxo e em cíclico curso” (ENGELS, 1946, p. 22). E esta natureza tem a marca do homem impressa nela há milênios. Escreveu Engels, fazendo uma previsão da situação atual de crise ambiental planetária, que só o homem foi capaz de imprimir sua marca à natureza, não só transportando plantas e animais, mas também alterando o “[...] aspecto, o clima de seu local de habitação e até ao transformar plantas e animais em tal grau, que as consequências de sua atividade só podem desaparecer com a morte da esfera terrestre.” (ENGELS, 1946, p. 22). É sobre esta possibilidade que hoje em dia os saberes ambientais fazem uma crítica da modernidade. O custo foi alto.

Um dos autores que fez sua trajetória teórica saindo de uma filiação inicial a perspectiva marxista e, hoje, abre seu referencial para buscar estabelecer uma outra epistemologia ambiental é o mexicano Enrique Leff. Este autor aborda as questões ambientais da atualidade fazendo o percurso teórico que demonstra a existência da contradição inicial do capitalismo e do trabalho, apontada por Marx, mas também inclui uma segunda contradição elementar, a da natureza versus o capitalismo. Utilizando o legado da análise crítica de Marx e de seus seguidores, como Althusser e Lukacs, o pesquisador mexicano inclui o legado do pensamento teórico da pós-modernidade para articular com o saber ambiental a complexidade proposta por Morin (1986), as questões da diferença propostas pelo pensador francês Derrida, e as questões de diversidade e de outridade de Levinas. Leff colheu frutos também nos jardins

de saber de Bachelard e Foucault. O que Leff propõe é a criação de uma nova racionalidade, fruto da relação direta destes saberes.

A racionalidade ambiental abre caminho para superar a estrutura social estabelecida e os paradigmas de conhecimentos instituídos. A sustentabilidade é um propósito que está além das capacidades das ciências e da tecnologia para reverter a degradação ecológica e gerar crescimento sustentável. (LEFF, 2012, p. 118).

A equação em busca de uma sustentabilidade da diferença, da diversidade e da outridade passa pela mobilização de novos atores políticos, entre eles os jornalistas, “orientados por valores e saberes incorporados em suas identidades culturais” (LEFF, 2012, p. 119). Assim, é necessário pensar uma nova dialética. Leff advoga por uma dialética social que emerge do diálogo de saberes. Este percurso teórico vale ser recuperado. E está em nosso entender diretamente ligado à proposição de um *ethos* diferenciado para o Jornalismo do século XXI. Começemos pela racionalidade ambiental:

A racionalidade ambiental inclui novos princípios teóricos e meios instrumentais para reorientar formas de manejo produtivo da natureza. Esta racionalidade fundamenta-se em valores (qualidade de vida, identidades culturais, sentidos da existência) que não aspiram a alcançar uma condição de cientificidade. (LEFF, 2012, p. 50).

Assim, de acordo com a proposição de Leff, o capitalismo instaura uma racionalidade “antinatural” que tem um custo na natureza à qual incrementa a “produção de entropia” por meio da degradação ambiental. Tem o capitalismo uma primeira e vital contradição insolúvel entre a ecologia e o capital. E também uma segunda contradição que se estabelece entre a primeira (relações de produção e forças produtivas, ou seja, exploração da força de trabalho pelo capital) e as “condições sociais de produção”, estas relacionadas por uma dialética do social (LEFF, 2012, p. 97). A segunda contradição, que foi sendo elaborada por teóricos ambientais desde 1980, é

[...] pensada para inscrever a natureza na perspectiva da reestruturação das condições de produção e das relações sociais no capitalismo induzidas pela crise ambiental, mas não para encarar as contradições depois que o capitalismo ecologiza-se, depois que internalizasse essas condições emergentes. (LEFF, 2012, p. 97-98).

O que Leff chama de internalização são as inúmeras tentativas de empresas multinacionais de aumentar seu faturamento e acumulação de riquezas pelo uso de instrumentos como o marketing verde, que cria discursos de desenvolvimento sustentável para

atividades industriais extremamente degradantes do ambiente e de altíssimo impacto nos sistemas biológicos ainda preservados. Um exemplo que serve bem a esta tese é o discurso da “energia limpa” que os governos e construtoras de usinas hidrelétricas produziram. Nada mais falacioso. Este discurso, no entanto, segue sendo proferido, como vemos na análise do noticiário sobre os projetos das hidrelétricas de Garabi e Panambi, por especialistas, políticos, empresários e membros do *staff* das empresas públicas de energia do Brasil e da Argentina. Jornalistas dos veículos dos dois países reproduzem esse discurso à exaustão. É o discurso presente nas fontes usuais e oficiais que confere uma hipotética credibilidade às notícias. Entretanto, dentro do circuito de cientistas e especialistas no tema de hidrelétricas, não faltam vozes que proferem um discurso distinto e apontam que não há nada de limpo na geração de energia por meio de hidrelétricas. Tais aspectos foram detalhados em maior profundidade no capítulo 3.

Dentro desta perspectiva, a segunda contradição apenas serve de condição funcional “para a reprodução ampliada do capital” (LEFF, 2012, p. 99). Assim se inclui a biodiversidade “em risco de extinção” e os “bens e serviços ambientais” na lógica do capital. Esta visão limitada da natureza da segunda contradição deve ser abandonada e trabalhada por uma ótica de outra complexidade, além do materialismo histórico totalizante da corrente de pensamento fundamentada em Marx e dentro da dialética social que se opõe ao capitalismo enquanto sistema de dominação e de destruição do ambiente, pois para Leff, “o capitalismo é intrinsecamente antiecológico” (2012, p. 106). Este pensamento é detalhado pelo pesquisador mexicano da seguinte forma:

Hoje em dia a principal contradição não é a que se estabeleceu entre o capitalismo e o socialismo em sua competição desenfreada pelo crescimento econômico e, sim, a que a humanidade enfrenta diante da desumanização da civilização, a da sustentabilidade contra a degradação ecológica do planeta, do significado e do sentido da vida contra a objetivação do mundo e a visão utilitaristas geradas pela ciência positivista, pela eficiência tecnológica e pela economia produtivista. (LEFF, 2012, p. 101).

Constata-se neste ponto que a atual sociedade complexa não pode ser entendida na dualidade da oposição de uma antítese ou da negação de uma proposição, como no caso da colocação do capital em oposição simples à ecologia – o que, para Leff, é apenas uma lembrança do que estava oculto e encoberto pela “presença positivista do capital” que significa todo o discurso contrário a ele como sendo de “fora da realidade”. É interessante destacar que outro discurso é possível: “a natureza fala através dos processos de significação, interpretação e apropriação social da natureza”. Ou seja, a natureza fala pela voz dos que

vivem nela e com ela. A voz do Salto do Yucumã é a voz de todos os que viveram, vivem ou viverão no entorno do “grande roncador”. A voz dos ribeirinhos é a voz do rio. É uma voz que existe nos saberes distantes da modernidade. É uma voz que identifica a mescla de culturas e povos que ocupam a região há 20 mil anos. É uma voz polissêmica, repleta de sentidos e depositária de múltiplas racionalidades. Ouvir a natureza falar é um valor essencial à composição de um *ethos* jornalístico.

Para ouvir a natureza, o jornalista necessita ter outras vozes em seus ouvidos. A ecologista, filósofa e física, Vandana Shiva, que liderou um movimento de mulheres na Índia para impedir o desmatamento de grandes florestas, permitindo a preservação dos saberes ancestrais das comunidades, afirma que há diferença entre os saberes presentes nas lógicas das racionalidades científicas tradicionais e os saberes ancestrais. Em uma comunidade no Himalaia, o espírito da ciência local sobre as florestas era definido na seguinte frase: “O que as florestas produzem? Solo, água e ar puro”. Junto ao setor industrial da comunidade comercial do local, a questão era respondida da seguinte forma: “O que as florestas produzem? Lucros com resina e madeira” (SHIVA, 2003, p. 17). Por conta da percepção destes diferentes sentidos nos discursos, o movimento ecológico das mulheres *garhwalis*, denominado *Chipko*, passou a não reproduzir apenas o conflito, mas a disseminar um saber científico de uma relação filosófica com a natureza distinta da dominante. Novos sentidos foram formulados e colocados em circulação pelo discurso para evitar que a cultura vire apenas comércio. Edgar Morin, falando sobre o pensamento duplo, diz que

[...] nossos ancestrais caçadores-coletores que, no curso de dezenas de milhares de anos desenvolveram as técnicas da pedra e elaboraram depois as do osso e do metal, dispuseram e usaram em suas estratégias de conhecimento e de ação um pensamento empírico / racional / lógico e produziram, ao acumular e organizar um formidável saber botânico, zoológico, ecológico, tecnológico, uma verdadeira ciência. (MORIN, 1986, p. 167).

Todo este aparato foi ignorado pelos primeiros antropólogos, e tal pensamento excludente permanece arraigado em setores da academia e nos saberes que julgam possuir a chave de toda a racionalidade. A racionalidade não é uma só. É múltipla. Assim como a cultura que é criada pelo pensamento. E assim também é o Jornalismo, produção de conhecimento, ação cultural oriunda de pensamentos de indivíduos inseridos no social-natural. O Jornalismo é múltiplo para ouvir as múltiplas vozes dos que falam a voz múltipla da natureza.

Os pontos de intersecção são muitos e variados entre os teóricos e ativistas que

buscam usar os saberes tradicionais para propor uma percepção da relação homem-natureza distante do pensamento científico da modernidade. Para Leff, porém, é necessário cuidado para não reproduzir simples dualidades. “O encontro de diferentes visões e interesses conflitivos não pode expressar-se em termos de simples dualidades e contradições unidimensionais, mas como o encontro de um conjunto de complexas identidades e territorialidades em conflito.” (LFFF, 2012, p. 103). É necessário, neste encontro, produzir o novo, a partir do diálogo de saberes, para “além da generatividade do *physis* e da superação dialética da ordem mundial existente” (idem). Desta forma, o enfoque proposto por Leff nos leva para o universo dos discursos, pois dentro destes conflitos, a “[...] dialética se expressa nas estratégias discursivas e nas lógicas argumentativas destas posições antagônicas, onde o confronto pode ser resolvido por meio do consenso, ou radicalizar-se e exacerbar as suas contradições.” (LEFF, 2012, p. 104).

Aqui, minha atenção retorna à questão do *ethos* jornalístico. É aqui que as complexidades se cruzam, na formação de sentidos baseada em valores oriundos de uma determinada forma de relação com o social, a ser exercida por um trabalho que não pode ignorar a questão da natureza e se voltar apenas para o capital, sob pena de perder seu vínculo fundamental, fundador, que determina o que é ser jornalista. Se há uma falha metabólica na relação do homem com a natureza por meio do trabalho, produzindo contradições no próprio sistema de produção capitalista e nas relações sociais, não pode haver o silenciamento destes embates no discurso jornalístico. Acredito que este ponto é primordial para o entendimento do Jornalismo enquanto uma ação cultural única e, por essência orgânica de origem, uma forma de trabalho colaborativa. Colaborativa entre os próprios jornalistas e entre os jornalistas e a sociedade de onde estes se originam e com a qual acontece uma interação cotidiana, mediada sim por interesses outros, interesses de ordem do capital, que no atual momento precedem os conceitos fundadores do Jornalismo e transformam a atividade, originalmente crítica, em um modelo de manutenção do *status quo* do modo capitalista, operando no silenciamento de vozes outras. Ao camuflar as diferenças, alteridades e outridades, o trabalho jornalístico forma sentidos que inibem a polissemia da natureza e, conseqüentemente, do social. Em muitos dos meios jornalísticos, esta visão é predominante tanto no Brasil como na Argentina, como verificamos no noticiário dos veículos analisados anteriormente.

Estando o saber ambiental em meio a uma contradição, muitas vezes é difícil obter clareza em seus valores. O filósofo e político argentino Héctor Ricardo Leis (1999) utiliza um personagem imaginário para exemplificar como seria a natureza do *ethos* do ambientalismo.

Conta Leis que o *mullah* (mestre) Nasrudim estava como juiz em um tribunal. Após o relato de uma das partes de um delito, acompanhado atentamente por Nasrudim, este lhe diz que está com a razão. Depois de ouvir as alegações do segundo, também o inocenta. Nesse momento um assistente de Nasrudim diz em seu ouvido que ele não podia dar razão a ambos. E Nasrudim lhe diz então que também ele tinha razão (LEIS, 1999, p. 202). Para Leis, o *ethos* do ambientalismo tem uma natureza nasrudínica, ou seja, que se “expressa nas divergências existentes no conjunto de suas visões e práticas e parece dificultar a aproximação da maioria dos formuladores de teoria social e política” (idem). Teria também o *ethos* jornalístico este caráter nasrudínico? Acredito que sim, ao menos na aproximação dos saberes jornalísticos com os ambientais.

Esta contradição se expressaria no paradoxo de criticar a modernidade, de pregar a cooperação entre indivíduos e grupos de interesses diversos “orientados pelos objetivos da modernidade” (LEIS, 1999, p. 203). Para Leis, um teórico que de forma alguma segue a linha marxista – pelo contrário, coloca o marxismo e o iluminismo na mesma vala comum no domínio da racionalidade instrumental que se apoia na operacionalização da igualdade enquanto valor final da sociedade –, o ambientalismo contrasta com o ponto de vista do indivíduo moderno que é “fortemente ligado ao igualitarismo e à separação entre o homem e a natureza” (LEIS, 1999, p. 223). Assim, afirma Leis que a modernidade trabalha na alteração dos universos simbólicos, substituindo o hierárquico da Idade Média pelo ambíguo igualitarismo. Para o autor, “a operacionalização da igualdade não é um resultado da ação do Estado, mas do mercado” (LEIS, 1999, p. 222). Nesta perspectiva, o sentido do ambientalismo estaria fortemente caracterizado por uma série de “imagens, valores, conhecimentos, metáforas, paradoxos e dilemas” que influem singularmente na vida social como um todo. “Por assim dizer, a governabilidade dos problemas ambientais opera simbolicamente.” (LEIS, 1999, p. 227). Retornamos, desta forma, à questão do simbólico. Mesmo que o percurso teórico seja distinto, os pontos de comutação apontam para a mesma galáxia. Entendemos que não é possível separar a crise ambiental mundial da questão da produção capitalista, onde a análise de Marx se mantém atual na demonstração da falha metabólica entre o homem e a natureza, muito embora o próprio Marx aponte que é o trabalho que visa à acumulação de capital que de fato produz esta falha. A manutenção dos valores simbólicos do domínio da natureza e o mito do progresso prometeico é uma característica do capitalismo e não de quem o critica. Num espectro oposto ao de Leis no pensamento ambientalista, temos a posição do teólogo gaúcho cristão Inácio Neutzling. Ele também

afirma que a questão do simbólico e da formação de sentido é importante para a compreensão da crise ambiental da atualidade e do esgotamento dos recursos naturais criada pelo modo de produção capitalista.

Em primeiro lugar libertar o pensamento e a imaginação dos lugares comuns do discurso social dominante, ousando pensar as potencialidades de outras experiências exemplares que apostam, efetivamente, em outros modos de cooperação produtiva, de troca, de solidariedade, de vida. (NEUTZLING, 2003, documento não paginado).

A questão da outridade perdida foi analisada por Morin, que afirma a existência do pensamento duplo em toda a história da humanidade, sendo composto, em todos os modos de conhecimento e de ações, um “simbólico/mitológico/mágico” e outro “empírico/técnico/racional”, encontrando-se os dois modos imbricados completamente em um “tecido complexo” e, mesmo assim, com uma “distinção de fato”. Esta relação dialética entre os dois modos do pensamento é, para Morin, “unidual”, ou seja, uno e duplo:

Hemos hablado de 'modo de conocimiento y acción'; ahora hay que emplear también el término de pensamiento, em el sentido em el que el pensamiento constituye el modo superior de las actividades organizadoras del espíritu que, em, por y a través del lenguaje, institue su concepción de lo real y su visión del mundo.⁶⁹ (MORIN, 1986, p. 168).

Para Morin, a constituição do pensamento simbólico leva sempre em consideração esta dualidade. E o que faz o Jornalismo se não trabalhar com o pensamento simbólico, muito embora tenha sim sua parcela imprescindível de empírico/técnico/racional?

Esta constatação me leva a repensar mais uma vez o Jornalismo como uma ação cultural humana que pode atuar na “liberdade” do pensamento e da “imaginação”. Pode atuar e tem o potencial para operar na experiência da linguagem de forma autoral, para estimular a cooperação social e não a destruição do tecido social pela exacerbação do individualismo e consumo irrestrito de mercadorias como única finalidade da organização social. Esta relação é e tem de ser construída pelo jornalista de um modo distinto ao que em grande medida se pode observar na formulação cada vez mais voltada para o lado técnico da profissão. É importante, assim, pararmos para detalhar a experiência da observação e da linguagem que a explica, clareando a problemática da representação que Calabrese identifica a partir de Foucault. Como muito bem coloca Maturana sobre a experiência:

⁶⁹ “Temos falado de ‘modo de conhecimento e ação’; agora temos que empregar também o termo de pensamento, no sentido em que o pensamento constitui o modo superior das atividades organizadoras do espírito que, em, por e através da linguagem, institui sua concepção do real e sua visão do mundo.” (tradução nossa).

O ser humano é observador na experiência, ou no suceder do viver na linguagem. Porque se alguém não diz nada, não diz nada. A explicação se dá na linguagem. O discurso que explica algo dá-se na linguagem. Uma petição de obediência do outro, quando se faz uma afirmação cognitiva, dá-se na linguagem[...] nós, seres humanos, existimos na linguagem. (MATURANA, 2001, p. 20).

A percepção de muitos teóricos, ativistas e pesquisadores do ambientalismo da atualidade é influenciada pelas proposições de Maturana e a pela divulgação de seu conceito revolucionário de autopoiese, que já apresentamos anteriormente. Da mesma forma, para pensarmos a questão do discurso e da linguagem, é importante manter o norte teórico que as pesquisas de Maturana revelaram e que adotamos como embasamento para falar na necessidade de ações de colaboração no Jornalismo para que haja uma evolução do fazer jornalístico. É a colobaração que biólogo chileno usa para explicar o detalhamento da história da evolução dos seres vivos. Para obter o conhecimento no Jornalismo vivo, social, cultural e humano, é necessário também colaboração.

No caminho explicativo da objetividade entre parênteses nossa corporalidade é nossa possibilidade, porque é nossa biologia. Este caminho nos abre um mundo de respeito por nós como seres vivos, porque nos damos conta de que aquilo que podemos fazer, podemos fazer na medida em que o fenômeno do conhecer é um fenômeno do vivo. (MATURANA, 2001, p. 31).

O conhecer pertence à esfera do vivo. E o Jornalismo é uma forma de conhecimento. E se a necessidade é incorporar a temática universal da crise ambiental como um dos valores de formação do sentido do fazer jornalístico, a visão apontada por Maturana se completa com os parâmetros colocados por Leff, Morin e Shiva, anteriormente descritos. Maturana afirma que não podemos ver o mundo com olhos que não incluam a emoção e a experiência da objetividade que vislumbra as múltiplas realidades que um observador tem no seu cotidiano. E não a experiência de uma objetividade que cria uma ilusão de poder universalizar um domínio de conhecimento que seja independente do observador. Para Maturana, “[...] o que nos acontece é que, quando estamos no caminho explicativo da objetividade sem parênteses, pretendemos poder fazer referência a uma realidade independente, e é a referência ao independente de nós o que daria universalidade à nossa afirmação.” (MATURANA, 2001, p. 37). Para o biólogo chileno, no entanto, para buscar uma explicação do conhecer, o caminho é outro. Ele está na interação social delimitada pela emoção:

Ainda, digo também que na medida em que as emoções fundam os espaços de ação, elas constituem os espaços de ação. Sim, não há nenhuma atividade humana que não esteja fundada, sustentada por uma emoção, nem mesmo os sistemas racionais,

porque todo sistema racional, além disso, se constitui como um sistema de coerências operacionais fundado num conjunto de premissas aceitas *a priori*. E essa aceitação a priori desse conjunto de premissas é o espaço emocional. E quando se muda a emoção, também muda o sistema racional. (Idem).

A constatação de que é na relação do emocional com o racional que se forma o sentido das ações é importante se optamos por entender o Jornalismo como uma ação cultural. É necessário que o Jornalismo faça uso do **emocional**. Pois, ao não fazê-lo, ou melhor dizendo, ao alegar não fazê-lo em prol de uma objetividade inexistente, apenas consegue colocar-se em uma posição artificial de distanciamento, onde prioriza um sistema de coerências operacionais que se apoia na falha metabólica entre o homem e a natureza. Afasta-se assim o Jornalismo de sua essência mais cara: ser e estar no social, de forma dinâmica e atuante.

Em outras palavras, estou dizendo: o social é uma dinâmica de relações humanas que se funda na aceitação mútua. Se não há aceitação mútua e se não há aceitação do outro, e se não há espaço de abertura para que o outro exista junto de si, não há fenômeno social. As relações de trabalho não são sociais. As relações de autoridade não são relações sociais. Os sistemas hierárquicos, como um exército, por exemplo, não são sistemas sociais: são uma maquinaria de um tipo no qual cada pessoa deve fazer algo, mas não é um sistema social. (Idem).

O social dinâmico proposto por Maturana, que está apoiado nas relações sociais fundadas na emoção, leva a uma ética que tem o outro e suas diferenças como o princípio maior do existir e de preservação da vida e dos sistemas vivos biológicos. É a ética pela vida que já tínhamos recuperado do pensamento de Lutzenberg (ver página 32, capítulo 2) que mostra que o domínio da razão é apenas uma suposição conveniente de uma determinada época da modernidade.

As preocupações éticas não dependem da razão. A ética é tratada como uma parte do domínio da filosofia, e a justiça também, ou das ciências políticas, como se tivessem a ver com a razão. De fato, fazem-se reflexões racionais. De fato, tudo o que estou fazendo, faço nas coerências racionais mais impecáveis que se possa imaginar. Mas a reflexão ética surge apenas e exclusivamente no espaço de preocupações pelo outro. As reflexões éticas nunca vão além do domínio social em que surgem. Por isso é que uma argumentação sobre o respeito, a ética, os direitos humanos não convence a ninguém que já não esteja convencido. Porque não é a razão que justifica a preocupação pelo outro, mas é a emoção. Se estou na emoção de aceitação do outro, o que lhe acontece tem importância e presença para mim. Faz-se uma reflexão ética. ‘Como podemos deixar que aconteça isto com estas pessoas?’ Mas se estas pessoas não pertencem ao meu espaço de aceitação mútua, não pertencem ao domínio social no qual estou, o que lhes acontece não me toca. Aqui não há preocupação ética. Por muito que afirmemos a ética, o humano, os humanos, fazemos todo um discurso maravilhoso e impecável, mas que não serve para nada, não porque não esteja impecável, mas porque não faz referência ao espaço de aceitação mútua no qual a preocupação ética tem sentido. (MATURANA, 2001, p. 38).

Aproximando o pensamento de Maturana com o modo de fazer Jornalismo, podemos dizer que, por exemplo, a noção de critérios de noticiabilidade estaria confortavelmente dentro desta reflexão sobre a ética. Com base em que escolhemos – enquanto jornalistas – determinado assunto para ser publicado? Para responder a esta questão, surgiu a teoria dos critérios de noticiabilidade. Mesmo não sendo a única explicação, esta propositura é uma das mais repetidas nas classes de periodismo. São listados os critérios mais usuais, como interesse, novidade e abrangência, porém não é explicado como de fato estes operativos são usados por quem define a notícia, no caso os jornalistas. No caso da cobertura jornalística da obra de uma grande barragem no rio Uruguai, que permitirá a instalação de uma hidrelétrica, o outro são os moradores da região que serão atingidos pela obra: os ribeirinhos. São pessoas que estão fora do espaço de aceitação mútua dos jornalistas que produzem o noticiário. Estão fora da ética. Estão fora do *ethos*. Estão silenciados discursivamente dentro da falha metabólica que afasta o trabalho jornalístico da questão da natureza, pensada como parte do ambiente necessário para a sobrevivência do ser humano como um animal social. Entre o jornalista que cobre o acontecimento Garabi-Panambi e os ribeirinhos do rio Uruguai, não há aceitação mútua.

Se pensarmos o Jornalismo como integrante dos sistemas vivos, estaremos no universo das interações sociais. Para a biologia de Maturana, a história de um ser vivo é uma história de interações que desencadeiam nele mudanças estruturais:

[...] se não há encontro, não há interação, e se há encontro, sempre há um desencadear, uma mudança estrutural no sistema. A mudança pode ser grande ou pequena, não importa, mas desencadeia-se nele uma mudança estrutural. De modo que uma história de interações recorrentes é uma história de desencadeamentos estruturais, de mudanças estruturais mútuas entre o meio e o ser vivo, e o ser vivo e o meio. (MATURANA, 2001, p. 61).

Em não havendo interação social entre o jornalista e o ribeirinho, não há mudança estrutural no sistema. Passa assim a ser o Jornalismo praticado em um aparato que apenas mantém as diretrizes do sistema, evitando, ao usar o silenciamento, a exposição de discursos outros que possam colocar em contradição o sistema dominante que prioriza o interesse comercial.

No meu entendimento, a definição de critérios de noticiabilidade, também chamados de valores-notícia, resulta desta interação comentada por Maturana. Esta interação transformaria em hábito e valores as práticas e saberes, por conta da recorrência no exercício da profissão – sua *praxis* –, os quais, no decorrer do tempo, se fixam ou se alteram no *ethos*

da profissão. Porém, a ausência de interação congela a práxis e produz um sentido único. Aqui o pensamento de Maturana está alinhado ao de Park e Groth (ver capítulo 4.2) e, no que se refere ao ser vivo, ao que pensa Capra. A essência do Jornalismo teria caráter de influência mútua entre os homens de uma sociedade por se tratar de uma interpretação do ser e do acontecer. É uma “ação cultural”, uma obra do pensamento humano, que influencia no modo como percebemos a sociedade, e que esta intrinsecamente ligada a valores humanísticos que determinam sua finalidade. Sua menor unidade – a notícia – tem de impactar a sociedade ao tratar dos valores que esta sociedade considera, naquele momento, essenciais para a manutenção da organização social, ou mais ainda, para a sua evolução enquanto sistema ou organismo vivo. Aí o Jornalismo tem o seu valor e finalidades definidos como instrumento do saber humano, imaterial, que influencia e é por esta influenciado. Ou seja, toda a nossa discussão acaba se encaminhando para a relação do saber humano com a realidade. E como se dá a **apreensão** da realidade, do natural?

O diferencial nesta relação, para Maturana, é que não é possível separar a ilusão da interpretação. Por isso, as relações sociais estão no “fundamento do social através da emoção do amor” (MATURANA, 2001, p. 48). Amores e afetos são para o biólogo o que de fato interfere nos juízos éticos. No emocional é que nos aproximamos e entramos em contato com os outros membros da nossa sociedade. Não são os preceitos da razão que possibilitam uma ética de convívio, mas sim o amor. Recordando que para o autor, a partir do momento em que assumimos que nenhum observador pode diferenciar entre uma percepção e uma ilusão, assume-se que é a operação do observador que define a semelhança. O critério de semelhança ou equivalência é especificado na operação de distinção do observador⁷⁰. E esta operação de distinção, para Maturana, estaria baseada na emoção, no amor. Fazemos juízos de valor pela operação mental de distinção de semelhanças ou diferenças em ações culturais que nada mais são do que as relações entre os indivíduos.

Somente com a existência de amor e emoções pela execução de uma pauta complexa e cansativa é que muitos jornalistas no mundo inteiro investigaram crimes contra o ser humano e, assim, dignificaram a profissão e fizeram com que ela fosse aceita como uma faceta importante do nosso arranjo social. Outros jornalistas – por fatores que não cabe enumerar

⁷⁰ *A Distinção* é o nome da obra do sociólogo Pierre Bourdieu na qual, depois de uma exaustiva coleta de dados sobre como se forma o juízo ou a noção de distinção social entre pessoas de diversas classes sociais, o sociólogo propõem que de fato o juízo da distinção opera ao separar o que, para quem observa o outro, tem maior ou menor semelhança a um determinado pacote de operações culturais que ele domina ou não domina, um repertório de signos e significados que tem valor dentro do mercado simbólico que está em análise. (BOURDIEU, 2011a).

agora, e, sim, mais adiante – não tiveram a mesma dose de amor ao *ethos* jornalístico. Refiro-me àquele algo mais, indizível, o verdadeiro *daimon* a soprar na orelha do trabalhador do discurso que o impele a continuar quando não há mais por que fazê-lo. Não se advoga a ideia romântica de um trabalho quixotesco, mas sim o foco em obter um determinado conhecimento sobre um fato que é negado por instâncias detentoras de informação e poder. É a investigação jornalística. É o trabalho de coleta e filtragem de dados. É a transformação de informações brutas em um discurso coerente e contextualizado. Os papéis do Pentágono na década de 1960; as revelações de Edward Snowden feitas aos jornalistas ingleses em 2012; no caso do Brasil, prefiro exemplificar com o caso do repórter Randau de Marques que, em 1968, publicou uma série de reportagens sobre a contaminação por produtos químicos de gráficis e sapateiros da cidade de Franca (SP) e foi considerado subversivo pelo regime militar que dominava o Brasil (FERIGATO; ÁLVAREZ, 2014). Muitos outros repórteres, como Marques, poderiam servir de exemplo por estarem trabalhando em pautas com este viés no Brasil e na Argentina. O trabalho de Marques marcou época por se tratar de furo jornalístico envolvendo uma questão ambiental, tema até então pouco usual na imprensa nacional. A ação do repórter produziu um retorno social entre todos os trabalhadores que deixaram de ser contaminados. Por hora, retomo a problemática do conhecimento e da linguagem, noções que balizam a gênese da produção jornalística, assim como outras ações culturais do ser humano. Para Maturana, as operações de produção de conhecimento estão contidas na linguagem.

De modo que, para se dizer que há recursão, para se dizer que há linguagem, no caso das coordenações de ação, temos que fazer referência à história. O observador que diz isto tem que poder fazer referência à história. De modo que nenhum comportamento isolado, nenhum gesto, nenhum movimento, nenhum som, nenhuma postura corporal, por si só, é parte da linguagem. Mas, se está inserida no fluir de coordenações consensuais de ação, é parte da linguagem. (MATURANA, 2001, p. 59).

O fluir de coordenações consensuais é uma parte da linguagem. O fluir das águas é uma imagem do natural. A linguagem do natural está expressa no fluir dos corpos. Na água, voltamos ao útero. A água é um dos elementos vitais para a vida. É uma das essências do natural. Ver a água faz com que possamos observar a nossa origem. E as narrativas da origem são narrativas mitológicas. A linguagem do mito traz uma maneira de interpretar o mundo.

Uma das formas de linguagem para expressar o natural é o mito. Como Morin apresenta a questão, o mito é “inseparável da linguagem e, como *Logos*, *Mythos* significa em origem palavra, discurso” (MORIN, 1986, p. 173). No entender de Morin, os dois conceitos nascem juntos na linguagem e depois se distinguem. “O pensamento mitológico tece conjuntamente o simbólico, o imaginário e eventualmente o real.” (MORIN, 1986, p. 174).

Esta tecitura mencionada por Morin nos interessa em especial. Busquei neste trajeto encordoar saberes que estão no território de interesse para a proposição de um *ethos* jornalístico, buscamos pensar o momento de efetivação de uma prática jornalística e sua expansão mundial durante a modernidade. Ao fazer esta reflexão, indiquei os valores e essências desta ação cultural que produz conhecimento de forma tão singular. Este conhecimento se expressa em uma linguagem, que está sujeita a condicionamentos que a linguagem recebe de um determinado modo de organização social que interdita determinados sentidos, os silenciamentos, e reproduz outros sentidos dentro de uma ordem hegemônica que estabelece os fluxos de produção de conteúdos jornalísticos. Este fluxo, acelerado e mundialmente presente nas redes digitais do agora, está dentro da lógica da construção de sentido do sistema capitalista mundial, em especial no que se refere às empresas de comunicação. E a predominância do discurso econômico como matriz dominante é claramente perceptível, como está demonstrado na análise do noticiário referente a um acontecimento ambiental, no caso, um projeto binacional de construção de uma hidrelétrica no rio Uruguai, na fronteira do Brasil com a Argentina. É, assim, possível dizer que o discurso ambiental, o saber ambiental é um mito marginal dentro do universo jornalístico? E se é marginal, assim o é porque alguém o nomeia desta forma.

6.3 Imaginário e a natureza

Não é fácil encontrar o significado do nome Yucumã (português) ou Moconá (espanhol), ambos de provável origem guarani, língua pré-colombiana ainda utilizada por grandes populações na América do Sul. Uma consulta a dicionários guarani-castelhano permite esboçar uma série de possibilidades:

Y – s. Água, río
 Mocañî – v. fazer desaparecer, esconder, ocultar, borrar
 Mocö – v. tragar, deglutir
 Mokö – v. tragar, sofrir
 komokö – v. engullir, devorar
 Mokö – v. tragar, ingerir, sorber, engullir. 2. fig. Soportar, sofrer
 Mokökö – v. devorar, engullir.
 yucoavu (=yvu) – s. manacial de água viva, poço
 yucú – s. una víbora
 iu- interjeição. expressão de espanto ou susto.
 (MAYANS, 1960; PERALTA; OSUNA, 1952; GUASCH, 1978; CANESE; ALACARAZ, [19--]).

Podemos guardar, deste apanhado de significados, a expressão “a água que traga”. Para reforçar a compreensão, além das palavras dos dicionários, ouvi, na região do entorno do Salto do Yucumã dos moradores, e encontrei, por meio de softwares de busca na Internet, dois relatos sobre o local. Teríamos assim um sentido comum, como a água que traga, ou, como a grafia de Mocombá, como traz o jornal *La Nación* (2015), que significaria na tradução da publicação *lo que todo traga*, muito embora nos dicionários consultados *mocombá* signifique amamentar. Vamos aos relatos:

a) La famosa piedra Bugre de los Saltos del Moconá - Los guaraníes que habitaron esta zona llamaban al Uruguay “Río de los Caracoles” por la gran cantidad de vueltas que da en su curso (lo que hoy conocemos como curso superior). La piedra Bugre es una formación rocosa que puede verse en el medio de este angosto río Uruguay y que divide los países de Argentina y Brasil y oficia de embarcadero al realizar la excursión para avistar desde el agua los famosos saltos del Moconá (del lado argentino). Cuentan las leyendas que los guaraníes, aborígenes de esta zona, utilizaron esta singular piedra desde tiempos inmemoriales para cruzar a la margen opuesta del río, de la que la separan solo contados metros. Esa piedra, sin embargo, no solo servía para cruzar de lado a lado, sino que era el lugar de encuentro de las comunidades nativas para resolver conflictos, festejar tradiciones e incluso resolver algunas diferencias entre los caciques más importantes de las tribus: quien caía al agua perdía. Algunos libros de historia locales aseguran que los guaraníes daban a ese lugar un carácter divino y que fue allí donde acudieron para buscar respuestas ante la inminente llegada del hombre blanco a estas tierras. La piedra, traicionera, no era un lugar fácil para llegar y menos para abordar, pero aseguraba a quien lo lograba la paz y tranquilidad necesarias para ver todo de otro modo, para “transportarse a otros mundos”. Hoy, mientras navegamos por el río para apreciar los saltos, la observamos tanto a la ida como a la vuelta. Y vale pensar en quienes estuvieron alguna vez allí...⁷² (LA FAMOSA, [200-?]).

b) Leyenda del Moconá- Hace mucho, mucho tiempo habitaba, en el lugar (que hoy se conoce como los Saltos del Moconá), una tribu guaraní, Caya-í. El cacique de esa tribu tenía una hija llamada Marú, la más bella de todas las doncellas. Ella era codiciada por todos los jóvenes de la aldea, pero a ella, por más que se esforzaran por conquistarla, no lo conseguían. Un día, mientras Manú paseaba por la selva, vio a Tupá caminando entre los árboles, Marú se enamoró perdidamente de él. Cuando Marú regresó a su aldea, le dijo a su padre: -Padre, me he enamorado de Tupá -.A lo cual el cacique respondió –Hija, Tupá es un dios, no puedes...- -Ya lo sé, padre –lo interrumpió Marú y se marchó muy triste. Cuando llegó a un lugar cercano a un

⁷² “Os guaranis que habitaram esta região chamavam o Uruguai de “Rio dos Caracóis” pela grande quantidade de volta que dá em seu curso (o que hoje conhecemos como curso superior). A pedra Bugre é uma formação rochosa que se pode ver no meio deste estreito rio Uruguai e que divide os países Argentina e Brasil e serve de embarcadouro ao realizar a excursão para avistar da água os famosos saltos do Yucumã (do lado argentino). Contam as lendas que os guaraníes, aborígenes desta zona, utilizaram esta singular pedra desde tempos imemoriais para cruzar para a margem oposta do rio, de onde a separa só poucos metros. Essa pedra, sem duvida, não só servia para cruzar de lado a lado, como também era o lugar de encontro das comunidades nativas para resolver conflitos, festejar tradições e inclusive resolver diferenças entre os caciques mais importantes das tribos: quem caía na água perdía. Alguns livros de história locais asseguram que os guaranis davam a esse lugar um caráter divino e que foi ali aonde acudiram para buscar respostas ante a eminente chegada do homem branco a estas terras. A pedra, traiçoeira, não era um lugar fácil para chegar e menos para abordar, mas, assegurava a quem o conseguia, a paz e tranquilidade necessárias para ver tudo de outro modo, para “transportar-se a outros mundos”. Hoje, enquanto navegamos pelo rio para apreciar os saltos, a observamos tanto na ida como na volta. E vale pensar em quem esteve alguma vez ali. (tradução minha)

abismo, Marú empezó a llorar. Lloró tanto que sus lágrimas al caer en el abismo, crearon los Saltos del Moconá. Dicen que ella se ahogó en sus propias lágrimas.⁷³ (LARA, MARISOL, 2013).

Nos dois relatos descritos acima, temos a mescla cultural do que sobrou na cultura atual daquilo que teve origem em narrativas dos povos Guaraní e outros habitantes da região ribeirinha do rio Uruguai. Neste contexto, servem para complementar a informação dos dicionários e entender mais do significado cultural do local do Salto do Yucumã. O seguinte relato me foi passado oralmente por um pescador ribeirinho da Barra do Rio Turvo, que reproduzo segundo meu próprio entendimento.

O caso da pedra bugra. Já era a época da matança. Os indígenas eram caçados pelas matas. Desconheciam as fronteiras de portugueses e espanhóis, cruzavam o rio Uruguai. No período de seca, ao final do Salto do Yucumã, havia um paço, hoje chamado de pedra bugra pelos colonos de muitas origens. O grupo estava isolado. Cercado por um grupo de portugueses ensandecidos por sangue. Não era um bando qualquer, uns oito homens e três mulheres. O líder do pequeno grupo de guaranis sabia que os portugueses queriam suas mulheres, não todas, mas uma delas em especial. Queriam Maru. O único caminho era pelo Mokõ-nã, o que tudo engole. Ali, na época de seca, era possível atravessar a pé e se enfiar na imensa floresta, pelos caminhos que os brancos não conheciam. Cruzariam na lua cheia, decidira. Estavam escondidos, só se mexendo à noite, como *yaguaretê*. Sem fogo, para não alertar os brancos. *Maru* teria dificuldades. Era melhor levar a criança nas mãos, recém-nascida, do que na barriga. O filho que a velha dizia que não era dele, velha maluca. Deixaria na pedra se não fosse *Maru*. Mas *Maru* honrava a velha. Teria de levar as três para o outro lado. Na lua, pois de dia todos seriam alvo fácil. Seu irmão chegara dizendo que um bando de antas atravessara há pouco. E ele sabia que a correnteza deveria estar fraca. Se não, os animais refugariam. Chegava a hora. Reuniu o grupo. Mandou dois homens na frente. Mandou o irmão ver se os brancos estavam acampados. Faltava pouco para lua. Olhou *Maru*, junto às mulheres, distinta, magra, esguia, longe dos seus. Sabia que estava preparada para o parto. A velha veio lhe avisar: vai nascer. Agora? Agora. Então que seja. Aproximou-se, com carinho e

⁷³ “**Lenda do Yucumã** - Há muito, muito tempo vivia no lugar (que hoje se conhece como Salto do Yucumã), uma tribo guaraní, Caya-í. O cacique dessa tribo tinha uma filha chamada Marú, a mais bela de todas as donzelas. Ela era cobiçada por todos os jovens da aldeia, mas a ela, por mais que se esforçassem para conquistar-la, não conseguiam. Um dia, enquanto Manú passeava pela selva, viu a Tupã caminhando entre as árvores, Marú se apaixonou perdidamente. Quando Marú regressou a sua aldeia, disse a seu pai: - Pai, me apaixonei por Tupã. A ela o cacique respondeu: - Filha, Tupã é um deus, não pode. - Eu sei, pai - o interrompeu Marú e se foi muito triste. Quando chegou a um lugar perto de um abismo, Marú começou a chorar. Chorou tanto que suas lágrimas ao cair no abismo, criaram os Saltos do Yucumã. Dizem que ela se afogou em suas próprias lágrimas.” (tradução minha).

calma no rosto. Não sorriu. Tinha receios. Ela fazia força, de cócoras. Segurou sua mão, quente, suada. E foi muito rápido. Logo veio o grito do que chegava ao mundo, a terra. Ele ficou feliz e tenso. Sabia que teria de correr. Olhou para *Maru* e ela fez que sim com a cabeça: podia andar. Saíram, com calma, ela amparada pela velha. Com a criança no colo, enfaixando-a junto ao peito, bem firme. Caminharam em silêncio até a beira do lajeado de pedra. Dali não havia volta. Seria tudo às claras, iluminados pela lua já ultrapassando os morros e prateando o rio em suas espumas incansáveis. Os dois homens que estavam a frente voltaram para confirmar a travessia. Era a hora. Queria esperar o irmão, mas sabia que não podia. Se tivesse sido avistado pelos brancos, já era tarde. Junto o grupo, ligaram seus peitos com cordas, formando uma fila. Ele ia na frente, puxando o grupo. Entrara na água fria. A correnteza era fraca, sim, mas mesmo com a lua era difícil enxergar toda a trilha de pedras. Seguiu caminhando com jeito, devagar, firmando o pé, segurando a corda, tensa. Já iam ao meio do rio quando ouviram os sons. A barulheira dos brancos. Acelerou a passada, firmando-se na maior rocha, que demarcava o meio do rio, onde havia a maior força da corrente do rio. Ali era necessário saltar para o outro lado. Um salto fácil para um guerreiro, mas pensou em *Maru*, com a criança no peito. Ela teria de saltar. Ficou ali, soltou-se da corda. Deixou os outros homens passarem, arriscando-se num equilíbrio complicado. Pegou na mão de *Maru*. Pediu a criança que ela lhe deu com pesar. Sabia que poderia não mais vê-la. E ele também sabia. Agora tinha de saltar. E aguardar *Maru* do outro lado. Olhou para a margem e viu os brilhos distantes dos soldados. Pensou em correr para atacá-los, mas a criança no seu colo brilhou seus olhos castanhos na luz da lua. Olhou para *Maru* e ela mandou com o olhar que pulasse. Ele pulou, seguiu o trajeto acidentado pelas pedras até o grupo que estava na margem, entregou a criança para a velha e mandou que corresse. Voltou para ajudar *Maru*. Ela estava parada na pedra, no meio do rio, sentada, calma, olhando para a fenda. O grupo de brancos chegava à margem e parava sem saber se encarava a perigosa travessia. *Maru* era um vulto escuro, meio pedra meio rio. Ele se abaixou e percebeu que os brancos não lhe viam bem. Então, talvez não vissem *Maru*, imaginou. Nem bem lhe chegou a esperança e viu que dois brancos tiravam as botas e preparavam uma corda. Eles passariam. Ouviu então um grito. Era *Maru* que de pé cantava ao rio e a lua. Os brancos ficaram paralisados. Ele também. Ela ficou de pé e se aproximou da fenda. Com calma, serena, jogou-se nas águas. E por aquele caminho os brancos nunca mais passaram⁷⁴.

No relato acima, temos a mescla do que sobrou no discurso atual da cultura que teve

⁷⁴ Relato oral feito pelo pescador Paquinha, morador de Barra do Turvo, para Carlos André Dominguez no Projeto Ribeirinhos do Rio Uruguai, em Barra do Turvo, 2009.

origem em narrativas dos povos Guarani e outros habitantes da região ribeirinha do rio Uruguai. Hoje, este simbolizar é cada vez menos repetido, embora a força do mito permaneça, testemunhando outros tempos. A modernidade científica racionalista nos foi vagarosamente encapsulando em experiências de ambientes criados pelo ser humano. Em 1942, o P. Balduino Rambo (1994) faz uma das primeiras descrições científicas do local:

“Cerca de 1 km abaixo do último salto, o leito se estreita mais. Num lugar, onde o canal tem apenas 25 metros de largura, a “Pedra Bugre” surge no meio das ondas revoltas, formando um pilar natural no meio da correnteza. A margem argentina aparece com sua muralha de negras matas. Atrás de uma língua rochosa, a água parada forma a chamada “Lagoa”.” (RAMBO, 1994, P.335)

Interrogo-me aqui para saber quais são os efeitos deste outro ambiente na ausência da contemplação da água em nossa capacidade de simbolizar, de produzir símbolos em coerência com a nossa experiência do real? Diz Bachelard (2002, p. 15) que “[...] a água é uma matéria que vemos nascer e crescer em toda parte. A fonte é um nascimento irresistível, um nascimento contínuo. Imagens tão grandiosas marcam para sempre o inconsciente que as ama.”. O que marca o nosso inconsciente nesta vida encapsulada em metrópoles regidas pelo fluxo infindo de informações transmitidas pelos aparatos de comunicação? Estaríamos apartados dos símbolos do imaginário como a referência à água feita por Bachelard? Gilbert Durand, discípulo de Bachelard, fez um grande trajeto teórico para apontar que, tanto nos estudos de Jung quanto em Cassirer, a neurose “advém de uma deficiência da função simbólica” (DURAND, 1993, p. 58), e, desta forma, o princípio da individuação submerge. Para Durand, este processo pode acontecer de duas maneiras, sempre atingindo a capacidade de simbolizar. A primeira seria a “[...] dominância das pulsões instintivas que já não conseguem simbolizar conscientemente a energia que as anima e, então, o indivíduo, longe de se personalizar, separa-se do mundo real (autismo) e toma uma atitude a-social, impulsiva e compulsiva.” (DURAND, 1993, 58.). E a segunda maneira é a em que “[...] o equilíbrio é interrompido a favor da consciência clara e, então, assiste-se a um duplo processo de liquidação – liquidação do símbolo que se reduz a signo, liquidação da pessoa e da sua energia constitutiva metamorfoseada num 'robot' mecânico animado apenas pelas 'razões' do consciente social vigente.” (DURAND, 1993, p. 59).

Um indivíduo que hoje contemple uma cachoeira pode estar em sua vida cotidiana imerso em qualquer uma das duas “incapacidades de simbolizar”, neuroses típicas de nossas aglomerações urbanas. Não vemos mais a água nascer. Mas será que ainda amamos a água? Respondo que sim. Mas, ao mesmo tempo, recorro de determinadas formas de isolamento

arquitetônico e simulação de ambientes extremamente assépticos que conseguem a proeza de esconder o fluxo da água, mas nunca o seu escorrer em miniaturas de cascatas domésticas em chuveiros e torneiras. Sim amamos a água, mas talvez não mais consigamos simbolizar suas nascentes naturais, suas imagens de pedra, terra e verde. Para Durand, o símbolo “é mediação” e, assim, “será igualmente constitutivo da personalidade através do processo de individuação” (DURAND, 1993, p. 59). Temos então uma produção simbólica que constitui a personalidade. No indivíduo desprovido de sensações materiais de natureza (não de seus signos midiáticos informativos), a constituição desta personalidade terá, por hipótese, lacunas que podem interferir nos processos de individuação, algo como uma neurose específica criada pelo rompimento da dialética interna de nossa experiência sensorial do meio natural. Este movimento cumulativo advém da exacerbação da modernidade no cotidiano do ser humano urbano do início do século XIX. Vivemos a falha metabólica.

No enfrentamento de indivíduos que simbolizam a partir de percepções distintas de realidades opostas, o que sucumbe é o imaginário não mediado por aparatos de comunicação. É o grito para o vazio dos ribeirinhos que levantam a voz, mas não são ouvidos por aqueles que estão no mundo da neurose moderna e pós-moderna.

Porém, estes movimentos não são assim tão tranquilos. Como aponta Durand, a “[...] dialética interna à fantasia dialogada reequilibra incessantemente a sua humanidade e, por uma espécie de pilotagem automática, remete incessantemente o conhecimento à problemática da condição humana.” (DURAND, 1993, p. 68). Nossa sede de conhecimento acaba apontando para os nossos maiores problemas. O indivíduo urbano necessita da água para acalantar seu imaginário? Mas as imagens de fontes e nascentes não são a simples imagem da água. O rio corrente e a cachoeira não são o lago e a barragem. Rio com corredeiras não é lago e barragem. O rio Uruguai livre não é o rio Uruguai como uma sucessão de lagos. Os sentidos são distintos e, portanto, os conhecimentos produzidos também o são. Jung (2011) afirma que o símbolo não pode ser assimilado a um efeito que o reduziria a uma causa única. Neste viés, Durand parte dos conceitos de Jung para chegar ao arquétipo. Seria assim o arquétipo um “sentido espiritual”, uma “infraestrutura ambígua da própria ambiguidade simbólica”, um “sistema de virtualidades”, “um centro de força invisível”, “um núcleo dinâmico” (DURAND, 1993, p. 56). Levando adiante a reflexão de Jung, Durand afirma que o inconsciente é que “[...] fornece a forma arquetípica vazia em si mesmo, que para se tornar sensível à consciência é preenchida de imediato pelo consciente com ajuda de elementos de representação, conexos ou análogos.” (idem).

Como se daria esta operação em um observador do Salto do Yucumã? Em sua reflexão ao contemplar a cachoeira, o indivíduo recebe de seu inconsciente uma “forma arquetípica vazia”. No meu entendimento e na direção do pensar que desenvolvo, sugiro que esta forma arquetípica pode ser a própria natureza em seu formato de água. Porém, há mais matéria além de água em uma cachoeira. A experiência sensorial é tão completa que envolve a luz, a respiração, o tato, o odor e muito possivelmente também o paladar. Sim, há muito mais do que água em uma cachoeira. Esta imagem só pode ser considerada como arquetípica se incluir a constituição do equilíbrio pela composição dialética do *Sinn* e do *Bild* (sentido e imagem) onde se dá a individuação.

Diz Durand que a imaginação “revela-se como o fator geral de equilíbrio psicossocial” (DURAND, 1993, p. 75). Assim, precisamos imaginar a natureza para podermos nos aproximar de um estado de equilíbrio. Mas acredito que é necessário que haja uma imersão nesta natureza para que possamos sentir a força psíquica resultante deste contato. Se a força inconsciente do arquétipo da Natureza pode nos conduzir a uma reaproximação com os ambientes naturais, tal atitude poderá vir a ser estimulada por valores sociais coletivos provenientes de uma percepção diferente do tecido social. Aqui, reforço a crença de que as atividades do Jornalismo podem auxiliar a compor um quadro de valores outro e dar uma parcela de contribuição para que estas experiências aflorem mais seguidamente em um *ethos* em sintonia com os dilemas do momento de crise ambiental. Mas estes não são pensamentos originais. A crise capitalista se arrasta há mais de 100 anos. Mudam os ângulos de análise, os pressupostos teóricos. No mundo da melodia urbana, fiz a proposta de uma Milongagem (DOMINGUEZ, 2014)⁷⁵, reportagem que busca inspiração no ritmo da Milonga, uma dança, uma cadência. Um pensamento profundo, um pensamento leve, um pensamento estendido. É uma forma musical típica da região do Prata, e dela destaco a seguir um pequeno trecho que tem relação com a contemplação da água de uma cachoeira.

Uma pessoa contempla uma cachoeira em meio a uma mata exuberante de verdes. Para chegar ali foram mais de duas horas caminhando por trilhas pouco a pouco mais isoladas da presença urbana. Primeiro fica para trás o núcleo urbano duro e cinzento, dos prédios e asfaltos. Em seguida também vai se transformando em burburinho o cotidiano barulhento de vozes, músicas e cachorros dos arrabaldes. O sol forte bate direto no rosto do caminhante. Faz calor e a garganta seca na primeira subida mais forte. A floresta não está mais tão longe. Subitamente, após uma curva, adentra-se em um universo úmido de exclusivos horizontes verdes e curtos. Logo, a

⁷⁵ Milongagem é a reportagem que tem inspiração no ritmo da milonga, expressão musical típica da região do Prata. A inspiração veio do músico e poeta Vitor Ramil que lista em uma canção, Milonga das Sete Cidades, música gravada no CD Ramilonga, os sete atributos da milonga: Rigor, Profundidade, Clareza, Concisão, Pureza, Leveza e Melancolia. Tais atributos estariam presentes em uma milongagem.

água vai se fazendo presente, sùtil, escorrendo das encostas, suavemente. Mais adiante brota das pedras em nascentes que se derramam em direção ao leito pedroso ornado por vegetações múltiplas. A junção dos pequenos córregos dá força ao curso d'água. O sobe e desce faz brotar o suor dos corpos que avançam na trilha. O calor da mata e o gelado do rio se complementam desnorteando os sentidos. Vencido o percurso, uma pedra repleta de musgos revela a vida na rocha aos olhos já cansados do esforço. O som da queda d'água lhe chega aos ouvidos. Em poucos passos, vislumbra agora a cachoeira. Seus pés descalçam-se. Os dedos dos pés tocam o chão gelado e amassam folhas. Imerso no verde com o verde imerso em si. Em poucos instantes suas vivências urbanas são apenas fantasmas estranhos. É outro agora, um outro que sempre foi sem se dar conta. Seu passado infiltrado no presente alterando caminhos para um futuro em aberto. (DOMINGUEZ, 2014).

Uso este pequeno fragmento para ilustrar a noção de que a apreensão do natural é uma forma de relacionar-se não com o outro, mas sim com nós mesmos. Enquanto seres humanos, somos parte da natureza. Uma das mais antigas formas de relacionar-se com o natural é o mito. No mito temos outros saberes. Já por meio do discurso, relacionamo-nos com o social. Porém, no social não está apenas o homem, mas também a natureza, entendendo-se o social – conforme o exposto até aqui – como justamente a relação do homem com o natural.

Observando o que coloca Morin, estas relações são complexas e se inter-relacionam no pensamento duplo. Mas o pensamento só é duplo para quem enxerga o outro como um outro pensamento. A necessidade é de deixar o duplo e fazer com que o outro seja apenas uma parte de mim mesmo. Coube à antropologia de Lévi-Strauss apontar, em parte, para a busca de uma solução para o paradoxo entre o pensamento científico da modernidade eurocêntrica e o pensamento primitivo. Diz Lévi-Strauss sobre o período neolítico e o paradoxo em relação ao pensamento moderno e científico:

O homem neolítico ou da proto-história foi, portanto, o herdeiro de uma longa tradição científica; contudo, se o espírito que o inspirava, assim como a todos os seus antepassados, fosse exatamente o mesmo que o dos modernos, como poderíamos entender que ele tenha parado e que muitos milênios de estagnação se intercalem, como um patamar, entre a revolução neolítica e a ciência contemporânea? (LÉVI-STRAUSS, 1961, p. 30).

Para Lévi-Strauss, o pensamento selvagem é o “substrato de nossa civilização” (LÉVI-STRAUSS, 1961, p. 31). E o paradoxo só tem uma solução possível: existem ao mesmo tempo dois modos distintos de pensamento científico, “um muito próximo da intuição sensível e outro mais distanciado” (idem). Os dois, porém, não possuem valores maiores ou menores, nem têm uma evolução cronológica. O antropólogo se utiliza da história para exemplificar esta situação. Ao relativizar as pretensões de retratar o real de forma fidedigna, aproxima sua crítica a uma costumeira avaliação da atividade jornalística na atualidade.

Pois, por hipótese, o fato histórico é o que se passou realmente; mas onde se passou

alguma coisa? Cada episódio de uma revolução ou de uma guerra se resolve numa multidão de movimentos psíquicos e individuais; cada um desses movimentos traduz evoluções inconscientes, e estas se resolvem com fenômenos cerebrais, hormonais ou nervosos, cujas referências também são de ordem física ou química... Conseqüentemente, o fato histórico não é mais um dado que os outros; é o historiador ou o agente do devir histórico que o constitui por abstração e como sob ameaça de uma regressão ao infinito. (LÉVI-STRAUSS, 1961, p. 285).

Da mesma maneira, o fato jornalístico é apenas um dado, e o jornalista um agente deste devir. Para Lévi-Strauss, este problema tem uma simples resolução. Cabe aos historiadores assumir que a sua ciência (historiografia) é um método:

Mas existe um meio de eludir o dilema sem por isso destruir a história. Basta reconhecer que a história é um método ao qual não corresponde um objeto específico e, por conseguinte, recusar a equivalência entre a noção de história e a de humanidade que nos pretendem impor com o fito inconfessado de fazer da historicidade o último refúgio de um humanismo transcendental, como se, com uma única condição de renunciar aos *eus* por demais desprovidos de consistência, os homens pudessem reencontrar no plano do nós a ilusão de liberdade. (LÉVI-STRAUSS, 1961, p. 290).

Ao assumir o caráter de método de verificação e narração de fatos e acontecimentos de um determinado ponto de vista, a história se liberta de sua “ilusão de liberdade”. Ao assumir seus pontos de vista como parcelas de formas de conhecimento distintas sobre uma mesma realidade, a ciência (ou a história, ou o Jornalismo) aceita sua parcialidade e pode, assim, retomar uma aproximação abandonada há centenas de anos com o pensamento selvagem e sua maneira peculiar de visualizar o mundo por imagens e não pelas faculdades da razão.

O próprio pensamento selvagem é intemporal, ele quer apreender o mundo, como totalização sincrônica e diacrônica ao mesmo tempo, e o conhecimento que dele toma se assemelha ao que oferecem num quarto espelhos fixos em paredes opostas e que se refletem um ao outro (assim como aos objetos colocados no espaço que os separa) mas serem rigorosamente paralelos. Forma-se simultaneamente uma multidão de imagens, nenhuma das quais é exatamente parecida com as outras. (LÉVI-STRAUSS, 1961, p. 291).

Assim, Lévi-Strauss introduz o conceito de *images mundi*, maneira como o autor exemplifica como o pensamento selvagem aprofunda seus conhecimentos sobre as coisas. Afirma ele:

O pensamento selvagem aprofunda seu conhecimento com o auxílio de *images mundi*. Ele constrói edifícios mentais que lhe facilitam a inteligência do mundo na medida em que se lhe assemelham. Nesse sentido, pôde ser definido como pensamento analógico. Mas nesse sentido ele se distingue do pensamento domesticado, do qual o conhecimento histórico constitui um aspecto. (LÉVI-STRAUSS, 1961, p. 291).

Ficam, deste modo, diferenciadas e, também, aproximadas as noções destas formas de pensamento, o selvagem e o científico. De fato, um pertence ao outro, pois têm a mesma origem, e está dentro da multiplicidade de possibilidades do ser humano apreender aspectos das suas relações com o natural. É este terceiro ponto de vista que nos remete aos princípios básicos da ecologia e suas aplicações ao Jornalismo. Se os termos de Levi-Strauss fossem usados por um teórico do Jornalismo, ele diria que é necessário que o jornalista dê vazão ao seu pensamento selvagem e não apenas ao pensamento científico. Ele precisa “construir edifícios mentais” para compreender o mundo imediato, diário, complexo, sem explicações racionais. O lado “caçador-coletor” que ainda abrigamos em nosso DNA tem de aflorar no cotidiano da prática jornalística para que não investiguemos o acontecimento apenas com as ferramentas mentais da técnica e da racionalidade. Assim, este ofício fruto da modernidade científica e racional, o Jornalismo clássico, poderia também dar conta de ser um “método” que conseguisse com maior sucesso abarcar os dilemas ambientais mundiais. É uma questão de pontos de vistas: “O pensamento selvagem é lógico no mesmo sentido e da mesma maneira que o nosso mas da forma como somente o nosso é quando aplicado ao conhecimento de um universo em que reconhece simultaneamente propriedades físicas e propriedades semânticas.” (LÉVI-STRAUSS, 1961, p. 296).

As percepções apontadas por Lévi-Strauss sobre a ciência da modernidade nos parecem perfeitamente aplicáveis às questões levantadas hoje sobre as teorias da informação e do Jornalismo. Diz o antropólogo que

Para que uma teoria da informação pudesse ser elaborada, sem dúvida era indispensável que se descobrisse que o universo da informação era uma parte ou um aspecto do mundo natural. Mas, uma vez demonstrada a validade da passagem das leis da natureza às informações, isso implica a validade da passagem inversa: aquela que, há milênios, permite aos homens aproximarem-se das leis da natureza pelos caminhos da informação. (LÉVI-STRAUSS, 1961, p. 297).

Ou seja, a aproximação das leis da natureza não se opera exclusivamente por meio de técnicas científicas. Há milênios que o homem faz estas operações, e tal conhecimento existente entre os povos ancestrais (como, por exemplo, o trato de sementes) advém de uma observação científica da natureza que em nada deve à ciência moderna. Muito pelo contrário. O aumento das mazelas no ambiente do planeta, ocasionadas pelo pensamento científico moderno, apontam para um esgotamento deste modelo único de ver e interagir com a natureza. Pode, neste ponto, ao propor outros olhares, o Jornalismo executar sua missão de compartilhamento de conhecimentos múltiplos e complexos necessária para combater

desigualdades crônicas no social em crise de sobrevivência ambiental. O próprio Lévi-Strauss aponta que estes caminhos se cruzam.

Seria necessário esperar até a metade deste século para que caminhos separados por tanto tempo se cruzassem: o que dá acesso ao mundo físico pela via da comunicação e aquele do qual há pouco se sabe que, pela via da física, dá acesso ao mundo da comunicação. O processo total de conhecimento humano assume assim o caráter de sistema fechado. Portanto é ainda permanecer fiel à inspiração do pensamento selvagem reconhecer que o espírito científico em sua forma mais moderna contribui para legitimar seus princípios e restabelecê-los em seus direitos por um encontro que somente aquele soube prever. (LÉVI-STRAUSS, 1961, p. 298).

A previsão de Strauss se realizou parcialmente. Há na ciência um grande número de pesquisadores que apostam no cruzamento de saberes, como os autores tratados neste trabalho, Capra, Maturana, Shiva, Leff e outras que destacamos neste texto. O Jornalismo, atividade que está no meio desta junção de saberes, ganha aceitação social enquanto demonstra-se possuidor de discursos complexos e polissêmicos. E é na linguagem jornalística que a presença dos saberes outros se revela de forma mais visível. A linguagem jornalística tem técnicas definidas, que vão se alterando com o tempo, e costumes próprios ao modo de produção jornalístico de uma época. O uso do *lead*, por exemplo, tornou-se uma necessidade no Brasil apenas depois de 1950, com a importação da prática já utilizada nos EUA desde 1830. É na linguagem jornalística que, usando o termo de Strauss, se forma uma determinada *images mundi*. Já dissemos que a aproximação às leis da natureza não operam exclusivamente por meio de técnicas científicas. Assim, para estabelecer uma outra relação com o natural, o homem tem de alterar sua linguagem e fazer um esforço para deixar aflorar outros mitos existentes, talvez marginalizados por enquadramentos que diminuem nossa capacidade simbolizar.

Estas questões não podem ser respondidas apenas com a observação da linguagem, discursos e retóricas. Mas há sim na linguagem elementos que sinalizam para os modos distintos de formação de sentido. Durand aponta, com muita propriedade, ao falar sobre a linguagem, que “[...] à luz da análise estrutural, que o trajeto imaginário colmitava o hiato que os psicólogos tinham cravado entre os pensamentos de 'cem mil francos' e as imagens 'de quatro vinténs', entre sentido figurado dos símbolos e o sentido próprio dos signos [...]” (DURAND, 2002, p. 415). Este hiato, esta falha, esta separação está impregnada na cobertura jornalística sobre os problemas causados pelas hidrelétricas. Esta formulação, no entender de Durand, esclarece a existência de sintaxes e lógica diferentes nas estruturas principais da imaginação. E também relaciona estas diferenças à criação de discursos distintos na filosofia,

lógica e história.

As filosofias dualistas e as lógicas da exclusão modelavam-se com as estruturas esquizomórficas, enquanto visões místicas do mundo perfilavam lógicas da dupla negação ou da denegação com as estruturas místicas, do mesmo modo que com as estruturas sintéticas se esboçavam as filosofias da história e as lógicas dialéticas. (DURAND, 2002, p. 415).

A separação é em parte decorrente das diferentes construções de imagens que culturas distintas usam para a produção de uma linguagem própria. A voz dos ribeirinhos, população diretamente atingida, não tem ressonância na maioria das casas de ofício do Jornalismo de Posadas e Porto Alegre. A linguagem jornalística praticada não tem polissemia. Percebe-se a visualização, na linguagem, da falha metabólica da organização capitalista que coloca a natureza de um lado e o trabalho das pessoas de outro. Esta falha permeia o *ethos* jornalístico, os valores jornalísticos, a linguagem jornalística e os saberes jornalísticos. O que era democracia estaria travestido de economocracia. O diálogo foi quebrado. Resta o monólogo. Só há um saber, o da produção de riquezas, que governa o restante da produção de sentido. O mito-diretor do progresso mantém-se no trono, mas os pés de barro do trono já se afundam no barro da crise ambiental que sustenta um discurso de falência total do sistema. Porém, ao buscar ocupar o contraponto ao capitalismo no século XXI, caberia ao saber ambiental o papel de desconstruir as certezas que monopolizaram o Jornalismo desde a queda do muro de Berlin, em 1989, com a derrocada do comunismo soviético? Ainda é cedo para fazer esta afirmação.

Por conta de a falha metabólica da relação do homem com a natureza passar pela questão do trabalho, são necessárias maiores reflexões. No que se refere ao trabalho da atualidade, recordamos o que afirma Medina.

No mundo do trabalho, só para citar um exemplo, a compreensão das estratégias que vão além da sobrevivência, mas sinalizam a alforria do viver para trabalhar, decifra uma produção de sentidos não sintonizada com o produtivismo. A neurose do *produzir* desemboca no workaholismo, que transforma a condição humana em mero fator de insumo econômico. (MEDINA, 2003, p. 57).

Compartilho da opinião da autora de que é necessário ir além do produtivismo que transforma a condição humana em insumo econômico, assim como compartilho da sua busca pela dialogia. Me parece ser este o caminho a ser transcorrido à exaustão pelo Jornalismo em busca de seu reencontro com a própria essência de ser significativo para a sociedade em que está inserido: o caminho do diálogo, e não da exclusão do outro. Ocorre que, muitas vezes, algumas vozes do saber ambiental, em seu impulso de se mostrar como o único contraponto

possível ao mundo capitalista, acabam se tornando vozes de um novo monólogo. Há no outro, no que tem a voz silenciada, o saber que deve ser buscado. E este saber, esta estratégia de busca pela sobrevivência, pode não estar dentro dos parâmetros de nenhum saber científico.

Talvez neste ponto esteja um dos maiores acertos de Leff ao propor uma nova racionalidade ambiental. Esta estaria baseada no outro e não exclusivamente no olhar do outro pela ciência.

O pensamento ecológico surgiu como um pensamento pós-estruturalista; sem abandonar a ideia da totalidade, a contradição foi suplantada pelos conceitos de complementaridade, integração, evolução e sinergia. Contudo, existe claramente uma diferença entre fertilidade da contradição discursiva e os interesses em conflito que conferem sentido ao pensamento dialético, e os métodos da complexidade que emergem da ecologia e da cibernética, e que definem a realidade como um conjunto de inter-relações, interdependências, interações e retroalimentação. (LEFF, 2012, p. 111).

Como estabelecer este conjunto de inter-relações em um grupo social definido e heterogêneo em países distintos, cidades outras, culturas díspares? O caminho é o do diálogo e não da exclusão do outro. Voltamos a Durand, que expõe de forma precisa o “[...] trajeto no qual o semântico se desfaz, ou se endurece em semiológico, no qual o pensamento se coalha e se formaliza.” (DURAND, 2002, p. 415). Temos neste estudo também um trajeto que perfaz duas especificidades de instâncias produtoras de discurso que se cruzam em uma abordagem de um acontecimento singular. Temos, assim, a trajetória do Jornalismo como forma de produção de saberes específicos, e o ambientalismo como outra instância de produção de conhecimento. Os dois campos usam de discursos para dar conta do acontecimento em análise, o projeto de instalação de hidrelétricas. Há um enfrentamento no mercado simbólico, onde os campos buscam atingir o domínio dos enunciados para que determinadas formas discursivas estejam em evidência e outras sejam silenciadas. Mas a realidade está longe de ser dual. Temos a voz dos ribeirinhos, dos agricultores, dos mais diversos tipos humanos que habitam a região atingida. Todo este enfrentamento e silenciamentos se dão na linguagem. Diz Durand, falando sobre a linguagem dentro do processo de formalização da imagem:

Mas é agora que podemos compreender a significação de um tal fenômeno: o discurso aparece-nos entre a imagem pura e o sistema de coerência lógico-filosófico que ela promove, como um meio-termo constituindo aquilo a que podemos chamar – uma vez adotada uma terminologia kantiana – um ‘esquematismo transcendental’. (DURAND, 2002, p. 415).

Retomando Lévi-Strauss, poderíamos inferir que se percebe nesta questão o dilema do pensamento selvagem versus o pensamento científico. Ou poderíamos também retomar

Maturana quando ele escreve que são os amores e afetos que de fato interferem nos juízos éticos. No emocional é que nos aproximamos e entramos em contato com os outros membros da nossa sociedade. Não são os preceitos da razão que possibilitam uma ética de convívio, mas sim o amor. Para o biólogo, a partir do momento em que assumimos que nenhum observador pode diferenciar entre uma percepção e uma ilusão, assume-se que é a operação do observador que define a semelhança. O critério de semelhança ou equivalência é especificado na operação de distinção do observador. Durand faz referência ao processo mental de distinção, relacionado ao espaço, com os “pontos cardeais” da fantástica transcendental; o teórico francês infere sobre os modelos taxionômicas de distinção que existem: os Regimes das imagens e suas estruturas (DURAND, 2002, p. 414). Não pretendemos entrar neste texto nos Regimes das imagens propriamente dito, mas sim na influência deste nos processos mentais de distinção, e no que estes processos irradiam no manancial de ideias, juízos e valores que forma o *ethos* jornalístico. Barros, ao analisar jornais do interior do Rio Grande do Sul sob a ótica das teorias do imaginário, levanta a questão do pertencimento. “Ao ver, na imprensa local, relatados acontecimentos dos quais esse homem comum talvez até já tenha tomado conhecimento informalmente, ou ligados a pessoas as quais ele conhece e reconhece, haveria uma ressonância da emoção de pertencimento ao grupo.” (BARROS, 2001, p. 60-61). O pertencer a um grupo é um valor maior. A imprensa contribui com este sentimento quando publica as notícias referentes a determinados agrupamentos. E não contribui quando silencia sobre grupos outros que não são contemplados com voz na notícia. O ribeirinho do rio Uruguai é um excluído. Não tem voz na imprensa que trata de temas que podem significar para ele o fim da vida como esta é por ele conhecida. Qual a coerência dos jornalistas de Porto Alegre e Posadas ao tratar do tema hidrelétricas? Que imagens eles amam? Como eles percebem a questão da água? Repetimos o que já reproduzimos de Bachelard:

A água é uma matéria que vemos nascer e crescer em toda parte. A fonte é um nascimento irresistível, um nascimento contínuo. Imagens tão grandiosas marcam para sempre o inconsciente que a ama [...]. (BACHELARD, 2002, p. 15).

Temos no universo jornalístico um sistema de coerência lógico-filosófica que chamamos de *ethos* jornalístico. Entre este *ethos* e o discurso jornalístico há um discurso que é variável, como demonstramos ao apontar a diferenciação entre acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo no noticiário, nos termos de Pêcheux. A contribuição do

ambientalismo está em fornecer novas imagens que afetarão o sistema de coerência lógico-filosófica oriundo da aventura da modernidade ocidental. O esgotamento da simbolização da natureza pela sociedade ocidental ao transformá-la em mercadoria simbólica e mercadoria comercial retirou uma parcela de saberes para que o indivíduo opere a diferenciação. Como o imaginário se banha na natureza, o natural pode fornecer imagens sim. Porém não é possível saber como se dará a significação para o jornalista. Neste ponto voltamos aos valores que enquadram o ponto de vista do jornalista em seu momento decisivo. Temos na formação do simbólico que sustentaria o imaginário deste ofício, baseado em um *ethos* que contemplasse a problemática ambiental, a colaboração autopoietica. Temos também a superação da falha metabólica entre o trabalho e a natureza. Temos o Jornalismo como ação cultural, temos a contingência epicurana, a necessidade de amar para fazer distinções. Temos então a necessidade de um *ethos* jornalístico para o século XXI que leve em consideração esta problemática. Mesmo que seja necessário mergulhar no Moko-nã e buscar outros símbolos e outras percepções do real.

“

7 ENCAMINHAMENTOS FINAIS: *ETHOS*, UM IMAGINÁRIO COMPLEXO E NATURAL

“O racional pode até chegar a uma certeza,
mas na imaginação não há certeza, mas há vida”
(WUNENBURGER)

Imagine um sobrevoo sobre o rio Uruguai. Pode ser no *Google Earth*, ferramenta que usa imagens de satélites para ver imagens do globo terrestre. Pode ser de avião, de balão, não importa, contanto que saia de Porto Alegre e vá com destino a Posadas, na Argentina. O passageiro vai enxergar enquanto se dá o sobrevoo no Rio Grande do Sul uma infindável plantação, com lavouras de grãos, cereais e leguminosas, intercalada por pasto para criação de gado e algum capão de mato remanescente. Ao se aproximar da Argentina, vai surgir um sinuoso traçado: é o rio Uruguai, última fronteira verde de mata nativa no oeste gaúcho. Ao entrar no país vizinho, o cenário muda. A província de Misiones concentra a maior floresta argentina. Temos um estado agropecuário ao lado de uma província florestal, separados por um rio caudaloso. Este vôo foi feito em 1942 pelo pioneiro no estudo da fisionomia geográfica do Rio Grande do Sul, P. Balduino Rambo (1994), em livro clássico sobre o tema.

Descreve Rambo:

Tomando o Rio Turvo como guia, pairamos a mil metros sobre a mata virgem. O calor sufocante do meio-dia pesa sobre a paisagem. Ao norte, castelos empinados de trovoadas guarnecem o horizonte escuro e uniforme das selvas. Tudo é solidão e silêncio. De repente, um espelho brilhante, no extremo oeste, interrompe a cobertura monótona de verdura. É o filho das selvas rio-grandenses, o Uruguai. Mais ao sul, mais ao norte, no meio, aparecem novos espelhos brilhantes; ligam-se, concatenam-se, unem-se numa faixa ininterrupta. Do outro lado, negrejam as selvas de Misiones, coroadas de pinheiros. Entramos no vale do rio, muito largo e raso. Seguimos acima. De repente, a faixa clara da água se estreita, reduz-se uma linha branca de espuma entre patamares de rocha preta e nua: o Salto do Mucunã, a mais curiosa das cachoeiras rio-grandenses, pois o degrau não atravessa o rio de margem a margem, mas fende-o longitudinalmente. (RAMBO, 1994, p.332)

O território foi uma só floresta por milhares de anos. A derrubada da floresta do Alto Uruguai começou a acontecer na década de 1950, pelo lado brasileiro. Hoje, em 2015, mais de 60 anos depois, restam apenas os 17 mil hectares do Parque Estadual do Turvo e a mata ciliar em alguns locais de difícil acesso no curso de água. O parque é marcado por um afundamento de 2 quilômetros de extensão, o Salto do Yucumã (Mucunã), Moconá (espanhol) ou Moko-nã

(guarani). Do salto para a direção leste, o rio Uruguai está marcado por três barramentos de usinas hidrelétricas. Para a direção contrária, apenas a represa de Salto Grande, na República Oriental do Uruguai, interrompe suas águas antes de se encontrar com o rio Paraná e formar o rio da Prata, que deságua no mar. As duas maiores cidades da região neste passeio virtual, Porto Alegre e Posadas, uma de colonização portuguesa e a outra espanhola, são os centros administrativos e políticos regionais. Cidades de cultura ocidentalizada e população mesclada por miscigenações no decorrer dos séculos. As cidades ostentam seus jornais, como a maioria das metrópoles modernas. Estes jornais interessaram para esta tese sobretudo por conta de sua cobertura sobre o projeto de modificar o território da fronteira com a construção das usinas hidrelétricas de Garabi-Panambi. Nos seus noticiários busquei elementos para tentar responder uma pergunta: como o *ethos* jornalístico existente entre os responsáveis pela produção jornalística referente à problemática do complexo hidrelétrico de Garabi-Panambi produz, em seu noticiário, um silenciamento discursivo em relação aos ribeirinhos do Rio Uruguai? Neste caminho, saí do silenciamento do ribeirinho para chegar ao *ethos* jornalístico que se encontra diante da complexidade da problemática da questão ambiental para a sociedade atual.

Esta questão está imersa em um tecido que se sustenta em falhas. O Salto do Yucumã é uma falha. Para o saber científico, é uma falha geológica, um afundamento do leito do rio de 100 metros de profundidade. Para os povos originais da região, é uma falha no tecido da realidade – um caminho para outros universos. Estas duas perspectivas podem se encontrar em algum imaginário. Em sonhos. No sonho de quem vive tudo de uma vez, no agora de um ofício encarregado de narrar o presente. Vitor Hugo disse que “O sonho é o aquário da noite” (1973, p. 43). À noite, no Yucumã, com a lua de lanterna, estive em muitos versos. Sonhei neste aquário infinito de florestas escuras e céu infundo. E o sonho também tinha falhas.

Para fazer uma hidrelétrica tem de existir a necessidade da energia gerada por ela. Esta necessidade está diretamente ligada a um modelo de ocupação do território alicerçado na exploração capitalista das riquezas naturais, para que exista o acúmulo de riquezas para os donos dos meios de produção. Este legado ocidental foi implantado a ferro e fogo na região, sustentado historicamente pela espada e pela cruz. A força e o discurso da força removeram até onde conseguiram a cultura dos povos originais. Ficaram os mitos e o DNA dispersos pelos corpos miscigenados. Esta relação do homem e a natureza também contém uma falha, a falha metabólica causada pela exploração do trabalho. Falha intransponível, segundo Marx e gerações de pensadores marxistas que apregoam a incompatibilidade do sistema capitalista

com a preservação dos sistemas ambientais responsáveis por assegurar a vida à espécie humana e a todas as outras formas de vida do planeta. Desta ótica, a implantação de uma grande central hidrelétrica nada mais é que apenas mais um episódio nesta saga insana de acumulação de riquezas desprovida de sentido. E a crise ambiental que atravessamos seria o sintoma claro da falha irreversível que pode vitimar a raça humana e demais habitantes do globo. Esta falha se revela no modo de produção que visa, em primeira instância, o lucro, ou seja, a acumulação de riquezas por parte dos detentores do aparato produtivo e do poder financeiro. As formas de suplantar ou suprimir esta falha são muitas, polêmicas, inconcessáveis, utópicas, resilientes, porém sua demonstração não é objeto desta tese. Ficamos com a proposta de organização social de trabalhadores cooperativados como exemplo, visto que é um dos modos de produção mais utilizado na região em análise. O que nos interessa de fato para esta construção e narrativa é que a questão rege o enfrentamento de dois campos sociais, os ambientalistas e os capitalistas. Esta disputa transborda no rio discursivo como uma enchente braba, inundando posicionamentos oriundos de outros saberes. O Jornalismo está encharcado desta disputa. Há o Jornalismo ambiental, que nasceu para exprimir e intervir no tecido social mostrando e demonstrando a necessidade inadiável de que seja freado o processo de desenvolvimento do sistema capitalista, ou por que se esgotam as matérias-primas, ou por que o processo de manipulação e transformação destas produz resíduos e impactos ambientais que aniquilam as condições de subsistência da vida na terra. Outros Jornalisamos ignoram esta questão. E alguns buscam construir um discurso mais condizente com a complexidade da questão. Digo que esta possibilidade é a menos comum, porém a mais necessária diante do desafio.

Existe conjuntamente uma terceira falha, que é a falha discursiva. Já dissemos que, em 1975, sobre influência de Foucault, Pêcheux formulou a noção de que não há sentido *a priori* no signo. O sentido decorre de formações discursivas. O eu é o sujeito que deixa suas marcas na língua/fala no momento de enunciação. Ao expor que “não há discurso sem falha”, Pêcheux liberta seu pensamento para “o acaso, a contingência e a possibilidade de liberdade”, enunciados do filósofo Epicuro. Não, o discurso não é absoluto. E o Jornalismo, construtor de narrativas discursivas diárias, está inserido nesta problemática. O Jornalismo tem falhas. É completamente incoerente a obsessão jornalística com a objetividade pura e simples da informação. A objetividade existe sim, com suas falhas e limitações próprias do ser humano, assim como é hoje contraproducente a histeria de aceleração do fluxo de informações digitalizadas que geram apenas um consumo rápido, cada vez mais rápido, de coisa nenhuma.

Há sim a possibilidade de liberdade no acaso e na contingência dos discursos e dos saberes que estão contidos na expressão do pensamento, da formação de imagens, no devir dos sentidos, no sentir das emoções.

Afirmamos que o ato de contestar o estabelecido é um ato de gênese do Jornalismo. É um valor e é uma essência. O contestar não pode estar isento de emoção e afeto. A contestação de um projeto que promete as maravilhas do desenvolvimento e do progresso que já “existe” nas cidades, embora restrito a parcelas da população, requer do jornalista mais do que conhecimento formal e científico. É preciso trilhar o caminho que vai para além do factual. É transitar nas falhas. É sim o Jornalismo uma maneira de interpretar “o ser e o acontecer”, como proposto por Groth. Não é simples. Mas é essencial para que se possa avançar e manter o que de mais afetivo há no Jornalismo. O exercício da produção de notícias é uma necessidade orgânica do ser humano. Retomo aqui o que já foi expresso sobre a essência e valor do Jornalismo. Disse que o Jornalismo é uma “ação cultural”, uma obra do pensamento humano, que influencia no modo como percebemos a sociedade e que é intrinsecamente ligada a valores humanísticos que determinam sua finalidade. Em um sistema social, o Jornalismo tem o seu valor e finalidades definidos como o instrumento do saber humano, imaterial, que influencia e é pela realidade influenciado – não todas as instâncias do real, mas aquelas que os jornalistas são levados a vivenciar por uma prática definida. E a realidade esta imersa nas três falhas que acabamos de descrever conjuntamente de forma mais sintética. Esta tríade de falhas (imaginária, ambiental e discursiva) é o manancial onde o *ethos* jornalístico da atualidade pode matar a sede de sentido. Ou perder-se para sempre na deriva. O *ethos* é complexo na experiência do natural e do imaginário.

Necessita o Jornalismo ser complexo como assim o é a própria realidade em que está inserido. Olhamos, este analista e os subsídios de tantos autores, bem de perto esta amostra de noticiário sobre o acontecimento Garabi. Mesmo com um sem número de irregularidades legais, administrativas, ambientais, sociais e de saúde evidenciadas no processo de implantação do projeto das hidrelétricas, há uma opção clara entre a maioria dos jornais de não noticiar estes aspectos. Não há equilíbrio. Há um encobrimento efetivo de questões que colocam em risco a aceitação pela população da atividade governamental. Mesmo existindo a exceção à regra, no noticiário do jornal *Primera Edición*, pouca voz se dá a população diretamente atingida. O silenciamento é evidente, tanto numericamente quanto qualitativamente. Temos que viver é conhecer, bebendo nas fontes da Teoria da Vida proposta por Capra. E se silenciarmos, não podemos conhecer bem, pois estaremos privilegiando apenas

alguns aspectos, em uma repetição monótona e previsível. E isso deve ser deixado bem claro. Se não conhecemos, não vivemos. No Jornalismo, esta atuação está distanciando o fazer de todo o potencial que o seu *ethos* possibilitaria. É o que se vê nos noticiários desta análise. A opção editorial por um único enquadramento – a necessidade de fazer a usina por conta de seu alto investimento – é avassaladora. Este sentido se evidencia na escolha das editorias (seções temáticas dos jornais) para a publicação das reportagens acerca da construção das hidrelétricas. Nos jornais *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *El Territorio*, essas reportagens são encontradas nas editorias de economia, dinheiro, tecnologia, política, local e região. É no texto das notícias e na sua classificação que se pode perceber uma formação de sentido que leva o leitor para a assertiva: o progresso é bom a qualquer preço.

Esta solução discursiva é cômoda para quem a publica, pois neste movimento governamental sobra a energia para os moradores e, também, jornalistas das capitais. Já para os moradores da região da usina, sobram todos os problemas culturais, sociais, econômicos, ambientais e de saúde. A conta não fecha. A relação é desigual. Os governos e empresas estatais promulgam princípios que são adotados como verdade pelas empresas jornalísticas que publicam as notícias. A injustiça social se perpetua como algo menor, um dano necessário. Não importa se existem discursos e pesquisas científicas que demonstram que os estragos serão irreversíveis e a geração de energia pífia. Não importam outros saberes que não sejam oriundos do campo econômico, político e administrativo. O fato de que um dos quatro jornais adotou o ponto de vista contrário ao do primeiro grupo de três jornais demonstra, para mim, que toda cobertura jornalística depende de posicionamentos, valores e, sim, de um *ethos* que é praticado por aqueles que tomam as decisões. É muito significativo que a notícia que usei para demonstrar a opção editorial do jornal *Primera Edición* seja uma pauta investigativa que publica justamente um relatório científico que aponta, por meio de especialistas, a criação de uma situação de destruição ambiental, social e cultural de uma população. É o furo de reportagem. Já destaquei a importância deste expediente para direcionar coberturas jornalísticas. Na batalha cotidiana de publicação, sempre há espaço para mudanças de rumo, mas precisam existir argumentos. E a informação privilegiada é um dos expedientes que tem maior peso nas decisões editoriais. É difícil não publicar um furo. Claro que muito material é engavetado por força da ação de autoridades que não desejam a divulgação de informações que possam virar a opinião pública contra suas ações. Mas não é só a questão política. Falo aqui da questão jornalística. Falta sim proximidade cultural com os ribeirinhos. Os moradores do local não são jornalisticamente relevantes para os diários analisados. As vozes surgem em

raras ocasiões dentro da amostra. Nos jornais *Correio do Povo* e *El Territorio*, não se encontram falas da população. No jornal *Zero Hora*, apenas em uma reportagem. E no jornal *Primera Edición*, a palavra da população em geral – não de especialistas – também é limitada, mas presente. Sustento esta afirmação com a análise dos noticiários presente no Anexo.

Quando surge a voz do ribeirinho, ela confere uma carga dramática à narrativa jornalística. Como no exemplo abaixo:

Acá se vive tranquilo. Siempre fue un lugar calmo y lleno de bellezas naturales, salvo en la época en la que pasaban los bandeirantes. Ahí era más complicado. Yo viví acá toda mi vida y siempre escuché eso de la famosa represa, pero no creo que se haga nunca. No hay razón para que nos saquen de acá y para destruir un lugar tan hermoso como éste”, expresó uno de los lugareños más longevos de Puerto Azara, Mauricio, de 88 años vividos íntegramente aquí. (PRIMERA EDICIÓN, 2009).

É a opinião de quem tem poucas informações sobre o tema. O que é uma constante na região. A informação é controlada. As vozes dissidentes de lideranças ambientalistas sustentam o discurso contra-hegemônico de que as usinas hidrelétricas não trazem o progresso. Estes sim encontram abrigo nas páginas do jornal de Posadas com mais frequência. Evidencia-se a escolha da entidade civil Mesa Provincial No a las Represas como interlocutora habitual dos jornalistas. Estão lado a lado com as fontes oficiais na sustentação das notícias. Enquanto no grupo dos três jornais o fluxo discursivo pode ser sempre colocado como tendo origem em alguma fonte ligada a setores governamentais, na cobertura do *Primera Edición*, as iniciativas da Mesa Provincial ocupam este espaço. Novamente reforço que os moradores da região do rio Uruguai não tem este protagonismo, à exceção das reportagens especiais onde os repórteres são enviados as cidades ou quando são moradores que tem alguma função em entidades da sociedade civil, como associações ou sindicatos. Aí é que reside a questão fundamental, no meu entendimento, da produção jornalística e de seu *ethos*.

Quando o repórter sai a campo, ele altera a sua percepção usual de qualquer acontecimento por conta do deslocamento no território social e da sua inserção no cotidiano do outro que não é uma fonte habitual. O repórter só é repórter quando lhe é permitido – ou quando ele assim exige – que apure informações longe do ambiente controlado da redação. É possível fazer apurações remotamente, mas o resultado sempre é parcial, limitado a declarações. Não há imersão. Este procedimento não retira a necessidade de pesquisa prévia e consulta a banco de dados e arquivos. Quanto mais conhecimento for pesquisado, mais rica será a apuração. Neste caso, o repórter apura em territórios distintos. Um de cenários de

agricultura e outra de florestas.

Afirmo a questão de o Jornalismo ser uma necessidade orgânica do ser humano e que está em relação direta com a sociedade, sendo influenciado por ela e a ela influenciando. Isto só ocorre plenamente quando há a inserção do repórter no tecido social. E assim, ao retornar à redação, também o repórter irriga com outros saberes os colegas repórteres e editores. Esta dinâmica promove uma oxigenação no ambiente de trabalho. Destrói muitos santos de barro. Interfere na organização administrativa do jornal. E por conta disso é muitas vezes limitada pelas chefias e pelo código não escrito de normas e comportamentos aceitáveis: o *ethos*. Esta relação não pode ser generalizada e muda de veículo para veículo, sendo distinta de acordo com o grupo de jornalistas de cada redação; é, na essência, heterogênea, assim como os discursos produzidos.

Quando se realiza uma análise de noticiário como a desta pesquisa, se faz um recorte arbitrário de determinados veículos. Neste trabalho, tal procedimento focou a análise nos veículos regionais, com mais proximidade com o tema. E ficou evidente a pouca participação dos moradores locais entre as vozes ouvidas pelos jornalistas. Os saberes ribeirinhos não chegaram à redação dos jornais analisados, salvo as exceções do *Primera Edición*.

O procedimento de recorte baseado nas noções da Análise do Discurso relativas às formações discursivas e a tomadas de posição do sujeito demonstra que os jornais *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *El Territorio* tem a maioria das Sequências Discursivas classificada como superposição. A superposição é o discurso do “bom sujeito”. Ele se coloca dentro da Formação Discursiva dominante e reforça uma ordem pré-existente. Porém, como em todo discurso há uma falha, surgem, em meio ao sentido mais intenso (escorado no mito do progresso da modernidade), sentidos outros, dispersos. Ocupam estes uma formação discursiva especial, como o discurso ambiental. Muitos jornalistas – e isso pode ser visto no noticiário – já têm os especialistas do campo ambiental em suas relações de fonte. Mesmo com um espaço reduzido, estes atores estão no cenário. Lutam na arena simbólica e propõem atividades como marchas, bandeiraços, consultas populares, manifestações e outras ações para romper o cerco do silenciamento. Em grande medida, no jornal *Primera Edición*, este movimento acontece. Neste diário, entre os fragmentos analisados, a contra-identificação é a tomada de posição majoritária.

Estes indícios discursivos são partículas que auxiliam a montar o mosaico da questão da cobertura jornalística. O texto evidencia direções no sentido, como se fossem fluxos hídricos de noções que desaguam nas relações entre jornalistas, leitores e fontes. Na teia da

vida, o jornalista usa sua linguagem para interferir no tecido social. Ao congelar este fluxo, o analista pode ver aspectos que, na corrente cotidiana, não se deixam perceber e, ao emergir na complexidade do tema, ver as nascentes de saberes que brotam das pedras. Uma posição é a de que o rio tem mais saberes e poderes do que a energia potencial hidrelétrica. Outra posição é a de que o morador, o ribeirinho do rio Uruguai, deve ter voz na discussão que ocorre na arena pública dos periódicos. A sua não inclusão é um erro, usando como parâmetros de avaliação a técnica básica do método de apuração jornalístico. Como priorizamos a notícia – de acordo com Park – na formação de sentido e não a reportagem, por conta do aspecto de repetição cotidiana da notícia, só posso afirmar que o noticiário dos jornais *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *El Territorio* reforçam a necessidade inadiável de fazer as usinas hidrelétricas. O progresso e o desenvolvimento, duas noções abstratas, de acordo com estes diários, podem atuar na realidade do território e são considerados como forças que canalizam recursos administrativo-financeiros das duas nações e produzem melhorias na qualidade de vida dos moradores, como escolas, hospitais, pontes, lagos, etc. Só o olhar fechado e parcial pode se deter nesta constatação. Em nenhum momento é questionada ou recuperada pelos jornalistas a sequência de acontecimentos anteriores e exemplos de outras obras semelhantes que trouxeram problemas sócio-ambientais até hoje não resolvidos. O contraditório surge apenas como efeito de pluralidade em raras exceções, que dentro da amostra têm pouca ou nenhuma relevância. Para o leitor diário do noticiário, a exceção é exatamente isso: uma exceção. Está despida do potencial renovador da dúvida. É relegada ao aspecto da história dita humanizada das reportagens especiais. Mas não equilibram a avalanche de notícias que exaltam o “investimento” e a necessidade de “energia” para vencer o “atraso”. Entre o noticiário cotidiano e a reportagem eventual, também se apresenta um desequilíbrio.

A crise ambiental já entrou na vida dos moradores ribeirinhos. Espreita-os da soleira da porta. As vozes dos ribeirinhos recolhidas na audiência pública e na ocasião da consulta popular trazem o medo diante de um inimigo que lhes parece invencível: o progresso, personificado pela usina hidrelétrica. Não é a figura simpática do desenvolvimento, mas sim a imagem da ruína de uma felicidade simples de quem trabalhou a vida inteira e agora tem de ter seu futuro afogado juntamente com as lembranças de um passado de adaptação ao ambiente.

O saber que pode apontar formas de superar a falha metabólica do capitalismo e da natureza tem previsão de ser afogado num lago, denominado de “bomba-biológica”. E é o

biólogo Maturana que dá a chave para desarmar a bomba:

[...] se não há encontro, não há interação, e se há encontro, sempre há um desencadear, uma mudança estrutural no sistema. A mudança pode ser grande ou pequena, não importa, mas desencadeia-se nele uma mudança estrutural. De modo que uma história de interações recorrentes é uma história de desencadeamentos estruturais, de mudanças estruturais mútuas entre o meio e o ser vivo, e o ser vivo e o meio [...]. (MATURANA, 2001, p. 61).

A interação. O encontro mediado pelo afeto e pela emoção do amor. Os homens se aproximam da natureza pela informação há milênios. O pensamento selvagem, assim nominado por Lévi-Strauss, é uma amostra desta etapa. O que hoje chamamos de cultura é oriundo de operações mentais que analisam informações da natureza. Este encontro é múltiplo e é complexo. E não é regido apenas pela razão. Nesta relação com o natural, a elaboração de saberes opera no racional e no imaginário, concomitantemente. Não se deve escrever sobre o Yucumã sem estar ou ter estado no Yucumã. Por quê? Por conta da falta de interação. Não se pode interagir com um lugar sem estar nele e usar os sentidos para percebê-lo. A narrativa jornalística necessita desta dose de realidade e interação com o natural e com o humano. Assim, não há justificativa para a falta de vozes dos ribeirinhos no noticiário. Há sim, uma tentativa definida de silenciamento. Não temos o ribeirinho pois dele não necessita o jornalista. Não está em seu *ethos*. Nenhum *daimon* sopra no ouvido do repórter esta necessidade. Ou muito pouco. Em pequenas doses até se dá um rompimento com o pré-estabelecido. E a forma mais propícia de virar o jogo discursivo se manifesta na tomada de posição que um furo jornalístico tem de potencial. Foi o que revelou a notícia do jornal *Primera Edición*, que obteve acesso a estudo científico que comprovava uma série de problemas para a população que o projeto da represa iria ocasionar. A partir deste episódio, a cobertura jornalística passou a buscar vozes que sustentassem o publicado no documento secreto. É importante notar que o valor maior desta informação é de ela ser do próprio governo. Nada do relatório é uma novidade dentro dos saberes ambientais. O particular desta situação é o fato de autoridades governamentais terem encomendado o estudo e decidido pelo seu ocultamento, deliberadamente, comprovando uma postura não condizente com a do servidor público.

Nos jornais brasileiros, nem uma palavra sequer deste episódio. E a fala de ambientalistas que denunciam informações semelhantes ao do relatório secreto recebe um pequeno espaço no noticiário, sempre adequadamente contrapostas por dizeres de autoridades das empresas estatais que garantem que nada de prejudicial ocorrerá por conta da instalação das usinas e que as compensações financeiras serão adequadas. Os lagos serão usados para

pesca e turismo, não sendo feita nenhuma menção à questão do aumento de doenças. Em muitas notícias que foram denominadas pela análise como de contra-identificação, porém classificadas como acontecimento discursivo, se demonstra que existirão problemas sim, de infraestrutura e de desalojamento de pessoas, perda de terras produtivas e outros fatos isolados. Porém, o que se busca é uma indenização financeira real. Em outras palavras, os atingidos aceitam a usina, desde que bem indenizados, transferindo o discurso monetarista para os ribeirinhos que mesmo nas poucas aparições não o pronunciam. Quem pede melhores compensações financeiras são os prefeitos e diretores de entidades sindicais e de movimentos sociais.

Para o morador o problema vai além do dinheiro. O ribeirinho reclama da perda da sua história de vida. Do afogamento da memória, da vida cotidiana, do círculo de familiares e vizinhos que dão sentido ao seu modo de vida interiorano. Reclamam de que vão perder qualidade de vida, pois são agricultores e criadores de animais, atividades que não podem exercer nas vilas das cidades maiores, local onde sabem que acabariam por conta dos relatos que recebem e de uma certeza que o conhecimento apurado da realidade local lhes ensina: não há terras para vender.

É importante destacar que este acontecimento – projeto de uma hidrelétrica – não é usual nem corriqueiro. É uma intervenção bilionária, feita com recursos públicos e que tem uma duração incalculável. Não é uma simples notícia por nenhum ângulo de análise ou ponto de vista. Tanto os que são favoráveis quanto os que são contra têm de fazer esforços incríveis para viabilizar o projeto ou para barrá-lo. Por isto é incompreensível à luz de qualquer teoria ou técnica jornalística o minguido noticiário e a centralidade da questão econômica na condução da discussão.

Por conta desta incompreensão é que abrimos a análise para outros saberes. Não será o discurso isoladamente que poderá nos dar alguma resposta. O discurso e sua análise permite consolidar um idéia. Esta idéia, o predomínio discursivo da propagação do progresso como ideologia, nos leva diretamente para o choque frontal com o saber ambientalista que demonstra que a fórmula se esgotou por conta de que a natureza tem recursos finitos. Para sairmos do impasse, sustentei que a aproximação do Jornalismo das leis da natureza não opera exclusivamente por meio de técnicas científicas. E também que o Jornalismo, como integrante dos sistemas vivos, está no universo das interações sociais.

Novamente recordamos Maturana, que afirma que a história de um ser vivo é uma história de interações que desencadeiam nele mudanças estruturais. Se, no microuniverso da

biologia, é pelas interações que ocorrem as mudanças, também no tecido social, onde opera o Jornalismo, tal atitude ocasiona mudanças estruturais. Felizmente são muitos os exemplos de que interações trazem mudanças estruturais. A interação entre os povos originais e os colonizadores europeus produziu mudanças nos dois lados, criando um terceiro. Claro que esta interação não foi desprovida de violência. Mas também não foi desprovida de amor. Exemplificamos este aspecto com os relatos de Simões Lopes Neto e Güiraldes. A relação social da época assimilava aspectos dos saberes múltiplos, ao menos em sua literatura e narrativas que permaneceram como legado da obra cultural das duas nações. Este processo de produzir este texto, ao focar apenas o Jornalismo e não a literatura, demonstra pela amostra de notícias que o jornalista responde apenas por produzir notícias de uma única cultura. O saber jornalístico está limitado por um *ethos* que transforma os muitos aspectos da realidade em um discurso único. Diante do anúncio de um mega-empreendimento como o de Garabi-Panambi, que produzirá uma efetiva alteração no território e na vida de milhares de pessoas, os jornais publicam prioritariamente notícias com informações sobre o aspecto econômico, as cifras do investimento, os empregos gerados pela obra, os impostos decorrentes das operações posteriores de geração de energia. E o saber do ribeirinho é desprezado pelo jornalista. Esta é uma questão que, no meu entender, só pode ser explicada em parte pelo *ethos*. Retomo a noção pela definição de Park (2008): “os gregos aplicavam o termo *ethos* para a soma de usos característicos, ideias e padrões e códigos pelos quais um grupo era diferenciado e individualizado em caráter de outros grupos. Ética eram as coisas que pertenciam ao *ethos* e, portanto, as coisas de padrão de direito”.

Mas é necessário somar ao *ethos* o pensar livre. Pensar para escutar o divino, o *daimon* que inspira; para ter saber; para duvidar do que aí está dado; para indagar; para questionar os mais poderosos hábitos e costumes, práticas e técnicas, leis e reis. Como bem colocou Sodré (2002), enquanto atravessado pelo transe de sua origem e seu destino, o homem encontra o sagrado. A questão do interesse público é uma constante no imaginário social dos jornalistas, um sagrado, e necessita da interação para ser ingerido cotidianamente. O saber do interesse público advém da interação obsessiva com o público e é um saber que não pode ser congelado em regras e fórmulas. Tem para cada acontecimento um saber. O jornalista se aproxima do interesse público no cotidiano da apuração da notícia. O interesse público não é definível, será mais ou menos relevante para a sociedade que recebe a notícia na medida em que o jornalista fizer uma apuração mais completa. E para esta apuração ter complexidade, no caso dos temas ambientais, é imprescindível a imersão do jornalista no território. E mais. Como já

explicamos das formulações de Maturana, as relações sociais estão no “fundamento do social através da emoção do amor” (MATURANA, 2001a, p. 48). Amores e afetos são, para o biólogo, o que de fato interferem nos juízos éticos. No emocional é que nos aproximamos e entramos em contato com os outros membros da nossa sociedade. O que surgiu na minha análise e na sua contextualização é que não há afeto entre o jornalista e o ribeirinho. Estes dois lados, protagonistas da produção jornalística, estão afastados por quilômetros e valores. Modos de vida distintos e incompreensíveis mutuamente. Porém, cabe ao jornalista construir as pontes para adentrar os outros universos sobre os quais se debruça em seu ofício. Para alcançar as “mudanças estruturais mútuas” (MATURANA, 2001a, p. 61) que o ofício permite, é necessário que os valores e princípios contemplem o outro e o múltiplo.

Este é o ponto. Diante da crise ambiental avassaladora, necessita o Jornalismo superar a falha metabólica entre capitalismo e a natureza. A falha discursiva mostra que há possibilidades de alteração das formações discursivas, havendo espaço para a construção de outros discursos, mesmo que o contexto sócio-cultural não tenha sofrido alterações estruturais. Há, dentro do noticiário analisado, demonstrações de que o uso de fontes pode ser diferenciado, e o enquadramento não exclusivo na promoção do atual modelo econômico.

A natureza pode ser e estar na formação deste outro imaginário em que o *ethos* jornalístico pode mergulhar. Segundo Bachelard: “[...] a água é uma matéria que vemos nascer e crescer em toda parte. A fonte é um nascimento irresistível, um nascimento contínuo. Imagens tão grandiosas marcam para sempre o inconsciente que as ama.” (BACHELARD, 2002, p. 15). A água pode atuar no sentimento de afeto. O Yucumã é água, mas também é pedra e árvores. É um ambiente natural único. É uma imagem forte, ancestral, sagrada. É uma falha que une. É uma passagem para muitos lugares. É um lugar e é um não lugar. Sua imagem liberta a mente para a formação de outros sentidos. Sua complexidade não se define em um só termo. O Yucumã é força e é transformação. Tem suas profundezas em eterno movimento; o potencial de um imaginário pouco compreendido pela razão. O Yucumã precisa ser sentido em seu ambiente e estimular afetos e não apenas a racionalidade.

O *ethos* jornalístico, para fazer a apreensão da complexidade deste fenômeno e produzir por meio da linguagem um discurso que o contemple, tendo como valores os aspectos do simbólico relacionados ao saber ambiental, tem de acolher também os mitos que renovam o já instituído, provocando perturbações. Assim, necessita dialogar com outros saberes que conseguem ilustrar enquadramentos distintos da observação e tentativa de compreender a realidade.

Repito. No transe de sua origem e seu destino, o homem encontra o sagrado. O natural pode levar o jornalista ao transe de sua origem. E lá, este pode vislumbrar imagens (inquietações) do destino. O imaginário se banha na natureza, o natural pode fornecer imagens. A imagem do *daimon* leva para o caminho do diálogo, e não da exclusão do outro. É na linguagem jornalística que, usando o termo de Lévi-Strauss, se forma uma determinada *imagines mundi*. Já dissemos que a aproximação das leis da natureza não opera exclusivamente por meio de técnicas científicas. Assim, para estabelecer uma outra relação com o natural, o homem tem de alterar sua linguagem e fazer um esforço para deixar aflorar outros mitos existentes, talvez marginalizados por enquadramentos que diminuem nossa capacidade de simbolizar.

A formação de um *ethos* jornalístico necessita da paixão e da emoção que o natural oferece ao pensamento humano, formando novas linguagens e outros discursos, outros saberes para outra leitura do mundo, na qual não é mais o progresso econômico embasado na ciência que domina a formação de sentidos. O progresso econômico não é suficiente para enfrentar a crise. A crise ambiental deve ser vista não apenas como uma crise, mas como uma nova chance de sintonizar com a maioria da população a arte de fazer Jornalismo como uma ferramenta de intervenção social em benefício do equilíbrio das condições de vida mínimas, negadas hoje para mais de 1/3 dos habitantes da terra. Não basta apenas se opor ao capitalismo. Não basta apenas pensar nos discursos. Não basta apenas entender a formação da vida como uma composição cooperativa da natureza. É preciso incluir uma pequena partícula de um outro imaginário na racionalidade ocidental. É necessário semear pelos campos infindos do simbólico as leituras silenciadas do mundo, escanteadas com a colonização da América para os rincões de fundo de mato que habitam os ribeirinhos da civilização do futuro. Está imersão nas águas conduz o ser humano ao seu nascer, a sua fonte de sentido, a miríade de sentidos possíveis. É levar a racionalidade ambiental a um mergulho profundo no mundo não-ocidental. O mundo do continente que mescla todos os povos; da terra de muitos; da região do Prata; do grito dos afogados; e do não aceitar o silenciamento e buscar um *ethos* que contemple como essência o acaso, a *contingência* e a possibilidade de liberdade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). **Região hidrográfica do Uruguai**. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/uruguai.aspx>> Acesso em 15 jan. 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). **Bacia do Rio Uruguai**. 2010. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?id_area=111>. Acesso em: 1 dez. 2014.

_____. **Relatório ANEEL 2011**. Brasília: ANEEL, 2012. Disponível em: <<http://www.anel.gov.br>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

ALMEIDA, Alvenir Antonio de. **As Usinas Hidrelétricas e os Atingidos da Bacia do Rio Uruguai: intenções entrecruzadas**. 2003, 250 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, 2003.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ALTHUSSER, Louis. **Posições 2**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1980.

APPADURAI, Arjun. **O medo do pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. **Jornalismo, magia e cotidiano**. Canoas: ULBRA, 2001.

BECKER, Ítala Irene Basile. **Os índios Charrua e Minuano na antiga banda oriental do Uruguai**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

BELO, Camila Nehing. **Itaipu: marcos da construção da Usina nas páginas do Jornal Clarín (1973 – 1979)**. 2011, 145 fl. Dissertação.(Mestrado em História) Universidade Federal da Grande Dourados.2011.

BELMONTE, Roberto Villar. **A construção do discurso da economia verde na revista Página 22**. 2015, 179 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BERGSON, Henri. **Memória e Vida. Textos Escolhidos**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BOFF, Leonardo. **Daimon e ethos**. América Latina em movimento on-line. 2003. Disponível

em: <<http://www.alainet.org/pt/active/3959>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011a.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011b.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BUEDE, Mario Teixeira. **Emprego de uma metodologia multicritério na avaliação do estudo de impacto ambiental de hidrelétricas**. 2006, 276 f. Tese (Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

CALABRESE, Omar. **A linguagem da arte**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

CANESE, N. K.; ALACARAZ, F. A. **Diccionario guaraní-español, español-guaraní**. Asunción: Instituto Superior de Lenguas. Universidad Nacional de Asunción. [19--?].

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARTIER-BRESSON, Henri. **O Imaginário segundo a natureza**. São Paulo: Editora Gustavo Gili do Brasil, 2015.

CASTILHO, Cesar Aguillera. Comunicação e informação antes da impressão. In:

QUINTERO, Alejandro (Coord.). **História da imprensa**. Lisboa: Editora Planeta, 1996.

CASTRO, Silvana de. Policial é baleado no Rio Uruguai. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 out. 2010. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2007/10/policial-e-baleado-no-rio-uruguai-1652515.html>>. Acesso em: 17 abr. 2015. As 14h57min.

CESAR, Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1969.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CIGANA, Caio. **À espera das águas**. Porto Alegre, 30 de mar. 2014 In: **Zero Hora**.

CORREIO DO POVO. **Complexo de usinas no Noroeste gaúcho deve desalojar 12,6 mil pessoas**. 2013. Porto Alegre, N. de 9 de mar. 2013.

DA SILVA, Patrícia Pereira. **A representação do MAB na imprensa escrita: caso da hidrelétrica Candonga/MG.** 2008, 133 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa, 2008.

DARNTON, Robert. **Edição e Sedição: O universo da literatura clandestina no século XVIII.** São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEPRÁ, Giseli. **O Lago de Itaipu e a luta dos Avá-Guarani pela terra: representações na imprensa do Oeste do Paraná (1976-2000).** 2006, 137fl. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Grande Dourados, 2006.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método.** São Paulo: Hemus editora. 1973.

DÍAZ, César L. **La cuenta regressiva: la construcción periodística del golpe de Estado de 1976.** Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2002.

DOMINGUEZ, Carlos André Echenique. **Comunicação e Saúde Pública: um estudo dos discursos e sentidos. Caso das campanhas de prevenção ao câncer de colo de útero.** 2000, 146fl. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

DOMINGUEZ, Carlos André Echenique. **Rio Vacacai-Mirim: o lado verde da Santa Maria.** 2014. Reportagem milongagem disponível em: <<http://decom.cesnors.ufsm.br/vacacai-mirim/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

DOMINGUEZ, Carlos André Echenique. **A margem da democracia.** 2015. Webreportagem multimídia disponível em: <<http://decom.cesnors.ufsm.br/dahora/a-margem-da-democracia/>>. Acesso em 15 de abr. 2015.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica.** Lisboa: Edições 70, 1993.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

EL PORTAL ANDRESITO. **A vida de Andresito Guacurari.** 2013. Disponível em: <<http://www.portalandresito.gov.ar/>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

ELETOBRAS. **Estudo do inventário do Rio Uruguai no trecho compartilhado entre Argentina e Brasil:** informativo. [S.l.: s.n], 2010.

ELETOBRAS. **Histórico.** [201-a]. Disponível em: <<http://www.eletobras.com/ELB/data/Pages/LUMIS95C861C2PTBRIE.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

ELETOBRAS. **UnE Garabi-Panambi.** [201-b]. Disponível em: <<http://www.eletobras.com/elb/data/Pages/LUMIS39833F64PTBRIE.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

ENGELS, Frederick. **Dialética da natureza**. São Paulo: Editora Flama, 1946.

EPICURO. **Antologias de textos**. Da Natureza. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As transterritorializações na bacia do rio uruguai e o alagamento sistemático de coletividades**. 2009, 286 fl. Tese (Doutorado em Desenvolvimento regional e urbano) Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FAINGUELERNT, Maíra Borges. **Belo Monte**: o estado democrático de direito em questão. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

FIOCRUZ, FASE. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Rio de Janeiro: LIS/ICICT/Fiocruz, 2014. Disponível em : <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>>

FERIGATO, Gabriela; ÁLVARES; Rodrigo. Será o Inverno? **Revista Imprensa**. P. 45-47, jun. 2014, número 301.

FERNANDES, Cláudio Tadeu Cardoso. **Impactos socioambientais de grandes barragens e desenvolvimento**. 2010, 250 f. (Doutorado em Desenvolvimento sustentável – Universidade de Brasília, 2010).

FERNANDES, Florestan (Org.). **K. Marx, F. Engels**: história. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. **A voz e o sentido**: poesia oral em sincronia. São Paulo: Unesp, 2007

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **A luta dos atingidos por barragens no Brasil**: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande. FCT-UNESP, 2010.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos**: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

FOSTER. John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____.WOOD, Ellen Meiksins (orgs.). Em Defesa da História: Marxismo e Pós-Modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCALT, Michael. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FUNDAÇÃO Gaia. **Síntese do curriculim vitae de José Lutzenberger**. [20--?]. Fgaia.org.br. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/apres-lutz.html>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

GALVANI, Walter. **O prazer de ler jornal**: da acta diurna ao blog. São Leopoldo. Ed. Unisinos, 2008

GOLDIM, José Roberto. **Albert Schweitzer**. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/schweitz.htm>>. Acesso em: 6 mar.2015.

GOLIN, Tau. **Sepé Tiaraju**. Porto Alegre: Tchê! Comunicações, 1985.

GOLIN, Tau. **Identidades**. Questões sobre as representações socioculturais no gauchismo. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (org.). **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009.

GOMES, Mércio Teixeira. **Antropologia**: ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2013.

GREGOLIN, M.R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUARANI, Noel. **Balseiro do rio Uruguai**. Canção recolhida por Barbosa Lessa, musicada por Noel Guarani. Álbum Sem Fronteira. Rio de Janeiro: EMI-ODEOM, 1975.

GUASCH, Antonio S. I. **Diccionario castellano-guarani, guarani-castelhano**. 4. ed. Asunción: Ed. Loyola, 1978.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

GÜIRALDES, Ricardo. **Don Segundo Sombra**. Porto Alegre, L&PM, 1997.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HENN, Ronaldo. **Os fluxos da notícia**: uma semiose sistêmica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2002.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUGO, Vitor. Os trabalhadores do mar. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

INDURSKY, Freda. **Anotações pessoais do curso Fundamentos da Análise do Discurso**. PPG Letras, UFRGS, 2012.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória do sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S., GRIGOLETTO, E., CAZARIN, E.A. (orgs). **Práticas Discursivas e Identitárias**. Porto Alegre: Nova Prova Editora. 2008

JACKS, Nilda Aparecida; BENETTI, Márcia; MÜLLER, Karla Maria. **Hermanos, pero no mucho**: el periodismo narra la paradoja de la fraternidad y rivalidad entre Brasil y Argentina. Buenos Aires: La Crujia, 2004

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 2011.

KASPER, Carlos Benhur. et al. Composição e abundância relativa dos mamíferos de médio e grande porte no Parque Estadual do Turvo, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1087-1100, dez. 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/79909>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

KERN, Arno Alvarez. **Utopia e missões jesuíticas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

KONRAD, Josef. **Coração das trevas**. São Paulo: LP&M, 1998.

LA FAMOSA piedra Bugre de los saltos del Moconá. **Welcomeargentina.com**. [200-?]. Disponível em: <<http://www.welcomeargentina.com/elsoberbio/historia.html>>. Acesso em: 18 maio 2015.

LAGO, Claudia; ROMANCINI, Richard. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

LA NACIÓN. **Lo que lo traga**: historias y leyendas para conocer. Lanacion.com. 2002. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/438004-lo-que-todo-lo-traga>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

LARA, Diaz ; MARISOL, Fleitas. **Leyenda de los Saltos del Moconá**. Bop informa. 2013. Disponível em: <<http://bopinforma.blogspot.com.br/2013/07/leyenda-de-los-saltos-del-mocona.html>>. Acesso em: 18 maio 2015.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**. A territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEGIÃO Urbana. **Música urbana**. Compositor: Renato Russo. Rio de Janeiro, EMI, 1986.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

LEVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo, Papyrus, 1989.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e o poder nas organizações e na mídia durante o processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó, no Rio Uruguai.** 2011, 423 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LOPES NETO, João Simões. **Contos Gauchescos.** Lendas do Sul. Casos do Romualdo. Edição crítica por Lígia Chiappini. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LUTZENBERGER, José. **Gaia: o planeta vivo (por um caminho suave).** Porto Alegre: L&PM, 1990.

MACÊDO, Carolina Ruiz de. A representação do Ethos jornalístico no cinema: da premissa teórica da verdade ao mundo cão das rotinas. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 12., 2010, Campina Grande. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: Intercom, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1515-1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2014.

MAIA, Adelma Gonçalves. **As consequências do assoreamento na operação de reservatórios formados por barragens.** 2006. Tese (Doutorado em Engenharia) Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. Cenas da enunciação. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (Orgs.). Curitiba: Criar, 2006.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2011.

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômicos-filosóficos: complexidade e libertação.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O escavador de silêncios: formas de construir e desconstruir sentidos na Comunicação : nova teoria da comunicação II.** São Paulo: Paulus, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria.** São Paulo: Paulus, 2009.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa.** Porto Alegre: LP&M, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MASCARENHAS, Milena Costa. **Poeira X Unicon**: Confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu. 2011, 151f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Oeste do Paraná, de 2011.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001a.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases da compreensão humana. São Paulo: Pala Athena, 2001b.

MAYANS, A. Ortiz. **Gran diccionario castellano-guarani, guarani-castellano**. [S.l]: Edición conjunta EUDEPA e ORIENTE, 1960;

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Atravessagem**. Reflexos e reflexões na memória de repórter. São Paulo: Summus, 2014.

_____. **Ciência e Jornalismo**: da herança positivista ao diálogo de afetos. São Paulo: Summus, 2008.

_____. **Povo e personagem**. Canoas: Ed. da Ulbra, 1996.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo, SPONHOLZ, Liriam. Bases para uma teoria do Jornalismo 2.0. Prefácio in: GROTH, Otto. O poder cultural desconhecido. Petrópolis: Vozes, 2011.

MESQUITA, F. A. **As fontes jornalísticas no Caso Dossiê**: uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital. 144fl; 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008.

MIRCEA, Eliade. **Imagens e símbolos**: ensaio sobre simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, Edgar. **El método III**: el conocimiento del conocimiento. Madrid: Ediciones Cátedra, 1986.

MOYANO, Julio. **Prensa y modernidade**: breve historia de la prensa periódica (hasta 1848): ensayo de análisis para el estudio de los orígenes de la prensa periódica argentina. Paraná: Ed. UNER, 1995.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo, Global, 2013.

NEUTZLING, Inácio. Sociedade do trabalho e sociedade sustentável. **Instituto Humanitas Unisinos**: On-Line, São Leopoldo, n. 48, 2003. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao48.pdf> . Acesso em: 15 jan. 2013.

NEVEU, Erik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

NINJA. **History**. [201-]. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/partner/ninja/history>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

O SILÊNCIO dos afogados. Vídeo-documentário. Direção: Carlos Dominguez. Produção: Clarissa Hermes e Letícia Sangaletti. Edição de Clarissa Hermes. Imagens: Lara Fagundes e Mariana Correa. Reportagem: Renata Camargo, Rodolfo Silva e Gabriele Arcy. Frederico Westphalen: Agência Da Hora, 2010. Disponível em: <www.cesnor.ufsm.br > e <<http://youtu.be/C0UynZJiYcY>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

OLIVEIRA, Eraci Gonçalves de. Caráter, a morada mais íntima do ser: anotações de um curso de Marcos Sinésio. **Anais de filosofia clássica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 2010, jun. 2010, p. 32-44. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~afc/2010/Eraci.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

PAIM, Elisângela Soldatelli; ORTIZ, Lúcia Schild (coords.). **Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai: guia para ONGs e movimentos sociais**. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/cartilha_rio_uruguai/hidro1.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2008.

PARK, Robert. História natural do Jornalismo. In: MARROCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). **A era glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre jornais**. Porto Alegre: Sulina, 2008, Vol 2.

PAZOS, Diana. MOCONÁ: Los caminos del agua. In: **Clarín**. 2008. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/suplementos/viajes/2008/10/26/v-01789049.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F., HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente da psicologia social. In: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editora, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed.

da Unicamp, 1988.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2013.

PERALTA, A. Jover; OSUNA, T. **Diccionario guarani-espanhol, espanhol-guarani**. Buenos Aires: Editoial Tupã, 1952

PIGNA, Felipe. Andrés Guacunari nuestro índio governador. **El historiador**. 2015.
Disponível em:

<http://www.elhistoriador.com.ar/articulos/independencia/andres_guacurari_nuestro_indio_gobernador.php>. Acesso em: 3 mar. 2015.

PIRIS, Eduardo Lopes. A dimensão subjetiva do discurso jornalístico: o ethos e o pathos nos editoriais do Correio da Manhã e d'O Globo sobre a deposição do presidente João Goulart. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). **Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP**. São Paulo: Paulistana Editora, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PRIMERA EDICIÓN. **En Azara no saben qué será de ellos por Garabí**. Posadas, 13 abr. 2009. Disponível em:

<<http://www.primeraedicionweb.com.ar/nota/impreso/16681/638/enazaranosabenqueseradeellosporgarabi.html>> Acesso em: 15 mar. 2014.

PRIMERA EDICIÓN. **El gobierno ocultó un informe sobre los graves impactos de Garabí**. Posadas, 26 jul. 2009. Disponível em:

<<http://www.primeraedicionweb.com.ar/nota/impreso/23900/751/el-gobierno-oculto-un-informe-sobre-los-graves-impactos-de-garabi.html>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

PRIMERA EDICIÓN. **Pese al abandono y amenaza de Garabí, Azara aún respira paz**. Posadas, 22 set. 2013. Disponível em:

<<http://www.primeraedicionweb.com.ar/nota/impreso/110852/pesealabandonoyamenazadegarabiazaraaunrespirapaz.html>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

PROCEMPA. **Estátua do Laçador**. [199-]. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/historico_estatua_do_lacador_1.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2015.

PUBLICA. **Quem somos**. [201-]. Disponível em: <<http://apublica.org/quem-somos/#sobre>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

PULITZER, Joseph. **A escola de Jornalismo: a opinião pública**. Florianópolis: Insular, 2009.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994. 3ª ed.

RED, John. **Os 10 dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RIBEIRINHOS do Rio Uruguai. Vídeo-documentário. Direção e coordenação: Carlos Dominguez. Produção e reportagem: Clarissa Hermes e Letícia Sangaletti. Imagens: Mariana Correa. Fotografia: Lucas Wirti. Frederico Westphalen: Agência Da Hora, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PhqTLH4jaaI>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

RIBEIRO, Morel Queiroz da Costa. **O Licenciamento ambiental de aproveitamentos hidroelétricos: o espaço da adequação**. 2008, 268fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Planejamento e desenvolvimento regional. **Atlas socioeconômico**: Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

ROSSATO, Alexania. **A recepção de rádio e televisão por jovens do Movimento dos Atingidos por Barragens**: as representações das classes populares. 2008, 169 fl. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SALVE o salto do Yucumã. **Projeto Ribeirinhos é sucesso nas escolas**. 2010. Disponível em: <<http://salveosaltodoyucuma.blogspot.com.br/2010/06/projeto-ribeirinhos-e-sucesso-nas.html>>. Acesso em: 24 fev. 2015

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e o meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARMIENTO, Domingo F. **Facundo, civilização ou barbárie**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SCHEIDT, Eduardo. **Carbonários do Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1727-1860)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SCHIMITZ, P. I. **Pré-História do Rio Grande do Sul**. Documentos 05. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa, 2006.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SECRETARIA Estadual de Planejamento e Desenvolvimento. Atlas Socioeconômico Rio

Grande do Sul 2000. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/>>. Acesso em 23 de janeiro de 2015

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Ed. Gaia, 2003.

SILVA, G. Valores-notícia: atributos do acontecimento. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005. Rio de Janeiro. **Anais**. São Paulo: Intercom, 2005.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear em rede. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Sulina EdiPuc, 2002.

SOUZA, Cristopher Freire. **Vazões Ambientais em hidrelétricas: Belo Monte e Manso**. 2009, 163 f. Tese (Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental). Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TRF4. **Ação civil pública inicial**: nº 5000135-45.2015.4.04.7115, 2015. Disponível em <http://www2.trf4.jus.br/trf4/>. Acesso em 3 de mar, 2015.

VERÓN, Eliseo. **Construir el acontecimiento**: los medios de comunicación masiva y el accidente en la central nuclear de Three Mile Island. Barcelona: Gedisa, 2002.

YAHN FILHO, Armando Gallo. **Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais (de 1966 a 1992)**. 2005, 147 fl. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade, Local, 2005.

WIGGERSHAUS, Rolf. **A escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

WIKILEAKS. **About**. 2011. Disponível em: < <https://wikileaks.org/About.html>>. Acesso em: 18 de fev. 2015.

WOLFE, Tom. **Radical chique e o novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ZERO HORA. **Brasil e Argentina vão construir hidrelétricas no RS** – Usina de Garabi, na

cidade de Garruchas, será a maior obra do Estado em 30 anos. 2004. N. de 8 jan. 2004.

ANEXO

Apresento aqui o número de notícias que apareceram de 2009 a 2014 sobre o acontecimento Garabi nos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora* (Brasil, Porto Alegre) e *Primera Edicion* e *El Territorio* (Argentina, Posadas). Com a busca pela palavra-chave “Garabi” nos próprios serviços de busca dos sites dos veículos jornalísticos, foram obtidos os resultados dispostos nas tabelas abaixo.

Tabela 01 - Ano de publicação e número de notícias no jornal Correio do Povo

Ano	Notícias
2014	2
2013	1
2012	2
2011	10
2010	6
2009	zero
Total	21

Fonte: www.correiodopovo.com

Tabela 02 - Ano de publicação e notícias no jornal Zero Hora

Ano	Notícias
2014	1
2013	zero
2012	2
2011	3
2010	7
2009	zero
2008	4
2007	zero
2006	zero
2005	2
2004	6
2003	1
Total	26

Fonte: Zero Hora Editora Jornalística

Tabela 03 - Ano de publicação e número de notícias no jornal Primera Edición

Ano	Notícias
2014	17
2013	15
2012	5
2011	19
2010	4
2009	18
2008	Zero
2007	Zero
2006	Zero
Total	78

Fonte: <http://www.primeraedicionweb.com.ar/>

Tabela 04 - Ano de publicação e número de notícias no jornal El Territorio.

Ano	Notícias
2014	1
2013	zero
2012	2
2011	2
2010	2
2009	5
2008	5
2007	2
2006	zero
2005	1
2004	1
Total	21

Fonte: www.territorioidigital.com

Tabela 05 - Ano de início de publicação do noticiário sobre Garabi por jornal

Jornal	Ano
---------------	------------

Zero Hora	2003
Territorio Digital	2004
Primera Edición	2009
Correio do Povo	2010

Fonte: autor

Tabela 06 – Ano de maior publicação de notícias sobre Garabi

Jornal	Ano – Número de notícias
El territorio	2008/2009 – 5 notícias
Primera Edición	2011 – 19 notícias
Zero Hora	2010 – 7 notícias
Correio do Povo	2011 – 10 notícias

Fonte: autor

a) Jornal El Territorio

Dentro das notícias do *El Territorio*, fizemos a seguinte separação em Sequências Discursivas (SD) recolhidas/encontradas em nove notícias. Cabe ressaltar que neste noticiário se intercalam notícias extensas, com mais de três retrancas, num total de texto de quase três páginas, com notas pequenas de dois parágrafos. No total, foram separadas para a análise em curso 41 SDs do noticiário do *El Territorio*.

Tabela 07 - Título das notícias selecionadas no *El Territorio*

Títulos das notícias
Corrientes muestra firmeza para reclamar derechos por las represas
Avanzan los acuerdos para las represas en Garabí y Panambí
La "Mesa del No a Garabí" pide audiencia con el Gobernador
Acordaron realización de Garabí en la cumbre presidencial
Vecinos se reúnen en contra de la construcción de Garabi
Intendentes se reunieron en foro ayer en San Javier
Piden información sobre represas
Trabajos de demarcación en el río se relacionarían con Garabí
Según el Gobierno hay mucho aún por discutir sobre el proyecto Garabí

Fonte: autor

A seguir, é apresentada a organização do noticiário de acordo com a tomada de posição:

Tabela 08 - Tomadas de posição nas sequências discursivas do *El Territoio*

Modalidades de tomadas de posição	SDs
Superposição	SD41) El debate comenzó a profundizarse cuando se conoció que el banco de inversión de Brasil garantizaría 3.000 millones de dólares a Eletrobrás para comenzar en 2010 la construcción de la represa Garabí, que una vez terminada se espera que produzca 3.000 megawatts por hora. También se adelantaron que los estudios de prefactibilidad estarían listos a fin de año.
Superposição	SD40) Por entonces, Closs había indicado que el proceso de discusión de la represa Garabí , sería el primer emprendimiento energético que compartirían Brasil y Argentina para responder la demanda de crisis energética.
Superposição	SD39) POSADAS. La posibilidad de la concreción del Proyecto Binacional Garabí, tuvo un importante debate público esta semana luego de conocerse que el banco de inversión de Brasil garantizaría 3.000 millones de dólares a Eletrobrás para comenzar en 2010 la construcción de dicha obra.
Contra-identificação Acontecimiento enunciativo	SD38) “Unas de las razones es porque en las regiones de climas tropicales y subtropicales hay fuertes discusiones acerca de las ventajas que puedan llegar a tener estas represas , lo que sí es seguro que tienen como mitigadora del cambio climático al generar un espejo de agua que genera vapor. La otra es el de las inundaciones de grandes superficies generalmente en climas tropicales y subtropicales asociadas con sistemas de bosques que son vitales para muchos especies”, indicó Manuel Jaramillo, de la Fundación Vida Silvestre de Iguazú.
Superposição	SD37) “Que las represas como Corpus y Garabí se están por construir, lo hemos escuchado muchas veces y viene de hace tiempo. No tengan dudas, que vamos a expresar las opiniones que tenemos, aunque hay mucha presión al respecto del gobierno brasileño , pero nosotros tenemos nuestra postura. Todos saben que para los misioneros Garabí con un solo cierre es muy poco conveniente y que sea con más de un cierre, todavía tenemos mucho que discutir”, afirmó Closs en aquella oportunidad.
Superposição	SD36) Posadas. Una serie de trabajos de demarcación sobre la altura del río Uruguay que se realizaron en Puerto Azara, por Ebisa y Electrobras, podrían estar relacionados con los estudios previos necesarios para la implementación de la represa de Garabí .
Contra-identificação Acontecimiento enunciativo	SD35) También destacó que “ teniendo en cuenta la mala experiencia de Yacyretá, es necesario reposicionar la presencia de Misiones y Corrientes en el seno mismo de cualquier decisión a adoptar sobre Garabí para que podamos recibir las regalías y la energía que nos

Modalidades de tomadas de posición	SDs
	merecemos en estas dos provincias”
Contra-identificação Acontecimiento enunciativo	SD34) Además de Yacyretá, los legisladores nacionales también quieren tener información actualizada y oficial sobre el estado de situación del proyecto binacional de Garabí. “Sabemos que Argentina y Brasil están dando un fuerte impulso a esta obra y los misioneros junto a los correntinos no debemos ser convidados de piedra en la cuestión” señaló el diputado Miguel Ángel Iturrieta.
Contra-identificação Acontecimiento enunciativo	SD33) BUENOS AIRES. Los diputados de la comisión de seguimiento de Yacyretá, Corpus, Garabí y Roncador decidieron reiterar los pedidos de informes escritos a la Entidad Binacional Yacyretá (Eby) sobre el estado actual de las obras complementarias para elevar a cota 83 en el embalse de dicha represa, además solicitaron la documentación oficial sobre el grado de avance del proyecto binacional Garabi.
Contra-identificação Acontecimiento enunciativo	SD32) El intendente Ruben De Lima Natividade en dialogo a “5 sentidos decía. “Lo mejor y lo ideal para los pueblos del alto Uruguay Misionero seria que la represa Garabi no se hiciera, llegamos a la conclusión que tenemos que trabajar en conjunto para que nuestros municipios sean escuchados. Nadie puede negar y está muy claro que hoy día nos encontramos con un problema energético en la región. Pero también es claro tener en cuenta la afectación ambiental que producirá dicha construcción en las comunidades del alto Uruguay Misioneros, las comunidades que serán afectadas, deben exigir de la Entidad Binacional o quien fuere que construya la represa, hacerse cargo de la reparación de daños que pudieran efectuarse”.
Superposición	SD31) José Cura intendente de Apóstoles decía “Estamos trabajando desde el año 2001 apoyando la obra yo creo que el peor de los impactos ambientales es la pobreza y para salir de la pobreza es necesario las industrias y para eso necesitamos energía, apoyamos Garabi, pero eso no quiere decir que estemos apoyando una obra que triga muchos perjuicios, es por eso que tenemos que velar y debatir, que sea disminuida esa inundación, que se haga la reforestación pertinente, que ese haga la piscicultura prevista para el lago artificial, que la forestación sea importante en ese lago, nosotros queremos que una de las turbinas sea sin cargo de lo que produce para el desarrollo de nuestros municipios”.
Superposición	SD30) El representante de los Intendentes Antonio Barros comentaba “Nosotros estamos juntándonos constantemente la idea es ponernos al día y poder dilucidar que obra se pretende para Garabi. La mayor preocupación que tienen los intendentes, es que en el caso, que se realiza la represa, que tenga el menor costo ambiental.

Modalidades de tomadas de posición	SDs
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD28) El intendente de Panambi Joaquin Olivera decía “Hoy estamos realizando una síntesis de todo lo actuado, aquí nosotros los intendentes priorizamos el impacto sociambiental de la región , nuestros municipios los que prestamos el espacio físico, debemos ser reconocidos y escuchados , pretendemos que nos tengan en cuenta, aquí se toman las decisiones y después se nos avisan y esto no puede ser.
Superposição	SD27) Los jefes comunales son concientes de que se necesita energía , tanto para nosotros como para el país todo. También se quiere disponer de agua para consumo y para otros usos. Se pretende, al mismo tiempo, un desarrollo armónico y sustentable para los pueblos de nuestra región.
Superposição	SD26) Los intendentes de los municipios de la región comenzaron a movilizarse para aclarar todas las dudas que existen con respecto a esta futura obra y ver la posibilidad de acompañar con alguna alternativa superadora. Se mencionan así, algunas propuestas que permiten comenzar a discutir y evaluar los beneficios e inconvenientes que pueden surgir de la concreción de este emprendimiento en nuestra región.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD25) Los alcaldes de una decena de localidades misioneras no quieren ser excluidos en las tomas de decisiones sobre la represa Garabí.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD24) Vecinos autoconvocados que están en contra de que se construya la represa hidroeléctrica Garabí sobre el río Uruguay se reunirán hoy a las 18, en el salón parroquial de la localidad de Puerto Azara, para analizar los pasos a seguir en su lucha.
Superposição	SD23) Los presidentes Cristina Kirchner y su par brasileño, Luiz Inacio `Lula` da Silva, en el marco de la integración y coordinación bilateral, trataron ayer la interconexión eléctrica y desarrollo de infraestructura conjunta , acordaron plazos para la construcción de nuevos puentes sobre el río Uruguay y la represa conjunta de Garabí, ubicada en Corrientes y el estado de Río Grande do Sul.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD22) Por otra parte, adelantaron que cuentan con " mucha documentación que habla sobre el mpacto ambiental y social que provocan las represas ", algo que quieren poner a disposcion del Gobernador, con el obojetivo de que sea tomado en cuenta a la hora de marcar una postura provincial al respecto.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD21) La "Mesa del No a Garabi", con la presencia del obispo emérito Joaquín Piña, solicitó una audiencia, de carácter urgente, al gobernador de Misiones, Maurice Closs, con el objetivo de dialogar con el mandatario provincial sobre la construcción de represas en

Modalidades de tomadas de posición	SDs
	Misiones. De la misma manera esperan contactarse con todos los candidatos a gobernador en Misiones, con el objetivo de conocer la posición de cada uno de estos acerca de la construcción de represas en la región.
Superposição	SD20) Seguidamente, Thomas destacó que “en forma conjunta a la construcción de las represas de Garabí y Panambí se planean ejecutar una serie de obras de infraestructura para beneficio de las comunidades locales como rutas, centros de salud, pavimentación, escuelas, viviendas, hospitales y todo lo necesario para mejorar la calidad de vida de la región”. A ello se añade la esperada construcción de puentes.
Superposição	SD19) Según Thomas “es fundamental que la población sepa que estas nuevas obras se planificaron para traer más beneficios que problemas , por eso es necesario sincerarse con respecto a la necesidad de contar con más energía y con nuevos pasos que nos unan con nuestros vecinos de Brasil”.
Superposição	SD18) “Estas represas aportarán la energía cada vez más necesaria para el crecimiento económico y el desarrollo social de nuestra región y de ambos países en general”, explicó a El Territorio el titular de la Entidad Binacional Yaciretá, Oscar Thomas, quien ayer acompañó al ministro de Planificación Julio De Vido al acto de apertura de sobres.
Superposição	SD17) Según pudo averiguar ElTerritorio, el Consorcio Energético del Río Uruguay, que agrupa a un conjunto de empresas argentinas y brasileñas sería el ganador de este proceso licitatorio porque además de ofrecer sus servicios a un precio un poco menor que el resto, pudo certificar mejor las condiciones técnicas y profesionales que respaldan al grupo.
Superposição	SD16) El ganador de la licitación realizará obras de estudios de factibilidad, impacto ambiental y comunicación . De Vido y su par de Brasil, procedieron ayer a la apertura de los sobres
Superposição	SD15) Por otra parte, se indica que en el 2015 sería el llamado a licitación para la obra. Según la Constitución Nacional, antes de eso, Corrientes y Misiones deben realizar sendos plebiscitos para definir si se avala la construcción de la megarepresa . En el 2016 comenzarían las obras de construcción para la central, que debería estar lista y operativa para el 2020.
Superposição	SD14) La Empresa Eléctrica de Brasil (Eletrobras), dio a conocer a través de un comunicado de prensa el cronograma con el cual se guiará la empresa para llevar adelante el proyecto de la hidroeléctrica de Garabí-Panambí.
Sobreposição	SD13) “Hay que pensar en las obras complementarias que se

Modalidades de tomadas de posición	SDs
	realizarían en la ciudad, además de las regalías. Pero eso no sería todo, porque también está el tributo a la comuna de las empresas, desde el inicio de obra. Sobre eso se va a legislar. Deberán pagar un derecho a la construcción , más allá de las regalías, desde que bajen la primera bolsa de cemento”, afirmó Olivera.
Superposição	SD12) Para el jefe comunal, hasta ahora “se recibió más que nada la información de los problemas que puede traer una represa , lo que todavía no se tiene en cuenta es el concepto claro de los beneficios, y es eso sobre los que nos debemos una discusión sincera todos los misioneros”.
Superposição	SD11) Por estos días, en las calles de Panambí solo resuenan los argumentos de quienes están en contra de la construcción de las represas . Para el intendente, esto se debe a que sin estos últimos estudios aún no se puede hablar con exactitud de los beneficios que traería a la región y a toda la provincia la construcción de estas obras.
Superposição	SD10) Luego vendrá el tiempo del plebiscito , que también debería llevarse a cabo en Corrientes, y que en Misiones se debe desarrollar “fuera de un año electoral”, según la ley provincial de soberanía energética.
Superposição	SD9) POSADAS. Tener información precisa , antes de tomar una decisión, es fundamental . Por ello, apenas se conozcan los resultados del estudio de factibilidad de las represas de Garabí y Panambí, el municipio misionero realizará audiencias públicas. Así lo afirmó el jefe comunal de Panambí, Joaquín Olivera.
Superposição	SD8) “En estos momentos estamos en la zona forestal y muchas veces no podemos tener aserraderos adecuados, por la falta de energía eléctrica suficiente”. Con este argumento, acompaña la iniciativa hidroeléctrica que afectará parte del municipio que administra.
Superposição	SD7) El intendente de Garabí, Luis Alberto Alvez, dejó en claro que el proyecto de “la represa Garabí está avanzado” . Informó sobre una reciente reunión con el ministro de Planificación Federal de la Nación, Julio De Vido.
Superposição	SD6) Los ambientalistas - Desde hace diez años, la Asociación Binacional Amigos del Río Uruguay presidida por Gerardo Irineo Solari vienen trabajando en conscientizar sobre la cuestión represas y toda la cuestión socioeconómica y ambiental sobre la costa del río Uruguay, con diversas instituciones y gobiernos. “Apostamos al desarrollo de la región y obviamente el tema de represa es una de las cuestiones que nos atañe. Buscamos minimizar las cuestiones negativas y maximizar las positivas” .
Superposição	SD5) Vaz Torres, plantea como una cuestión estratégica y clave para el desarrollo que las provincias afectadas que se hagan respetar los

Modalidades de tomadas de posição	SDs
	derechos ante la Nación. De lo contrario, advirtió que se seguirá lamentando el relativo desarrollo que tienen las provincias fronterizas , por ejemplo, con relación a Brasil.
Superposição	SD4) “Es la mirada que debe tener el emprendimiento Garabí con su sociedad , porque sino aparecerán los argumentos de oponerse al impacto ambiental”, advirtió. (Vaz Torres)
Superposição	SD3) “Con el proyecto de Garabí, más que pedir, nosotros vamos a ejercer nuestros derechos . No se va a poner una sola tonelada de hormigón si Corrientes no está participando concretamente en cada cuestión que tiene que ver con la obra en este territorio”, dijo el ministro de Hacienda y Finanzas, Enrique Vaz Torres.
Superposição	SD2) Los correntinos afirman que están decididos a acompañar esta iniciativa y con igual intensidad, reclaman beneficios actuales y futuros en caso de concretarse la represa que dotará de mayor energía eléctrica a la región.
Superposição	SD1) CORRIENTES - En esta provincia está clara la posición que tienen sobre el proyecto hidroeléctrico Garabí a construirse en el río Uruguay, entre la provincia argentina de Corrientes y el Estado brasileño de Río Grande del Sur.

Fonte:autor

b) Correio do Povo

Passamos agora a visualizar o noticiário do jornal brasileiro *Correio do Povo* em 16 notícias, com os seguintes títulos:

Tabela 09 - Título das notícias selecionadas no Correio do Povo

Títulos
Garabi é tema de audiência pública
Estatutal para Garabi e Panambi
Eletrobras aplica R\$ 1 bi por ano
Futura hidrelétrica mobiliza entidade
Audiência discute hidrelétricas
MAB entrega reivindicações
Município se articula para poder crescer
Acordo para complexo de Garabi

Títulos

Dilma: parceria com Argentina fortalecida
 Dilma chega com uma hora de atraso a Buenos Aires
 Dilma visita Argentina para primeiro encontro com Cristina
 Garabi entra na pauta da semana
 Mais energia para a indústria gaúcha – EDITORIAL
 Usina de Garabi é tema de encontros na Fronteira
 Projeto binacional desaloja 6 mil pessoas na Fronteira
 PAC 2 é tema de reunião no Interior
 Garabi resgatado
 AES Uruguaiana tem nova chance

Fonte: Correio do Povo

Vejamos agora como fica a organização das sequências discursivas no *Correio do Povo* em relação às modalidades de tomada de posição do sujeito do discurso nas SDs, buscando destacar, da mesma forma que no noticiário do jornal *El Territorio*, as modalidades superposição, contra-identificação e desidentificação, bem como apontar, no caso de encontrarmos contra-identificações, a existência de acontecimentos discursivos e de acontecimentos enunciativos. O modo de operação foi exatamente igual ao anteriormente descrito, com a marcação em negrito dos indicadores.

Tabela 10 - Tomadas de posição nas sequências discursivas do Correio do Povo

Modalidades de tomadas de posição	SDs
Superposição	SD 61 - A outra possibilidade surgiu no encontro entre os presidentes Lula e Cristina Kirchner, da Argentina, nas discussões sobre a construção da usina binacional de Garabi.
Superposição	SD 60 - A inclusão das hidrelétricas do Projeto Garabi no PAC II, anunciada pelo governo federal, foi comemorada com entusiasmo pelo diretor do Banrisul, Valdir Andres.
Superposição	SD 59 - Lançado na última semana, o PAC 2 permite a inserção de cidades não contempladas na primeira edição. A região Noroeste do Estado comemora a inclusão das obras da barragem binacional de Garabi , em Garruchos, no programa.
Superposição	SD59 - As obras complementares de realocação das famílias serão feitas antes do início da construção da usina, previsto para 2012, diminuindo, assim, o impacto nas áreas de saúde, de educação e de rodovias de acesso.

Modalidades de tomadas de posição	SDs
Superposição	SD 58 - A cidade de Porto Mauá e a cidade argentina de Alba Posse terão que ser evacuadas. "Estamos acompanhando o projeto para informar à população de que forma será a realocação das famílias", disse o prefeito de Porto Mauá, Pedro Pisoni. Em Alecrim, apenas parte da zona rural será alagada. Já Garabi deverá alagar o município de Garruchos, que também será removido.
Superposição	SD 57 - Um projeto binacional de geração de energia que está em fase final de estudos de viabilidade técnica deve inundar grande parte de dois municípios de área de Fronteira: Porto Mauá e Garruchos, no Noroeste do Estado. Mais de 6 mil pessoas (do Brasil e da Argentina) serão diretamente atingidas pelo empreendimento. As obras, que irão empregar dez mil trabalhadores, devem estar finalizadas em 2018.
Superposição	SD56 - Como é prevista a geração de 15 mil empregos diretos com as obras da usina, outra demanda levantada é na área de habitação nos municípios da região. Além disso, para as lideranças, é preciso confirmar se serão ou não instaladas duas barragens no rio Uruguai, em Garruchos e Porto Xavier. O investimento previsto será superior a 2 bilhões de dólares, mas esse valor e a sua origem também têm de ser confirmados.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 55 - Uma das constatações resultantes da reunião é de que o debate sobre o projeto da hidrelétrica tem se dado no âmbito dos governos federais, mas sem ouvir as comunidades na região. As administrações brasileira e argentina aceleram estudos e consideram a obra indispensável, devido à crescente demanda por energia elétrica. No entanto, as lideranças da Fronteira entendem que, além de participar da discussão, é preciso garantir dividendos e infraestrutura de apoio em função do complexo binacional.
Superposição	SD 54- Lideranças de São Borja e Santo Tomé, na fronteira entre Brasil e Argentina, pretendem ampliar o debate sobre a construção do Complexo Hidrelétrico Garabi.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 55 - Uma das constatações resultantes da reunião é de que o debate sobre o projeto da hidrelétrica tem se dado no âmbito dos governos federais, mas sem ouvir as comunidades na região. As administrações brasileira e argentina aceleram estudos e consideram a obra indispensável, devido à crescente demanda por energia elétrica. No entanto, as lideranças da Fronteira entendem que, além de participar da discussão, é preciso garantir dividendos e infraestrutura de apoio em função do complexo binacional. As propostas objetivam, por exemplo, a pavimentação de estradas, a internacionalização do aeroporto de São Borja e o

Modalidades de tomadas de posição	SDs
	incremento do hospital na cidade.
Superposição	SD 53 - Segundo Dilma, a meta do governo brasileiro é iniciar as obras no ano que vem. Se o cronograma se confirmar, o Estado abrigará um projeto superior a 2 bilhões de dólares, com geração de emprego estimada em 15 mil vagas. A usina binacional vai gerar 2.900 megawatts.
Superposição	SD 52 - Acordo para complexo de Garabi. Os governos do Brasil e da Argentina fecharam mais de 15 acordos ontem no encontro entre as presidentes Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, em Buenos Aires. Entre eles, o memorando para construção do complexo hidrelétrico de Garabi, entre Corrientes e o RS, e a parceria para reatores nucleares.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 51 - Scotto prevê que em dois anos já possam começar as obras da hidrelétrica, empreendimento a ser coordenado por Brasil e Argentina. O prefeito estima investimento de R\$ 5 bilhões e repercussão direta num raio de 100 quilômetros a partir de Garruchos. "Nossa preocupação é garantir condições básicas aos milhares de trabalhadores que se instalarão na região, desde qualificação profissional e moradias até educação e saneamento." Segundo ele, haverá mobilização de outros prefeitos e articulações em Porto Alegre e Brasília.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	SD 50 - Segundo um dos coordenadores do MAB no RS, Marco Antônio Trierveiler, o movimento pede que nas barragens previstas para serem construídas no Estado seja cumprido o decreto federal n 7.342, que instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida. Os integrantes do MAB ainda cobraram garantias do governo no reassentamento dos atingidos por barragens em áreas com infraestrutura. Genro designou o secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Ivar Pavan, para incorporar as reivindicações do movimento ao processo de decisões políticas do governo estadual.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	SD 49 - A coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) entregou ontem ao governador Tarso Genro uma pauta de reivindicações para garantir mudanças na política energética e no uso da água do Estado. O MAB solicitou a suspensão de qualquer leilão de energia elétrica, a construção das barragens de Itapiranga, Garabi, Paiquere e Garibaldi, além de todos os processos de privatização da água em andamento no Estado.
Superposição	SD 48 - O superintendente de Geração da Eletrobras, Sidney Lago Junior, é esperado para a audiência pública que a Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais da Assembleia realiza hoje, na

Modalidades de tomadas de posição	SDs
	Fenamilho, em Santo Ângelo. Na pauta, os efeitos ambientais e socioeconômicos das duas hidrelétricas previstas para o rio Uruguai: a de Garabi, em Garruchos, e a de Panambi, em Alecrim.
Superposição	AD 47 - Uma das preocupações é garantir trabalhadores qualificados e em número suficiente para as milhares de vagas a serem abertas pelo complexo. É certo, segundo Pletsch, que apenas São Borja não atenderá todas as necessidades, mas a meta é preencher a maior quantidade possível dos postos. Entre os projetos na cidade está um curso de formação de trabalhadores por meio do Instituto Federal Farroupilha.
Superposição	SD 46 - A Associação Comercial e Industrial de São Borja (Acisb) prevê para as próximas semanas a realização de audiência pública na cidade sobre a implantação da Usina de Garabi , no rio Uruguai, na região de Garruchos, na fronteira com a Argentina. Como o complexo hidrelétrico binacional ficará a pouco mais de 100 quilômetros de São Borja, a ideia é que o município possa ser transformado em um núcleo de apoio logístico e de suprimento de demandas na maioria dos setores.
Superposição	SD 45 - Outra frente de internacionalização, dessa vez na área de geração, também está sendo avaliada pela estatal: a construção de duas usinas hidrelétricas, uma no Peru e outra na Nicarágua. Há ainda estudos de viabilidade para a construção da hidrelétrica binacional de Garabi entre o Brasil e a Argentina.
Superposição	SD 44 - Brasil e Argentina irão criar uma empresa estatal para administrar as futuras hidrelétricas de Garabi e de Panambi, que serão construídas na fronteira entre os dois países. O anúncio foi feito ontem pelos ministros de Minas e Energia brasileiro, Edison Lobão, e argentino, Julio de Vido. O modelo será o mesmo de Itaipu, com parceria do Paraguai.

Fonte: autor

c) Zero Hora

O jornal *Zero Hora* é um jornal publicado em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Por conta de o serviço de buscas do site do jornal ter acesso limitado para assinantes, solicitamos à chefia de redação do jornal as notícias que fizessem referências a palavra-chave Garabi. Recebemos por conta deste pedido um arquivo .PDF com 27 páginas de notícias referentes a este acontecimento. Os anos do levantamento de notícias encaminhado pelo jornal foram de 2004 até 2014.

Tabela 12 – Títulos das notícias de Zero Hora sobre Garabi

Estado busca parceria com Eletrosul para hidrelétrica
Estado busca parceria com a Eletrosul para hidrelétrica
Brasil e Argentina retomam Garabi
Usina de Garabi ganha grupo de estudo
Projeto prevê investimento de R\$ 170 milhões no RS
Garabi pode ser construída também em Porto Xavier
Comissão será criada para usina de Garabi
Grupo de trabalho avalia Garabi
Interesse da Camargo Corrêa reforça Garabi
Cronograma projeta licitação de Garabi para 2006
Promessa de ministro devolve fôlego a projetos paralisados
Energia na pauta de Lula e Cristina
Lula diz que chegou o momento de gastar
Usina em discussão
Nova proposta, menos impacto
Eletrobras apressa projeto de duas usinas no Estado
Hidrelétricas preocupam região noroeste do Rio Grande do Sul
Governo garante preservar Yucumã
“A barragem alcança parcela do Turvo”
Impacto no Turvo deverá ser pequeno
Usinas no Rio Uruguai afetarão 12,6 mil
Dilma enfrenta teste internacional
Audiência debate usinas no Noroeste
Brasil e Argentina tentam avançar obra
Binacional e Gaúcha
Estatual cuidará de usinas na Fronteira
Duas represas no horizonte

Fonte: autor

Na análise do noticiário sobre Garabi da *Zero Hora*, selecionamos 57 Sequências Discursivas (SDs) para identificar as tomadas de posição. A verificação está contida na tabela abaixo:

Tabela 13 - Tomadas de posição nas sequências discursivas do Zero Hora

Tomada de posição	SDs no jornal Zero Hora
Superposição	SD 62 Além disso, adiantou que os entraves para a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Garabi, nas Missões, já foram solucionados . Na sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

	e a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, conversarão sobre o empreendimento que atinge municípios nas fronteiras dos dois países.
Superposição	SD 63 Afirmou que os problemas ambientais que existiam na Argentina envolvendo a futura usina de Garabi foram sanados , o que libera a área técnica e política do governo para prosseguir nas negociações. Parado há pelo menos quatro anos, o projeto prevê investimentos de US\$ 3 bilhões na construção, no município de Garruchos, de uma hidrelétrica com capacidade para gerar 1,8 mil megawatts.
Superposição	SD 64 A sinalização do ministro, no entanto, umenta as expectativas de prefeitos da região das Missões. – Seria a redenção de uma região empobrecida – acredita o prefeito de Garruchos, João Portela (PP).
Superposição	SD 65 os dois presidentes assinarão uma série de acordos e protocolos de intenções que incluem a produção compartilhada de energia através da construção do complexo de Garabi , no Rio Uruguai, e a cooperação no enriquecimento de urânio.
Superposição	SD 66 Na reunião na Casa Rosada, a partir das 11h30min, as duas presidentes devem assinar acordos sobre mais de uma dúzia de assuntos, entre os quais a intensificação da cooperação na área nuclear e a construção da hidrelétrica de Garabi, sobre o Rio Uruguai . Incluída no PAC 2, Garabi está em fase de estudos de impacto ambiental e ficará entre a província de Corrientes e o município gaúcho de Garruchos
Superposição	SD 67 Lula frisou a necessidade de se definir o potencial hídrico, nuclear e de biocombustíveis da América do Sul. Enquanto isso não acontece, Brasil e Argentina tratam de acelerar projetos bilaterais na área . Com esse objetivo, a Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras) e a EBISA (Empreendimentos Energéticos Binacionais SA) foram encarregadas de acelerar os estudos técnico e ambientais para a construção da Hidrelétrica de Garabi, cujo protocolo binacional para construção foi assinado em 5 de janeiro de 2005.
Contra-identificação Acontecimento Enunciativo	SD 68 Desde a manhã de ontem, os problemas ambientais gerados pela construção de usinas hidrelétricas estão sendo discutidos em Santo Ângelo, nas Missões.
Superposição	SD 69 O projeto Garabi, usina binacional que deve ser construída entre o Brasil e a Argentina , no Rio Uruguai, abriu o fórum. O cronograma estipula que a obra deve começar em 2011. A licitação está prevista para o final de 2010. Já os estudos ambientais e de viabilidade da obra, iniciados em setembro, se estendem até 2011.
Contra-identificação Acontecimento Enunciativo	SD 70 o novo estudo sobre o trecho limítrofe entre os dois países para geração de energia está perto da conclusão. A previsão é que seja apresentado até o final deste semestre. Os resultados do levantamento indicam uma readaptação do projeto de construção de duas usinas binacionais para que elas causem menos impacto

	ambiental na região. José Ayres Campos, presidente da CNEC, empresa que faz o levantamento, diz que o investimento pode chegar a US\$ 3 bilhões.
Superposição	SD 71 Para gerar energia entre os dois vizinhos, porém, os projetos tiveram de ser redimensionados buscando um equilíbrio entre máximo potencial hidrelétrico com o menor impacto ambiental.
Contra-identificação Acontecimento Enunciativo	SD 72 O próximo passo é o estudo de viabilidade econômica, previsto para este ano. Para Altino, será possível começar a construção em 2012. Existe um entendimento dos dois países de harmonizar a legislação ambiental para acelerar o licenciamento e erguer os dois empreendimentos simultaneamente.
Contra-identificação Acontecimento Enunciativo	SD 73 – Antes era uma concepção que tinha dificuldade de ser aprovada. Agora é um projeto socioambientalmente mais amigável – diz o presidente da CNEC, empresa que pertencia à Camargo Correa e, no final do ano passado, foi vendida para a australiana WorleyParsons.
Contra-identificação Acontecimento Enunciativo	SD 74 Uma das principais ameaças levantadas pelos ambientalistas contrários às hidrelétricas era a possibilidade de as usinas fazerem com que desapareça parte do Salto do Yucumã , no Parque Estadual do Turvo
Superposição	SD 75 Segundo Altino, o redimensionamento elimina qualquer risco ao salto , eleito uma das sete maravilhas do Estado. – Não haverá nenhum impacto no Salto do Yucumã – assegura
Superposição	SD 76 Com a inclusão dos projetos das hidrelétricas Garabi e Roncador na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), o diretor de Engenharia da Eletrobras, o gaúcho Valter Cardeal, afirmou que as obras devem começar em 2012.
Superposição	SD 77 as duas usinas desafiam há décadas os governos do Brasil e da Argentina. Empresas privadas participaram de estudos para tentar amenizar o impacto ambiental das barragens , que nos projetos originais afetariam cartões-postais como o Salto do Yucumã.
Superposição	SD 78 - Agora, existe a decisão política. Os dois países querem – explica Ronaldo Custódio, diretor técnico da Eletrosul. Para iniciar a obra em 2012, será preciso vencer muitos obstáculos, dos quais o mais complexo deve ser o licenciamento ambiental. – É um desafio
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 79 Pelo ânimo da coordenadora dos Amigos da Terra Brasil, Lúcia Ortiz, a hipótese não é segura. – Cada vez essa tentativa de apropriação do rio para barragens vai ficar mais difícil para o aceite da população – avisa a ambientalista.
Superposição	SD 80 Celebradas pelos empregos que geram e criticadas pelo impacto ambiental e desalojamento de famílias, as usinas hidrelétricas serão tema de uma audiência pública nesta quinta, dia 17, em Porto Mauá (RS)
Contra-identificação	SD 81 Conforme o prefeito Guerino Pedro Pisoni, a usina de Panambi, prevista para ser construída próximo a Alecrim, alagaria

Acontecimento enunciativo	50% da área urbana e 25% da zona rural do município. – Nossa cidade está encravada na beira do rio. Vai sumir o Centro, prefeitura, escola, posto de saúde, porto. Vai ser um impacto ambiental e social muito forte. O pessoal está muito apreensivo – afirma o prefeito.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 82 As barragens também preocupam Derrubadas, onde está localizado o Salto do Yucumã, um dos pontos turísticos do Rio Grande do Sul. Embora o governo federal sustente que o salto não será encoberto pelas barragens, ainda há desconfiança.
Superposição	SD 83 O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, confirma que o Salto do Yucumã não será encoberto pelas barragens.
Superposição	SD 84 Duas hidrelétricas que serão construídas no Rio Uruguai, a Garabi e a Panambi geram dúvidas em moradores e líderes da região Noroeste. Em fase ainda de estudo, os empreendimentos entusiasmam pela possibilidade de criarem empregos, mas preocupam pelo risco de desalojamento de famílias e desaparecimento de localidades.
Superposição	SD 85 Um dos prefeitos que mantêm contato com o Ministério de Minas e Energia, Orlando Desconsi (PT), de Santa Rosa, adotou um discurso tranquilizador. – Antigamente, iniciava-se uma barragem, e as pessoas nem eram indenizadas. Hoje, antes de iniciar a obra, tem de estar resolvida a negociação. É preciso ter cautela, evitar fofoca. Ninguém deve se apavorar – disse Desconsi.
Superposição	SD 86 Considerado uma das sete maravilhas do Estado, o Salto do Yucumã, no município de Derrubadas, não será engolido pelas barragens das duas hidrelétricas que Brasil e Argentina querem construir no Rio Uruguai, assegura o governo federal.
Superposição	SD 87 – Não há risco de o Salto de Yucumã ser alagado. A área é praticamente igual à do rio em regime de cheia. Como a usina deve ficar próxima da calha do rio, o lago é menor – disse o ministro.
Superposição	SD 88 O Parque Estadual do Turvo, no entanto, será atingido. A reserva que abriga o salto terá parte da área alagada, mas seria apenas uma extensão equivalente à que fica sob as águas em períodos de enchente, afirma o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético da pasta, Altino Ventura Filho
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 89 Em entrevista a ZH, Ventura garante que não há risco de o Salto do Yucumã ser alagado pela construção das barragens. Não descarta, porém, prejuízos ao Parque do Turvo , área de preservação e abrigo de espécies ameaçadas de extinção.
Superposição	SD 90 Ventura – O Salto de Yucumã não será alagado. Ventura – O estudo indicou que a barragem alcança uma pequena parcela do Parque do Turvo, mas é uma área que já fica alagada no período de cheias.
Superposição	SD 91 Do trecho de 40 quilômetros do Rio Uruguai às margens do Parque Estadual do Turvo, no município de Derrubadas, no noroeste gaúcho, pouco mais de 10% devem ser afetados pelas duas

	hidrelétricas que serão construídas na região.
Superposição	SD 92 o Salto do Yucumã deve mesmo ficar imune ao impacto das obras
Superposição	SD 93 No Parque do Turvo, apenas 4,2 quilômetros do trecho do rio devem ser afetados, o equivalente à distância a ser percorrida margem acima até chegar ao ponto com os mesmos 130 metros da barragem. A área alagada, entretanto, será provavelmente pequena , diz o engenheiro.
Superposição	SD 94 Projeto conjunto entre Brasil e Argentina, as hidrelétricas de Garabi e Panambi devem custar R\$ 8 bilhões e gerar 2 mil megawatts (MW) . As obras têm início previsto para 2013.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 95 O estudo é a fase inicial do projeto de construção das usinas hidrelétricas Garabi e Panambi, que devem entrar em operação em sete anos. Núcleos urbanos e rurais de oito municípios brasileiros e argentinos vão ser afetados pelas barragens das duas usinas . O estudo ainda não foi aprovado pelos governos dos dois países. No total, as duas usinas vão atingir 12,6 mil pessoas .
Superposição	SD 96 Na reunião na Casa Rosada, a partir das 11h30min, as duas presidentes devem assinar acordos sobre mais de uma dúzia de assuntos, entre os quais a intensificação da cooperação na área nuclear e a construção da hidrelétrica de Garabi, sobre o Rio Uruguai. Incluída no PAC 2, Garabi está em fase de estudos de impacto ambiental e ficará entre a província de Corrientes e o município gaúcho de Garruchos.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 97 Dúvidas sobre indenizações para as áreas que serão alagadas, prejuízos no Salto do Yucumã, farão parte da discussão .
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 98 – É preciso esclarecer. Há motivação pelos 40 mil empregos que serão gerados e preocupação pelo possível desalojamento de famílias e desaparecimento de localidades.
Superposição	SD 99 Os governos da Argentina e do Brasil decidiram avançar na construção da usina hidrelétrica de Garabi, como uma das medidas para aprofundar a integração energética entre os dois países,
Superposição	SD 100 Um projeto de quase 40 anos terá etapa decisiva nesta semana, com a escolha do grupo que definirá o modelo de uma obra histórica para o país e, especialmente, para o Estado.
Superposição	SD 101 a Eletrobras garante que uma “premissa básica” é a preservação do Salto do Yucumã,
Superposição	SD 102 O complexo deverá trazer mudanças para uma dezenas de municípios gaúchos espalhados ao longo do traçado do Rio Uruguai, entre Derrubadas, ao Norte, e Garruchos, ao Sul.
Superposição	SD 103 Os governos do Brasil e da Argentina decidiram ontem criar uma empresa binacional para administrar as futuras hidrelétricas de Garabi e de Panambi

Superposição	SD 104 O investimento é estimado em US\$ 4,2 bilhões, e a construção deve levar cerca de cinco anos.
Superposição	SD 105 A angústia é grande como o tamanho das duas usinas que Brasil e Argentina querem começar a construir no Rio Uruguai até 2016. Enquanto ouvem e leem notícias sobre a intenção dos dois países de acelerar os projetos das hidrelétricas de Garabi e Panambi, no noroeste do Estado, cerca de 7,5 mil gaúchos de 19 pequenos municípios estão atônitos diante da falta de informações. Todos eles devem ser desalojados pela formação dos reservatórios.
Superposição	SD 106 as usinas na fronteira devem receber aporte de US\$ 5,2 bilhões e gerar 2,2 mil megawatts (MW)
Superposição	SD 107 a sossegada Garruchos, onde será o barramento de Garabi, terá grande parte da população retirada em nome do progresso e da necessidade premente de energia nos dois países.
Superposição	SD 108 A resistência só será amenizada, avalia o prefeito, se a cidade for beneficiada com compensações que resolvam carências como a falta de um hospital, acesso pavimentado e a reconstrução de tudo à beira do futuro lago.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 109 – Não tenho informação nenhuma, e ninguém falou sobre como será a indenização. Acho que vai ser ruim para mim – resumia Rosa
Contra-identificação Acontecimento discursivo	SD 110 – O povo está apreensivo. Não se sabe o que vai ser feito com os atingidos – protesta o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tuparendi e Porto Mauá, Itálico Cielo, um dos milhares de agricultores familiares que terão de deixar a querência onde cresceram.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	SD 111 – Vemos essa situação com muita tristeza. Demoramos 35 anos para montar a propriedade como é hoje. E o nosso rumo é incerto . Por mais que a gente procure as informações, elas não chegam – lamenta Cirlei
Superposição	SD 112 A despeito da incerteza predominante, há quem reme contra a correnteza de temores e enxergue a possível chegada das usinas como a redenção econômica para a região , uma das mais carentes do Estado.
Superposição	SD 113 Dono de um dos dois únicos postos de combustíveis de Garruchos, o empresário Ricardo Colombo se integra à corrente minoritária que deixa a desconfiança à margem e <i>vê apenas benefícios com a construção das hidrelétricas</i>
Contra-identificação Acontecimento discursivo	SD 114 Enquanto a população persegue respostas sobre o futuro, ambientalistas cerram fileiras contrárias aos novos aproveitamentos hidrelétricos do rio que com seu curso ajuda a desenhar o mapa do Estado.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	SD 115 – Só conseguimos pescar segunda e terça. O pessoal das barragens (outras já construídas no rio, como Itá) libera a água na quarta , e o rio começa a encher na quinta. Vem uma água branca, que nem parece ser do rio. O peixe some – conta Pacheco.

Contra-identificação Acontecimento discursivo	SD 116 Para Brack, não vale o argumento de que o Brasil precisa construir hidrelétricas para garantir energia mais limpa em comparação com usinas de carvão e óleo. O país poderia resolver parte do problema, avalia o biólogo, se trocasse as turbinas de hidrelétricas antigas por equipamentos mais modernos, o que poderia elevar em 15% a geração.
Superposição	SD 117 O diretor de geração da Eletrobras, Valter Cardeal, nega qualquer dano ambiental à área e diz que somente haverá possibilidade de inundação no Turvo em períodos de cheia.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	SD 118 Redução do impacto das barragens no Rio Uruguai e no Salto do Yucumã não convence ativistas e pescadores

Fonte: autor

d) Primera Edición

Apresento as notícias do maior noticiário encontrado nesta análise. A peculiaridade da cobertura deste diário é notada na grande quantidade de notícias publicadas e, também, na diversidade de enquadramentos. Ao fazer a seleção, percebi que se dá uma variação temporal em relação ao enfoque principal das notícias. Neste noticiário, as notícias que evidenciam a contrariedade da população de Misiones, em geral, e da região possivelmente atingida, em especial, são as de maior número, sendo selecionadas 78 para esta análise.

Tabela 14 – Títulos das notícias de Primera Edición

Título das notícias
Garabí: afectados en Brasil tendrán voz y voto en la discusión
Entidades ambientalistas en alerta por el proyecto de represa “Río de Llanura”
Llaman a consulta popular por Garabí-Panambí
Con Corpus y Garabí-Panambí entre los proyectos, se recuerda día anti represas
Vecinos de Puerto Azara denuncian un relevamiento por Garabí
Garabí-Panambí: Capitanich evitó decir si la Nación respetará plebiscito por represas
Garabí: Mesa No a las Represas criticó respuestas de Capitanich
Represas Garabí y Panambí: Alertan por avance de censo inmobiliario en zonas afectadas del Río Uruguay
Garabí: en Brasil toman oficina de consultora
Alba Posse: tensión en una charla por Garabí
Garabí-Panambí: en Porto Alegre ratifican derechos de afectados

La represa Garabí-Panamabí puede ser inviable por “mayores costos”
Corrientes pide resguardar sus recursos naturales por Garabí
La jangada "Libertad" llegó a buen puerto
El Gobierno "ningunea" la consulta popular sobre Garabí-Panamabí
Continúa la Consulta Popular sobre Represas Misiones 2014
Estudios por Garabí-Panamabí se extenderán hasta 2016
Garabí-Panamabí: reunión en San Javier con autoridades de Ebisa
Garabí: en el Gobierno, algunos estiman que en 2014 habría llamado a plebiscito
Garabí: protesta paralizó estudios en Brasil
Quieren saber por qué se iniciaron acciones para la nueva represa sin autorización de Misiones
Intendentes renovadores no tienen claros los beneficios de Garabí
Garabí: “Están en juego nuestra soberanía y el medio ambiente”
Marcha por el plebiscito Garabí: preparan banderazo provincial
Garabí: en Alecrim seguirán sin permitir que se hagan estudios
Pese al abandono y amenaza de Garabí, Azara aún respira paz
Arranca la marcha para exigir un plebiscito por la represa Garabí
Multitudinaria movilización contra Garabí
Garabí: inician la marcha por el plebiscito
Garabí: Brasil dice que se respetará la voluntad popular
Closs quiere el plebiscito por Garabí en 2018 o 2020
Sin plebiscito por Garabí: Serpaj criticó a Closs
“No a la mega represa”, el rap ambiental de moda en Azara
Medio millar de personas asistió a un agitado encuentro por Garabí
Carta abierta de Pérez Esquivel a Cristina y Closs por la represa Garabí
Garabí: sondeo reflejó un 89,48% de rechazo
Los estudios para Garabí-Panamabí se iniciarían a principios del 2013
Garabí: contradictorios cambios de opinión sobre la represa
La campaña por el no a Garabí llegó a Azara
Preparan un amparo para frenar la represa Garabí
Thomas niega intervención de la UNaM en estudios por Garabí
Multiplican acciones contra las represas
La UNNE releva flora y fauna de la zona donde proyectan la represa
Mientras Garabí sigue en proyecto, en el continente repudian las grandes represas
En Brasil, se realizan numerosas convocatorias para el análisis de los proyectos de las represas Garabí-Panamabí
Preocupación por construcción de Garabí llegó hasta España
Garabí: Nación promete que no se hará nada a espaldas de Misiones
Garabí: Corrientes debe elegir
Una mateada contra Garabí y otra suba de cota

Garabí: “Antes del plebiscito debe haber un conocimiento cabal”
Cameron reveló baja de cota de Garabí para no afectar Moconá
Garabí: Brasil y Corrientes debaten audiencias públicas, Misiones no
“Seremos los primeros afectados si se hace la represa Garabí”
Garabí dejará en Misiones 12.600 relocalizados
Garabí: postergan un mes la licitación
Garabí: entregarán pedido de informe al rector de la Unam
La especulación inmobiliaria ya se percibe en la zona que inundará Garabí
De Vido anunció la licitación del proyecto de las represas Garabí y Panambi
Piden informes sobre beneficios para Misiones si se construye Garabí
Se conformó la Mesa Coordinadora por Garabí
Asamblea por Garabí en Alba Posse
Garabí: vecinos se agrupan para protestar contra la represa
Garabí: intendentes exigen reglas claras
En Azara no saben qué será de ellos por Garabí
El Gobierno ocultó un informe sobre los graves impactos de Garabí
La UNaM recibió 40 mil pesos por el informe secreto sobre Garabí
Diputados nacionales de Misiones y Corrientes a favor de Garabí
Ya suman más de cuatro mil firmas en contra de la represa Garabí
Garabí: existe otro informe muy crítico
Garabí: el discurso oficial se ajusta al polémico instructivo
Garabí: “Closs conoce los daños que traerá y se hace el distraído”
El ex ministro Luis Rey criticó el proyecto de la represa Garabí
El Pueblo de Azara se rebela contra la represa de Garabí
Garabí: hace un mes debían mostrar el inventario
Fuerte impulso de empresarios correntinos a la obra de Garabí
Contradicciones en torno al debate de las represas
Garabí: alarmante predicción de científico contratado por EBISA
Impacto ambiental: “Se debe frenar la construcción de nuevas represas”

Fonte

Tabela 15 - Tomadas de posição nas seqüências discursivas do Primeira Edição

Tomada de posição	Seqüência Discursiva (SD)
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 119 POSADAS. El gobernador del estado brasileño de Rio Grande do Sul, Tarso Genro, recibió la semana pasada a una comitiva del Movimiento de los Afectados por Represas (MAB), para discutir la creación de un plan que posibilite garantizar el desarrollo regional y también social de las comunidades alcanzadas por la posible construcción de la hidroeléctrica Garabí-Panambí.
Contra-	SD 120 El secretario de Desarrollo Rural, Pesca y

identificação Acontecimento enunciativo	Cooperativismo, Ivar Pavan, acompañó la reunión, en la cual el MAB pudo remarcar la historia de las últimas siete construcciones de represas hechas en el río Uruguay.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 121 Para el gobernador Genro, el Estado necesita y va a evaluar el desarrollo regional post-obra y los impactos de ella en la vida de las comunidades.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	SD 122 En los despachos oficiales, en Buenos Aires, aun esta fresca la advertencia de Uruguay sobre el proyecto del complejo hidroeléctrico de Garabí-Panambí: “Argentina debe informar a Uruguay de un emprendimiento así porque estará ubicado sobre el río Uruguay tal como marca el Estatuto firmado en 1973 entre ambas naciones. Cualquier proyecto similar deberá ser notificado ante la Comisión Administradora del río Uruguay”. Por esa razón, Argentina y Brasil se obligarían a sumar a un tercer país en la negociación por Garabí-Panambí. Y sería el punto por el cual se puso acento en otra represa, pero sobre el río Paraná.
Contra-identificação Acontecimento Discursivo	SD 123 El 20 de octubre, cuando se cumplan tres años de la sanción de la Ley N°IV-56, que obliga a la Provincia a convocar a un plebiscito vinculante y a otorgar participación activa a la ciudadanía para decidir la instalación de cualquier emprendimiento hidroeléctrico en las costas misioneras , es la fecha elegida por la Mesa No a las Represas para realizar una consulta popular.
Contra-identificação Acontecimento Discursivo	Una de las principales motivaciones tiene que ver con el incumplimiento en el que viene incurriendo en Estado provincial en alusión a la Ley IV-56 , sancionada por la Cámara de Representantes el 20 de octubre de 2011. Esta ley determina establece un marco regulatorio sobre la realización de emprendimientos hidroeléctricos y la intervención del Estado provincial.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	POSADAS. La lucha continúa. Misioneros, correntinos, entrerrianos y hasta brasileños miran atentamente los pasos que los gobiernos siguen en materia energética.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	Claudio Wipplinger cuestionó la falta de debate promovido desde el mismo Estado: “Sigue siendo una deuda pendiente. El Gobierno se niega y no nos queda claro si es porque no quiere que quede expuesto el hecho de tener alternativas mejores pero prefiriendo volcarse a un gran negocio; o porque tiene un desconocimiento técnico
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Raúl Aramendy del Servicio de Paz y Justicia (Serpaj) que lidera el premio Nobel de la Paz, Adolfo Pérez Esquivel, opinó que “el Gobierno nacional, acompañado fielmente por el Gobierno provincial, siguen transitando el peor camino en políticas energéticas.

Contra-identificação Acontecimiento discursivo	“Tan mayoritaria es la posición de los misioneros que el gobernador prefiere pagar el alto costo político de violar todos los días la Ley 56 , aprobada por unanimidad en nuestra Cámara y no convocar a plebiscito ”
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Los pobladores de Puerto Azara se declararon nuevamente en estado de alerta . El pasado lunes, a pesar del feriado por el Día de la Memoria, un grupo de personas que dijeron ser de “Tierras de la provincia”, relevó las construcciones de las viviendas que se verían afectadas por la construcción de las represas Garabí-Panambí .
Superposição	“El Poder Ejecutivo está sujeto al ordenamiento jurídico vigente en la Argentina, conforme a la Constitución Nacional y a la legislación concordante con la misma ”, respondió Capitanich.
Superposição	...podrá proceder a iniciar el proceso de construcción de los aprovechamientos Garabí y Panambí. Las Presidentas de Argentina y Brasil han manifestado en sus Declaraciones Conjuntas su interés en estos aprovechamientos ”,
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Para el diputado Pastori, “el Gobierno provincial nunca quiso debatir este tema , le tiene miedo, siempre pospuso el debate con el único objetivo de ganar tiempo para que llegue el día donde se dé inicio a las obras
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	y les advertimos que no permitiremos que nos hagan ningún relevamiento porque no los dejaremos entrar a Puerto Azara.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	para el Gobierno como para la empresa “ somos un problema . La manera de solucionar las cosas, es eliminar el problema y eso es lo que nos preocupa.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Luján opinó que “hay una superposición de la Nación sobre la Provincia y sus autoridades. Hay una connivencia, son mecanismos como el ocultamiento y la falta de respuestas. Es un trabajo de Provincia y Nación para que, cuando nos descuidemos, empiecen a hacer las obras ”.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	No hay ninguna posibilidad de que estos estudios tengan un mínimo de imparcialidad, porque quienes lo están llevando a cabo se especializan en hacer represas, su negocio es ése . Van a minimizar los impactos negativos y venderle a la sociedad espejos de colores; no queremos que nuestros pobladores costeros sufran el mismo proceso de desarraigo y estafas que padecieron y padecen miles de afectados de la represa Yacyretá.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Un grupo de familias que se oponen a la construcción del complejo hidroeléctrico Garabí-Panambí tomó la oficina de la consultora Consorcio del Río Uruguay en la localidad de Alecrim, en el estado de Rio Grande do Sul, exigiendo el cese de las actividades en el marco de los estudios de viabilidad de las mega represas.

<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>El agricultor Anacleto Reistoff aseguró que “el método de las reuniones que aplica la empresa no esclarece lo que la población quiere y pretende convencer que las represas traerán desarrollo, buenas indemnizaciones y el progreso para la región. El discurso utilizado es el mismo de quienes planearon otras represas que ya están construidas y que terminaron dejando muchas familias sin tierra y a comunidades completamente desestructuradas”.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>Alecrim es la localidad donde pretenden ubicar la represa de Panambí, que -de concretarse- inundaría cientos de chacras productivas, obligando al éxodo y al desarraigo a los pobladores.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>Es por ello que en la zona existe una creciente organización colectiva en resistencia a las represas, que en diciembre del año pasado logró paralizar un obraje y expulsar a las máquinas de las empresas constructoras que intentaron instalar un búnker para trabajos previos.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>“Váyanse, no queremos que nos inunden con más represas” decía uno de los tantos mensajes escritos en forma casera, que irrumpieron en el salón escolar donde se dieron cita un centenar de pobladores de esta localidad</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>“que comuniquen a sus superiores que no vamos a permitir que sigan avanzando con los estudios y que acá no van a hacer ninguna represa”.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>hicieron oír sus voces de rechazo, fundamentadas fuertemente en el derecho a preservar la tierra, la historia y la cultura de los pueblos donde nacieron y viven, que de concretarse, lisa y llanamente desaparecerían. “¿A dónde nos van a mandar si inundan nuestras chacras?” “¿Conocen ustedes el valor de trabajar y cuidar una tierra toda la vida?”</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento enunciativo</p>	<p>en Brasil, intendentes y gobernador del estado de Rio Grande do Sul buscan que las comunidades que se verían afectadas por el complejo hidroeléctrico Garabí-Panambí, tengan toda la información que requieran.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento enunciativo</p>	<p>en Porto Alegre, el gobernador firmará un decreto que crea una política estadual hacia los afectados por emprendimientos hidroeléctricos, garantizando todos los derechos de los afectados,</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento enunciativo</p>	<p>“Si las compensaciones son demasiadas el proyecto se puede volver inviable”, expresó al referirse a la discusión sobre quién se hará cargo del resarcimiento económico y social: el Estado o los empresarios ganadores de la licitación de la obra.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento enunciativo</p>	<p>Los costos sociales y ambientales son parte de este emprendimiento. El decreto también establece cuestiones culturales, que incluyen a agricultores e indígenas. Debemos tener conocimiento de estas compensaciones, pero si son</p>

	excesivas, el proyecto se inviabilizaría. En Garabí la compensación está estimada en un 15% de la inversión total. Los estudios van a indicar si es factible o no”.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	propone por ley resguardar “ los derechos inalienables de la Provincia respecto de los recursos naturales existentes en su territorio, frente a la proyectada construcción de una Represa Hidroeléctrica Binacional Argentina - Brasil, denominada Garabí - Panambí”.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Este martes llegó a Santo Tomé, como estaba previsto, la travesía por el río Uruguay para generar conciencia contra las represas.
Superposição	Según Franco, es “ totalmente ilegítima, ilegal , porque las consultas populares tienen una reglamentación constitucional al respecto. En este caso, se junta un montón de personas, dicen que van a armar 5.000 urnas y más bien parece una encuesta que una consulta. Están queriendo forzar una participación ciudadana por carriles y caminos que no son los adecuados.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	“Cabe recordarle al ministro que desde hace más de tres años se encuentra en vigencia la Ley Provincial N°56 que obliga al Estado misionero a convocar a audiencias públicas y a un plebiscito vinculante
Contra-identificação Acontecimento discursivo	“Al no convocar ni a audiencias públicas, ni al plebiscito por los proyectos de represas Garabí y Panambí, el Estado Provincial de Misiones y el Estado Nacional, cercenan toda posibilidad de participación ciudadana, atentando contra los derechos de los pobladores misioneros.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	“Las represas son parte del modelo productivo perverso que transforma la naturaleza de todos en lucro de unos pocos ”, explicó el activista socioambiental Juan Yahdjian
Contra-identificação Acontecimento discursivo	La Mesa Provincial exige que se cumpla la Ley IV-56 vigente en Misiones. El artículo 6 señala que “para la realización de emprendimientos hidroeléctricos y represas se requiere la participación previa del pueblo de Misiones, a través del mecanismo de plebiscito obligatorio, vinculante e irrenunciable”. El gobernador Maurice Closs, desde hace tres años, rechazó llamar a votación.
Superposição	Luego de mucho silencio, tal vez por la presión que significa el alto grado de rechazo que tiene el proyecto de megarrepresas Garabí-Panambí en Misiones, la consultora contratada para estudios técnicos brindó información sobre los avances que desarrolló en el marco del proyecto hidroeléctrico que cuenta con el apoyo del oficialismo renovador como del kirchnerismo
Superposição	En relación a la finalización de los estudios en curso y su correspondiente difusión, el consultor Mogliati anticipó, que los mismos se extenderán hasta el primer semestre de 2016.

Superposição	el presidente de Ebisa, Edgardo Lluravel, y el ingeniero Daniel Perczyk, de la comisión coordinadora Ebisa-Electrobras, analizaron junto al jefe comunal misionero un conjunto de obras públicas a cambio de la construcción de la nueva megaobra.
Superposição	“las empresas invertirán fuertemente en la región para mitigar el impacto ambiental que generaría la construcción de Garabí-Panambí”
Superposição	“El puente en San Javier es un anhelo de larga data, es una obra que prácticamente se va a confirmar en un corto plazo con una gran costanera que envolverá a San Javier”, declaró el intendente apoyando la idea de “hecho consumado” de las represas.
Superposição	El año próximo, según lo anunciaron funcionarios nacionales y provinciales, estarán disponibles los estudios de factibilidad y de acuerdo a su resultado el Gobierno del Frente Renovador podría convocar a un plebiscito.
Superposição	La participación del pueblo misionero a través del voto es una instancia obligada por una ley sancionada en octubre de 2011.
Superposição	“Yo he estudiado y calculado: si hacemos los dos grandes aprovechamientos sobre el río Paraná y el río Uruguay Misiones puede triplicar la cantidad de recursos , significa ir tres veces más rápido, hacer tres veces más escuelas, viviendas, rutas, tener tres veces más créditos, becas para estudiar, tres veces más salud pública, universidades y lo que se nos ocurra...”.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Tras dos días de movilización, familias de Alecrin, en Rio Grande Do Sul, amenazadas por la construcción de la represa hidroeléctrica de Garabi, lograron frenar los estudios de prefactibilidad que lleva adelante el Consorcio Energético Río Uruguay para el proyecto Garabí-Panambi.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Para una de las coordinadoras del Movimiento de los Afectados por Barragens –Represas- MAB en la región, esa fue la primera conquista de la organización y de la lucha de las familias. “Esta conquista servirá como ánimo para tocar nuevas luchas y para que las empresas entiendan que las familias alcanzadas merecen respeto y que no pueden simplemente invadir las propiedades”.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	El MAB, al igual que la Mesa Provincial contra las Represas de Misiones, exige la paralización de los estudios en la región hasta que la población sea consultada debidamente, los pasivos nacionales de todos los alcanzados solucionados y la propuesta de la Política Nacional de Derechos de las Poblaciones Afectadas por Barragens (PNAB) aprobada por el gobierno
Contra-identificação Acontecimento discursivo	"Es ilegal que no se respete lo previsto en una ley provincial aprobada por unanimidad el año pasado, y que justamente reafirma la plenitud del dominio misionero, imprescriptible e inalienable sobre nuestros recursos naturales hídricos”, señaló el

	abogado.
Contra-identificação Acontecimiento enunciativo	El evidente rechazo popular a la construcción de más mega represas en los ríos que atraviesan la provincia, sumado a la pérdida de la mitad de los votos el pasado 30 de junio, forzó a la veintena de intendentes renovadores que conforman la Comisión de Desarrollo Estratégico Integral de Municipios (Codeim) a efectuar un “endurecimiento” en la postura sobre el complejo Garabí-Panambí.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Advirtieron: “No podemos seguir dilatando una definición de los misioneros en momentos que la Nación avanza respecto de algo tan sensible como nuestra tierra, nuestros recursos y nuestro futuro. ”
Contra-identificação Acontecimiento enunciativo	Desde ayer y hasta la próxima semana, banderas argentinas estarán disponibles para ser firmadas por quienes adhieren al pedido de llamado a plebiscito por la construcción de las represas Garabí y Panambí, en el marco de las acciones previas a la marcha que partirá el 23 desde Panambí, organizada por la Mesa Provincial del No a las Represas.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Más de mil personas se reunieron en asamblea popular en esta ciudad gaúcha, para definir la continuidad de las acciones de lucha para evitar la construcción del proyecto hidroeléctrico binacional Garabí/Panambí.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	La Iglesia de Confesión Luterana de Brasil (IECLB), reunida en la XVI Asamblea Sinodal del Nordeste Riograndense, que se celebró el último 14 de septiembre en Santa Rosa, manifestó a través de un documento final, una fuerte posición contraria a la construcción de las usinas hidroeléctricas Garabí y Panambí.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Los constantes anuncios que presagian la desaparición de Puerto Azara, se vienen efectuando sin incluir la debida participación y voz de sus pobladores: se habla de ellos sin ellos.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Junto al río, bendecidos por una reserva natural rica en fauna y flora; beneficiados por tierras fértiles y climas benévolos, con costumbres arraigadas y una rica tradición ligada a forma de vida propias de las fronteras rurales, los habitantes de Puerto Azara no imaginan -y se resisten a- un futuro de expulsión y desarraigo.
Contra-identificação Acontecimiento Discursivo	Humberto dice no poder “imaginar terminar mis días fuera de Puerto Azara; de solo pensar que nuestro pueblo pueda desaparecer me agarra una sensación de angustia. Pero estamos dispuestos a luchar”.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Madre de siete hijos, Susana rescata el hecho de que “nunca tuve que llevarlos al hospital a ninguno de mis hijos, porque nunca se enfermaron, acá el aire es bueno, se come bien porque plantamos, es una vida en paz y natural ”. Además, agrega, “ me gusta que podamos convivir con la naturaleza, los

	pájaros y sin los peligros y la contaminación que hay en las ciudades, acá nos conocemos todos, hay mucha solidaridad entre vecinos, eso no tiene precio ”
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Con la singularidad de que, los habitantes de Puerto Azara, podrían ser severamente afectados por la represa Garabí; por lo que, la necesidad de los títulos de propiedad – para no ser vapuleados y estafados como miles de afectados de la EBY que vivían en tierras fiscales –; se vuelve imperiosa y el reclamo podría endurecerse si no llegan respuestas concretas de acá a fin de año.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Sumado a la vegetación autóctona, todo este patrimonio natural se encuentra seriamente amenazado por el proyecto Garabí. En toda la zona de afectación (de acuerdo a informes que datan de años anteriores), existen 26 especies que forman parte del listado de amenazadas,
Contra-identificação Acontecimento discursivo	La movilización por los ríos libres y en defensa por la vida reclama que se ponga fecha al plebiscito vinculante e irrenunciable por la represa hidroeléctrica de Garabí-Panambí.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	La llovizna, el frío y la niebla no fueron impedimento para que más de 2.000 personas y cerca de 300 vehículos dieran inicio este lunes a la denominada "Marcha por los ríos libres" , que partió de Panambí y llegará a Posadas el próximo sábado 28.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Cientos de vecinos y organizaciones sociales, civiles, políticas, gremiales y ambientales se sumaron a esta movilización que saldrá desde Panambí hoy para llegar a Posadas el sábado 28.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	El 26 de julio de 2009, PRIMERA EDICIÓN dio a conocer una investigación exclusiva, en la cual se informaba a la población acerca de la existencia de una serie de amplios estudios confidenciales
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Así, la estrategia comunicacional busca centrar el mensaje en la comparación del proyecto actual con uno de hace cuarenta años, y no aporta una sola línea referida a las preocupaciones que vienen siendo ejes de estudios, debates y planteos sociales concretos por potenciales afectados directos y organizaciones sociales.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	El proyecto reconoce que persigue el objetivo de obtener la aprobación y no el debate sobre el proyecto Garabí, cuando enuncia: “La difusión y enseñanza de los aspectos positivos o fuertes resultantes deberá correr paralelamente, a fin de provocar los cambios de actitud deseados ”.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	“ Las principales amenazas para el normal desarrollo del proyecto están representadas por los siguientes actores: asentamientos aborígenes, ONG contrarias (locales, nacionales o internacionales), principalmente ambientalistas, medios de comunicación, oposición de las autoridades locales

	y legislación contraria”, añade.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	Frente al creciente malhumor social en la zona de afectación de las pretendidas represas de Garabí-Panambí, la compañía estatal brasileña Eletrobras emitió un comunicado expresando que la construcción de la represa aún no está decidida , que ello dependerá de las consultas a la población local y que en caso de realizarse la obra se respetarán estrictos estándares ambientales para evitar daños al medio ambiente.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	A través de un comunicado, Eletrobras manifestó que los planes de la iniciativa, que se desarrolla en conjunto con la compañía argentina Ebisa, darían prioridad a la fase de consulta a los habitantes locales.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	“No se ha tomado una decisión sobre la construcción de los embalses. Esto dependerá del diálogo con la comunidad ”, señaló el director de generación de Eletrobras, Valter Luiz Cardeal de Souza.
Superposição	“Vos y yo sabemos que no hay condiciones para hacer Garabí. La sociedad que quiere crecimiento, turismo e industria, no quiere que se genere por la energía hidroeléctrica. No vamos a analizar si es con o sin razón (...) No veo ni imagino un plebiscito en 2014. Es más, no sé si va a haber en 2016, porque no es una cosa de corto plazo sino de mediano. Cuando sea con las realidades del momento, se va a convocar a plebiscito y se va a votar. Podrá en 2016, 2018 o 2020. No lo sé”, aseguró Closs.
Superposição	Ratificó su idea contra un plebiscito ahora, al afirmar: “Hay que entender y ya te lo digo, vos y yo sabemos que si hay un plebiscito sabemos cual será el resultado y no pasa el plebiscito (Garabí) ”.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	“Desde el Serpaj Misiones, vemos con extrema preocupación cómo se intentan cercenar los derechos cívicos de la ciudadanía misionera que reclama a gritos un plebiscito ya!; para terminar con la zozobra a que se ven sometidas miles de familias, por el tema de las represas.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	cientos de personas pudieron ver y oír a través de la pantalla gigante el video “No a la mega represa”, rap que el joven Andrés Alvez compuso y grabó con la colaboración de la productora La Rastrojera
Contraidentificação Acontecimento discursivo	En casa de los Alvez hace años se respira lucha. Así Andrés toma contacto con la resistencia contra el proyecto hidroeléctrico que amenaza con borrar a su pueblo del mapa y de esa conciencia nace su primera composición hiphopera: “No a la mega represa”.
Superposição	la diputada nacional Stella Maris Leverberg. Valiéndose de un power point, versó sobre “ la crisis energética que atraviesa el país ” y consideró a la energía como “el principal problema a resolver para sostener las tasas de crecimiento”.
Superposição	La exposición de Leverberg reflejó con claridad el

	posicionamiento del Gobierno provincial con respecto al tema represas, que consiste en la ambigüedad cada vez más ingenua y evidente de expresar una supuesta neutralidad -“no tenemos una postura al respecto”
Superposição	El público lo escuchó pacientemente hasta que llegó la primera de las adjetivaciones desafortunadas de Ortiz: “No tenemos que seguir el mensaje de los verdes, que nos llevaron al freno del desarrollo” .
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Nosotros estuvimos trabajando con las familias afectadas, a las cuales se les han expropiado sus propiedades a precio de mercado. No se les consultó y solo se les dio el dinero y no se sabe donde fueron. Cada uno quedó librado a su suerte, habiendo entregando no solo sus propiedades sino su historia, su cultura, su arraigo, sin recibir indemnización por aquello
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	En ese momento se terminó la paciencia de gran parte del público, que rompió en un solo cántico: “¡Queremos debatir, queremos debatir!””. “Vinimos a debatir, no a comprar espejitos de colores” , espetó un estudiante. Leverberg miró al rector del Instituto Carlos Linneo, con la situación ya fuera de control.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Forzado entonces el debate, ambientalistas, estudiantes y ciudadanos comunes rebatieron varios de los conceptos vertidos por los expositores.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	En este contexto, una vez más, como ocurriera cada vez que ha habido reuniones por la cuestión represas en Misiones, el rechazo rotundo fue el denominador común , expresado en un ruidoso clamor popular.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Adolfo Pérez Esquivel, Nobel de la Paz en 1980, fue categórico al "tremendo impacto ambiental y social que causará si se continua con el emprendimiento de la construcción de la mega represa Garabi-Panambi, sobre el río Uruguay”
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	“Progreso versus naturaleza” y “muestra que el hombre tiene el poder de decidir si defiende la naturaleza o defender una fuente de progreso económico para el país. Porque la represa será una fuente de contaminación para nuestra zona tropical en la cual la construcción de este proyecto hidroeléctrico viola el artículo 41 de la Constitución argentina”, afirmó sin titubeos la joven de catorce años.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	“la mayoría de la gente tiene miedo , porque en el sur de Misiones (Azara, Puerto Azara o Garabí en Corrientes) vive de sus cultivos. Tenemos que comprender que la mayoría de esta gente no tiene estudios y no sabe socializarse mucho ni lo hace ahora en el pueblo.
Contra-identificação	Contó Majcher que hace un mes “hubo una reunión sobre el tema de las represas y participaron muchos jóvenes y dieron su opinión. Desde mi punto de vista, tienen razón: no podemos

Acontecimento discursivo	dejar que por unos políticos nuestra naturaleza quede completamente destruida”.
Superposição	Los estudios de factibilidad para el complejo hidroeléctrico Garabí-Panambí, compartido entre Brasil y Argentina, deberían comenzar a principios del próximo año , o al menos esa es la expectativa de la compañía eléctrica estatal brasileña, Eletrobras
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	Desde 2008 a esta parte, las declaraciones públicas del gobernador Maurice Closs en torno a la represa Garabí han ido virando camaleónicamente , según se trasluce de la revisión de los dichos registrados del mandatario en diversas intervenciones en los últimos dos años.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	De rechazar el proyecto y estar a favor de un plebiscito, Closs pasó a apoyar la concreción de la obra - con cierto disimulo e ingenua ambigüedad- y sostener que el plebiscito “no sería necesario”. Y de opinar en 2008 que “ el debate por Garabí es necesario y debe estar en la agenda pública” a afirmar hace pocos días que “ el debate por Garabí no podrá darse en 2011 ”, entre otras contradicciones inexplicables.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	esta campaña esta siendo muy bien recibida por la ciudadanía, ya que la mayoría no quiere repetir los errores de Yacyreta y descrie de los beneficios que se señala desde algunos sectores como ser la energía barata o el progreso de los pueblos.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	A partir de una iniciativa del titular del CEMEP-ADIS de Misiones, Raúl Aramendy, PRIMERA EDICIÓN pudo saber que se logró para este fin el apoyo de la Fundación Servicio de Paz y Justicia (Serpaj) del Nobel de la Paz Adolfo Pérez Esquivel, quien en otras oportunidades ya se había manifestado en contra de la construcción de grandes emprendimientos hidroeléctricos.
Superposição	Incluso, el año pasado, el entonces Rector Aldo Caballero, ratificó la participación en los estudios solicitados por EBISA a diversas universidades del país, confirmando oficialmente la existencia de estos, además de que el entonces director del Comité Ejecutivo reveló que la UNaM recibió 40 mil pesos por esa participación. Según Thomas “no hizo nada”, pero las evidencias en papeles indican lo contrario.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	A medida que el Gobierno nacional avanza sobre las provincias (con la pasividad o anuencia de sus gobernadores) con los mega proyectos de represas (tanto sobre el Paraná como el río Uruguay), la respuesta de los misioneros autoconvocados se hace escuchar cada vez más.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Analizaron además que ante el silencio oficial y los permanentes intentos por desviar el debate y la consecuente falta de información sobre la obra de Garabi, “hay que instalar el tema e informar a la comunidad”, insistieron en una charla que fue informal y organizativa
Contra-	“No tuvo connotación política ni religiosa, no dijimos ‘No’ a

identificação Acontecimento discursivo	nada y no nos presentamos como anti. Simplemente era para que nos concienticemos que debemos cuidar nuestro río, limpio y libre ", afirmó Moraes.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	El objetivo de los investigadores es "lograr un análisis detallado de las comunidades vegetales del lecho del río Uruguay y de sitios inundables de la zona afectada directamente por la futura represa hidroeléctrica Garabí", explicó el director del proyecto, doctor José Luis Fontana, del Área de Ecología.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	De todas maneras, firmes en sus convicciones del "no a la represa" , los vecinos de Alba Posse realizaron ayer su asamblea abierta en la costanera del río Uruguay.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Los integrantes del grupo "Alba Posee de pie" denunciaron presiones del poder político local para que los pobladores no participen de la asamblea. "Amenazan a la gente con que se va a quedar sin las pensiones, jubilaciones o planes", indicaron los organizadores
Contra-identificação Acontecimento discursivo	La vecina Constante Elvni, integrante del grupo "Alba Posse de pie" y empleada municipal, denunció presiones del intendente Nelson Carvalho y dijo que "van a seguir luchando a pulmón contra las represas sobre el Río Uruguay".
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Por su parte, Gladis Ludtke, vecina del lugar dijo que "vamos a seguir luchando hasta las últimas consecuencias , aunque el agua nos toque los talones. Hay mucho apriete a la gente desde la intendencia, los mismos vecinos nos cuentan", afirmó.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	Junio es el mes señalado para que las autoridades de nuestro país den a conocer los resultados del estudio de factibilidad de la represa hidroeléctrica Garabí, estudio financiado por una de las más grandes promotoras de represas en Latinoamérica: el holding Eletrobras.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Paralelamente, sólo en lo que va del mes, se vienen difundiendo reportes que provienen de varios países del continente , con denominadores comunes basados en situaciones concretas: colapsos naturales, tensión social, denuncias y repudio generalizado contra distintas represas hidroeléctricas.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	Lo curioso del caso, fueron las declaraciones del superintendente de operaciones en el extranjero de la compañía, Sinval Gama, quien en un rapto de sinceridad blanqueó públicamente que "Garabí forma parte de una estrategia tendiente a augmentar la presencia de Eletrobras en el extranjero. La meta de la compañía es que al menos un 10% de sus ingresos provengan de las operaciones internacionales al 2020".
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	el propio gobernador Maurice Closs se encargó públicamente de excluir de la agenda electoral a un tema por donde se lo mire central para nuestra provincia: la represa de Garabí.
Contra-	La desinformación y la confusión en la provincia revisten

identificação Acontecimento enunciativo	niveles importantes, a tiempo que en Brasil avanzan a buen ritmo las audiencias públicas , y en materia de información oficial la población del vecino país pareciera años luz adelantada a la misionera.
Contra- identificação Acontecimento enunciativo	Ya en noviembre de 2010, en el municipio brasileño de Santa Rosa tuvo lugar la presentación oficial -reunión técnica- del “Estudo do Inventário do rio Uruguai no Trecho compartilhado entre Argentina e Brasil”, estudio coordinado por Eletrobras (Brasil) y Ebisa (Argentina), que comprende información sobre las proyectadas represas hidroeléctricas Garabí y Panambí.
Contra- identificação Acontecimento enunciativo	Si algo caracteriza a la relación que mantiene el poder en Misiones con las represas Garabí-Panambí, son los trasfondos confusos, el ocultamiento de la información y sobre todo las fuertes contradicciones en los anuncios que se vienen haciendo , sin que hasta el momento haya redundado esto en una sola audiencia pública de carácter oficial
Contra- identificação Acontecimento enunciativo	Raúl Aramendy, del Cemep-Adis, fue invitado a exponer en Valencia y otros estados. Reveló que instituciones españolas seguirán apoyando la lucha por el medioambiente misionero. Allí no entienden por qué intentar dañar el patrimonio de los recursos naturales.
Superposição	El secretario de Energía de la Nación, Daniel Cameron, estuvo ayer en esta ciudad y prometió que “no se construirá nada a espaldas de la provincia de Misiones y sin ser ella consultada” , cuando se le preguntó en una conferencia de prensa sobre los avances de la construcción de las represas hidroeléctricas de Garabí y Corpus.
Superposição	El secretario de Energía nacional confirmó que los mandatarios de Argentina (Cristina Fernández) y de Brasil (Dilma Rousef) “están de acuerdo en llevar adelante la construcción de Garabí. Las instrucciones que hemos recibido es llevar al mínimo el impacto local y que no haya consecuencias en los pueblos aledaños”.
Contra- identificação Acontecimento enunciativo	“Es importante que la provincia evalúe cuál de las dos opciones prefiere. El dinero tiene el atractivo de ser una fuente de ingresos para el erario provincial, pero tiene la dificultad de que pasa a rentas generales y se termina no aplicando ese ingreso a un desarrollo industrial sustentable”
Contra- identificação Acontecimento enunciativo	“Para nuestra “mateada”, la idea es llevar exclusivamente consignas y pancartas referidas a las represas, sin agresiones de ningún tipo. Pensamos que, más allá de las preferencias partidarias que cada uno tenga (cosa que respetamos), esto supera esas diferencias y queremos estar juntos para expresar lo que pensamos frente a un problema que nos afecta a todos. Nosotros, nuestras pancartas y nuestros mates son lo más importante en este encuentro”, manifestó a PRIMERA EDICIÓN Liliana Seró, de los grupos convocantes a la jornada.

Superposição	La idea principal es ver donde construir represas y que no se afecte demasiado al medio ambiente y ciudades ribereñas . De 2009 a 2011 se hizo ese estudio de inventario elaborado por un consorcio, se presentó al Estado argentino y al brasileño, ahora estarían licitando una nueva etapa (se postergó para el 11 de noviembre), donde se va a hacer el estudio de viabilidad, que fundamentalmente abarca tres áreas; Ingeniería, Medio Ambiente y Comunicación Social.
Superposição	Se están bajando las alturas, salvando los Saltos del Moconá y dos pequeñas localidades que se iban a ver afectadas . Hemos también bajado la ocupación de los territorios por las aguas en un 50%, aún bajando el aprovechamiento de los beneficios que puede generar la represa”.
Superposição	La cantidad de gente que participó y de información que se entregó fue muchísima, especialmente el sábado. La gente está curiosa y preocupada. Incluso hubo docentes que se acercaron y pidieron que hagamos charlas para las escuelas”. Según el dirigente, “la preocupación que se nota en la gente en Brasil es “el hecho consumado, el ya está”. A ello nosotros explicamos que no es así.
Superposição	Bregagnolo reveló que un asesor del diputado brasileño oficialista Bohn Gas “nos dio un dato, la gente de Electrobras anduvo por los Saltos del Moconá, justamente para que no se afecten los saltos , estaban midieron una cota inferior para preservarlos. En un rato que estuvimos, el río subió un metro y medio. Es porque en la represa de Itá están soltando agua. Eso le preocupa a la gente, en especial cuando le decís que el agua subirá treinta metros, eso impacta en la gente”.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	La realidad indica que a lo largo de este año los procesos licitatorios han ido avanzando a espaldas del pueblo misionero , a tiempo que en Brasil -en varias ciudades- las audiencias públicas avanzan mientras que en Misiones no se ha efectuado una sola.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	En Brasil existe participación de alcaldes y funcionarios que cuentan con información oficial suministrada por los organismos públicos involucrados en el proyecto. En Misiones, en tanto, el Gobierno provincial quitó de la agenda pública toda posibilidad de información y debate, esgrimiendo que “no es un tema para abordar en un año eleccionario”.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Héctor Rubén Gallardo es docente y dicta clases en el Colegio Garruchos, único establecimiento secundario del pueblo homónimo, que podría ser la escuela más próxima a la zona donde proyectan emplazar la hidroeléctrica Garabí. “En Garruchos nos consideramos los primeros afectados de la represa
Contra-identificação Acontecimento	Los alumnos por supuesto que están preocupados porque esta represa puede modificar radicalmente sus vidas . Acá los chicos son realmente muy sanos, muy arraigados a su tierra y la

discursivo	preocupación de ellos es que tengan una reforma en sus vidas, en lo familiar, económico, cultural.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Sostiene el profesor Gallardo que “La magnitud y la belleza de lo que se puede perder es un tema que a todos inquieta . Acá tenemos arroyos, balnearios limpios, la costa, se pesca de todo, solemos hacer campamentos con los alumnos donde aprendemos a valorar la riqueza del nuestro lugar”, refleja el docente
Superposição	“Vean, es muy simpático ver cómo quedará Alba Posse, parece una isla”, dijo Yunis, demarcando en la pantalla la escalofriante imagen de lo que sería Alba Posse si se construyen estas presas. Lo que se ve es elocuente: apenas una ínfima superficie menor al 20% sobrevivirá a la inundación . Lo demás, bajo agua. “Alba Posse necesitará una ciudad nueva”, reconoció Yunis.
Superposição	Casi la misma suerte correrá, según el informe exhibido, la ciudad brasileña de Porto Mauá, que “se inundará en 3/4 del total de su superficie” .
Superposição	En otro pasaje, Yunis exhibió como “impacto positivo” , lo que llamó la “mejora en la calidad de vida en lo que se refiere a la salud porque se harán nuevos hospitales con modernos centros de investigación para la prevención y tratamiento de enfermedades vectoriales y endémicas que pudieran potenciarse con el represamiento del río”.
Superposição	Entonces alguien le remarcó que era “perverso” poner ese ítem como “impacto positivo” cuando de lo que se estaba hablando era de enfermedades. También se le recordó que la Comisión Mundial de la Salud “desaconseja totalmente la construcción de represas en zonas de clima tropical”, a lo que Yunis replicó que “la Comisión Mundial de Salud es un ámbito cerrado y retrógrado”.
Superposição	Por octava vez en nueve meses, la Nación decidió postergar la fecha límite de presentación de ofertas para la confección del proyecto de represas Garabí-Panambí, convocado mediante licitación pública internacional 01/10 del Ministerio de Planificación Federal, que maneja Julio de Vido.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Desde el MST en Proyecto Sur creemos que es necesario sumar fuerzas lo más ampliamente posible para frenar el proyecto de Garabí . Además de violar tratados internacionales y afectar derechos básicos de la población (ambientales, a la salud, a la información y de los pueblos originarios), ese proyecto daña la flora, la fauna y todo el ecosistema de esa hermosa provincia que es Misiones .
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	Hoy a las 11, referentes de distintas agrupaciones sociales harán entrega al rector de la Universidad Nacional de Misiones, ingeniero Aldo Caballero, un pedido de informe relacionado al estudio que investigadores de la Unam efectuaron a pedido de Emprendimientos Binacionales Sociedad Anónima (Ebisa)

	acerca de distintos aspectos vinculados al proyecto de represa hidroeléctrica Garabí.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Entendemos además como inadmisibile la aplicación de cualquier tipo de acuerdo de confidencialidad entre la U.Na.M. y EBISA, que impidan el libre acceso a la información a todos los ciudadanos misioneros en relación a un tema que nos involucra, más aún cuando somos los ciudadanos quienes sostenemos a la Universidad Pública.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	“El valor de las áreas rurales involucradas por los aprovechamientos hidroeléctricos sobre el río Uruguay se verá afectado por especulaciones que no beneficiarán a las originales poblaciones ”, reza parte del informe oficial suministrado por la Dirección de Archivo de Electrobras (Brasil), que el consultor institucional de la Municipalidad de Garabí, Miguel Yunis, dio a conocer el viernes en la reunión técnica informativa que se desarrolló en Azara.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	“Yo mismo tengo ofertas de inmobiliarias de Buenos Aires para que les diga cuáles son las chacras que están sin título en la zona donde se va a inundar”, blanqueó Miguel Yunis sobre este tema, dejando en claro que las operatorias especulativas ya están en marcha.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	Casi dos años llevan las familias de Puerto Azara pidiendo a la Subsecretaría de Tierras de la provincia que aplique la Ley de Regularización (4.502), promulgada en diciembre de 2009. El pedido de los vecinos tiene que ver con la necesidad de evitar especulaciones inmobiliarias en la zona y tener un resguardo jurídico en caso de que prospere el proyecto Garabí, que inundaría totalmente el pueblo.
Contra-identificação Acontecimento enunciativo	Sin embargo, hasta el momento no han tenido respuestas concretas por parte del titular del organismo
Superposição	Se trata del proyecto de las represas binacionales Garabi y Panambi, en la cuenca del Río Uruguay en el tramo compartido entre la Argentina y Brasil, que -según detalló De Vido- para avanzar se necesitarán unos 21 meses para los estudios de factibilidad técnica y luego otros 5 o 6 años para su construcción.
Superposição	La dirigente del MID Misiones destacó que el Gobernador Maurice Closs a dado a conocer algunos datos sobre la obra, pero consideró que no debería haber esperado tanto tiempo. Dijo que la necesidad de Brasil y Argentina de generar más energía “nos induce a pensar que la represa se realizará”.
Superposição	Sin embargo dijo que “debe informarse a la gente sin miedos, porque la falta de información genera una serie de suposiciones y posiciones que después es difícil cambiar. El Gobierno debe informar periódicamente, para evitar así posiciones

	extremas
Contra-identificação Acontecimento discursivo	En medio de un sofocante calor, miles de ciudadanos hablaron, preguntaron, escucharon -de parte de quiénes tienen una gran experiencia en el tema represas- las consecuencias que traerá la construcción de Garabí para ésta y las generaciones futuras.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Monseñor Joaquín Piña lamentó que los misioneros “no aprendimos la lección de Yacyretá, todos los daños que nos trajo esa represa y que seguirá provocando tanto en el plano ecológico como social, o ya se olvidaron que Carlos Menem dijo que era un monumento a la corrupción? no aprendimos la lección si ;otra vez estamos discutiendo sobre si se construye o no la represa de Garabí!”, exclamó.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Recordó que “la misma legislación nos protege cuando dice que estas cosas se deben consultar con el pueblo que son los afectados, entonces no dejemos que nos pasen por encima. No se dejen engañar con esto de que no hay alternativas, claro que las hay
Contra-identificação Acontecimento discursivo	El diputado Héctor Bárbaro (PAyS) hizo hincapié en que “los que estamos acá vamos a luchar hasta las últimas consecuencias para que éste Gobierno y cualquier otro que quiera instalar represas en la provincia no puedan hacerlo. Creo que debemos pararnos muy fuertemente detrás de este objetivo”.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	El titular de la UCR, Germán Bordón destacó que “no hay que tener miedo porque si estamos unidos para luchar en contra de la represa de Garabí y en todos los actos que involucren los intereses de los misioneros. Mi compromiso es no bajar los brazos, seguir luchando para que esto no se haga, cuando me preguntan qué opino sobre Garabí u otras represas, siempre respondo que tengo tres hijos y de nada me sirve la energía, el supuesto progreso si mis hijos y mis nietos no van a poder vivir en esta provincia por todo lo que trae aparejado en forma negativa la construcción de la represa en esta parte del mundo”.
Contra-identificação Acontecimento discursivo	Advirtió que el gobierno no desconoce lo que puede pasar porque “hemos asesorado al Gobernador diciéndole que el camino de Garabí es un camino equivocado, Misiones debe desarrollar sus cuencas internas, y su central térmica de vapor con la leña y la biomasa que disponemos en la provincia. Barney enfatizó que “ Garabí no se va a hacer si nosotros nos unimos. Ya el Gobierno admitió que más del 60% no quiere una represa como Garabí, por eso tenemos que informar al pueblo,
Contra-identificação Acontecimento discursivo	María enfatizó que la tierra no se fabrica, es la única que “nos da de comer seis meses al año porque los tardeferos trabajamos seis meses y conseguimos la plata para comprar la harina; pero los otros seis meses vivimos de lo que produce la tierra, Misiones debe ponerse de pié como lo hizo Andresito, que defendió nuestra provincia y murió por ella ”, reclamó.

<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>Para continuar: “El agua estancada genera enfermedades y la construcción de la represa también; tenemos una biodiversidad con bosques que se van a perder. Por que el gobierno quiere pasar por sobre esto?, lo único que queda pensar es que con la construcción de la represa se están jugando intereses económicos y políticos que están muy alejados de lo queremos nosotros, los afectados. Falta mucha información que los gobernantes la guardan para que la gente crea que Garabí ya es un hecho.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>Ambos jefes comunales asumieron el compromiso de defender a sus localidades ante la inundación de “cada metro de tierra afectado que pertenezca a los vecinos que habitan el municipio”.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>Luego, Raúl Aramendia, del centro Misionero de Educación Ambiental para el Desarrollo Sustentable, comentó que los grupos ecologistas tienen profuso material sobre las energías alternativas, turbinas de flujo y otras, contestando declaraciones mediáticas del ex gobernador Ricardo Barrios Arrechea apoyando la construcción de Garabí.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>Continúan multiplicándose las organizaciones en contra de las represas en nuestra provincia. Y uno de ellos lo conforman un grupo de vecinos de Alba Posse y localidades cercanas, quienes recorren los distintos pueblos que se ubican sobre la ruta costera 2 para dialogar con los habitantes del lugar y contarles “la verdad” de las consecuencias que sufrirán con la posible construcción de la represa de Garabí.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>Orlando Moraes y Jorge Aguirre son dos de las personas que dedican parte de su tiempo a charlar con los vecinos y, entre otras cosas, les cuentan lo que ocurrirá con sus terrenos y chacras de concretarse la mega obra.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>“Hay demasiada desinformación entre los colonos de la zona. Yo trato de hablar con ellos y hacerles entender que, en caso que se hiciera la represa, sería un daño ambiental, económico y social irreparable”, indicó Moraes</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>“Hay una desesperación enorme con los habitantes de cada ciudad. Lo primero que nos preguntan es: ‘Señor, ¿qué va a pasar conmigo, cómo nos van a pagar? A los habitantes de la zona de afectación nadie les contó de los problemas ecológicos, sociales y principalmente de las nuevas enfermedades que sufrirán, e incluso ningún funcionario provincial les informó que no van tener más chacras ni tierras donde plantar”, advirtió Moraes.</p>
<p>Superposição</p>	<p>Mientras se siguen alzando las voces en contra de la posible construcción de la represa Garabí, el Gobernador de la provincia volvió a afirmar que “no se va hacer nada que el pueblo de Misiones no quiera”.</p>
<p>Contra-</p>	<p>A tres días de la firma del acuerdo de los gobiernos de Argentina</p>

identificação Acontecimento enunciativo	y Brasil para avanzar con la construcción de la represa de Garabí, intendentes de municipios que se verán afectados por la nueva hidroeléctrica adelantaron que exigirán “reglas claras” de manera que en la provincia no se vuelva a repetir la experiencia de Yacyretá.
Contra- identificação Acontecimento enunciativo	“Nos cayó muy mal la noticia. Están planeando todo sin tenernos en cuenta a nosotros, que seremos los afectados directos. Jamás vino nadie a informarnos de nada” , protestó Luisindo, habitante de Azara.
Contra- identificação Acontecimento enunciativo	“Estamos preocupados porque se dice que, si se hace la represa, nos van a sacar de acá. Ya sabemos lo que pasa con los relocalizados de Yacyretá y no estamos dispuestos a que nuestro futuro y el de nuestros hijos sea así”, advirtió María Alvez, trabajadora sanitaria de Puerto Azara.
Contra- identificação Acontecimento enunciativo	“Acá se vive tranquilo. Siempre fue un lugar calmo y lleno de bellezas naturales, salvo en la época en la que pasaban los bandeirantes. Ahí era más complicado. Yo viví acá toda mi vida y siempre escuché eso de la famosa represa, pero no creo que se haga nunca. No hay razón para que nos saquen de acá y para destruir un lugar tan hermoso como éste” , expresó uno de los lugareños más longevos de Puerto Azara, Mauricio, de 88 años vividos íntegramente aquí.
Contra- identificação Acontecimento enunciativo	“Cuando se habla de Garabí, hablan de millones de dólares, de beneficios, de kilowatts, pero la verdad es que nadie se acuerda de nosotros. Estamos esperando desde hace mucho tiempo que oficialmente vengan a decirnos qué pasará con nosotros”, protestó Rafael, de Monte Hermoso.
Contra- identificação Acontecimento discursivo	Bajo siete llaves y a espaldas de la población, desde hace más de tres años el Gobierno de Misiones tiene en su poder un informe de siete mil folios sobre el Proyecto Hidroeléctrico Garabí.
Contra- identificação Acontecimento discursivo	Además, el mamotreto ofrece guías para la aplicación de programas destinados a la persuasión para la aceptación del proyecto en las comunidades y otros ámbitos de afectación. Entre otros tópicos, incluye un listado detallado acerca de las múltiples enfermedades epidemiológicas que provocaría la represa , un inventario de 950 hojas con respecto a la aplicación de leyes ambientales y hasta un manual para la implementación de campañas destinadas a la captación -por medio de la manipulación de la información- de opiniones positivas sobre el proyecto en los medios de comunicación y los estratos legislativos.
Contra- identificação Acontecimento discursivo	Sobre las consecuencias sociales, el informe reconoce que “el reasentamiento involuntario puede tener consecuencias traumáticas para la vida de aquellos que viven en la zona de influencia del proyecto. Constituye una ruptura repentina de la continuidad del tejido social y puede tener como resultado el empobrecimiento de la población reubicada.

<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>“Los nuevos asentamientos de migrantes en la región debido a los cambios económicos o culturales incorporarán factores negativos, facilitarán el ingreso o aumento de los vectores de hábitos domiciliarios como la vinchuca, los animales domésticos, mosquitos causantes del contagio de la fiebre amarilla, paludismo y dengue y la aparición de distintas parasitosis”, revela el diagnóstico oficial.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>“El impacto más relevante tiene que ver con el establecimiento, como resultado de la formación del embalse de Garabí, de condiciones ambientales favorables para la proliferación de especies transmisoras de enfermedades humanas”, advierte el capítulo “Control de plaga</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>Siempre en materia de aparición de enfermedades, el informe es pesimista en cuanto a las dos opciones técnicas que baraja el proyecto: “Con relación a las condiciones ambientales favorables para la proliferación de especies transmisoras de enfermedades humanas, ambas alternativas tendrían un impacto negativo”.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>En cuanto al programa de información y comunicación, los mensajes deberán poner su eje, en primer lugar, en los aspectos positivos del proyecto Garabí, con la intención de dotarlos de visibilidad pública, concientizando a la población de los beneficios del mismo”.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>La Universidad Nacional de Misiones (UNaM) recibió cuarenta mil pesos por haber elaborado parte del informe secreto sobre la represa Garabí</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>En el mismo se detallan consecuencias de profunda severidad en materia ambiental, social, económica y sanitaria. Aún así, se trata de un trabajo positivista que plantea instalar el emprendimiento hidroeléctrico a cualquier costo.</p>
<p>Superposição</p>	<p>Diputados nacionales de Misiones dieron por sentado que la construcción de la represa Garabí sobre el río Uruguay está atada a que la provincia, como también la vecina de Corrientes, tengan a cambio regalías energéticas que compensen el daño geográfico y ambiental.</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>Más cuatro mil misioneros ya estamparon su firma negándose a La construcción de más represas que afecten a la provincia, en el marco de una campaña que comenzó hace pocos meses y que se irá extendiendo a lo largo de distintas localidades promovida por la Asamblea Ciudadana Misionera</p>
<p>Contra-identificação Acontecimento discursivo</p>	<p>“La respuesta de la gente es contundente: los misioneros no quieren más represas porque a pesar de la desinformación y la manipulación, las consecuencias están a la vista”, explicó la docente y antropóloga María Rosa Fogeler, integrante de la asamblea que coordina el prestigioso ingeniero Eric Barney</p>
<p>Contra-</p>	<p>Otro ciudadano que firmó la negativa a Garabí es Santiago</p>

identificação Acontecimento discursivo	Rodríguez, un turista bonaerense que se encuentra de paso por la provincia. “Es increíble como a los gobiernos no les importan los recursos naturales ni el destino de su gente.
Contra- identificação Acontecimento discursivo	Siguen apareciendo pruebas contundentes de que el Gobierno de Misiones sí cuenta con muchísima información específica y técnica sobre los graves impactos que puede provocar la represa Garabí, pese a que prefiera ocultarla y escamotearla a su propio pueblo.
Contra- identificação Acontecimento discursivo	“Los impactos que se prevé generará la represa de Garabí serán muy grandes y afectarán a la mayoría del corredor turístico y áreas de conservación ”, prologa el capítulo 2.1
Contra- identificação Acontecimento discursivo	“Vectores transmisores de enfermedades que se incrementarán con la represa” , “descomposición de materia orgánica que afectará severamente a la atmósfera”, “baja considerable en la calidad del agua del río Uruguay”, “impactos sobre los ecosistemas acuáticos y terrestres”, “impacto visual sobre el paisaje”, “pérdida en la biodiversidad”, “cambios en el clima de la región”, “desarticulación de poblaciones, daños sociales”, “mayor desempleo”, “pérdidas en la producción de la región” y otra larga serie de advertencias que se suceden de manera muy crítica en el libro financiado por el Consejo Federal de Inversiones.
Contra- identificação Acontecimento discursivo	“Los mensajes comunicacionales tienen su eje, en primer lugar, en los aspectos positivos del proyecto Garabí, con la intención de dotarlos de visibilidad pública”, reza el apartado Mensajes, sintetizando el espíritu discursivo que vienen exaltando distintos actores del Gobierno provincial -en especial el vocero del proyecto por Misiones, el secretario de Acción Cooperativa, Luis Jacobo-, en el cual lo importante es “neutralizar la identificación del proyecto con sus efectos negativos en el corto plazo” , según aconseja textualmente el informe.
Contra- identificação Acontecimento discursivo	A días de conocer el estudio de inventario de la polémica represa de Garabí, el ingeniero y empresario yerbatero Eric Barney se despachó con dureza contra el gobernador Maurice Closs al afirmar que el mandatario misionero conoce muy bien los daños que ocasionará la construcción de la hidroeléctrica y que a pesar de ello opta por hacerse el distraído para evitar las críticas y el rechazo de todo el pueblo misionero.
Contra- identificação Acontecimento discursivo	“Las personas que están a cargo de estos emprendimientos, ya sea privado o del Estado, nunca detallan la información completa de los perjuicios y las consecuencias que tendrá el ecosistema. Y los efectos y variaciones que sufren los ríos no solamente afectan a éste sino que también a todos los pobladores”, arremetió el sociólogo
Contra- identificação	El ingeniero Luis Rey es uno de los misioneros que más tempranamente advirtió sobre las consecuencias de la

Acontecimiento discursivo	contaminación de los ríos, la pérdida de biodiversidad por prácticas agrícolas contaminantes y los efectos negativos de las grandes represas en territorios tropicales.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	Los vecinos de Puerto Azara y las colonias cercanas se reunirán hoy a las 15.30 en la iglesia cristiana local para tomar una postura común que piensan plasmar en un documento y elevar a las autoridades provinciales, manifestando su rotundo rechazo a la construcción de la represa Garabí , que implicará para ellos el desalojo de sus tierras y la pérdida de sus bienes.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	“ Expresamos nuestro repudio a la posible construcción de una nueva represa hidroeléctrica en la región mesopotámica. Rechazamos el emprendimiento del cual conocemos mediante nuestras propias investigaciones ya que en los medios locales existe una casi nula difusión sobre el proyecto, del cual somos afectados de manera directa”, señalaron en un escrito los pobladores del lugar.
Contra-identificação Acontecimiento discursivo	El empresario yerbatero e integrante de una de las familias más reconocidas de la zona, Juan Szychowski, se manifestó ayer “preocupado” por la “ inconcebible falta de información ” que existe sobre la obra.
Superposição	“Todos los misioneros piensan en la energía con el bolsillo y siempre escucho opiniones del ente que dice ‘tenemos la central a noventa kilómetros y tenemos energía cara’, pero no es cara, es parte del sistema nacional, encima está subsidiada , ocurre que hay otros costos que aparecen que encarecen, hay que atacar a los otros costos que encarecen”, advirtió Thomas, en clara referencia a la empresa provincial de energía eléctrica.
Contra-identificação Acontecimiento enunciativo	El 11 o 14 de septiembre se va a conocer el punto en cual estará Garabí ”, había anunciado a fines agosto el presidente de la Comisión Técnica Mixta para el proyecto Garabí, Bautista Marcheschi. Transcurrido un mes del plazo establecido por Marcheschi, la información brilla por su ausencia sin que hasta el momento nadie de la Comisión Mixta, ni de la llamada Comisión de Enlace se haya referido al notable retraso.
Superposição	Ante las constantes voces en contra del proyecto de construcción de la represa Garabí que los gobiernos de Argentina y Brasil planean edificar entre las localidades correntinas de Garruchos y José R. Gomez sobre el río Uruguay, los referentes de la Federación Empresarial de Corrientes (Fecorr) emitieron un comunicado en que expresan que “ el proyecto pasó a ser una prioridad impostergable y urgente para Corrientes en particular, como para Argentina en general ”.
Contra-identificação Acontecimiento enunciativo	El relanzamiento mediático del debate en torno a las represas hidroeléctricas volvió a poner sobre el tapete las opiniones de numerosos actores de la política misionera, algunos de ellos, ciertamente involucrados hoy -desde distintos lugares- en proyectos como Garabí y Corpus. En muchos casos, revisar las

	posiciones del pasado y contrastarlas con las actuales evidencia notables incoherencias en varios funcionarios de la esfera local.
Contra-identificação Acontecimento descritivo	“En materia de salud, cabe esperar en el sector denominado área de influencia, un aumento creciente de las enfermedades de origen hídrico, de transmisión sexual, alcoholismo, accidentes, drogadicción y de parasitosis ambientales hasta el fin de la tercera etapa y el comienzo de la cuarta. Podría anticiparse un eventual incremento de las enfermedades evitables por vacunación aunque, es de estimar este tendría sólo cierta importancia en el tercer período”, augura el geólogo en su segmento denominado “Valoración de Impactos previstos”.
Contra-identificação Acontecimento descritivo	Esta tabla advierte que las enfermedades que se presentarán de manera creciente en toda la zona de influencia de Garabí serán: parasitosis, enfermedades de transmisión sexual, tuberculosis, lepra, fiebre amarilla, dengue, paludismo, chagas, esquistosomiasis, leishmaniasis, filiarisis, alcoholismo, drogadicción por aumento de consumo de sustancias psicoactivas, además de un incremento en los accidentes en las obras y el tránsito.
Contra-identificação Acontecimento descritivo	El informe de De Francesco también garantiza que “en cuanto a aspectos sociales puede anticiparse para la tercera etapa una transformación de la estructura social y un aumento considerable de las migraciones, fundamentalmente una disminución de la población en áreas indiferenciadas e incremento de relocalizaciones de pobladores urbanos y rurales. Es previsible el aumento de conflictos sociales y étnicos por diversas razones, tales como: irrupción de distintas formas culturales en un medio tradicionalmente estático, aparición de poblaciones marginales y mayor presión sobre servicios básicos, notoriamente insuficientes ”.
Contra-identificação Acontecimento descritivo	Respecto a esta última cuestión, el investigador y ex secretario de Medio Ambiente de la Nación, Héctor Horacio Dalmau, fue tajante y dijo que la única manera de atenuar los impactos ambientales “es no construyendo más represas” .
Contra-identificação Acontecimento descritivo	“ Las consecuencias ambientales negativas son más que palpables , por más que no se divulguen y se escondan las estadísticas, Misiones ya forma parte de una región endémica”, afirmó el ex funcionario nacional.
Contra-identificação Acontecimento descritivo	Como gran parte de la sociedad misionera, Solanas dijo estar en contra de la posible construcción de las represas de Corpus y Garabí. “Yo tengo una opinión muy negativa, esos mega proyectos ya demostraron que fueron un camino desacertado” , y puso de ejemplo a Yacyretá.

Fonte: autor

Audiência Pública⁷⁶

Pronunciamento dos moradores de Porto Mauá e região durante audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal de Santa Rosa. O debate ocorreu no dia 3 de fevereiro, no Salão de Festas Navegantes, na Rua Benvenuto Taffarel, em Porto Mauá. A procuradora da República Letícia Carapeto Benrdt coordenou os trabalhos.

Esta é uma oportunidade rara. É muito bom termos uma presença tão grande de pessoas. Até então, o Estado não era consultado em licenciamentos federais. O Estado ficava à margem e, depois da obra, tinha de arcar com os passivos ambientais e resolver os problemas sociais. Estes passivos se tornaram ao longo dos anos irreversíveis. E hoje não têm mais solução. A FEPAM já tem um levantamento técnico pronto, o FragRio, onde o documento mostra quais rios podem e quais não podem receber mais empreendimentos no Estado. Temos expertise para afirmar que os impactos são permanentes e que, portanto, as medidas mitigadoras têm de ser também permanentes no plano regional. Não queremos trocar a perda por 4 ou 5 camionetes. **Luis Fernando Carvalho Perello – Fepam.**

Esta riqueza é nossa. É no Parque do Turvo que estão as últimas onças do Rio Grande do Sul. No parque ainda existe a fauna original do Estado. É o último local. Com a barragem na cota de 130 metros, 60 hectares serão inundados, mas não é só isso. Em muitos outros locais o solo muda, ficando encharcado. Assim, muitas espécies vão morrer. Com a criação do lago, ficaremos desconectados da Reserva Jaboti, na Argentina. Será como uma cheia permanente, pois os animais usam a região do Salto do Yucumã para passar de um lado para o outro do rio na seca. E não vai mais ter seca. Esta situação mataria muitas espécies, morreriam as populações. É uma perda inestimável. E o Salto do Yucumã vai ser afetado. Fica o nosso apelo para que esta obra não seja feita. **Dante Meller – Diretor do Parque Estadual do Turvo.**

Nossas famílias estão ameaçadas. Chamamos os amigos argentinos para se unirem nessa luta. Serão mais de 12,6 mil pessoas atingidas. Não há hoje política que garanta a indenização. Eu mesma sou uma dívida social. Fui atingida e nunca recebi indenização. A energia é para quem? Para um pequeno grupo do sistema capitalista. E este cadastro prévio é uma armadilha. Não façam. **Neudiclea de Oliveira – Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Rio Grande do Sul.**

Esta matriz energética de hidrelétricas, aqui no Rio Uruguai, já está esgotada. Os rios não funcionam mais. Os mananciais estão secando. Temos outras possibilidades para gerar. A Alemanha gera 30GWatts de energia solar, o que equivale a uma Itaipu e meia. Usando dados do Ministério das Minas e Energia, da Empresa de Pesquisa Energética, e temos um potencial de 300GW de potencial de energia eólica. Mas o problema é que os consórcios de empreiteiras dependem das construções de barragens. Mas a Constituição Federal, no seu artigo 225, veda que se promova a extinção de sistemas ecológicos, como o Rio Uruguai. E o rio está morrendo. O Uruguai está esgotado. Já deu mais do que poderia. Lago é diferente de rio com corredeiras. A Constituição diz que não podemos alterar processos ecológicos. Mas as represas destroem os últimos suportes do processo ecológico de gerar vida no rio, pois sem corredeiras não há geração de oxigênio para as espécies. O Rio Uruguai está morrendo. **Paulo Brack – biólogo e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio e do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – Ingá.**

Eu me emociono. Porto Mauá e Alba Posse (Argentina) vão desaparecer. Nós não

⁷⁶ Informações do MPF sobre a audiência pública e os documentos do processo estão disponíveis em: <http://www.prrs.mpf.mp.br/home/unidades/unid/santarosa>>. O edital de convocação da audiência pública está disponível em <<http://www.prrs.mpf.mp.br/home/bancodocs/outras/panambi/view?searchterm=garabi>>.

vamos permitir. Enquanto a Eletrobras não esclarecer tudo aqui, não sai nenhuma reunião com a empresa. Nos iludiram com o pré-cadastro. Apertamos o Walter Cardeal (Diretor da Eletrobras) em Porto Alegre, mas ele não respondeu. Disse que só depois da licença prévia. Ora, depois da licença não adianta mais nada. Temos aqui um público grande, o que demonstra o sentimento e a posição dos agricultores da região. Somos humanos. Nossos sentimentos são humanos. Ainda não inventaram máquina no mundo para medir nosso sentimento. Não queremos esta obra. **Itálico Cielo – Sindicato dos Trabalhadores de Porto Mauá.**

Não temos decisão nenhuma. Informação nenhuma. Isto aumenta a nossa angústia. O que vai acontecer, perguntamos à promotora. Eu quero saber o que nós vamos fazer. Quando eu voltar para lá vão me perguntar isso. O que vamos fazer? **Pedro Titarelli – Sindicato Rural de Santa Rosa.**

Não temos respostas agora. Mas nos comprometemos a ser fiscal da lei. **Letícia Benrdt – Ministério Público Federal.**

Se tiverem de sair daqui vai ocorrer a perda da cultura e da tradição. E as mulheres que aqui produzem alimentos vão entrar no mercado de trabalho da cidade. E ganhar 30% menos do que os homens. E os homens vão ter de entrar no moedor de carne do mercado. E as mulheres não vão ganhar nada pelo duplo trabalho, no mercado e o trabalho reprodutivo. Por isso não queremos as barragens. **Letícia Raddtz – Representante da Marcha Mundial das Mulheres.**

Fizemos em Misiones, por toda a província, projetos coletivos de geração de energia para os agricultores. O projeto de miniturbinas hidrelétricas poderia gerar toda a energia que Misiones necessitava. E o projeto foi abandonado por conta dos interesses das grandes empresas. Este desenvolvimento que prometem é para quem? Deveríamos dar capacitação para os pequenos produtores rurais gerarem sua energia. E isso é possível. **Eric Barney – engenheiro eletromecânico – produtor rural na Argentina.**

Direito de dizer não! Passivos sociais e ambientais das outras sete usinas no rio Uruguai não foram compensados e a lei não foi cumprida. Ocorre a perda da identidade cultural e social. Temos de nos perguntar: energia para quem e como na atual matriz energética? A perda da produção existente na terra e no rio não tem custo avaliado na indenização. Falsas promessas de melhorias na educação, saúde e todo o mais, nunca são cumpridas em todas as outras usinas já construídas. **Edi Xavier Fonseca – Agapan.**

Nossa preocupação é quanto a harmonia para conseguir achar um consenso. Precisamos de informações mais precisas. Eu me sinto insultado com a desinformação. Não temos voz, mas vamos gritar pela defesa do rio Uruguai. Não pensar só nas antas e onças, mas também nas crianças. **Ernani Moreira – Secretário de Educação de Três de Maio.**

É uma questão hídrica e não energética. Está acontecendo no Brasil uma apropriação do potencial hídrico por grandes empresas. Aqui somos contrários. Somos contrários às barragens. Não há informação nem diálogo. Quero deixar um recado para a promotora e demais autoridades. Organizar o povo não é crime. Vamos barrar estas barragens. **Pastor Milton César Gerhardt – representante da diocese de Santo Ângelo.**

Estão acontecendo graves equívocos sobre os projetos destas duas grandes represas. Estão divulgando na mídia muitas mentiras. Não é verdade que há apagão. Isto é mentira. Existem muitas formas de ter mais energia. As usinas existentes podem ser repotencializadas, o que garantiria 20% de ganho. Um programa de eficiência evitaria perdas na ordem de 20 a 25%. Somado a investimentos em energia eólica e solar, não precisamos de novas usinas. Mas quem está aqui tem de tomar posição. Não tem muro para ninguém. Aqui somos todos contra mais barragens. **Gilberto**

Corrazza (PT) – vereador de Santo Ângelo.

Vamos levar adiante as informações que estão sendo passadas aqui. E a participação social do povo só vai aumentar. Temos hoje muitas propostas alternativas a este projeto. Podemos trabalhar com as pequenas centrais hidrelétricas e obter uma grande economia fazendo o melhoramento das redes já existentes. **Pedrinho Adeniro Escher- morador de Alecrim.**

A fé e cultura de um povo não pode ser ignorada. Em 1930, dois pescadores, Catulo e Pedro Garcia, tinham naufragado no rio Uruguai e fizeram a promessa de entregar uma imagem da Nossa Senhora no local onde fossem resgatados. E eles foram resgatados aqui. E temos dado seguimento a esta promessa fazendo todos os anos a festa de Navegantes. Já vão 84 anos. Como se pode garantir que este ato de fé e cultura do nosso povo vai permanecer? **Inês Teresa – Católica e moradora que organiza Festa de Navegantes.**

Não podemos nos omitir. Dos 19 municípios que serão atingidos, temos apenas 2 prefeitos aqui. Não dá para ficar escondido. Tem de se posicionar. Segundo a Organização Mundial da Saúde, não é recomendado fazer grandes lagos e barramentos na região. É uma bomba biológica que vai acelerar a existência de muitas doenças como dengue, malária, leishmaniose, esquistossomose. Isso é desenvolvimento? Esse é o desenvolvimento que não vai ser para nós. Esta energia não é para nós. Como falou o colega argentino, com 300 microburinas em Misiones, seria resolvido todo o problema de energia. **Antônio Prestes Braga – Rede Missioneira de bens comuns, agroecólogo.**

A questão aqui é muito mais complexa do que o Parque do Turvo ser atingido. O impacto social é muito alto em toda a região costeira que é composta de minifúndios. Mesmo que sejam pagas indenizações, não existem hoje propriedades a venda disponíveis. Ninguém vende propriedade por aqui. E as pessoas vão acabar indo para as periferias com uma indenização miserável. Isso é progresso. Isso é desenvolvimento. O único jeito é dizer não. Bem alto. Não queremos barragens. **João Roque dos Santos – Representante do sindicato dos metalúrgicos em Santa Rosa/RS.**

Está sendo omitida a informação da reserva técnica e áreas de preservação permanente. Isto está nos próprios documentos do governo. A cota de 130 não vai ser respeitada. Nos documentos do inventário, feito pela Eletrobras, são elencados apenas dois aspectos positivos para o projeto e 23 aspectos negativos. E os positivos são mentirosos. Eles dizem que a geração de emprego é um aspecto positivo, mas isso acontece só durante a obra. Depois acaba. Não fica nada. E eles falam no orçamento do município, o que também é mentira. Como pode ser desenvolvido um município que vai perder área, perder população e perder produção. Isso não é desenvolvimento. Também nos documentos do governo está escrito que haverá diminuição da fauna e da flora. E que os prováveis assentamentos se dariam em áreas menos férteis e sem água. Como alguém vai poder produzir assim? **Eurice Klein – moradora e professora.**

O Ministério Público fala também sobre a questão dos direitos, mas também fala dos vínculos da população com a terra, de toda a questão cultural e espiritual com a terra. Sobre o pré-cadastro, posso dizer que ele não é obrigatório. Enquanto a liminar que a Justiça concedeu estiver vigente, nada pode ser feito. Há uma ordem judicial para parar qualquer ato do projeto. **Procuradora Federal Letícia Benrdt – MPF.**

Já conversamos com mais de 5 mil pessoas na região e nenhuma delas teve uma resposta concreta sobre as suas dúvidas. Este é o último trecho do Rio Uruguai vivo. Já são sete barragens. Quem ama o rio não pode permitir que se construa mais uma usina. **Renato Kuntzner – Representante da comunidade evangélica de confissão luterana em Três de Maio.**

Não queremos vender nossas terras. **Janice Dalcin Benatti – atingida por barragem, moradora de Crissiumal.**

A população está aflita, confusa e desinformada. Estamos tendo já hoje no município perdas em investimentos de Saúde. Quem vai investir aqui? A empresa do consórcio usa de má-fé, forçando as pessoas a fazerem o pré-cadastro. **Vereadora Neiva Pisoni (PP) – Porto Mauá.**

Que bom que a senhora deixou um ancião falar. Tenho 76 anos e os agricultores estão nervosos. Estão mentindo muito. As pessoas da nossa boca. Na cidade, morreremos de fome **Lothar Kuhn – Representante da Associação Amigos do Rio Uruguai do Município de Novo Machado.**

Isto que está sendo vendido é o ovo da serpente acompanhado do canto da sereia. O rio é meu pai e minha mãe. O que está acontecendo é a privatização dos rios. Peço que seja usado o princípio da precaução. Não se pode tirar a cultura e a vida de um povo. **Eduino de Mattos – Representante da Assembleia Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente – APEDeNA/RS.**

Eu luto contra as barragens. Neste projeto o ser humano é deslocado e a natureza é fraudada. Nunca fomos ouvidos. Nunca. E não queremos este projeto. Como pode que uma empresa como a Engevix, que fraudou documentos na construção da Usina de Barra Grande, esteja participando de novo do consórcio? Queremos que esta empresa seja descadastrada de fazer negócios com o governo do país. Viva a vida no Rio Uruguai.

Lony di Ricardi, moradora de Porto Mauá.

Em Misiones já ocorreu uma consulta a população. Agora queremos o plebiscito oficial que o governador não quer convocar. O povo quer opinar. Nós missioneiros temos o direito de dizer. Com estas obras o agricultor perde a sua felicidade. **Nilson Bretin – Representante da Associação de ‘Campesinos Tabacaleros de Misiones’ – Argentina.**

Representamos 350 famílias que vivem dos balneários. A gente preserva a natureza, faz a limpeza dos locais e somos como uma escola a céu aberto. Estamos estimulando a economia e fazendo o papel de dar uma vida melhor para as pessoas que vivem nas cidades. Aqui já dizem: “estou indo para a costa” quando as pessoas vão em busca de um lugar mais humano e feliz. **Elton Walker – Representante dos Balneários no Grupo de Trabalho Municipal sobre o tema barragens em Porto Mauá.**

Tomara que todos aqui não sejam nunca atingidos. Há uma grande necessidade de não fazer esta barragem. Isto provoca uma aflição nos trabalhadores. É uma angústia sem fim. Estão passando por cima dos direitos estabelecidos. **Sindicato dos trabalhadores de Três Passos e Derrubadas.**

Somos contra a construção. Contra. São Paulo está sem água e sem luz. E lá os rios estão cheios de barragens. Então temos de nos perguntar. Por que fazer? Para que as empreiteiras ganhem dinheiro? Não existem atingidos e não atingidos. Quem mora há mais de 500 metros da área inundada não vai receber nada. Vai se ferrar. Quem não tem escritura, não recebe nada. Quem é arrendatário também não recebe nada. E para quem fica, fica a vida desorganizada. Fica o povo abandonado. Só tem uma saída: a luta e a organização do povo. **Alvenir Almeida – Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB Nacional.**

Dizemos “não” por uma questão humana. A vida humana não tem preço. Aqui as pessoas têm leite da vaca, tem mandioca da terra, tem ovo da galinha. Estas pessoas morrem de angústia na cidade. Existem muitas opções. A Universidade de Buenos Aires promoveu um encontro chamado Cenário Energético para a Argentina em 2030. Os estudos técnicos mostraram que com o mesmo valor poderia ser ampliada

a matriz eólica e solar e ter a mesma geração que a hidrelétrica e nuclear. Tudo isso é um negócio para alguns e prejuízo para muitos. Na Argentina, votamos contra. E vamos passar para ações não tão pacíficas. **Leandro Sanchez – Representante da ‘Mesa Provincial no a la Represa’ de Oberá – Argentina.**

Temos direito de resistência. Está na Constituição Federal de 1988. E o meio ambiente é um direito humano fundamental de todos, das atuais e futuras gerações. Temos de entender a questão do retorno financeiro destes empreendimentos. O pagamento de *royalties* é muito aquém do esperado. Apenas 0,62% dos orçamentos municipais dos municípios que já foram atingidos por outras barragens. Também sabemos que 70% dos atingidos não foram indenizados, e os que foram, receberam apenas o valor do bem, não do lucro cessante, que também é um direito previsto na constituição e deveria ser calculado nas indenizações. Em 2010, no estudo do inventário, se falava em cota de 130 metros da barragem. Agora já falam em 140 metros e mais, em quem ficar vizinho ao lago, de 100 metros de área de proteção ambiental (APP). Temos sim muitas formas de gerar energia. **Domingo Benedetti Rodrigues – Mestre em Direito e Professor da FEMA e UNICRUZ.**

As barragens são um sonho antigo dos militares que o povo barrou. Hoje, nos enfiam goela abaixo de novo. E são empresas. Que desenvolvimento é esse que inunda 96 mil hectares e deixa 12,6 mil pessoas desabrigadas? Queremos o Rio Uruguai vivo. Não nos dão nenhuma informação. É um desrespeito com a humanidade. Em agosto de 2013, a empresa invadiu a propriedade de um senhor de 84 anos que tem um filho surdo e mudo. Colocaram as máquinas. E nós não podíamos fazer nada. Mas tiramos eles de lá. Quem somos nós? Vamos nos unir, hermanos, brasileiros e argentinos. Queremos água para a vida e não para a morte. **Tereza Pessoa – Representante dos pescadores em Alecrim.**

Há 10 anos eu estudo a construção de hidrelétricas. Ocorre a violação de 16 direitos humanos. E o primeiro é o direito a informação. As empresas levam informações falsas. Vejam quem está envolvido: a Engevix. A cúpula desta empresa está presa em Curitiba. Os diretores estão presos. Estas empresas colocam preço nas pessoas. E quem fica com as consequências é o meio ambiente. E isso atingirá a todos. Mesmo os que não querem a barragem terão de deixar suas terras se o projeto andar. O que será dos nossos vizinhos, idosos? Para nós, perder a propriedade é o mesmo que a morte. O nosso pedacinho de chão tem um valor que ninguém conseguirá pagar. **Eduardo Ruppenthal – biólogo, pesquisador e mestre em Desenvolvimento Rural UFRGS – Representante do Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente – MoGDDeMa.**